

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

ALINNE DE LIMA BONETTI

Não basta ser mulher, tem de ter coragem
Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo
político feminista de Recife- PE

Doutorado em Ciências Sociais

Área Estudos de Gênero

Orientadora: Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

CAMPINAS
2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

B641n **Bonetti, Alinne de Lima**
Não basta ser mulher, tem de ter coragem : uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife - PE / Alinne de Lima Bonetti. - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Maria Filomena Gregori
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gênero. 2. Poder (Ciências sociais). 3. Feminismo.
I. Gregori, Maria Filomena. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: It is not enough to be a woman, one must have courage : and ethnography about gender, power, popular feminine activism and the feminist political ground in Recife – PE.

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Gender
Power (Social sciences)
Feminism

Área de Concentração: Estudos de Gênero

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Prof^a Dr^a Cláudia Fonseca
Prof^a Dr^a Elisete Schwade
Prof^a Dr^a Guita Grin Debert
Prof^a Dr^a Mariza Corrêa

Data da defesa: 20-06-2007

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Não basta ser mulher, tem de ter coragem
Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político
feminista de Recife- PE

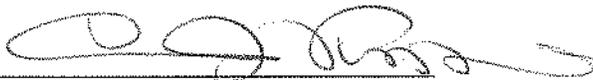
Alinne de Lima Bonetti

Tese apresentada ao Programa de
Doutorado em Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Campinas, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Ciências Sociais, aprovada
pela banca composta pelas seguintes
professoras:

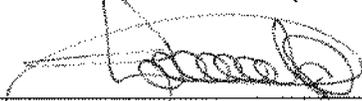
Este exemplar corresponde à versão final da
tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 20 de junho de 2007.



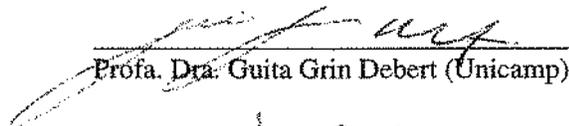
Profa. Dra. Maria Filomena Gregori (Orientadora – Unicamp)



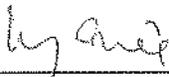
Profa. Dra. Claudia Fonseca (UFRGS)



Profa. Dra. Elisete Schwade (UFRN)



Profa. Dra. Guita Grin Debert (Unicamp)



Profa. Dra. Mariza Corrêa (Unicamp)

Campinas, 20 de junho de 2007.



087041007
2007-40480

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem o seu ofício.

Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.

Graciliano Ramos

Ao Caetano, com o desejo de que habite num mundo futuro mais igualitário.

AGRADECIMENTOS

Uma empreitada como essa não se faz sozinha. Nos quatro anos que durou esse projeto contei com o imprescindível apoio das mais diferentes pessoas nos muitos lugares por que passei. A todas elas, a minha gratidão. Há algumas delas a quem eu gostaria de fazer um agradecimento em especial, posto que marcaram indelevelmente essa parte da minha história.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) por ter financiado esse projeto.

À minha orientadora, Maria Filomena Gregori, pela interlocução e aprendizado.

Às professoras e colegas do PPCS/Unicamp, área Estudos de Gênero, pelo incentivo e aprendizado, em especial às professoras Mariza Corrêa, Guita Debert e Evelina Dagnino.

À minha família que sempre apoiou incondicionalmente as minhas escolhas e projetos de vida.

Às ativistas do FMPE pela generosa acolhida e imenso aprendizado.

A Leo Falcão, Paula Viana, Zefinha, Sílvio, Adriana, Cleiton, Andréa, Priscila, Daniele, Lourdes, Nirinha, Nicinha, Mateus, Maria do Carmo, Amália, Fátima, Leandro, Ilca, Sônia, Leny, Vânia, novos amigos pernambucanos, que me permitiram compartilhar das suas vidas, das suas casas, das suas visões de mundo e dos seus sonhos e por terem me proporcionado conhecer as diversas Recifes contidas na Veneza brasileira.

À Soraya Fleischer pela amizade, parceria, aprendizados e, sobretudo, por me fazer ver que é possível sonhar e realizar os nossos sonhos juntas.

À Karla Galvão e Pedro Nascimento, pernambucanos desterrados, pela presença, pelo olhar, pelo cuidado e fundamental ajuda nos caminhos dessa pesquisa.

À Márcia Veiga pelo constante estímulo, pela mão estendida, pelas trocas, pela escuta, pela em que se baseia a nossa grande amizade.

À Heloísa Paim pela presença constante, pela escuta e pela eterna disponibilidade em ajudar nos momentos mais críticos desse projeto e da vida.

À Claudia Fonseca pela eterna inspiração na paixão pela Antropologia.

A Angelo Adami, Gracco Bonetti, Ielena Azevedo, Nicole Reis, Luis Caon da Luz (*in memoriam*), Eva Scheliga, Jean Aguiar, Márcia Veiga, Soraya Fleischer, Heloísa Paim, Pedro Nascimento, amigos queridos, de sempre, pela paciência, pela compreensão, pela constante presença e, sobretudo, pelo muro de contenção feito de afeto em que me refugiava quando o meu mundo particular, em especial no longo e difícil processo da escrita, ameaçava ruir.

Aos colegas do Núcleo de Antropologia e Cidadania – NACI/UFRGS pela eterna parceria.

Ao Grupo Informal de Seminário de Tese, Soraya, Márcia Londero, Miriam Vieira, Heloísa Paim pela possibilidade ímpar de construir conhecimento e amizade conjuntamente.

À Creusa Lopes e ao Rafael Azize pelos incentivos na realização desse projeto.

Aos amigos que encontrei em Campinas, Lis, Billy, Fred, Jacque, Pri, Caí, Marina, Hipólita, Rafael, Sandra Brocksom, Luciano Avanço e Gustavo Santos que me ajudaram a colorir a Cidade Cinza.

À Miriam Grossi por ter me inspirado na conjugação do feminismo e da Antropologia.

Ao Angelo Adami pela cuidadosa leitura e revisão desse texto.

RESUMO

Através de uma pesquisa etnográfica realizada na cidade de Recife – PE sobre a experiência militante de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, ativistas das causas femininas, essa tese propõe um novo olhar sobre o ativismo feminino, em especial o de caráter popular, buscando novas possibilidades compreensivas para esse fenômeno dentre as quais destaca-se uma combinação peculiar entre gosto pela militância e expectativas de ascensão social. Em vista disso, o campo político parece se configurar, e ser encarado, como um espaço que apresenta potencial para a realização de projetos pessoais e a transformação das condições de vida, revelando uma pervasividade da política na vida cotidiana e a sua ingerência nas relações de sociabilidade e família das ativistas. Para tanto, faz-se necessário compreender a constituição do campo político feminista específico em que se insere. Caracterizado por um sistema de distribuição desigual de prestígio, esse campo pode ser compreendido pela justaposição de duas categorias cruciais: o “capital de articulação política” e a noção nativa “*colocar a arapiraca na mesa*”, que conota os atributos de gênero da práxis política local. É no diálogo com os seus códigos e sentidos que novas possibilidades para o ativismo feminino popular surgem. A análise inspira-se na teoria antropológica feminista, priorizando os sentidos de gênero e poder constitutivos do universo investigado.

ABSTRACT

Through an ethnographic research carried out in Recife – PE about urban and working class women's experience as activists of female quests, this thesis proposes a new view about the female activism, especially the popular-based one, looking for new comprehensive possibilities for this phenomenon, among these, a peculiar combination between the appreciation for activism and the expectation of social ascension. The political ground seems to configure itself in this light, and seems to be regarded as a space that presents a potential for achievement of personal projects and transformation of life conditions, revealing a pervasiveness of politics in daily life and its intrusion into activists' sociability and family relationships. This is why it is necessary to understand the constitution of the specific feminist political ground where this experienced is located. This ground is characterized by a system of unequal distribution of prestige and can be seen through the juxtaposition of two crucial categories: "the political articulation capital" and the folk notion "to put the a large phallus on the table", that connotes gender attributes of the local political praxis. New possibilities for the female popular activism appear in dialogue with its codes and meanings. This analysis inspires itself on feminist anthropological theory, considering the power and gender meanings that constitute the investigated universe.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS:	XI
INTRODUÇÃO	13
1. Construção do problema dessa pesquisa	15
2. Das perspectivas teóricas	21
3. Na descoberta do Recife, o Nordeste: contextualizando a pesquisa	27
4. O cotidiano na Veneza brasileira e o universo da pesquisa	32
1. CAPÍTULO UM: MEDO E <i>SANGUE NO OLHO</i>: ETNOGRAFIA, ALTERIDADE E AS SUAS TRAMAS DE PODER EM RECIFE	39
1.1. As brechas para as sensibilidades	41
1.2. Entrando em campo: A incauta <i>branquela</i> do sul perdida nos trópicos	45
1.3. Medo: Através do outro, encontrando a si	54
1.4. A contra face do medo	57
1.5. A necessidade da demonstração pública da coragem	65
2. CAPÍTULO DOIS: CAMPO POLÍTICO FEMINISTA DE RECIFE: PRÁXIS FEMINISTA E O CAPITAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA	69
2.1. Recife, a Meca feminista do Nordeste	70
2.2. Fórum de Mulheres de Pernambuco – a Meca do feminismo em Recife	78
2.2.1. A violência contra as mulheres na Meca do feminismo nordestino	88
2.2.2. O controverso tema do aborto na Meca do feminismo nordestino	94
2.3. A arte de fazer alianças: práxis feminista e o capital de articulação política ..	99
3. CAPÍTULO TRÊS: CONFRONTO DE <i>ARAPIRACAS</i> – SENTIDOS DE GÊNERO, ALTERIDADES E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO DE RECIFE	105
3.1. <i>Com a arapiraca na mesa</i> : sentidos de gênero e práxis política	106

3.2. As <i>arapiracas</i> em ação 1: o prestígio das <i>grã-mestras</i>	110
3.3. As <i>arapiracas</i> em ação 2: entre articulações e disputas	122
3.4. As <i>arapiracas</i> em ação 3: as <i>mulheres de base</i> e as suas outras	134
4. CAPÍTULO QUATRO: PARA ALÉM DA MATERNIDADE MILITANTE: <i>MULHERES DE BASE</i> E OS ATIVISMOS	149
4.1. As <i>mulheres de base</i> e a política na literatura	150
4.2. O ativismo notável: o Grupo de Mulheres do Morro da Velha e Eva Guimarães.....	156
4.3. <i>Não basta ser mulher, tem de ter coragem</i> : Olívia Lima e a Associação Pró-Mulher	163
4.4. <i>Com coragem e fé em Deus</i> : O Grupo de Mulheres do Conselho de Moradores da Vila	175
4.5. Ativismo feminino popular, o que há de novo?	195
5. CAPÍTULO CINCO: DA POLITIZAÇÃO DA MATERNIDADE À POLÍTIIZAÇÃO DO COTIDIANO: CONEXÕES, GÊNERO E TRAMAS DE PODER NA VILA	199
5.1. Uma vila no feminino	200
5.2. O cotidiano e o Grupo de Mulheres na Vila	208
5.2.1. Cisões: distinção e fofoca	211
5.2.2. <i>A luta é boa, mas corre sangue também</i> : a dramatização das cisões	215
5.2.3. Da coragem necessária	221
5.3. A disputa pelo Conselho de Moradores da Vila	224
5.3.1. Entre apoios e acusações: os meandros da disputa política local	227
5.4. <i>Mulher sozinha e família pequena não ganham eleição?</i> Da conexão e da política	235
NOTAS CONCLUSIVAS	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	247

LISTA DE SIGLAS

ACO: Ação Católica Operária
AMB: Articulação de Mulheres Brasileiras
BEMFAM: Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil
CEB: Comunidade Eclesial de Base
DC: Diário de Campo
ETAPAS: Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social
FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FMPE: Fórum de mulheres de Pernambuco
FSM: Fórum Social Mundial
FSNE: Fórum Social Nordeste
JAC: Juventude Agrária Católica
JEC: Juventude Estudantil Católica
JIC: Juventude Independente Católica
JOC: Juventude Operária Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
MTC: Movimento dos Trabalhadores Católicos
ONG: Organização Não Governamental
OP: Orçamento participativo
PAISM: Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PREZEIS: Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
Rede LAC: Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe
UDH: Unidade de Desenvolvimento Humano
UR: Unidade Residencial

INTRODUÇÃO

Ao criticar a objetividade masculinista da ciência ocidental, Dona Haraway, no seu texto “Saberes Localizados”, propõe em seu lugar uma “objetividade corporificada e feminista”. Segundo a autora defende, tal objetividade só será possível através do posicionamento dos saberes e da explicitação do olhar parcial, claudicante, e por isso mesmo responsável, daquele que produz o conhecimento. Para ela, o conhecimento será sempre parcial, limitado e localizado e responsabilizar-se por ele quer dizer ser capaz de prestar contas sobre a sua produção e sobre as relações de poder inerentes a ele. Compartilhando desse posicionamento, procuro me posicionar e ao fazê-lo, posiciono igualmente a análise aqui produzida.

Foi o meu entusiasmo pelos temas de gênero e poder que me trouxeram até aqui. Ao final dessa etapa da minha formação acadêmica percebo que essa análise encerra uma espécie de síntese de diferentes questões e descobertas, levantadas ao longo da minha experiência pessoal e profissional até então, que se constitui como um diálogo entre diferentes saberes localizados que se intersectaram: teoria feminista e de gênero, teoria antropológica, uma mais recente descoberta antropologia feminista e engajamento feminista.

O meu interesse em investigar o ativismo feminino popular¹ data já de muito tempo (Bonetti, 2000), mas se consolidou através da minha experiência de trabalho junto a uma ONG feminista gaúcha². Sobretudo das observações que fazia das relações que as mulheres das camadas populares ligadas à ONG estabeleciam, por um lado, com o ideário feminista e político mais amplo, e, de outro, com as suas redes de sociabilidade - família, vizinhança,

¹ O adjetivo “popular” do ativismo feminino implica num recorte analítico que se baseia no conceito de “grupos populares” inspirado numa linha de estudos que enfoca a experiência de vida e os valores culturais de grupos urbanos de baixa renda. Atento para os riscos de um conceito de cultura reificada - que apresenta sistemas simbólicos como se fossem isolados e homogêneos - este recorte analítico procura sobretudo compreender a coerência interna de lógicas culturais distintas que convivem numa mesma sociedade. Situadas numa sociedade de classes, marcada por profundas desigualdades sociais como a nossa, tais lógicas culturais revelam modos de vida diferentes. E é sobre tais diferenças que o conceito de grupos populares procura dar conta (Fonseca, 2000, 1995).

² Atuei como assessora técnica da ONG no período de 2000 a 2003. Desta experiência resultou o projeto de pesquisa para o meu doutoramento que ora realizo (Bonetti, 2002). Além disso, realizei uma análise sobre os meandros dessa experiência profissional em Bonetti (2005).

companheiras de luta. Já aí, na sua origem, aparece um “interesse engajado” que dota de sentido a minha pesquisa.

Ao longo do curso do doutorado, num dos centros de excelência em estudos de gênero do país, fui aprendendo a ouvir e a consolidar esse interesse frente às mais sofisticadas teorias feministas que me produziam um certo “incômodo”. Incômodo que me instigou a compreender e explicitar qual seria o lugar da Antropologia no vasto e multidisciplinar campo da teoria feminista. Lancei-me o desafio de refletir sobre a viabilidade de uma Antropologia Feminista, tão fortemente consolidada na tradição antropológica estadunidense e timidamente mencionada na tradição brasileira³, e também sobre o caráter político que essa adjetivação implica para a disciplina. Foi assim que me deparei com uma Antropologia Feminista, a que voltarei mais adiante, e com as suas preocupações acerca do poder. Passei a refletir sobre como conciliar essas duas matrizes reflexivas – a crítica feminista e a crítica antropológica – na análise que empreenderia sobre aquelas pessoas com quem pesquisava.

Essas reflexões encontraram ressonância e, compartilhadas com outras colegas, surtiram alguns frutos, como a organização do livro *Entre Saias Justas e Jogos de Cintura*, lançado em abril de 2007, que reúne a experiência de trabalho de campo de antropólogas em formação, oriundas das universidades brasileiras (Bonetti e Fleischer, 2007), a criação de um grupo de estudos sobre antropologia feminista e gênero no âmbito do Núcleo de Antropologia e Cidadania/UFRGS, ao qual sou ligada como pesquisadora associada, a coordenação do Grupo de Trabalho *Entre pesquisar e militar: Contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas*, no Seminário Fazendo Gênero – Florianópolis, 2006, em que se reuniu um grupo bastante interessado de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Sociais, com a predominância de antropólogas, a fim de se pensar coletivamente nas ambivalências, tensões, contribuições e limites vindos da relação entre militância e pesquisa acadêmica e a proposição de uma Rede Brasileira de Antropologia Feminista, que passou a ter existência na rede virtual.

Aos poucos fui tornando mais claro para mim mesma esse lugar em que me situo e assumindo esse olhar parcial, antropológico, feminista e interessado, que marcou

³ Essa timidez talvez possa ser atribuída à situação de liminaridade em que se viam as antropólogas feministas face a uma dupla resistência de que eram alvo. Por um lado, essa resistência vinha do próprio movimento feminista que via com desconfiança a produção acadêmica. Por outro, da própria academia “cujas concepções mais objetivistas do conhecimento sempre afirmaram o risco de que a identificação com o objeto nos transformasse em ‘pesquisadoras pela metade’, e que o papel do intelectual estaria reduzido a instrumentalizar transformações sociais e, quando muito, a organizar ou divulgar teorias nativas (Gregori, 1999: 228)”.

indelevelmente a minha pesquisa etnográfica. Assim, os meus questionamentos foram se transformando em certezas, não certezas absolutas, mas verdades parciais, como ensina Haraway, e fui ensaiando caminhos, trocando idéias e construindo um lugar no qual entendo se situar essa pesquisa e a mim mesma, como pesquisadora e antropóloga. Definidas essas posições, passo à apresentação da pesquisa propriamente dita.

1. Construção do problema dessa pesquisa

Como já mencionei acima, a inspiração para essa pesquisa veio do contato com uma experiência de ativismo político de mulheres das camadas de baixa renda no contexto porto-alegrense, que buscavam um lugar de destaque no campo feminista local (Bonetti, 2000). Estas mulheres, ao adentrarem naquele campo, se apropriaram dos sentidos nele produzidos, interagiram com eles e produziram novos sentidos, introduzindo ali a sua voz, desafiando as suas formulações e disputando os seus espaços. Desta experiência é possível identificar um projeto político específico, bem como o esboço de um sujeito político, que se constitui de forma fluída e contingente, e se posiciona em relação a uma determinada concepção de feminismo. Tal sujeito político é aqui definido a partir da categoria nativa *mulherista*.

Essa experiência teve lugar no contexto político de Porto Alegre, no período entre 1993 – 2003. Trata-se, portanto, de uma configuração político-cultural “particularmente aberta para o exercício de novas formas de participação” (Pinto, 1998:109) e caracterizada pela presença de uma forte cultura de direitos e exercício da cidadania (Baierle, 2000). Cidade historicamente com forte tradição associativa, essa sua peculiaridade foi potencializada ao longo dos últimos 14 anos pelas sucessivas gestões municipais petistas voltadas para a abertura e incentivo à participação da sociedade civil. Apresentava, assim, uma sociedade civil ativa e participante nas mais diversas instâncias: Orçamento Participativo (OP), Conselhos Tutelares (CT), Conselhos nas mais diversas áreas e ONGs como a em questão. É nesta configuração que se situa a ONG Themis.

O universo empírico do qual emerge o sujeito político *mulherista* está circunscrito a um grupo de mulheres das camadas de baixa renda porto-alegrenses que entraram em contato, de forma mais sistemática, com o ideário feminista a partir de um processo de capacitação legal denominado Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs). Esta capacitação legal encontra-se inscrita no interior de um projeto mais amplo de ampliação

das condições de acesso das mulheres à Justiça de uma representante específica do movimento feminista gaúcho, a Organização Não Governamental Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. O objetivo que norteia a intervenção social desta ONG é a busca pela promoção e defesa dos direitos das mulheres, possibilitando o alargamento do seu acesso à justiça. A idéia é a de que o acesso à informação sobre os direitos possibilitará o exercício da cidadania às mulheres das camadas populares, através do conhecimento de determinados recursos judiciais para assegurar a garantia destes direitos. Ou seja, ao mesmo tempo em que se busca a efetivação dos direitos já adquiridos, visa-se também à criação e incorporação de novas demandas como direitos. Note-se que a sua intervenção visa à transformação social a partir da intervenção no universo dos direitos, a qual não é a única forma possível, como se verá mais adiante na análise sobre o campo feminista pernambucano.

A categoria nativa *mulherista* resulta do jogo de identificação e diferenciação entre alteridades que se constituem no campo político feminista gaúcho. A alteridade que lhe é correspondente é a feminista, tomada genericamente e identificada como predominante no contexto em questão. Muito embora o mulherismo tenha sido associado a uma corrente essencialista do próprio feminismo, que encontra na categoria empírica mulher a medida de todas as coisas, na forma como é utilizado pelas ativistas gaúchas parece assumir outro sentido⁴. A categoria *mulherista* vai além da categoria empírica mulher e, além de articular diferentes atributos de gênero constitutivos de modelos de feminilidades distintos, agrega outros valores advindos do reconhecimento e elaboração de uma experiência de vida em comum.

Tal categoria aponta, sobretudo, para o reconhecimento de uma experiência particular das mulheres das camadas urbanas de baixa renda, com demandas e necessidades que lhes são específicas, contrapondo-se a um elitismo identificado por elas no feminismo. Refere-se, portanto, às mulheres das camadas urbanas de baixa renda, marcadas pelo pertencimento social. Pode ser também compreendida como um modo de dramatizar as

⁴ Conforme nos ensina Lamas (1999), corrente interna ao movimento de mulheres mexicano, “o mulherismo é uma concepção que essencializa o fato de se ser mulher, idealiza as condições ‘naturais’ das mulheres e mistifica as relações entre mulheres. Uma típica atitude mulherista é a de falar em nome das mulheres, como se estas tivessem uma posição uniforme na sociedade” (Lamas, 1999: 02). Note-se que, curiosamente, a descrição de Lamas acerca do mulherismo corresponde em alguns aspectos à concepção do feminismo que encontrei entre as ativistas gaúchas. Ao meu ver, esse jogo de atribuições de sentidos revela o quanto essas categorias não são estanques, cujos significados podem mudar conforme uma combinação entre contexto, situação e sentido.

desigualdades oriundas da vivência de condições sociais e materiais desiguais, marcadas por fortes privações materiais e simbólicas, no que diz respeito ao acesso de direitos básicos de cidadania. Uma das facetas desse jogo de oposição entre essas alteridades está na demarcação e distinção entre teoria e prática, sendo que à *mulherista* corresponde este último pólo. Traz consigo a reivindicação pela representação de uma voz específica, que introduz uma nova fonte de disputas no campo político.

No entanto, apesar de se constituir em oposição à feminista, não se caracterizando como tal, a interação entre essas alteridades é marcada pelo jogo de estabelecimento de alianças estratégicas. Essa característica prende-se, em grande medida, à forma como o ativismo é dotado de sentido, combinando de forma peculiar um gosto pela militância e expectativas de ascensão social. Esse significado atribuído à militância política associa-se, por sua vez, a construção de uma trajetória política centrada no indivíduo cuja marca principal é a constituição de um nome próprio através do qual é conhecida no campo e que não tenha referência a outrem que a identifique (filha de, mulher de, mãe de, por exemplo).

Muito embora surgida num contexto muito específico, a categoria nativa *mulherista* passa a ter grande importância para se pensar sobre a experiência contemporânea de ativismo político das mulheres das camadas urbanas de baixa renda posto que nos fornece outros referenciais para pensar sobre tal experiência além de contribuir para a contestação da categoria analítica “maternidade militante”, comumente utilizada para explicar essa militância, e ampliar as possibilidades compreensivas desse ativismo.

Tal expressão foi cunhada por Sonia Alvarez (1988) ao identificar a grande presença de mulheres das camadas urbanas de baixa renda nos movimentos sociais surgidos no Brasil entre fins da década de 70 e início da de 80. Segundo a autora:

as mulheres pobres e das classes trabalhadoras fizeram a mobilização como *mulheres* para defender seus “direitos” como esposas e mães, direitos que a ideologia autoritária dominante lhes assegurava em teoria, porém as instituições econômicas e políticas dominantes lhes negavam na prática (Alvarez, 1988: 324, grifo da autora).

Nos estudos sobre mobilizações sociais no contexto de abertura democrática nos países latino-americanos as mulheres aparecem como as principais protagonistas (por exemplo: Brito, 1992; Blay, 1980; Singer, 1980; Filgueiras, 1984; Cardoso, 1983 e 1987; entre outros), sobretudo nos movimentos sociais e, em especial, os “de caráter popular” (Pinto, 1998:110).

Nesses movimentos, entendidos como reivindicatórios, as mulheres aparecem caracterizadas como “demandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviço e equipamentos coletivos, e não como demandatárias de direitos de igualdade entre os sexos” (Gohn, 1997: 293-294). Assim, tal modelo de ativismo baseado na “politização da maternidade” (idem, p.324) é compreendido como voltado para reivindicações que visavam suprir necessidades concretas – como melhoria do bairro em que viviam, por exemplo. Dessa forma, a “maternidade militante” (comumente organizada em Clubes de Mães ligados à ala progressista da Igreja Católica) serviu de referencial mobilizatório para Movimentos como o pela Anistia, Custo de Vida e de Luta por Creches. Em vista disso, as ativistas estenderiam à participação política os seus papéis de mãe e esposas, reproduzindo-os no espaço público. Segundo apontam alguns estudos, esse fator é o que garantiria a presença destas mulheres nessa esfera, servindo como um argumento legitimador à sua participação (Caldeira, 1987).

É um modelo analítico utilizado para se explicar o ativismo das mulheres das camadas populares no caso brasileiro (Singer, 1980; Caldeira, 1987 e Sader, 1995), no entanto não é sua prerrogativa. Antes, parece ser recorrente na literatura sobre o ativismo de mulheres populares na América Latina dentre as décadas de 60-80, dada a situação política autoritária comum aos países. A “politização da maternidade”, também chamada de “maternalismo” (Rakowski, 2003), pode ser percebida nas “supermães” peruanas e chilenas (Chaney, 1973, apud Rakowski, 2003), nas “Madres de la Plaza de Mayo” argentinas (Craske, 1999), nas “CoMadres” de El Salvador (Schirmer, 1993, apud Craske, 1999), dentre outras⁵. Mas se a “politização da maternidade” (Alvarez, 1988) não era vista por algumas estudiosas como emancipatória, posto que não conscientizava “necessariamente as mulheres com relação a sua classe, raça e gênero na sociedade brasileira” (Alvarez, 1988: 325), introduzia modificações dentro do espaço doméstico, marcadas por conflitos. Tais modificações adviriam de uma suposta nova identidade para a mulher, a qual seria “construída na prática destes movimentos, que contrastam com a

⁵ O conceito de “supermãe” é inaugural no campo de estudos sobre mulher e política na América Latina. Este conceito, criado por Elsa Chaney, busca descrever a experiência de mulheres latino-americanas eleitas para cargos públicos na década de 70, cuja presença na política era legitimada e explicada a partir da extensão de seus papéis de mães (Rakowski, 2003). Muito embora as motivações mobilizatórias difiram entre as Supermães e as Madres de la Plaza de Mayo e as CoMadres, essas últimas preocupadas em encontrar seus filhos e maridos presos e assassinados pelos regimes autoritários de seus países, o elemento que as reúne é a ênfase nos papéis de mães e esposas significados pelos atributos de gênero da abnegação, altruísmo e do cuidado a partir de um determinado repertório de gênero que os associa ao feminino.

tradicional: a mulher não deve ficar somente dentro de casa, deve sair, conhecer, participar” (Caldeira, 1987:104).

No entanto permanecia uma busca pela compreensão do caráter do engajamento político das mulheres de baixa renda nestes movimentos, por vezes avaliando o “grau de conscientização política alcançado pelas mulheres” (Brito, 1995:62), tendo como pano de fundo a relação com os movimentos feministas. Por sua vez, esses eram caracterizados genericamente pela proposta de transformação das relações de desigualdade entre homens e mulheres, tendo como alvo principal a transformação da identidade social das mulheres (Gregori, 1993; Grossi, 1988; Goldberg, 1989; Pontes, 1986).

Estudiosas do tema apontam para a especificidade da constituição dos movimentos feministas na América Latina, a partir da década de 70, como marcados pelo compromisso com o processo de democratização. Assim, as suas práticas caracterizavam-se pela oposição política, pela postura antiestatista, pela autonomia defensiva e pela lógica de confrontação aos regimes políticos ditatoriais (Alvarez, 1998). No processo de abertura democrática, o movimento feminista, assim como os movimentos sociais de forma geral, se reconfigura. Com o retorno de militantes feministas exiladas, trazendo consigo a experiência e a influência de feminismos estrangeiros, os grupos se proliferaram, bem como as bandeiras de lutas e os campos de atuação, levando a uma inevitável pluralização do feminismo:

os anos 90 demonstram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, conseqüentemente, onde circula o discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas. S. Alvarez (1988) usa o termo 'mosaico de diversidade' quando descreve os movimentos presentes no processo da IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995 (Soares, 1998:46).

À recrudescente diversidade correspondem distintas concepções sobre o feminismo, passando a ser referido no plural. O desafio de manter uma unidade nas reivindicações e lutas passa a ser problematizado, a ponto de se ter questionado o próprio conceito de movimento feminista, como propõe Alvarez (1998). No seu lugar, a autora propõe o uso de “campo feminista”, entendido como um “campo discursivo de atuação/ação” (p. 265). Esta

nova forma de se referir ao feminismo – como um campo discursivo – encontra o seu sentido numa diferenciação que a autora traz na sua análise: a delimitação do campo da política - aqui entendia em relação à política clássica, as leis, políticas públicas, etc. - e o campo do político, ou seja, “no sentido mais amplo, o cultural, o simbólico e as relações de poder/gênero que aí se constituem e se reconfiguram continuamente” (Alvarez, 1998: 267).

Frente a essa ampliação das possibilidades de sentidos aos ativismos e ao campo feminista, a matriz explicativa da “maternidade militante”, embora não explicitamente, continua a povoar as poucas análises sobre a experiência política das mulheres das camadas populares urbanas (Couto, 1996 e Mendes, 2000). Além disso, mesmo que algumas autoras indiquem que essa matriz esteja sendo aos poucos contestada (Rakowski, 2003), permanece uma lacuna na literatura sobre a experiência contemporânea de ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, que já não mais se adequa ao maternalismo. É nesse sentido que a categoria nativa *mulherista* é inspirada para se analisar a experiência política de mulheres das camadas urbanas de baixa renda.

Tal experiência de ativismo contemporâneo pode ser interpretada na chave daquilo que Nancy Fraser (1993) chama de “contra-públicos subalternos”, definidos como as “arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos, bem como formulam interpretações oposicionais das suas identidades, interesses e necessidades” (Fraser, 1993:14). Conforme defende a autora, a existência destes contra-públicos subalternos contribui para a expansão do espaço discursivo, para o alargamento da contestação e para a inclusão da multiplicidade de sujeitos políticos. O que leva a possibilidades cada vez maiores de aprofundamento da democracia.

Contudo, tais potencialidades devem ser consideradas à luz das mediações por que passam os processos cotidianos de disputas e embates entre as diferentes vozes do campo e de compreender como se estabelecem as relações e se distribui, diferencialmente, o poder de falar em nome do coletivo. Ao estudar o movimento de mulheres chileno, Schild (2000) alerta para o fato de que “os termos da cidadania e da comunidade de gênero estão sendo cada vez mais definidos por algumas mulheres em nome de todas” (Schild, 2000: 152). Tendo-se esta situação como parâmetro, creio ser importante atentar para as experiências particulares que vêm se constituindo e se opondo às posições dominantes, como me parece ser o caso da *mulherista*.

Frente a esse quadro é que se põe o problema norteador dessa pesquisa, que visou trazer novos elementos para se compreender o ativismo político feminino popular contemporâneo. A argumentação sobre esse ativismo, desenvolvida ao longo dessa tese, leva em conta uma preocupação com as questões de gênero e poder, que marcam as mais distintas relações nas mais variadas situações do campo analisado. Assim, para compreender os sentidos associados ao ativismo faz-se necessário compreender a constituição do campo político feminista específico, em que se insere tomado como exemplar do campo discursivo feminista brasileiro contemporâneo. É no diálogo com esse campo, com os seus códigos e sentidos, que novas possibilidades para o ativismo feminino popular surgem, escapando da gramática restrita da “maternidade militante”.

Ao se afastar dessa matriz explicativa, trazem à cena novos arranjos familiares, conjugais e convenções de gênero. Em vista disso, a dimensão política é pervasiva à experiência total de vida das ativistas, imiscuindo-se na vida cotidiana. Essa presença profunda da política traz como conseqüências, por um lado, a constituição de uma “sociabilidade agonística” (Comerford, 2003), marcada por disputas, tensões e conflitos reveladores das imbricações das relações de poder na rotina diária dessas mulheres no local em que vivem e, por outro, a configuração de um tipo de relação social profunda e duradoura com força de parentesco entre as que possuem uma trajetória política comum que pode ser interpretada na chave do que Carsten (2000) denomina de “conexão” em substituição ao conceito tradicional de parentesco, tendo em vista a incorporação de outros elementos, a política no caso em questão, que criam laços entre as pessoas e que concorrem com os consangüíneos.

Passarei, agora, a situar as influências teóricas da minha análise.

2. Das perspectivas teóricas

Uma das bases teórico-metodológicas dessa tese, como mencionei anteriormente, está numa certa Antropologia Feminista. O adjetivo ‘certa’ deve-se, em grande medida, a uma diversidade de visões, perspectivas teóricas e sentidos associados a essa especificidade da disciplina antropológica. Mas de forma geral, ela advém de uma crítica feminista direcionada à Antropologia que tem um caráter epistemológico.

Iniciada na década de 70, com a crescente efervescência do feminismo, essa vertente da Antropologia era entendida como uma Antropologia das Mulheres, dado o seu enfoque na busca pela visibilidade das mulheres nas produções etnográficas⁶. Nas produções da época, imbuídas de um pressuposto universalista da opressão feminina, buscava-se explicar, dentre a variabilidade do que é ser mulher nas mais diferentes culturas, o caráter secundário que elas supostamente ocupam. Não tardam as reformulações, e as posições acerca dos universais da opressão/subordinação feminina e o imperativo biológico do gênero foram revistas⁷.

A questão em jogo muda de uma busca pelas vítimas oprimidas de cada sociedade, e pelas formas através das quais esta opressão se manifesta, para uma investigação sobre como cada sociedade organiza os seus sistemas de valores de gênero e como tais sistemas implicam ou não em estruturas de desigualdade. Busca-se chamar a atenção para o fato de que há uma organização das estruturas de gênero, constituídas por relações de poder, que pode transformar diferenças em desigualdades, dependendo do contexto e das combinações que nele assumem.

Rosaldo (1995) num texto bastante crítico (e sobretudo auto-crítico) ao que considera os “usos e abusos” da Antropologia, põe em questão os universais de opressão feminina que afirmara anteriormente. Ela assegura que a procura obstinada pelas origens e pela confirmação da opressão trans-cultural tornou os pesquisadores cegos às formas pelas quais as relações de gênero se constituem: “(...) tendemos repetidamente a contrastar e insistir em diferenças presumivelmente dadas entre homens e mulheres ao invés de perguntar como essas diferenças são elas mesmas criadas por relações de gênero” (1995: 23). E, acrescentaria, se e de que maneira tais diferenças constituem-se em desigualdades. Para ela, “gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social (*ibid*: 22)”.

A universalidade da opressão passa a ser questionada a partir da ênfase nos processos sociais que a etnografia revela, associada a um crescente interesse na interação

⁶ As duas antologias pioneiras, que foram responsáveis pelo estabelecimento da Antropologia Feminista, são *Woman, Culture and Society* organizada por Michelle Rosaldo e Louise Lamphere e *Toward an anthropology of women*, organizada por Rayna Rapp (Behar, 1993). Deve-se destacar que talvez a primeira goze de maior popularidade na antropologia brasileira por contar com uma tradução para o português.

⁷ Atkinson (1982) situa aqui, dentre outros, os livros de Michelle Rosaldo (*Knowledge and passion: Ilongot notions of self and social life* de 1980), Sherry Ortner e Harriet Whitehead (*Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*, de 1981) e o de Carol MacCormack e Marilyn Strathern (*Nature, Culture and Gender*, de 1980).

entre situação, contexto e sentido (Atkinson, 1982). Ou seja, a ênfase na etnografia permite revelar as complexidades das experiências culturais relativas ao gênero, as variações de sentidos atribuídos ao gênero, os contrastes entre convenções constitutivas de repertórios e as variadas formas como eles são vivenciados e re-significados. Enfim, as intrincadas relações entre convenções e prática. Nesse sentido, Moore (2000), resgatando o comprometimento antropológico com o empirismo e o “implacável processo de contextualização”, base da etnografia, afirma que as “interpretações trabalham contra qualquer tendência de privilegiar paródia sobre a convenção” (Moore, 2000:158). Ao se contrapor à noção de paródia e a favor da convenção, a antropóloga, ao mesmo tempo em que demarca a especificidade da antropologia no campo da teoria feminista, direciona uma crítica à teoria dos atos performativos de gênero de Judith Butler (2003), na qual a noção de paródia ocupa um lugar privilegiado. Mesmo reconhecendo o impacto do pensamento desta filósofa na teoria feminista contemporânea, ela salienta que para o campo da Antropologia Feminista tal teoria não se revelou tão revolucionária frente à força e à riqueza dos dados etnográficos, que já apontavam para a desontologização do gênero e para o desempenho de atributos de gênero (Moore, 1994).

Assim, as pesquisas etnográficas, empenhadas na crítica feminista, voltam-se para a exploração dos domínios de sentido de gênero, os contextos a que estão associados e os usos situados, demarcando a sua especificidade e contribuição dentro do campo da teoria feminista. Outro aspecto dessa crítica feminista relativo a essa virada etnográfica é a problematização das relações de poder inerentes à situação etnográfica. O ponto central dessa preocupação está na atenção ao posicionamento dos(as) pesquisadores(as) em campo e nas relações de poder envolvidas.

Em vista disto, põem-se como implicações destas transformações metodológicas na Antropologia Feminista a busca pela manutenção de uma postura crítica sobre o trabalho de campo, o questionamento dos cânones, a transformação das noções convencionais sobre pesquisa qualitativa através da imaginação e a luta por projetos e coalizões politicamente significativas (Panagakos, 2004). A preocupação com as relações de poder e com as estruturas de desigualdade que marcam a Antropologia Feminista estão presentes na postura crítica com que a etnografia é encarada⁸.

⁸ Cabe ressaltar que as preocupações acerca das relações de poder em campo, assim como sobre o potencial imperialismo teórico da antropologia, o não reconhecimento de outras tradições antropológicas que não as euro-americanas e a autoridade do antropólogo enquanto aquele que escreve sobre outras culturas foram

A partir desse revisionismo crítico podemos nos aproximar do que seria o objeto da Antropologia Feminista; elemento crucial para a delimitação das fronteiras do campo. Ono (2003), num artigo provocativo, afirma que o desafio contemporâneo para a Antropologia Feminista é a possibilidade de se constituir prescindindo das mulheres como o seu objeto. Tal objeto parece-me se configurar por alguns elementos: uma noção de diferença complexificada, relações de poder e a preocupação com a produção de desigualdades.

A Antropologia Feminista, ao criticar a noção de diferença cultural característica da Antropologia, introduz uma certa noção de diferença que ganha outros contornos. Há um comprometimento com complexos feixes de diferenças que se interseccionam e cujas combinatórias são variáveis de acordo com os contextos e situações investigados. Muito embora o gênero tenha um lugar de destaque, ele não é o único produtor de diferença. Deve-se, portanto, ser tomado no cruzamento com outros elementos tais como raça, etnia, classe, nacionalidade e geração.

Embora o gênero seja a pedra de toque para a Antropologia Feminista, a sua mera aparição não implica, necessariamente, no adjetivo feminista. Ou seja, fazer uma Antropologia Feminista envolve a utilização da categoria gênero ao invés da categoria mulher, mas nem todo estudo sobre gênero na Antropologia é feminista (Moore, 1988, e Ono, 2003). Seguindo a caracterização de Moore (1988), a Antropologia Feminista vai além do estudo da construção social da identidade de gênero e dos papéis de gênero, tal qual a Antropologia do Gênero. Gênero complexifica-se e é entendido como “um princípio pervasivo da organização social” (Strathern, 1987: 278).

Neste sentido parece-me rentável para a Antropologia Feminista acolher o conceito de gênero tal como pensado por Strathern (1990), que propõe pensá-lo como uma “categoria de diferenciação” (Strathern, 1990: ix) que tem como referência a imagística sexual. Nas suas formulações, esta categoria de diferenciação cria categorizações, cujas relações entre si revelam possibilidades inventivas sobre relações de gênero e sobre relações sociais. Assim, tal categoria de diferenciação perpassa e marca as mais diversas ações sociais. Esta concepção de gênero, portanto, não se restringe à relação corpo biológico-sexo-gênero; antes abarca e dota de sentido a organização da vida social.

questões centrais da auto-crítica chamada pós-moderna por que passou a disciplina ao longo da década de 80 (ver Clifford e Marcus, 1986; Moore 1996; Marcus e Fischer, 1986, entre outros). No entanto, a crítica feminista a essa produção aponta para o silêncio em relação às mulheres e ao seu lugar secundário nas etnografias (Bell *et al*, 1993). Assim, parece haver um interessante avanço da crítica feminista em relação à crítica pós-moderna direcionada à Antropologia.

Ter-se esta noção de gênero como guia na consideração de alteridades complexas leva, também, à busca pela compreensão das relações de poder nelas embutidas e dos processos de constituição de sistemas de desigualdades. Com isto, chega-se às considerações sobre a natureza política desta Antropologia. A noção de político aqui presente parece-me estar associada a um questionamento e a uma busca pela compreensão de como se configuram as relações de poder e em como a idéia de diferença, tão cara à Antropologia em geral e à Antropologia Feminista em especial, se densifica e aparece na constituição de desigualdades. O intuito parece ser o de, de posse deste mapa cultural das relações de poder, contribuir para a sua re-configuração através da produção do seu conhecimento.

É nesse sentido que Gordon (1993) entende a Antropologia Feminista e o seu caráter engajado. Inspirada pela reflexão de Peggy Sanday sobre fraternidades, estupro e masculinidade entre homens brancos universitários estadunidenses⁹, Gordon reflete sobre a idéia de que a produção antropológica feminista possa ser uma forma de ação social. Cabe ressaltar que Gordon reflete sobre esse tema num contexto marcado por uma então recente Antropologia Feminista voltada a pesquisar a sua própria sociedade e preocupada em compreender questões sócio-político-culturais que atingiam particularmente as mulheres. Assim, esse caráter engajado e, de certa forma, útil da pesquisa antropológica feminista demarca o seu cunho político.

Assim, o adjetivo feminista modificador do substantivo Antropologia, implica na “reestruturação ou subversão das estruturas de poder em algum nível” (Ono, 2003: 4). Subversão que se associa à idéia de um desafio crítico às formas de produção de conhecimento estabelecidas, de uma possibilidade de redefinição dos caminhos a serem seguidos e da expansão dos temas a serem estudados (Ono, 2003).

Através da sua imaginação criativa e da sua crítica, a Antropologia Feminista tem um grande potencial inovador. Em síntese, a base antropológica feminista que informa essa tese está calcada numa produção etnográfica especialmente crítica, preocupada com a combinação de contextos, situações e produção de sentidos e na busca da compreensão das alteridades constituídas por distintos marcadores sociais que interagem. Dentre eles, o

⁹ Segundo Gordon, Sanday foi levada a estudar esse tema em função de aluna sua, estuprada por um grupo de estudantes universitários. A realização da pesquisa fez com que a antropóloga pudesse conhecer essa realidade e contribuir na criação de mecanismos para combater essa violação nos campi estadunidenses.

marcador de gênero se destaca como um elemento constitutivo das relações sociais e implica em poder e potencial produção de desigualdades.

Essa perspectiva da antropologia feminista tal qual a entendo se combina com uma proposta teórica voltada para a compreensão das relações de poder, das práticas e da agência humana, nos termos propostos por Ortner (1996) quando estabelece uma “teoria da prática, feminista, das minorias, pós-colonial e subalterna”. Essa antropóloga feminista empreende uma crítica à teoria da prática (em especial Bourdieu, 1978) cuja ênfase está colocada na reprodução social e no constrangimento da ação humana, deixando em segundo plano as relações de poder e desigualdade.

Para Ortner, as questões relativas à reprodução social nunca devem ser separadas das que dizem respeito à transformação social, sugerindo uma mudança de perspectiva analítica e se atentar para os interstícios da reprodução social, para a erosão dos padrões e para os momentos de desordem. Assim, ela propõe um modelo de teoria da prática que incorpore a agência humana, já que as suas formas são sempre construídas cultural e politicamente, e que traga para o centro das análises as relações e práticas de poder¹⁰. Para ela tais relações, na mesma medida em que tendem a ser reproduzidas, podem também ser mudadas através da prática.

Mas há que se fazer uma ressalva sobre o lugar que a agência tem nessa proposta. O contexto tem uma importância crucial que se equaciona com a agência. Para tanto, a autora cria a noção de “jogos sérios” (*serious games*, Ortner, 1996:13). Através dela, procura-se abarcar as redes de relações, as interações, as posições mutáveis dos sujeitos, as intenções relativas à idéia de jogos. O qualitativo “sério”, por sua vez, remete à idéia de poder e de desigualdades que atravessam os jogos. Na sua perspectiva o gênero ganha uma importância crucial porque “é, ele próprio, um sistema de prestígio – um sistema de discursos e práticas que constroem masculinidades e feminilidades não somente em termos de papéis diferenciais e significados mas também em termos de valor diferencial, prestígio diferencial” (Ortner, 1996:143). Gênero, como um sistema de prestígio, atravessa, portanto, a agência e as práticas de poder.

A essas perspectivas teórico-analíticas se soma um conceito de cultura definido como um “espaço semântico, um campo de signos e práticas no quais seres humanos

¹⁰ Ortner (1996) exemplifica como práticas de poder “atos de dominação, controle, violência, exercícios de autoridade, performances de humilhação, raiva, impotência, dor, luta, resistência, revoluções” (p. 4).

constroem e representam eles mesmos e os outros e, conseqüentemente, as suas sociedades e histórias (Comaroff & Comaroff, 1992:27). Ressalta-se que o elemento subjacente a este entendimento de cultura, ao que está intrinsecamente ligada, é o poder. Nesta concepção a noção de poder é fundamental para a apreensão e compreensão do porquê alguns signos são dominantes e outros não o são e algumas práticas são consensuais e outras não.

Além disso, a ênfase no poder nessa proposta assume múltiplas facetas que são levadas em conta: na postura do antropólogo em campo, na sua relação com a comunidade acadêmica da qual faz parte, nas relações que constituem o universo pesquisado e como objeto, ele mesmo, de investigação etnográfica. Há a incorporação da noção de poder como parte constituinte de todos os níveis da produção de conhecimento e se faz crucial dar visibilidade para as suas implicações.

Esta noção de cultura possibilita a ampliação dos objetos de estudo da Antropologia, os quais passam a ser as práticas culturais significativas. E é neste sentido que se enquadra a possibilidade do fazer etnográfico como um método privilegiado para a apreensão das práticas culturais significativas nas suas mais diversas manifestações, e assim justifica-se o uso desse método como o escolhido para essa pesquisa. Deste modo, a perspectiva etnográfica aqui adotada possibilita identificar as particulares convenções de gênero que dotam de sentido as práticas políticas em embate, bem como os diferentes repertórios simbólicos que compõem o contexto político em questão e nele se antagonizam. Possibilita o desvendamento de novas potencialidades para a compreensão das práticas políticas feministas. Passarei, agora, à contextualização da pesquisa etnográfica realizado na cidade do Recife.

3. Na descoberta do Recife, o Nordeste: contextualizando a pesquisa

Para a realização dessa pesquisa, busquei um contexto em que o associativismo político, em especial de caráter feminista, mas não só, fosse bastante desenvolvido. Procurava, por exemplo, a existência de atuantes grupos da sociedade civil, movimentos sociais, núcleos de partidos políticos. Grupos que envolvessem o ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, além de conjunturas políticas empenhadas no fomento da participação política das camadas populares. Em vista desses critérios, a cidade de Recife mostrou-se propícia para a realização da pesquisa.

Historicamente capital pólo da região Nordeste (Albuquerque Jr., 2006), Recife é uma cidade com população total de 1.422.905 habitantes (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003), com IDH médio (0,797). No entanto, revela uma grande desigualdade interna em termos de distribuição de renda. Recife consta entre as capitais de maior iniquidade interna do país (Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005). Em relação ao cenário político, durante o período da pesquisa que fundamenta essa tese, Recife entrava na sua segunda gestão municipal petista, e uma revelava uma conjuntura política voltada ao incentivo da participação popular, com inúmeras iniciativas, dentre as quais se destaca o fomento do Orçamento Participativo e Conselhos Populares. A cidade revelou uma grande efervescência associativista, com muitas organizações antigas e tradicionais nos mais diferentes âmbitos de atuação. Segundo Teixeira (2003), a região Nordeste é a segunda região brasileira a concentrar o maior número de ONGs filiadas à ABONG. Se classificarmos por estado da federação, Pernambuco fica em terceiro lugar, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro¹¹.

Uma das lições que aprendi no convívio com as ativistas do movimento de mulheres/feminista local foi a de que *não se faz política sem dinheiro* (Diário de Campo, doravante DC, 09.04.05). Nesse sentido, chama a atenção a presença marcante de investidores internacionais, tais como empresas privadas multinacionais (Unilever, Kellogs, pr exemplo), agências de financiamento da cooperação internacional (OXFAM-NOVIB/Cáritas) e nacionais (Ministério da Saúde) no contexto investigado. Tal presença responde à força de Recife como um pólo político-associativo regional, mas permanece a questão sobre como a cidade se constituiu como o lócus de grande investimento e fomento político. A despeito dos dados sócio-demográficos que revelam uma sociedade muito desigual, sem querer banalizar os graves problemas sociais advindos dessa desigualdade, refiro-me a uma configuração em que instituições, práticas e discursos contribuíram historicamente para a construção da imagem do Nordeste como o retrato do Brasil profundo, pobre, atrasado e violento. Encontramos na história social da constituição do Nordeste indícios dessa configuração.

¹¹ Segundo o sítio da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) há, em Pernambuco, 34 ONGs associadas, dentre as quais 29 localizam-se em Recife e Região Metropolitana. Já no Cadastro Nacional de ONGS do Instituto Brasileiro do Terceiro Setor há, em Pernambuco, 583 entidades cadastradas, desde ONGs associadas à ABONG, Associações de Moradores, os mais variados grupos de mulheres até sociedades religiosas filantrópicas.

Nos estudos históricos de Albuquerque Júnior (2006, 2005 e 2003) encontramos subsídios interessantes para situar essa imagem do Nordeste como uma criação de uma elite intelectual e econômica local. Assim, o Nordeste

como região surgiu a partir de uma série de práticas regionalistas e de um discurso regional que se intensifica entre as elites do Norte do país, a partir do final do século XIX, quando o declínio econômico e político dessa área vai levar a uma progressiva subordinação desse espaço em relação ao Sul do país, notadamente São Paulo (Albuquerque Júnior, 2003: 150).

A força dessa criação, que remonta ao fim do século XIX com o advento da Grande Seca de 1877 que assolou a região, revela a importância do acesso a determinados bens, tais como informação (jornais, por exemplo) para a constituição de opiniões que se traduzem em práticas discursivas, estabilizando historicamente a imagem de uma região. Nesse sentido, não é exagerado afirmar-se que o Nordeste é “filho das secas” (Albuquerque Júnior, 2006).

A elite então decadente, que vivia das atividades agrícolas ligadas ao açúcar e ao algodão, reuniu-se em torno de reivindicações para a solução do problema da seca através de demandas de maior atenção e investimentos do Estado Nacional. Investiu, assim, no “potencial político” (Albuquerque Júnior, 2003) do problema da seca, daí “generalizou-se a idéia de que a pobreza da região era um fator natural, o que beneficiava os grupos sociais dominantes, que se aproveitavam desta idéia para tirar proveito dos problemas causados pelas secas. Daí Antônio Callado ter apelidado setores da elite nordestina como de ‘industriais da seca’” (Andrade, 2002:02), constituindo a imagem do Nordeste como carente:

a própria imagem que as elites procuraram criar da região, como sendo seca e inóspita, vítima da natureza, para com esta imagem carrear recursos e conseguir investimentos e cargos públicos em suas áreas de domínio político, faz com que o nordestino seja sempre desenhado como este homem que precisa ser forte, rústico, resistente, quase um homem-cacto, para poder resistir a um ambiente que é sempre descrito como hostil (Albuquerque Júnior, 2005:34).

Já nessa prática identificamos as marcas de um sistema de prestígio e privilégios da elite econômica e intelectual local, do que decorre o surgimento do Movimento Regionalista em Pernambuco, com forte base intelectual. A idéia de tal movimento era a de construir o Nordeste, em oposição ao Sul com as ondas migratórias européias, como a “expressão do que havia de mais brasileiro, daquela civilização tropical criada pelo

encontro das três raças, formadoras da nacionalidade” (Albuquerque Júnior, 2003:154); a revelação do verdadeiro Brasil, do Brasil profundo. Um dos grandes marcos dessa construção é situado no movimento regionalista de 1924, encabeçado por Gilberto Freyre, que funda o Centro Regionalista do Nordeste e dois anos depois realiza o primeiro Congresso Regionalista em oposição ao Movimento Modernista de 1922¹².

Importa ressaltar que a essa imagem do Nordeste como uma região específica, correspondeu também a criação de um tipo identitário particular, o nordestino, o qual será de grande utilidade para a compreensão dos sentidos de poder e gênero do campo político feminista/de mulheres local. Numa análise de gênero desse processo de construção discursiva o atributo da coragem aparece como sendo o significante fundante da idéia do Nordeste e do nordestino como masculino, indiferenciadamente para homens e mulheres:

o nordestino, portanto, fruto de uma história e uma sociedade violenta teria como uma de suas mais destacadas características subjetivas a valentia, a coragem pessoal, o destemor diante das situações difíceis (...), inclusive por parte das mulheres; a resistência pelas armas, se necessário, a todas as afrontas, partissem elas de vizinhos, opositores políticos, representantes do governo e até de membros da família, vai ser uma temática recorrente das memórias escritas por nordestinos. Parecem não ter havido pais ou mães covardes, frágeis, medrosos nesta terra (Albuquerque Júnior, 2003:193-194).

Assim, a imagem do Nordeste como “região problema” (Dias, 2002:01) se constituiu e permanece, conseguindo angariar investimentos do Estado brasileiro como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no governo Juscelino Kubitschek no ano de 1959, tendo como seu primeiro presidente o seu idealizador, o economista Celso Furtado. A partir do golpe militar de 1964 essa superintendência sofreu “um processo de esvaziamento político e orçamentário, ficando as suas atividades quase que restritas à administração do Fundo de Investimentos do Nordeste

¹² Na ocasião, Freyre enuncia o seu manifesto regionalista em que constam os principais princípios desse movimento: “Procurando reabilitar valores e tradições do Nordeste repito que não julgamos estas terras, em grande parte áridas e heroicamente pobres, devastadas pelo cangaço, pela malária e até pela fome, as Terras Santas ou a Cogue do Brasil. Procuramos defender êsses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neofilo de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e “progressistas” pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. A novidade estrangeira de modo geral. De modo particular, nos Estados ou nas Províncias, o que o Rio ou São Paulo consagram como “elegante” e como “moderno”: inclusive êsse carnavalesco Papai Noel que, esmagando com suas botas de andar em trenó e pisar em neve, as velhas lapinhas brasileiras, verdes, cheirosas, de tempo de verão, está dando uma nota de ridículo aos nossos natais de família, também enfeitados agora com arvoresinhas estrangeiras mandadas vir da Europa ou dos Estados Unidos pelos burgueses mais cheios de riqueza e de dinheiro (Freyre, 1926:04, *sic*)”

(FINOR) e das frentes de trabalho, quando da ocorrência de uma seca” (Duarte, 2002:02). A SUDENE, ao longo dos anos, foi passando por transformações e críticas tendo-se em vista a persistente não resolução do quadro das secas e do desenvolvimento do Nordeste. Foi extinta em 2001 no governo Fernando Henrique Cardoso e reativada no governo Lula, em meados de 2003¹³.

A força da idéia do Nordeste e da necessidade criada de se pensar a especificidade da região e da sua gente é ainda muito pregnante¹⁴. Nesse sentido, com todos esses elementos reunidos, Recife pareceu-me conformar um contexto político instigante para as questões dessa pesquisa. Essa impressão foi enormemente reforçada pela efervescência do movimento feminista/de mulheres local. O meu interesse pelo contexto feminista pernambucano vem já de algum tempo, tendo sido despertado pela grande participação de entidades pernambucanas na Rede Nacional de Multiplicadores de Cidadania formada pela ONG gaúcha Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero¹⁵. Essa presença marcante despertou o meu interesse para o ativismo feminista/de mulheres local, em especial porque havia a possibilidade de estabelecer nexos comparativos com a experiência gaúcha, que havia sido foco das minhas pesquisas anteriores, como mencionei anteriormente. Tal interesse foi também reforçado pelo contato com a literatura sobre movimento de mulheres em Pernambuco (Thayer, 1999 e Couto, 2002), em especial sobre o movimento de mulheres trabalhadoras rurais (Thayer, 2001).

A partir de um mapeamento inicial realizado na internet, pude arrolar uma série de associações e organizações de caráter feminista voltadas para mulheres das camadas urbanas de baixa renda. A diversidade de organizações feministas e de mulheres ali existentes chama a atenção. Em conversa com ativistas do campo descobri que o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) reunia mais de 60 entidades, dentre as quais se encontram *ONGs feministas e associações de mulheres de base* conforme classificação nativa. Deste Fórum participam ONGs tradicionais e reconhecidas no campo feminista

¹³A Fundação Joaquim Nabuco, órgão de caráter público federal, abriga grupos de trabalho interdisciplinares para a constante análise e monitoramento do desenvolvimento sócio-econômico da região. Análises mais detalhadas sobre o tema podem ser encontradas em Araújo (2002), Dias (2002), Duarte (2002) e Andrade (2002) ou no <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste>.

¹⁴ Vide, por exemplo, os seminários internacionais realizados para a discussão do Nordeste e da influência da obra de Gilberto Freyre promovidos pela Fundação Gilberto Freyre (FGF, 2000 e 2005).

¹⁵ Em 1998, a ONG gaúcha capacitou 22 entidades de diferentes estados do Brasil para que realizassem o projeto de Formação de Promotoras Legais Populares em seus locais. Destas 22 ONGs, 08 delas estão situadas em Pernambuco, o que o configura como o único estado da rede que possui uma grande representatividade.

nacional, cuja estrutura congrega projetos com grupos de mulheres os mais diversos e com grande inserção em organizações de mulheres rurais e urbanas de baixa renda. Há também um outro universo do campo político feminista local com grande inserção nos movimentos populares de mulheres, ligado à gestão municipal: o Fórum Temático de Mulheres do Orçamento Participativo, organizado pela coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife, que estava então na sua segunda gestão. Frente a essa riqueza e potencial rendimento para os temas da minha pesquisa que vislumbrava nesse campo, decidi por realizar uma pesquisa exploratória, que se transformou numa estadia de nove meses durante o período de outubro de 2004 a julho de 2005, no qual convivi intensamente com os mais diferentes grupos de mulheres e espaços do campo político feminista. Passarei a algumas reflexões sobre o cotidiano da pesquisa, bem como sobre o universo que a compõe.

4. O cotidiano na Veneza brasileira e o universo da pesquisa

A pesquisa etnográfica tem, para efeitos analíticos, duas etapas. A primeira caracterizou-se como uma pesquisa exploratória com objetivos de: mapear o movimento de mulheres/feminista e popular em Recife; identificar as principais entidades, projetos, público-alvo, questões norteadoras da intervenção; atentar para a constituição do campo de forças dentro do campo político; fazer contatos com mulheres das camadas urbanas de baixa renda que possuíam algum tipo de militância de alguma forma interseccionada pelas intervenções feministas; atentar para o apelo que as causas feministas e a crítica ao sexismo têm dentre as militantes *de base* e estabelecer vínculos e conviver no seu cotidiano para além das atividades políticas.

Frente à tamanha diversidade do campo feminista local, utilizei como porta de entrada para esse universo o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), que acabou sendo a minha referência ao longo da pesquisa. Durante a primeira etapa participei sistematicamente das reuniões do FMPE a fim de fazer contatos com os grupos que dele participavam. Concomitantemente fiz visitas a algumas das entidades, grupos e associações, a fim de conhecer de forma mais próxima os trabalhos desenvolvidos e as concepções que os fundamentam. Como não poderia conhecer todas as entidades que fazem parte do FMPE, e a fim de ter uma noção mais geral da diversidade que o compõe, estabeleci alguns critérios para eleger alguns grupos para visitar, tais como: contemplar diversidade de focos de interesse e intervenção, antiguidade, regionalidade (há muitas

entidades oriundas da Região Metropolitana de Recife), ter participado do projeto de formação de Promotoras Legais Populares, a fim de ter nexos comparativos com a experiência anteriormente pesquisada por mim no contexto de Porto Alegre, e, sobretudo, estarem abertas à minha visita.

Nesta primeira etapa conheci o trabalho de 11 entidades que fazem parte do FMPE: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, Casa da Mulher do Nordeste, Coletivo Mulher Vida, Instituto Papai, Grupo Curumim – Gestação e Parto, CAIS do Parto, Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo, Associação de Mulheres Entendidas de Pernambuco, Associação Pró Mulher, Grupo de Mulheres do Morro da Velha, Grupo de Mulheres do Conselho da Vila¹⁶, sendo essas últimas quatro caracterizadas como de *mulheres de base*, bem como o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife e do Conselho Municipal das Mulheres. Longe de ser uma amostra estatisticamente representativa, ela demonstra qualitativamente a diversidade inerente ao FMPE e do associativismo que se intersecta com o feminismo local.

Além disso, participei das reuniões do FMPE e de inúmeras atividades (eventos, audiências públicas, seminários, conferências) do campo feminista/de mulheres local. Tendo em vista as relações de poder e gênero constitutivas do campo feminista local, a etnografia realizada junto ao FMPE possibilitou-me ter acesso às principais forças políticas em jogo e às concepções distintas de feminismo por elas articuladas, que estão em constante negociação e disputa. Nesse campo local de forças as distintas alteridades em disputa, de acordo com uma combinação contingente entre contexto, situação e sentido, revelam uma “trama política” marcada pela prática de estabelecimentos de alianças estratégicas mutantes. Assim, construí uma análise, desenvolvida nos capítulos dois e três, do campo como um sistema de distribuição desigual de prestígio que pode ser compreendido pela justaposição de duas categorias cruciais: o “capital de articulação política” e a noção nativa “*colocar a arapiraca na mesa*”, que conota os atributos de gênero da práxis política local.

Estabeleci vínculos mais aprofundados e sistemáticos com dois grupos de mulheres que se encaixavam no perfil da minha pesquisa, oriundos de duas regiões distintas: uma da periferia de Recife (O Grupo de Mulheres da Vila) e outro da região metropolitana (Associação Pró-Mulher). Como os nomes dessas duas entidades, as principais

¹⁶ Com exceção desses três últimos grupos, cujos nomes foram trocados com um intuito de preservação do anonimato, os nomes originais das entidades foram mantidos. Mais adiante discutirei sobre a troca dos nomes.

protagonistas dessa etnografia, foram trocados, é imperativo fazer uma pequena digressão sobre a troca dos nomes e a ética na pesquisa.

À primeira vista, “o implacável processo de contextualização que é a base da metodologia antropológica” (Moore, 2000:158), e por isso mesmo revelador, impõe um obstáculo na premissa ética da pesquisa etnográfica acerca da manutenção do anonimato dos grupos com que se pesquisa. A descrição minuciosa – com o esforço de ser densa, de acordo com a tradição antropológica hermenêutica - tende a revelar os sujeitos e os contextos em que se inserem, mesmo com a troca dos seus nomes na tentativa de resguardar a sua identidade. Esta importante questão, inerente ao método etnográfico, foi alvo de reflexões ao longo do processo da minha pesquisa e tem se imposto fortemente desde os primeiros ensaios analíticos dos dados etnográficos.

Num primeiro (e longo) momento optei por trocar todos os nomes, tanto das pessoas com quem tive contato ao longo da pesquisa, quanto o das entidades que conheci. Criei um sistema de nomenclatura que procurasse manter alguma familiaridade com o princípio onomástico tanto das instituições quanto das próprias pessoas. Para as entidades envolvidas com a promoção dos direitos das mulheres, dei nomes que envolvessem esses referenciais, como Instituto de Mulheres pela Cidadania, por exemplo. Em relação às pessoas, procurei manter uma semelhança na origem: nomes de origem portuguesa, italianos e assim por diante. Sobre o caso específico dos nomes pessoais, voltarei mais adiante. Gostaria agora de me concentrar nos nomes das entidades, um dos principais focos de discordância e debate no processo de orientação.

Como o tema geral da tese é poder e gênero, cujo foco é justamente os meandros das relações políticas, e dado o caráter extremamente revelador do método etnográfico, fiz a opção pela troca. O argumento para tanto se assentava basicamente numa preocupação ética sobre os possíveis e inimagináveis impactos políticos que a análise sobre as relações de poder poderia ter entre o universo pesquisado. Mesmo tendo a consciência de que, por um lado, não há a mínima possibilidade de controle dos usos e interpretações que as nossas pesquisas possam ter quando passam ao domínio público, e, por outro, o implacável caráter revelador do método etnográfico, tornando vãs as mais requintadas tentativas de manutenção do anonimato, acreditava ser um imperativo ético a sua busca. Talvez aí haja uma forte arrogância intelectual embutida, que inconscientemente creia que a minha verdade parcial em forma de análise sobre o observado e vivenciado possa ter um cunho de verdade absoluta, de retrato do “real”, que se prenda talvez à tal busca pela objetividade

masculinista da ciência ocidental de que fala Haraway. Um paradoxo e tanto para uma análise que se pretende feminista, corporificada e situada.

Pacientemente a minha orientadora foi me mostrando, ao longo das nossas conversações, que chamar o SOS Corpo – cujo nome guarda em si um potente caráter histórico do próprio desenvolvimento do feminismo brasileiro e, portanto, extremamente significativo para se compreender a sua consolidação, o seu “renome” (Corrêa, 2003), no campo político feminista – de Instituto Mulheres pela Cidadania faria toda a diferença e perdia muito do seu rendimento analítico. Convencida do seu argumento, voltei atrás no meu e os nomes das entidades permaneceram os originais, com exceção de três delas: o Grupo de Mulheres do Morro da Velha, a Associação Pró Mulher e o Grupo de Mulheres da Vila. Muito embora sejam facilmente identificadas através da descrição etnográfica, preferi resguardá-las um pouco mais, o que remete a um paradoxo inerente a este aspecto da escrita etnográfica ainda não resolvido.

Nesse caso em específico, dada a discrepância de poder e prestígio entre essas entidades e as outras, a proximidade com os detalhes da vida íntima e cotidiana desses pequenos grupos e das suas integrantes, cuja existência é ainda claudicante dentro do campo político local, entendo ser mais ético manter a sua identidade protegida e aqui me valho da lição geertziana acerca da produção do texto etnográfico, baseada na interpretação, como uma ficção. Segundo o autor,

os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (...) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’ – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento” (Geertz, 1989: 25-26).

Resguardá-las, enfim, da minha imaginação antropológica, das minhas construções, das minhas interpretações. E é nesse mesmo argumento que se assenta a troca geral dos nomes das pessoas com que pesquisei, sejam elas oriundas das *ONGs profissionalizadas* ou dos *grupos de mulheres de base*. Mas há uma ressalva a ser feita aqui também. Ao longo do texto, se encontrará algumas mulheres referidas pelos prenomes e sobrenomes, outras apenas pelo prenome e algumas, ainda, somente pelo apelido, por vezes no diminutivo. Essas distinções devem-se à manutenção do princípio onomástico que rege o campo investigado, mesmo trocando-se o nome original. Tal princípio aponta para um importante dado relativo ao lugar ocupado por essas agentes no campo político local.

Mas “que é um nome?” (Corrêa, 2003:19). A pergunta que se faz a antropóloga ao analisar a invisibilidade, na história da disciplina, de antropólogas casadas com antropólogos famosos, aponta para a importância do nome como um elemento central na construção do renome, da notoriedade e, por que não, do prestígio individual. O que, no caso por ela analisado, obedece uma distribuição desigual nas relações de gênero. Assim, a autora demonstra que no caso em questão

um homem de renome estende a “ilusão biográfica” para além do momento em que o adquire (...). *Renome* no duplo sentido de nome famoso e de segundo nome, no caso das mulheres, com frequência o que elas adquirem ao casar (...). ao serem assim renomeadas essas mulheres tornam-se então *esposas* em primeiro lugar – e são assim também consideradas (Corrêa, 2003:22).

Estendendo essa análise para o campo político pesquisado, também fortemente constituído por atributos de gênero e por distinções de poder, percebe-se, na própria nomenclatura diferencial das mulheres, mecanismos de constituição e distribuição de prestígio. Ser conhecida pelo nome no contexto estudado, ou ter um renome, como ensina Corrêa, parece ter uma carga simbólica muito forte, posicionando diferencialmente o sujeito (ou as sujeitas) no campo político.

À primeira vista, no caso por mim analisado, parece que quanto mais prestígio político se angaria (quanto maior for a sua *arapiraca*, como se verá nos capítulos dois e três), mais singular se vai tornando, daí o uso do nome e sobrenome, em alguns casos, ou apenas do prenome, em outros. Muitas mulheres dos movimentos populares que fazem parte do FMPE são conhecidas pelo apelido e, em geral, no diminutivo. Aqui, junto do marcador de gênero, insere-se mais marcadamente o de classe. A comparação entre essas duas formas distintas de nomenclatura (de um lado mulheres com prenome e sobrenome e de outro mulheres com apelidos no diminutivo) parece guardar em si indícios do lugar diferencial associados à trajetória política dessas mulheres e dos seus grupos nas redes de articulação política que marcam indelevelmente o campo político local, como procurei demonstrar no capítulo quatro. Finda, aqui, a digressão sobre a nomenclatura e ética.

No que considerei a segunda etapa do trabalho de campo, acompanhei o Grupo de Mulheres da Vila e a Associação Pró-Mulher, bem como as suas integrantes mais sistematicamente, conhecendo as suas casas, as suas famílias e o seu cotidiano. Ao final do período, realizei entrevistas semi-dirigidas com as mulheres desses grupos a fim de sistematizar informações mais detalhadas sobre as suas trajetórias de vida e de militância. Os dados etnográficos sobre esses grupos são os fundamentos dos capítulos quatro e cinco.

Um outro aspecto que deve ser considerado sobre a circunscrição do universo empírico que faz parte dessa análise diz respeito à contingência e fluidez dos elementos que reúnem os indivíduos e definem as fronteiras dos grupos organizados. Como observa Tornquist (2007), os estudiosos de movimentos sociais deparam-se com a alta transitoriedade de indivíduos e grupos, característica marcante desse campo frente à dinamicidade dos movimentos. A autora caracteriza, de forma bem humorada, a sua pesquisa sobre o movimento de humanização do parto como “mambembe”, tendo de lidar com uma diversidade de informantes e de acompanhar as mais diversas dinâmicas de deslocamento. Como lembram Alvarez, Dagnino e Escobar (2000),

as teias de movimentos abrangem mais do que suas organizações e seus membros ativos, elas incluem participantes ocasionais de eventos e ações e simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionalmente políticas, a Igreja, o Estado que (ao menos parcialmente) apóia um determinado objetivo do movimento e ajuda a difundir seus discursos e demandas dentro e contra as instituições e culturas políticas dominantes (p.37).

O que dá uma dimensão mais concreta do desafio enfrentado nessas pesquisas. Talvez a partir daí se compreenda as inúmeras personagens presente na etnografia do FMPE, foco dos capítulos dois e três. Muito embora o meu interesse de investigação fosse o cotidiano das mulheres ativistas das camadas de baixa renda, de forma semelhante, enfrentei dilemas parecidos ao ter de lidar com um vasto campo, como o campo político feminista local onde essas mulheres estavam inseridas. Para compreender como essas dinâmicas do contexto político mais amplo pelo qual circulavam repercutiam nas outras dimensões das suas vidas tive de lidar com a fluída frequência e alta rotatividade dos grupos e das participações nas atividades políticas. Esse caráter de intenso deslocamento se acirra ainda mais quando se trata de uma metrópole como Recife.

Embora tivesse no meu horizonte metodológico residir num dos bairros da periferia, junto às minhas principais interlocutoras, com o passar do tempo fui desistindo aos poucos da idéia e optei por me instalar num bairro mais central e classe média, não muito distante simbolicamente do meu mundo originário. O estranhamento, as sensibilidades, as tensões advindos do encontro etnográfico e do confronto com um modo de vida permeado, sobretudo, por uma série de privações materiais, me atingiram em cheio e, subjetivamente, não dei conta dessa experiência, para mim radical, da diferença. Precisava, ao final de um dia de trabalho, retornar para um universo um pouco mais familiar. Essas questões, bem

como as relações de poder que permearam o próprio processo da pesquisa etnográfica, me possibilitaram entender de forma mais visceral um dos elementos-chave que constitui o próprio fazer político dessas mulheres: o atributo da coragem. Tal reflexão é o mote do capítulo que abre essa tese.

Como todas as escolhas feitas implicam em ônus e bônus, se por um lado perdi muito do ganho que se tem com o convívio mais visceral e sistemático, ganhei numa visão mais ampla dos grupos e da dinâmica do campo político local, através da possibilidade de acompanhar os dois diferentes grupos, localizados em dois extremos opostos, e a intensa agenda política do FMPE, ao longo de todo o período da pesquisa.

Antes de finalizar essa introdução, vale, ainda, uma pequena observação acerca das convenções utilizadas na escrita dessa tese. As “aspas duplas” reservei para destacar conceitos, expressões e excertos bibliográficos. Os excertos das notas de campo estão grafados em corpo 11, com o intuito de demarcar uma narrativa um tanto distinta. Já os fragmentos textuais, expressões e palavras grafadas em *itálico* marcam a literalidade dos meus interlocutores e interlocutoras, assim como também para palavras estrangeiras, de acordo com a convenção tradicional da língua portuguesa.

CAPÍTULO I
MEDO E *SANGUE NO OLHO*: ETNOGRAFIA, ALTERIDADE E AS SUAS TRAMAS DE PODER EM
RECIFE

(...) quando começou a afastar-se em passos rápidos descobriu de repente que o medo estava dentro do seu estômago, movendo-se como um feto esverdeado. O estômago, porra. 'Em operário e negro não percam tempo dando porrada na cabeça, o ponto sensível é o estômago'. O medo não o fazia suar nem tremer as pernas nem baixar a pressão. O medo dava-lhe náuseas, o medo escalava o esôfago, verde, apodrecido, cheirando mal, as pequenas mãos de aço e os olhos cegos, o medo o faria vomitar (...)
(Tabajara Ruas, *O Amor de Pedro* por João, 1998, p.125)

O medo descrito por Tabajara Ruas é atribuído ao personagem João Guiné, um velho militante de esquerda, negro, pouco letrado, em meio à atmosfera sombria do período ditatorial no Brasil. A contundência descritiva da imagem do medo serviu-me como referencial para descrever e dar sentido à sensibilidade que se aflorou, se reconfigurou e me acompanhou ao longo dos meses de duração da minha pesquisa etnográfica em Recife/PE. Em alerta ou adormecido, sentia a sua presença constante em mim; tomei, assim, de empréstimo a imagem do medo de João Guiné. O refúgio à literatura para o encontro de algo que comunicasse esse sentimento não é casual.

Tema pouco debatido, são raras as referências antropológicas sobre o medo do etnógrafo em campo, com especial destaque para a “Introdução metodológica e afetiva” de Zaluar (1985). Embora pareça ser algo sempre presente nas experiências de encontro com o Outro, seja na forma de angústia originada pelo enfrentamento do desconhecido, pela saudade de casa ou mesmo na forma de riscos concretos que enfrentamos no trabalho de campo, o medo não encontra muito espaço para a sua manifestação¹⁷. O silêncio acerca das sensibilidades evoca alguns mitos vigentes de forma tácita na disciplina, como os do antropólogo intangível, assexuado e poderoso¹⁸.

¹⁷ Muito embora os sentimentos que se imiscuem no processo de pesquisa etnográfica, tais como a saudade, a tristeza, o estranhamento já sejam, tradicionalmente, alvo de reflexão na disciplina (Lévi-Strauss, 1995 [1955] e Da Matta, 1978), o sentimento do medo ainda é sub-analisado.

¹⁸ Tais mitos podem ser apreendidos das críticas direcionadas aos textos antropológicos clássicos e ao lugar por eles destinado à subjetividade do etnógrafo em campo. Podemos citar como exemplo, a crítica acerca da autoridade etnográfica (Clifford, 1998) que se associa a um ideal de ciência e a aparição dos diários íntimos como o de Malinowski (1997 [1967]), sobre o qual Geertz (1998) preconiza “o mito do pesquisador de campo semicamaleão, que se adapta perfeitamente ao ambiente exótico que o rodeia, um milagre ambulante em empatia, tato, paciência e comospolitismo, foi, de um golpe, demolido por aquele que tinha sido, talvez, um dos maiores responsáveis pela sua criação (p.85).”

Creio que o enfrentamento analítico do medo, associado à reflexão sobre o lugar da pesquisadora em campo nas mais distintas situações do contexto investigado, explicita e questiona esses mitos. Nesse sentido, tal sensibilidade aqui é tomada como um elemento antropológicamente produtivo, que comunica sobre o encontro etnográfico, a constituição de alteridades e as relações de poder e gênero neles contida.

O objeto da investigação dessa tese tem como pano de fundo as relações de poder e gênero, em geral, e mais especificamente as intersecções entre política e gênero, que no contexto investigado encontra diferentes e inúmeras manifestações. Nesse sentido, tomar a sensibilidade do medo como recurso heurístico para falar sobre as alteridades é estratégico aqui, posto que indica um atributo crucial para se compreender tais intersecções.

Cabe salientar que a sensibilidade do medo tem um caráter processual. Foi uma sensibilidade que emergiu, num primeiro momento como fruto do estranhamento frente ao novo, ao desconhecido, mas que foi se transmutando na medida em que fui sendo socializada nos códigos culturais locais. O processo de transformação dessa sensibilidade envolve combinações contingentes de marcadores sociais importantes no campo de pesquisa, constitutivos de alteridades, tais como gênero, classe, cor, idade, mediado por negociações de poder.

A pedagogia do cultivo dessa sensibilidade no contexto investigado passou por distintos momentos: do estranhamento à resistência e dela ao aprendizado, envolvendo sentidos de socialização, domesticação e cuidado. Esse aprendizado redundou, analiticamente, na compreensão da categoria-chave para a interpretação das intersecções entre política e gênero, encerrada na categoria nativa *ter sangue no olho*, utilizada por Amelinha, uma das minhas principais interlocutoras nessa pesquisa, ao se referir a um dos principais requisitos para se estar no jogo político.

Preocupada em compreender a forma como as relações de poder e gênero se interseccionam e se manifestam, contribuindo para o desvendamento dos códigos e convenções do universo investigado, procuro demonstrar de que forma as sensibilidades, essas intrusas clandestinas das pesquisas etnográficas, se revelam vigorosas variáveis desestabilizadoras das relações de poder em campo. Assim, nesse capítulo refletirei sobre o processo da pesquisa etnográfica que realizei: o estranhamento advindo da inserção no novo, a apreensão dos códigos locais, as mediações e negociações e o estabelecimento dos vínculos com os diferentes sujeitos da pesquisa. Reitero que todo esse processo foi marcado

pela emergência de distintas sensibilidades que se constituem como dados importantes para a análise do material etnográfico.

1.1. As brechas para as sensibilidades

As condições de possibilidade para empreender essa análise aqui se devem, em grande medida, aos resultados da auto-crítica por que passaram as Ciências Sociais, sobre que tipo de conhecimento produzem. Tal reflexão fez com que se voltassem para discussões acerca do lugar da subjetividade, da reflexividade, da agência na produção do conhecimento, enfim, para aquilo que Viveiros de Castro (2002) chama de “pragmáticas da agência social”. Em vista dessa viragem, a etnografia – método característico da Antropologia – toma um lugar privilegiado, trazendo consigo desafios enfrentados pela teoria social contemporânea em como pensar a alteridade, ou, como define Moore (1994), o “fascínio pela diferença”, e as relações de poder implicadas no encontro etnográfico.

Tomando-se a definição genérica de Marcus e Fischer (1986), a “etnografia é um processo de pesquisa no qual o antropólogo detalhadamente observa, registra e empenha-se na vida cotidiana de uma outra cultura – uma experiência rotulada como o método do trabalho de campo – e, então, escreve relatos desta cultura, enfatizando a descrição detalhada” (p. 18). No entanto, há uma premissa oculta na idéia de “outra cultura”; ela inscreve-se num quadro epistemológico da produção antropológica em que há um imperativo do deslocamento físico-geográfico para aprender. Desde a sistematização do método, por Malinowski (1978), a necessidade desse deslocamento está associada a imersões culturais em mundos nos quais as fronteiras simbólicas são mais claramente identificadas. Esse imperativo do deslocamento físico-geográfico traz impactos específicos para o etnógrafo:

Seus condições de vida e de trabalho o isolam fisicamente do seu grupo por longos períodos; pela brutalidade das mudanças a que se expõe, ele adquire uma espécie de desarraigamento crônico: nunca mais se sentirá em casa, em lugar nenhum, permanecerá psicologicamente mutilado. (Lévi-Strauss, 1995 [1955]:53).

Lévi-Strauss chama a atenção para os impactos subjetivos desse processo. A força da imagem do não mais se sentir em casa aponta para o fato de que o deslocamento físico do método etnográfico resulta também num deslocamento de outra ordem. Há aqui,

inevitavelmente, um descentramento de si que acarreta em emoções e sensibilidades no etnógrafo, as quais nem sempre são expostas e tratadas como dados constitutivos da etnografia. Cabe ressaltar que uso a categoria sensibilidade tal qual Geertz (2001) a utiliza ao refletir sobre as dimensões éticas do trabalho de campo. O autor parte da premissa de que o pensamento é um ato moral e, portanto, reflete o tipo de situação humana em que foi produzido. Ele chama a atenção para a especificidade da pesquisa em Ciências Sociais em geral que implica num contato direto e por vezes continuado entre pessoas, o que leva a afetar as sensibilidades das que produzem o conhecimento. Sendo assim, alerta para a necessidade de “uma análise da pesquisa social científica como modalidade de experiência moral”, na qual as sensibilidades são levadas radicalmente em conta. No entanto, as sensibilidades nem sempre gozaram de um estatuto positivo, não sendo levadas em conta na produção do conhecimento sobre o Outro e tratadas como intrusas clandestinas e indesejáveis da pesquisa etnográfica (Da Matta, 1978).

Contudo, tal descentramento não é prerrogativa do deslocamento geográfico; está também presente em outros tipos de deslocamentos, como na observação do familiar (Velho, 1978). Como afirma Velho, mesmo vivendo na mesma sociedade e, portanto, partindo de uma familiaridade com o mapa que hierarquiza e organiza as categorias sociais, podem haver descontinuidades entre os mundos do pesquisador e pesquisados. O necessário processo de distanciamento empreendido põe em questão aquela familiaridade primeira, colocando o antropólogo numa condição de estrangeiro, por força do ofício. Essa condição, por sua vez, impõe desafios e impactos subjetivos que se imiscuem ao próprio processo de pesquisa. Velho (1978) nos fala, portanto, de dois tipos distintos de distância: “a distância social e a distância psicológica” (p.37); logo, implicam em mais efeitos de descentramento.

Há uma inevitável influência da subjetividade do pesquisador no processo de conhecimento, que deve ser trazida para o centro da produção antropológica (Geertz, 2001). A partir dessa posição o texto antropológico é entendido como uma ficção, no sentido de ser uma construção do antropólogo; um “experimento de pensamento” (Geertz, 1989: 26). Pode-se perceber que o sujeito do conhecimento – o antropólogo – tem um lugar especial, já que é ele quem inscreve o fluxo do discurso social, ele que interpreta e inegavelmente produz os dados que analisa. E o faz circunscrito a um campo de possibilidades interpretativas. Ou seja, a possibilidade de produção de conhecimento está condicionada “[à]quilo que nós estamos (pre)parados para conhecer. Em termos antropológicos diríamos que, no processo de endoculturação pessoal ou grupal, recebemos um quadro de categorias

culturais condicionadoras de nossas possibilidades de conhecimento” (Cardoso de Oliveira, 1998: 84).

A alteridade, nesta forma de conceber a Antropologia, é aquela que se pode conhecer precariamente, a partir de todos os filtros condicionadores do olhar do pesquisador. Para Geertz (1998) a alteridade não pode ser completamente apreendida, a sua existência não é tomada como um objeto coeso, fixo e passível de ser explicado a partir da observação. Antes, a possibilidade do seu conhecimento pressupõe uma relação intensa entre o pesquisador e o pesquisado. Aqui o outro é percebido não mais como uma “alternativa a nós”, antes uma “alternativa para nós”. E a relevância da etnografia está na possibilidade de aproximação entre estas duas subjetividades.

Essa forma de encarar a produção de conhecimento antropológico abre caminho para muitas reflexões críticas na disciplina, as quais irão se dirigir mais fortemente para a produção etnográfica e para a sua relação com a alteridade. Há aqui uma profunda reflexão sobre as relações de poder implicadas na produção do conhecimento etnográfico. Como uma ciência ocidental, portanto com uma origem histórica e contextual bem específica, a Antropologia é fomentada por uma necessidade ocidental de auto-conhecimento. Neste sentido, os estudos que produz são instrumentos poderosos de exotização e de construção do outro (“othering”) (Comaroff & Comaroff, 1992: 12), que se traduzem no movimento epistemológico, basilar da etnografia, de fazer do familiar, exótico e do exótico, familiar (idem, p.06). É desta auto-consciência disciplinar, da explicitação do contexto de produção de significados do pesquisador, que a produção de conhecimento do outro deve partir. Esta auto-consciência revela a inseparabilidade do conhecimento produzido do seu conhecedor.

Decorre daí que não há como fugir de uma certa arbitrariedade na construção do conhecimento antropológico. Produzir conhecimento sobre o outro, mesmo sendo ele crítico, parcial, arbitrário, é uma forma de poder, dadas as suas potencialidades como instrumentos poderosos de exotização do outro. Assumir tais premissas é adotar uma postura política frente à produção do conhecimento sobre o outro e lidar com as diversas dimensões de poder que implicam as pesquisas e análises antropológicas.

Tais preocupações acerca das relações de poder na pesquisa etnográfica são de especial interesse da Antropologia de vertente feminista (Moore, 1988 e 1994). Segundo essa vertente, a sua grande contribuição está no potencial relativizador da pesquisa empírica antropológica, com os seus dados trans-culturais, e no seu potencial comparativo advindo

daí para a desessencialização e desontologização de identidades de gênero. Lado a lado a este promissor potencial relativizador e comparativo dos dados etnográficos sobre as convenções de gênero está o comprometimento feminista em desafiar os contextos de exploração, através da reflexividade e da sensibilidade acerca das hierarquias de poder envolvidas na pesquisa, e o foco na forma como os dados etnográficos são obtidos, o que se complementa com uma inovação textual (Behar, 1993), típica dessa vertente feminista.

A preocupação volta-se para a problematização das relações de poder inerentes à situação etnográfica. O ponto central parece estar na atenção ao posicionamento do pesquisador em campo e nas relações de poder envolvidas seja na definição da relação de pesquisa, na troca desigual que se estabelece entre pesquisador/pesquisado e na potencial exploração do pesquisado (Margery Wolf, 1996 apud Panagakos, 2004). Tais preocupações partem da concepção de que na relação de pesquisa há uma distribuição diferencial dos recursos de poder entre pesquisador/pesquisados, que emergem da combinação entre distintos eixos produtores de diferenças e de desigualdades, tais como idade, gênero, raça, classe, nacionalidade, que se interseccionam. Reflete-se, portanto, sobre como estas combinações produzem mais diferenças, que por sua vez produzem desigualdades, e de que forma tais mecanismos devem aparecer na representação produzida sobre o outro na escrita.

A pertinência da preocupação com o estabelecimento de relações desiguais de poder em campo é inquestionável. No entanto, há que se refletir sobre as possibilidades de variações desses eixos de poder frente às diferentes influências e negociações contextuais do encontro etnográfico. Já que

a relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas (Cardoso, 1986:103).

Assim, atentar-se para as negociações que constituem o fluxo da experiência cotidiana, através do enfoque da interação entre contexto, situação e sentido (Atkinson, 1982), ou seja, as complexidades das experiências culturais constituídas pela compreensão dos contextos em que se situam, as situações de interação e as variações de sentidos nelas produzidos nos levam aos contrastes entre convenções constitutivas de repertórios e às variadas formas como eles são vivenciados e re-significados. Enfim, o enfoque nas

intrincadas relações entre convenções e práticas contribuirá para a compreensão de como o poder circula, produz e é produzido nessas relações. Foucault (1996 [1979]) assevera que

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (p.183).

Nesse sentido, pensar como o poder constitui a produção etnográfica implica em levar em conta as “práticas significativas” (Comaroff & Comaroff, 1992) e, através delas, o etnógrafo chegará à compreensão do universo pesquisado e do contexto mais amplo, sócio-histórico, em que se encontra.

Há ainda uma ressalva a ser feita. Creio que nesse quadro de distribuição dos recursos de poder, o gênero ocupa um lugar fundamental. Aqui, gênero é compreendido como uma “categoria de diferenciação” (Strathern, 1990:ix) que tem como referência a imagética sexual. Tal categoria de diferenciação cria outras categorizações, cujas relações entre si revelam possibilidades inventivas sobre relações de gênero e sobre relações sociais, e perpassa e marca as mais diversas ações sociais. Esta concepção de gênero, portanto, não se restringe à relação corpo biológico- sexo- gênero, antes abarca e dota de sentido a organização da vida social. Gênero, portanto, é aqui tomado como “um princípio pervasivo da organização social” (Strathern, 1987:278) e “em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social (Rosaldo,1995:22)”. Assim, a concepção de gênero aqui trabalhada implica também em relações de poder.

1.2. Entrando em campo: A incauta *branquela do sul* perdida nos trópicos

A chegada, num dia de intenso sol e calor. Mesmo com o atraso na saída do voo, cheguei no horário previsto. Soraya estava já a minha espera com Jacaré, homem dos seus 40 anos, negro, artista local, guia turístico e motorista. Muito falante e simpático, Jacaré disse que faria uma *rota turística* até a casa de Soraya, em Olinda, onde eu ficaria hospedada, para que eu tivesse uma idéia

da *beleza da cidade*¹⁹. Atordoada com a viagem e com a intensidade da luminosidade local – era a primeira vez que estava em Pernambuco – eu mal falava. O aeroporto fica próximo do bairro de Boa Viagem, local da classe média alta da cidade e em que se concentra o fluxo turístico, onde está a maioria dos hotéis. Pela janela do carro avistava-se as inúmeras placas alertando para o perigo dos tubarões e proibindo o surfe. Percebendo o meu espanto com tais placas, Jacaré explicou-nos que os ataques dos tubarões devem-se à construção do Porto de Suape, na região de Recife, que causou um desequilíbrio ecológico acabando com o alimento dos animais. Ele gentilmente ia nos mostrando os lugares e tecendo comentários sobre os hábitos locais. No final da imensa avenida que fica à beiramar, passamos pela favela de Brasília Teimosa, situada no extremo oposto do bairro de Boa Viagem. Jacaré a caracterizou como uma *favela com bastante quentura*. Como não o entendi, ele repetiu: *favela quente, onde tem muita violência!* Os meus olhos sulistas estranharam o intenso contraste seguido da grande proximidade entre o bairro burguês e a favela. Passamos próximo do centro da cidade e ele foi apontando os pontos turísticos, os prédios históricos e as inúmeras pontes: *Recife é conhecida como a Veneza brasileira por ser cortada por dois grandes rios, o Capibaribe e o Beberibe, e pelas suas pontes...* Estava intrigada com o que me reservaria a Veneza brasileira. (Diário de Campo, doravante DC, Recife, 05.10.04)

Já nesse excerto das minhas notas de campo, feitas logo à minha chegada, aparecem os primeiros sinais do estranhamento que me tomou e foi se reconfigurando ao longo da pesquisa. O impacto da chegada conota um primeiro eixo de diferenciação que irá se reunir a outros: a condição de estrangeira dentro do próprio país. A minha condição de sulista, que a princípio poderia ser um dado biográfico contingente, assomou-se à minha cor, à minha pertença de classe, ao meu grau de instrução, ao meu sexo e à minha idade. Esse conjunto de eixos de diferenciação, reunidos em mim, apontavam, desde o princípio, para as dificuldades que enfrentaria advindas da diferença de universos, daquele de onde vinha com aqueles pelos quais circularia.

Muito embora a minha idéia inicial fosse a de viver nos bairros da periferia, próxima das minhas principais interlocutoras, esse intuito se desfez logo nas primeiras visitas e decidi viver num bairro classe média. Eu não conseguiria suportar por muito tempo e de forma continuada determinadas condições de privação material com que não estava acostumada: com a constante falta de água, com o calor intenso, com a invasão de insetos, com a constante música alta, com a falta de privacidade e silêncio para reflexão e

¹⁹ Soraya, minha amiga antropóloga que me hospedou nas duas primeiras semanas em campo, e Jacaré são seus nomes reais.

escrita dos registros de campo. Por mais que eu ficasse dois, três dias hospedada na casa de uma informante através dos convites para passar os finais de semana ou para participar de atividades políticas noturnas, eu precisava retornar para um espaço mais familiar para amenizar a falta de casa.

Se por um lado essa escolha me impossibilitou uma convivência mais visceral com o modo de vida na periferia de Recife, por outro me facultou circular e conhecer diferentes mundos dentro de Recife e também me impôs a condição de ser uma usuária assídua do transporte coletivo local. Dependendo do meu destino, variava o número de ônibus que precisava tomar e o tempo das viagens: para as reuniões do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) que aconteciam regularmente na sede de uma importante ONG local situada no bairro próximo ao que eu morava, eu tomava apenas dois ônibus. Já para o encontro das mulheres dos outros dois grupos, eu tinha de tomar quatro ônibus entre idas e vindas. Assim, ao longo da minha pesquisa, estive exposta a rotinas de deslocamento pela cidade semelhantes às de muitas das minhas principais informantes, embora de forma inversa.

Elas se deslocavam do seu bairro para os bairros centrais nos quais participavam de algumas atividades da sua agenda política e também trabalhavam; inclusive, uma delas era diarista numa casa próxima à minha. Eu, inversamente, ia do bairro classe média em que me hospedara para os bairros em que viviam, em função da pesquisa. Os trajetos eram semelhantes, embora modificassem os dias e horários. Como se pode perceber, passei boa parte do meu campo dentro de ônibus urbanos. Ali, naquele espaço de sociabilidade contingente e fugaz, aprendi muito sobre a cidade e sobre alteridade. Passarei a analisar os meandros do encontro etnográfico e os sentidos que deles emergem na negociação entre alteridades e relações de poder em campo. Vejamos.

Já se passavam 20 dias da minha chegada em Recife quando conheci Lauro, filho de Olívia Lima, presidente da Associação Pró-Mulher. Irreverente e contestador, esse jovem mulato de 19 anos desafiava-me com suas críticas à *burguesia branca e intelectual* e à *profissionalização e sexismo* dos movimentos sociais. Frente aos seus questionamentos, sentia-me desconfortável por estar sendo avaliada e enquadrada. Via-me, através dos seus olhos, uma “burguesa-branca-alienada”. Lauro queria me mostrar a verdadeira Recife, aquela do *povo*. Levou-me para um passeio pelo centro da cidade. Comentei sobre os inúmeros alertas que recebera acerca dos perigos do centro da cidade. Ele, ironicamente, disse-me não ser bem assim. No centro, o cenário me pareceu

desolador. Havia muita pobreza, muitos moradores de rua, famílias inteiras dormindo nas ruas. A primeira visão que tive do lugar foi atordoante. Havia gente para todo o lado; muitos moradores de rua e crianças maltrapilhas pedindo esmolas. Muitos vendedores ambulantes, alguns parados nas esquinas. A cor das suas peles era predominantemente escura, diferentes tons de marrom e negro. Olhava para tudo com ar de espanto e meu olhar era retribuído. Perguntei a Lauro se estava parecendo turista. Referia-me a um certo ar meio tolo, meio de espanto, que só os turistas conseguem se colocar. Ele, sem delongas, respondeu-me: *oxe, tem sim! Deve ser porque no sul vocês não têm muito sol, e daí ficam... me desculpa*, (lançou-me um olhar avaliador, em seguida fez uma cara de nojo e complementou a sua frase) *muito branqueadas...* e passou a rir. Olhei para a sua expressão de nojo e fiquei atônita, sem saber como reagir. Segundos depois, entendi a brincadeira e rimos juntos. Pela primeira vez, a minha cor era evocada explicitamente; justo ela que sempre me parecera passar despercebida. Lauro me ensinava que naquele contexto a minha cor pesava e aparecia; mas também que ela não estava só; antes associava-se com a minha pertença de classe, cujos sinais eu evocava sem o saber (DC 25.10.04).

Acostumada com as distintas paisagens que compõem as grandes cidades brasileiras, e partindo das experiências etnográficas anteriores junto a populações das camadas urbanas de baixa renda, o cenário de favelas e vilas populares não me era estranho²⁰. Cheguei ao Recife levando na minha bagagem um conjunto de referências que me serviriam como guias para a nova pesquisa que se iniciava. Um “mapa”, anteriormente construído, que segundo Velho (1978) “(...) nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos (p. 40)”. No entanto, paulatinamente percebia que aquela suposta primeira familiaridade guardava pouca semelhança com o universo que se me apresentava. O estranhamento com o novo, a falta de referências, os desafios em aprender a lidar com os códigos ainda não explicitados iam despertando novas sensações.

Sobretudo, incomodava-me o fato de não passar despercebida. As velhas estratégias de que sempre lançava mão em outros contextos se revelavam ali pouco eficazes. Os cuidados com a roupa, com os acessórios, com o modo de falar, de me apresentar e de interagir com as pessoas, que sempre contribuía para me tornar mais

²⁰ Entre 1994-1999 realizei pesquisas de campo sistemáticas em diferentes bairros de baixa renda da periferia de Porto Alegre/RS. No período de 2000-2003 atuei como assessora técnica do projeto de uma ONG porto-alegrense voltada para população feminina de baixa renda nos seus locais de moradia, como mencionei anteriormente, e no período de abril a julho de 2004 realizei uma pesquisa piloto para fins dessa tese com mulheres moradoras da periferia de Campinas/SP.

discreta, no Recife pouco faziam efeito²¹. Por mais que eu tentasse me mimetizar, a minha figura destoava e era fatalmente percebida. A minha cor associada às minhas roupas (talvez inadequadas para o clima local) e ao meu acento regional denunciavam a minha condição de estrangeira, muito embora não uma *gringa*²².

Assídua usuária dos transportes públicos coletivos da cidade, minhas rotas levavam-me para lugares não propriamente turísticos, o que contribuía para a minha imagem de “estranha-estrangeira”: trazia comigo alguns traços que identificam os estrangeiros, como a minha cor e um sotaque diferente, mas não cumpria as mesmas rotas. Guias “aturísticos” informais, alguns anônimos, outros já meus conhecidos, os curiosos funcionários das empresas de transporte (cobradores e motoristas) mostravam-me, pela janela do ônibus, as interdições urbanas, enquanto me revelavam dados sobre as convenções que dotam de sentido os mapas sociais locais.

Nessas situações, eu era o sujeito marcado socialmente, a diferente. As possibilidades de identificação com base na cor eram-me muito menores; brancas como eu eram exceções nas situações em que regularmente eu me encontrava, onde a regra era ser não branco. Conforme aprendera com Lauro, a minha cor e a minha origem de classe e regional pesavam e a minha presença despertava curiosidade: O que ia fazer naquela vila? De onde vinha? Por quanto tempo permaneceria? Viera sozinha? Não sentia saudades de casa e da família? Como eu podia ser tão nova (aos olhos dos meus interlocutores) e tão aventureira?

O inquérito a que era disfarçadamente submetida pelos meus interlocutores indicava-me dados importantes sobre aquele universo e sobre como eu me colocava nele. Mostravam-me que além da minha cor e da minha origem de classe, o meu sexo também importava. Neste enfrentamento, passei paulatinamente a perceber a queda do “mito do antropólogo assexuado”, conforme descrito pela antropóloga Miriam Grossi (1992), e o quanto eu estava empenhada nele sem o saber.

Tal mito remete a uma postura adotada pelas pesquisadoras em campo, identificada pela antropóloga, as quais procuram escamotear os atributos de gênero “sob a capa de um terceiro gênero, nem homem, nem mulher, mas um ser neutro e assexuado” (Grossi,

²¹ Em geral procurava usar roupas mais largas e em tons claros mais monocromáticos, de modo a esconder o corpo, na ilusão de me tornar uma “antropóloga assexuada”, o que já denota uma dimensão da sensibilidade do medo evocada pela minha posição de gênero.

²² Categoria nativa para todo tipo de turista e/ou estrangeiro que aporta por ali, usada com muita frequência no cenário de Recife e da Região Metropolitana.

1992:13). Esse recurso parece ser posto em ação como uma forma de proteção aos potenciais riscos advindos do imaginário acerca de mulheres viajando sozinhas longe das suas redes de parentesco e do seu cotidiano²³. As perguntas que me eram feitas remetem a esse imaginário e me mostraram o quanto eu me iludia com uma suposta capa de proteção, que se revelava inócua, como explicitou o tio de Isabela, jovem de 19 anos, negra, ativista do Programa Juventude, Cultura e Cidadania da Associação Pró-Mulher, a quem eu acabara de conhecer. Ao ouvir nossa conversa sobre a minha pesquisa, num almoço de domingo em família, o senhor, do alto dos seus 50 anos, comentou: *Oxe, mas tu és tão nova e corajosa! Estou impressionado como tu andas sozinha por esses lugares perigosos! Eu mesmo, num dia desses peguei um ônibus, dormi e quando acordei tava dentro de uma vila no Ibura. Era de madrugada... Vixe, nunca senti tanto medo na vida, mas nada me aconteceu, graças a deus* (DC 08.05.05)²⁴.

Definitivamente eu era percebida como uma mulher, jovem, branca, sulista, letrada, que estava a se embrenhar sozinha por lugares perigosos. Esse conjunto contingente de categorias que me situavam aos olhos dos meus interlocutores, indicada pela curiosidade que despertava, parece impor uma desorganização ao “mapa social” local, pautado por marcadores de classe e cor fortemente delimitados, além de informarem sobre convenções de gênero vigentes²⁵. Tal organização tácita criava territórios invisíveis para olhos não iniciados e fronteiras simbólicas que eu, incautamente, insistia em transpor. Introduzia, assim, uma desordem na forma como esse mundo estava organizado que recaía sobre mim como uma potencial vulnerabilidade.

Mal chegara na cidade e já aprendera que *quentura* ali era um sinônimo de violência e que *esquisito* era um eufemismo para perigoso. Ao largo das pessoas com quem convivia em função estritamente da pesquisa, acabei estabelecendo uma rede de amigos. Com isso, pude ter a oportunidade de circular pelos diferentes mundos encerrados em Recife: estabeleci vínculos com pessoas ligadas à universidade, à elite artística local e às ONGs feministas, oriundas das camadas médias e médias altas, e com as ativistas das camadas de baixa renda. Dos meus mais diversos interlocutores eu ouvia menções às favelas *quentes* da

²³ Segundo Grossi, esse mito relaciona-se com os impactos subjetivos do trabalho de campo que atingem diferencialmente pesquisadoras e pesquisadores, sendo que os segundos “pouco explicitaram seus questionamentos subjetivos às identidades de gênero” (Grossi, 1992:13).

²⁴ Ibura é um grande bairro periférico situado ao sul de Recife, há 9,3 km do marco zero da cidade. É localmente reconhecido como um bairro muito violento.

²⁵ Ao usar a noção de convenções de gênero quero me referir aos modos como cada sociedade significa, valoriza e organiza os atributos relativos ao gênero.

cidade e à *quentura* das *almas sebosas* que habitavam por ali. Alertavam-me para os lugares e os horários *esquisitos* que deveria evitar. Aos poucos fui me familiarizando com todo um léxico novo e identificando temas recorrentes.

Nas freqüentes viagens de ônibus de idas e vindas para as mais distintas franjas de Recife, nas caronas que pegava dos amigos “classe média” para os cinemas e bares da moda e no contato com os mais diferentes sujeitos eu fui, aos poucos, sendo introduzida a uma nova pedagogia de como estar na cidade²⁶. Aprendi, concomitantemente, três importantes questões sobre o novo universo em que adentrava: 1. que o medo, a violência e a segurança eram importantes temas locais; 2. a reconhecer a minha potencial vulnerabilidade e 3. a cultivar a sensibilidade do medo.

As narrativas sobre assaltos, mortes, tiroteios e toda sorte de violências eram temas freqüentes das conversas das pessoas, nos mais diferentes contextos. A corriqueirice desses eventos chocava-me. Não pude deixar de estranhar a incorporação desse repertório no cotidiano das pessoas. Todo mundo tinha uma história para contar, cujas performances variavam entre jocosas e dramáticas: o roubo dos instrumentos de um músico quando desembarcava no local para fazer o show; o assalto ao ônibus que deixou cobradora e motorista só de roupas íntimas; um suposto policial fardado que roubou a mochila de uma estudante que voltava da faculdade; o tiroteio contra o ônibus quando passava por uma passarela da periferia da cidade; os estupros de mulheres dentro de ônibus; o ataque dos motoqueiros mascarados aos carros parados nos sinais; o assaltante de ônibus que caiu morto aos pés de uma informante após trocar tiros com um policial à paisana; enfim, uma variedade de casos, situações e contextos cujo elemento comum era a ameaça armada.

Com o passar do tempo, fui percebendo que, embora falassem de riscos concretos, as narrativas pareciam também cumprir importantes papéis nessa nova pedagogia urbana em que estava me iniciando. As reiteradas menções à violência urbana e uma certa associação aos riscos que uma mulher sozinha como eu corria pareciam revelar um alerta para que eu não me aventurasse por territórios desconhecidos, para que respeitasse os limites locais e para me colocar num lugar de “estranha-estrangeira”, como parece ter ocorrido quando da minha visita ao Conselho de Moradores do Morro da Velha.

²⁶ Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (2005) na Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH), que compreende os bairros Graças/Derby/Espinheiro, “há a maior proporção de pessoas que moram em domicílio com carro: 87,60%. A pior UDH nesse quesito é Santo Amaro (que inclui as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) Santo Amaro e João de Barros): só 3,95% têm automóvel.” (p. 03). Graças era o bairro em que eu morava e alguns dos amigos que fiz moravam nas redondezas (Espinheiro, Jaqueira) e no bairro de Boa Viagem.

Avistei ao longe um pequeno prédio rosa à direita, que destoava da estética monocromática das casinhas à volta. Desci e parei na entrada do conselho e não avistava Vanir, o único rosto que me era conhecido por ali. Ela é uma mulher na faixa dos 35 anos, mulata, ativista do Grupo de Mulheres do Conselho de Moradores do Morro da Velha; a conheci nas reuniões do FMPE. Era dia de festa e havia gente por todos os lados. Perguntei por Vanir para uma moça, que parecia estar cuidando do lugar. Ela saiu imediatamente a procurá-la. Avistamo-la no meio das crianças na praça em frente ao Conselho. Vanir parecia meio atordoada e cheia de coisas a fazer. Recebeu-me de maneira cordial, mas parecia desconfortável com a minha presença. Passou a explicar sobre o evento que ocorria: *a gente fez um Cosme e Damião para as crianças hoje, dentro do projeto Cuidando das Crianças*²⁷. Ela contou sobre as visitas que estavam a receber no evento, os representantes da ONG que *sustenta um dos projetos desenvolvido pelo conselho de moradores*. Pelo que entendi trata-se de uma ONG formada por um conjunto de igrejas protestantes e os visitantes eram pastores. Disse-me que estavam acostumados a receber visitas, que todo o dia tinha visitante para conhecer o projeto. Após me familiarizar com o local, me apresentar às pessoas, assistir às apresentações culturais dos grupos de música e dança do Conselho de Moradores, saí para tentar conhecer os arredores. Já tinha escurecido e na pracinha onde estavam antes os brinquedos e crianças agora havia um jogo de futebol de homens adultos. O fluxo pela praça era grande. Mulheres vestidas de *jogging* caminhavam em torno do local para fazerem exercícios físicos. Encontrei dois jovens que fazem parte do projeto do Conselho, para quem tinha sido apresentada, e fiquei puxando papo. Comentei que era a primeira vez que ia até ali e que tinha gostado imenso do clima do bairro, pessoas reunidas na praça, o espaço aberto... Um dos jovens interrompeu-me e, com olhos de quem desafia, disse-me: *é, é bom morar aqui, mas tem violência também. Tem muitos cabras aqui que estupram as mulheres. Esse lado é ruim*. Antes que eu pudesse responder alguma coisa, logo chegou Vanir, que parecia muito preocupada com o meu retorno para casa. Disse-lhe que não se preocupasse, que o cobrador tinha me ensinado como tomar o ônibus de volta. Rejeitou a minha idéia, dizendo achar melhor acompanhar-me até o ponto. Não a contrariei. Logo depois ela retornou com um sorriso, dizendo: *Alinne, eu articulei uma carona pra ti com o Pierre! O recém-chegado cooperante belga, enviado pela ONG financiadora, deixar-me-ia em casa com segurança, para o alívio de Vanir* (DC, 04.11.04).

Os olhos “de quem desafia” do menino me lembravam que “os ‘nativos’ também decidem o que devemos ouvir e observar” (Schwade, 1992:46) e, acrescentaria, por onde

²⁷ A festa em homenagem aos santos Cosme e Damião, protetores das crianças, acontece tradicionalmente em setembro nas religiões católicas e afro-brasileiras, com farta distribuição de doces e brinquedos. *Fazer um Cosme e Damião*, na forma como foi empregado por Vanir, significa realizar uma festa para as crianças, com distribuição de doces e brinquedos.

devemos ir. A imprudência da antropóloga estranha-estrangeira que chegou sozinha, ficou mais tempo do que o suposto para visitantes forasteiros e ainda queria se aventurar pelo Morro foi quase uma afronta ao universo do outro, que surtiu o efeito do discurso amedrontador. No entanto, identifico nesse discurso amedrontador algumas nuances que entendo cruciais para a compreensão do universo que pesquisei. Por um lado, parece demonstrar o que se supõe ser o discurso esperado pelos *gringos* financiadores. O discurso da violência iminente do local parece corresponder à necessidade de manter a imagem de um Brasil carente, miserável e violento, que justificaria os continuados investimentos da cooperação internacional.

Por outro lado, o discurso amedrontador revela, ao mesmo tempo, um caráter protetor e cuidadoso com a antropóloga estranha-incauta-estrangeira e torna evidente uma desigualdade de recursos entre pesquisadora e pesquisados. O lugar não me parecia nem de longe amedrontador, no entanto, como bem lembra Schwade (1992), “para viver no espaço do outro é preciso aceitar as suas regras” (p.46). Como desconhecia as regras locais, nessa relação, eu me tornava o pólo vulnerável, com menos recursos de poder. A identificação da variável da vulnerabilidade, contingente e contextual, contribui para refletir sobre a dinamicidade das relações de poder em campo, revelando que tais relações flutuam e modificam-se.

Aprendi que a vulnerabilidade (que tinha cor, sexo, classe e talvez idade) em determinados contextos e situações em que me colocava na situação de pesquisa foi um elemento importante na negociação dos recursos de poder no processo do trabalho de campo. Fui assim paulatina e cotidianamente apreendendo a cidade e aprendendo a cultivar o sentimento do medo. Como lembra Schwade (1992) “as relações de poder são sutis. [Instauram] um conflito no campo da subjetividade do pesquisador antropólogo e pesquisador pessoa” (p.45). Dessa forma, esse aprendizado me fazia tomar uma série de cuidados para não correr riscos desnecessários. Observava horários, itinerários e as estratégias nativas de “andar sempre acompanhada” (o que para mim era difícil na maior parte das vezes). E, sobretudo, estabeleci um pacto comigo mesma de que, se algo acontecesse, eu retornaria para casa, de forma a apaziguar o medo que passara a me acompanhar²⁸. Mas esse “algo” era relativo demais, como acabou se revelando.

²⁸ Pensava em situações hipotéticas que envolvessem riscos de morte mais concretos, como assaltos à mão armada ou estupros, como nos relatos que ouvia.

1.3. Medo: Através do outro, encontrando a si

A crescente consciência das convenções que organizam o mapa social local me fazia temer e me vulnerabilizava. Ao mesmo tempo, mantinha uma postura de auto-vigilância: será que não estava a sucumbir ao discurso do medo? A um discurso que, em certa medida me é muito familiar, posto ser pervasivo ao universo das classes médias brasileiras, quer estejam onde estivessem, como analisa criticamente Caldeira (2000) ao indicar as novas formas de segregação espacial e discriminação social advindas do que chama de “fala do crime”. E é nesse momento que o conflito subjetivo que divide o pesquisador pessoa do pesquisador antropólogo mencionado acima passa a fazer mais sentido. As evidências empíricas eram recorrentes, a observação de situações transformava o meu olhar, bagunçava os meus parâmetros, aflorava as minhas sensibilidades: o medo se misturava à perplexidade. Nunca presenciara tantos assaltos e situações de violência tão próximas a mim como em Recife, que me imputavam um dilema entre o meu medo e os meus princípios éticos:

Manhã de uma quinta-feira, eu esperava o ônibus que iria me levar até a casa de Olívia Lima, presidente da Associação Pró Mulher, situada numa cidade da região metropolitana de Recife. Do ponto, lotado, vi o movimento de um grupo de meninos do outro lado da rua, que estavam sentados no meio da pracinha, situada em frente ao ponto. Eram meninos negros, vestidos com largas bermudas e camisetas, que ficavam esvoaçantes nos seus corpos magros. Um deles atravessou a rua e se misturou com as pessoas que esperavam o seu ônibus. Postou-se bem atrás de mim. Eu fiquei tensa, olhava de rabo de olho para ele, mas não queria demonstrar medo. Logo em seguida chegou outra moça no ponto, que ficou ao meu lado. Notando a presença do menino, logo passou a demonstrar desconforto e desconfiança. Olhava para trás e na sua direção com muita frequência. Nesse meio tempo, passaram três policiais militares, de moto, com farda cinza que mais parecia uma armadura, capacete, colete que parecia à prova de balas e ostensivamente armados. Passaram devagar, olharam bem para o ponto, pararam mais à frente e desceram da moto. Um deles aproximou-se da parada, com a mão na arma que estava na sua cintura. Apontou para o menino e fez um sinal com a mesma mão para que se levantasse de onde ele tinha sentado assim que vira o trio passar. Era evidente a sua postura de demonstração de poder. O menino assim o fez. Como eu estava ao lado do menino, a minha reação foi a de me afastar, lentamente, para o outro extremo do ponto, como todos o fizeram. Estava quase sem ar, os meus lábios secaram, não sabia o que fazer. A postura hostil do policial me fazia tremer. Resignado, o menino virou-se de costas e colocou as

mãos na cabeça. O policial revistou-o todinho, perscrutou as suas roupas atrás de – imagino – alguma arma. Não encontrando nada, foi procurar na lixeira que estava ao lado do ponto. Também não encontrou nada. Assim, deu um tapinha, que eu descreveria como amistoso, o que me parecia absurdo numa cena daquelas, no ombro do guri, e disse-lhe algo, saindo logo em seguida. O guri virou-se para a praça, possivelmente comunicando-se com os seus amigos que deviam estar assistindo a tudo, abriu os braços e deu de ombros, rindo-se para eles, numa atitude de como quem dizia: fazer o quê? Logo foi se juntar com o grupo. As pessoas que estavam na parada não disseram nada, assim como eu. Assistimos a tudo silenciosos. Quando o guri se afastou, ouvi comentários do tipo: *será que era só o ônibus mesmo que ele queria pegar? Vestido daquele jeito...* Enfim, duvidavam da posição do guri e se sentiam protegidos pelo policial. Eu me sentia sem parâmetros. Senti muito medo e um misto de culpa. Medo por não saber o que estava acontecendo ali, porque poderia a qualquer momento irromper um tiroteio, por me sentir vulnerável e desprotegida, por não saber se temia o menino ou o policial. Culpa por ter sentido medo do menino, por não saber decodificar se era assaltante ou não, por ter compactuado com aquela truculência da polícia, por não ter me manifestado em função de não saber se sentia medo do guri ou dos policiais. Em seguida o meu ônibus passou e a viagem transcorreu bem, apesar do meu tremor. Quarenta minutos mais tarde, cheguei na casa de Olívia e contei para Ciça, uma ativista do grupo jovem da Associação Pró-Mulher, a cena que presenciara. Miguel, marido de Olívia, se interessou pelo assunto e me perguntou mais sobre o ocorrido. Contei-lhe com mais detalhes. Disse-me, em seguida, com uma ironia fina, que Lauro, o seu enteado e filho mais velho de Olívia, era quem mais gostava desses policiais, posto que sempre o atacavam para revistá-lo, ainda mais em função da sua aparência: *se tem cabelo comprido e se usa brinco, eles vão longo parando e revistando*. Fiquei mais atônita ao imaginar Lauro, que conhecia e de quem gostava muito, no lugar do menino. Ciça perguntou-me se depois o policial tinha enxotado o guri, prática comum entre os policiais (DC, 17.03.05).

Geertz (1989), no seu clássico “Notas sobre a briga de galos balinesa”, descreve como passou a ser aceito no universo de pesquisa, após instintivamente ter agido como os nativos. Segundo afirma, a situação “(...) colocou-me em contato direto com uma combinação de explosão emocional, situação de guerra e drama filosófico de grande significação para a sociedade cuja natureza interna eu desejava entender” (p.283). Sua atitude deu-lhe acesso a elementos cruciais do universo de investigação. À maneira de Geertz, na situação acima descrita, também agi como os nativos e pude aprender mais sobre aquele universo, entretanto senti-me atravessada por um dilema ético.

Na situação de campo que vivenciei, como alguns nativos, senti medo, afastei-me e me calei frente ao que me parecia um ritual público de humilhação e demonstração de força, aos moldes dos roteiros públicos (*public transcripts*) que James Scott (1990)

descreve na sua análise sobre a interação entre os subordinados e aqueles que subordinam²⁹. Testemunhei o processo de uma pedagogia da desigualdade da qual discordo e combato e contra a qual, naquele momento, não consegui me manifestar. O dilema se agudizou quando imaginei o rosto conhecido do meu informante Lauro no lugar daquele adolescente anônimo. A pesquisadora, a cidadã e a pessoa entraram em choque. Confrontava-me com uma ambivalência entre o medo e a dúvida; estava entre dois códigos que me embaralharam os sentidos e a razão. O que fazer com o meu medo e com a injustiça daquele ato?

Essa divisão mostrava-me, simultaneamente, mais dados sobre o mapa social local e sobre mim mesma. Por um lado, aprendia sobre as sutis cisões intra-classes, sobre as hierarquias sociais vigentes e sobre como são tratados os encontros entre desiguais. Por outro lado, percebia o quanto estava implicada nessas cisões. Como recorda Grossi (1992), “todo mundo já disse mas nunca é demais lembrar que só se encontra o outro, encontrando a si mesmo” (p.15-16); via-me cara a cara com os meus próprios preconceitos, transformados ali em medo.

No embate com o outro no encontro etnográfico, colocamo-nos em xeque. Zaluar (1985), ao abordar diretamente o medo que sentiu ao iniciar seu trabalho de campo na favela carioca Cidade de Deus, identifica nesse sentimento uma ambigüidade em relação ao rompimento do que chama de “barreira que separa classe trabalhadora pobre das outras classes sociais que gozam de inúmeros privilégios” (p.11). Pondera que o seu temor advinha da consciência crescente dessa barreira invisível e da imprevisibilidade do encontro em situações que fugiriam do seu repertório cotidiano.

A antropóloga percebeu em si, com espanto, os “tantos obstáculos microscópicos a entrar o contato social mais íntimo entre nós [pesquisadora e pesquisados]” (Zaluar, 1985:11). Da mesma maneira, confrontei-me com dilema advindo da tensão entre a antropóloga-pesquisadora e a antropóloga-pessoa (Schwade, 1992). O duplo processo de deslocamento por mim empreendido, geográfico e na hierarquia social, provocou-me um descentramento vivido com angústia, revelado pela sensibilidade do medo. No encontro etnográfico, experimentamos a possibilidade de conviver com o outro e, em conseqüência, de pensarmos a nós mesmos (Grossi, 1992). No enfrentamento dessa sensibilidade ao retirar dela o seu proveito antropológico, pude compreender um elemento fundamental que

²⁹ Segundo Scott, podemos entender esse ato de humilhação como um ato público de subordinação (1990: 188).

iluminou aspectos do campo político e sentidos associados à prática política dessas mulheres.

1.4. A contra face do medo

No dia em que fui visitar Teresa na casa em que trabalhava como diarista, perto de onde eu morava, ela estava muito ansiosa para ir-se, antes que anoitecesse. Teresa é uma mulher branca, de 55 anos, analfabeta funcional, mãe de uma menina de 12 anos. Trabalha como diarista. Foi candidata a sucessora de Amelinha para a presidência do Conselho de Moradores da Vila nas eleições de 2005, não logrando sucesso; a conheci através de Amelinha. Ela temia pegar o ônibus muito tarde, porque no dia anterior seu ônibus, a linha Zumbi dos Palmares, fora assaltado por três *cabras* armados. Contou-me que era em torno de 18 horas, já escuro, e que ficaram somente na parte dianteira do ônibus: *Eles pegaram um saco de dinheiro da cobradora e depois desceram; foi um horror, pegaram dinheiro, bolsa e celular das pessoas que estavam sentadas na frente, todo mundo chorava. Sorte minha que sentei no fundo porque o ônibus estava cheio!* (DC, 15.06.05).

Estávamos, todas, expostas aos mesmos riscos, mas compartilhávamos da mesma vulnerabilidade e do mesmo medo? Mesmo nessas situações de suposta horizontalidade haveria como re-equacionar as relações de poder? As lições que aprendera sobre a alteridade e a contingente vulnerabilidade que representava, levava-me a crer que, se talvez compartilhássemos a mesma vulnerabilidade, havia algo distinto na sensibilidade do medo. Eu não conseguia me acostumar a conviver com o medo; não sabia muito bem como lidar com ele. Até que foi chegado o dia do meu “batismo de fogo”.

Era uma terça-feira de outono tropical, acabara de chegar na Vila e fui informada por Amelinha que ela teria de sair para uma reunião no diretório do PT e para a festa de inauguração do tele-centro de uma importante ONG local, no centro da cidade³⁰. Acabei me engajando na programação e juntei-me ao grupo formado por Amelinha, a sua filha Raquel e Maria das Graças. **Amelinha** se entende ser morena, tem 65 anos, aposentada da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco, onde trabalhava como secretária. Foi presidente do Conselho de Moradores da Vila por duas gestões consecutivas. Amelinha tem quatro filhos, dentre os quais **Raquel**, a única mulher. Ela é a mais

³⁰ Tele-centros são espaços criados na vaga atual por inclusão digital e trata-se da disponibilização de micro-computadores ligados à internet para a população que não tem acesso a esse meio de comunicação.

parecida fisicamente com a sua mãe, tem 32 anos, solteira e estuda numa escola para portadores de necessidades especiais. **Maria das Graças** está sempre acompanhando Amelinha nas mais diversas atividades políticas. Negra, analfabeta funcional de idade indefinida, especula-se que tenha entre 75 e 80 anos; trabalhadora doméstica aposentada, milita no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas dentre outras entidades e fazia parte da diretoria do Conselho de Moradores da Vila junto com Amelinha. Conheci-a nas reuniões do FMPE.

Não esperamos muito no ponto até passar o ônibus meio vazio. Como Raquel tem a carteira de Passe Livre porque tem um algum tipo de necessidade especial, Amelinha tem direito também por ser sua acompanhante e Maria das Graças por ser idosa, apesar de odiar quando se menciona algo a respeito da sua idade, as três ficaram na frente do ônibus. Passei a roleta e me sentei no primeiro banco perto do cobrador ao lado de uma moça. O ônibus seguiu o seu rumo.

Logo na segunda parada, percebo que dois homens discutiam e um subiu no ônibus. Era um rapaz negro, de seus vinte anos. Usava camiseta azul, uma bermuda cinza, chinelos e um boné. Ele entrou de forma intempestiva no ônibus. Parecia meio transtornado, agitado demais. Olhei bem para ele e percebi o seu olhar transido, os olhos esbugalhados e sangüíneos. Ele lançou um olhar avaliador para os passageiros, parou na roleta e levou a mão na cintura, levantando a sua camisa. Fiquei olhando para ver o que viria na mão que buscava o lado esquerdo da cintura; pensei: ou a carteira ou uma arma.

Foi tudo, curiosamente, muito rápido e demorado demais. Ele estava muito nervoso e quando finalmente a mão subiu, revelou uma arma preta que apontou para o cobrador pedindo todo o dinheiro que tinha, aos berros. Uma estranha calma e lerdeza me tomou, ao mesmo tempo em que a minha respiração parecia ter parado. Ele pegou o dinheiro do cobrador, voltou-se e foi para cima de Raquel, que se acuou num canto, escondendo a bolsa. Olhei para Amelinha que me olhava apavorada e olhava para Raquel. Ele gritava e pedia as coisas, mas estava tão transtornado que não conseguia pegar nada além do dinheiro do cobrador. Depois foi até o motorista e colocou o revólver na sua cabeça, mandando que parasse. Achei que fosse descer pela frente. Meu coração pinoteava e o ar não vinha; estava gelada e tremia inteira. Olhava para os lados e não sabia o que fazer. Olhei para a moça ao lado e fiz tudo o que ela fazia, tão perdida quanto eu. Vi que ela jogara a sua bolsa no chão, fiz o mesmo. Ele passou a roleta e veio em nossa direção; ela pegou a bolsa rapidamente. Fiz o mesmo. Ele apontou a arma para o meu rosto e transitava a mira, nervosamente, de mim para a moça ao meu lado. E o ar, que não vinha... e a moça que falava que ele tinha visto que tínhamos escondido a bolsa (a minha cabeça rodava: tínhamos? Ai, e esse ar que não vem...) e ia nos matar, que déssemos tudo pra ele e ele gritando, passa tudo! E com a arma apontando para todos os lados, e tudo isso girando na minha cabeça como uma vertigem: não parecia ser verdade aquilo; e ele pegando a bolsa da menina e percorrendo os bancos ao longo do corredor, ameaçando todo mundo, retornando, jogando a bolsa no colo dela e mandando que abrisse e jogasse tudo para fora e aquela

arma na minha cara e o medo de olhar diretamente para ele e o ar que não vinha e aquela estranha calma e o meu tremor que não conseguia abrir a bolsa e retirar a minha moedeira... Baixei a cabeça e olhei para a moça ao meu lado, enquanto o cara percorria os bancos gritando e pedindo celular e dinheiro. A moça chorando me dizia *dá tudo para ele, tudo que tu tiveres, ele vai nos matar, ele vai nos matar; ele quer dinheiro, dá dinheiro para ele*. Peguei todo o dinheiro que tinha com as mãos trêmulas que mal seguravam a única nota de dez reais e algumas poucas moedas. Fiquei com a mão estendida no ar com o dinheiro e ele não voltou. A cara de pavor da moça ao meu lado não me saía da cabeça e o seu mantra *ele vai nos matar* ressoava nos meus ouvidos. Virei-me, ele chegou no fundo do ônibus e gritou para o motorista abrir a porta e desceu.

A menina do meu lado entrou num choro convulsivo. Eu, trêmula sem conseguir respirar e suando frio, abracei-a e tentei acalmá-la. Amelinha desesperada do outro lado da roleta perguntava-me como eu estava. Logo começaram as reações das pessoas no ônibus. Uma senhora contou que quando vira a arma, sentou-se em cima do seu celular. Um rapaz que estava voltando do trabalho, disse que tinha dado as moedas e alguns reais que tinha na sua pasta. O mais prejudicado foi um senhor que estava sentado atrás de mim, de quem o cara pegara a carteira e o celular. Ele dizia que não tinha muito dinheiro, no máximo cinco reais, o seu *Hipercard* e os seus documentos. Mas entregara tudo assim mesmo, porque quanto mais rapidamente o ladrão conseguisse o que quisesse, mas rapidamente livrar-nos-íamos dele. O cobrador dizia que era a sua primeira corrida do dia e o caixa estava quase sem dinheiro. Amelinha queria saber se ele tinha levado alguma coisa minha e da moça que ainda estava em prantos. Disse-lhe que não, mas que ela estava muito assustada, por isso chorava. A moça, que foi se acalmando paulatinamente, explicou que só chorava assim porque estava com uma virose e porque nunca tinha sido assaltada, por isso estava tão nervosa. Disse-lhe que tudo bem, que podia chorar o quanto quisesse. Ela repetia, meio obsessivamente: *ele ia nos matar, era uma arma velha e o tambor estava solto e quando ele apontava para todos os lados e achei que ele ia disparar...*

A chuva caía fina, para tornar a situação mais confusa. Do nada apareceu um cara que se escondera atrás do último banco, no fundo do ônibus, e perguntava se os estragos tinham sido grandes. Já em pé, ele sinalizava para o ônibus de trás sobre o assalto. Passamos por dois policiais que estavam se protegendo da chuva num toldo de uma loja na grande avenida. A imagem dos policiais parece ter despertado alguma sentimento de fúria coletiva e uma sede de vingança tomou as pessoas, que se jogaram nas janelas e passaram a gritar a plenos pulmões para eles irem atrás *da alma sebosa, do marginal*. A impressão que dava, no gesto coletivo, era de que a impotência frente à ameaça armada se transformara em sede de vingança. Os policiais acharam que o assaltante ainda estava no ônibus e o cercaram, mas o motorista indicou onde ele tinha descido e, dando meia volta nas suas motos, foram atrás dele.

A indignação era geral. Cada um dava uma característica do rapaz; diziam que ele era cego de um olho, outros – como Amelinha – repetiam: *só podia ser do Jordão, lá só tem marginal!*³¹ Uns diziam que *gente como ele tem de morrer, tem mais jeito não. Adianta prender, não. Tem mesmo é que matar logo*. O senhor atrás de mim contava que já tinha voltado para casa, mas como esquecera de buscar os exames do filho doente, tivera de sair novamente de casa. Dizia-nos que parecia ter sido *uma luz de deus* que o fizera tirar o boleto dos exames da carteira e colocado no bolso e, em gesto contínuo, tirava o papel amarfanhado do bolso e me mostrava. A senhora que escondera o celular discursava sobre o absurdo da situação: *não se tem mais segurança nenhuma! A gente só pode contar agora é com a ajuda de deus! E o cobrador é quem mais sofre, porque o roubo sai do bolso dele depois*. O rapaz que estava ao meu lado, na outra fileira de bancos, consolava o senhor que perdera o celular e a carteira: *coisas materiais vem e vão; deus nos ajuda a ter de novo. Temos de agradecer por ninguém ter se machucado!* Uma outra, desavisada, não entendia os comentários sobre o acontecimento porque, segundo ela, estava lendo concentradamente e não vira nada.

O motorista estacionou na delegacia mais próxima e, estressado, dizia: *quem foi prejudicado e queira dar queixa, que desça. Os outros que peguem outro ônibus!* Fui descendo e rumando para delegacia. Não perdera nada material, mas achava que deveria continuar com o grupo, testemunhar, enfim. Foi quando Amelinha me puxou pelo braço e com olhar de interrogação me interpelou: *mas tu perdeste alguma coisa, foi?* Meio atordoada e assustada, fiz que não com a cabeça. E ela continuou: *Oxe, bora para reunião, então, menina! Senão a gente vai se atrasar! Isso vai demorar!*, levando-me pelo braço e me fazendo entrar no outro ônibus que parara mais à frente.

O assunto rendeu até o centro. Uma das passageiras reclamava que não agüentava mais essa situação já que estavam assaltando muito nessa linha. Contou-nos que presenciara o roubo da mesa do cobrador. Concluiu a sua história, salientando que, por essas situações, era a favor da pena de morte: *Se o Brasil fosse um país sério, como os Estados Unidos, teria pena de morte e isso não aconteceria. Vai ver se nos Estados Unidos as pessoas vivem assim, com medo de até entrar num ônibus, saindo para trabalhar com medo, sem saber o que vai acontecer com elas?* Amelinha dizia que era contra a violência, mas que dava *vontade de dar uma pisa bem grande num sujeito desses, de pegar e bater com um pau bem forte na cabeça*. Passou a contar de situações de assalto em ônibus que envolveram seu marido e seus filhos.

O foco da sua narrativa era as estratégias para se livrar do assaltante: um colocou o dinheiro que tinha no chão e pisara em cima, outro afugentara o *pivete com um croque na cabeça*. Comentou, ainda, entre risos, que Maria das Graças estava resmungando e xingando o assaltante, dizendo que *tinha de dar com um porrete na cabeça daquele vagabundo*. Outras diziam que tinha de *matá-lo, porque gente desse tipo não tinha jeito* e Amelinha tagarelava que *a lei do desarmamento é uma*

³¹ Jordão é um bairro vizinho ao Ibura, também conhecido localmente pelo seu caráter violento.

*porcaria, porque só quem entrega as armas são os cidadãos de bem; bandido não entrega arma nenhuma*³². E daí o cidadão de bem fica sem poder se proteger. Outra contou que até um aposentado andava assaltando os ônibus, mas que tinha sido preso.

Eu estava emudecida e continuava lívida. Amelinha perguntava se eu estava bem. Dizia-me estar preocupada com as minhas coisas, que quando olhou o assaltante apontando a arma no meu rosto se apavorou e começou a rezar, mas não conseguia lembrar de nenhuma oração. Rindo-se, disse-me: *agora tu estás recobrando um pouco de cor, porque quando eu te vi, tu estavas pálida, que eu achei que tu ias desmaiar!* Eu ouvia as conversas e não sabia o que dizer. Tudo parecia-me tão absurdo e surreal. Nunca vira uma arma tão de perto. A sensação que me tomava agora era a de não entendimento. Não entendia o fato de termos corrido risco de morte por pouco mais que nada; quase perdêramos a vida por pouco mais que nada. Não entendia a habilidade das pessoas em esconder as suas coisas para evitar o roubo, a reação virulenta seguida da conversa entre jocosa e descontraída de Amelinha. Não entendia como a vida seguia o seu rumo, como estávamos indo para uma reunião e depois para uma festa. Sobretudo não entendia o que se passava comigo: a ambivalência de medo e compaixão que sentia do/pelo rapaz. Não sentia raiva dele e tampouco sentia raiva das pessoas que falavam em pena de morte. A situação me parecia surreal e sentia-me anestesiada.

Perguntei à Amelinha como lidava com isso, porque a reação delas três, assim como das outras pessoas no ônibus, me surpreendera. Disse-lhe que me parecia, pela reação delas, que acontecera algo rotineiro, a ponto de não mais afetar o fluxo da vida cotidiana. Ela argumentou, salientando que a violência não era algo normal e que não se poderia achar normal aquilo. Disse-me que nunca acontecera com ela algo como o que passáramos, uma ameaça com revólver: *somente uma vez, quando eu estava num ponto de ônibus, com os meninos. Raquel e Roberto ainda pequenos e veio um cabra e deu um murro no meu peito, me derrubou e levou a minha bolsa. Foi um susto que só, minha filha. Mas desse jeito, não, nunca aconteceu. Eu não sei como eu vou acordar amanhã; pode ser que eu acorde e não consiga tirar isso da cabeça... Mas o melhor que se pode fazer é tentar esquecer, porque a gente vai fazer o quê? Eu não vou deixar de sair, de participar das coisas por causa disso. A gente precisa pegar ônibus, então, tem que tentar esquecer e entregar nas mãos de deus...*

Raquel, Maria das Graças e Amelinha continuaram a falar e repassar o ocorrido. Raquel comentava que o cara tinha ido para cima dela, pegar a sua bolsa, mas escondera do outro lado. Asseverou que não iria dar a sua bolsa porque carregava o seu cartão de *Passe Livre*. Maria das

³² A lei do desarmamento a que se refere Amelinha é o Referendo sobre o Desarmamento que se realizaria em outubro de 2005. O referendo visava à consulta popular para a ratificação ou não do Estatuto do Desarmamento, que regulava a proibição de venda de armas de fogo no Brasil. Após meses de intensa campanha na mídia, o referendo foi realizado e os brasileiros decidiram pela não proibição do comércio de armas.

Graças contou-nos que quando viu a arma, colocou a bolsa dela embaixo do banco, bem escondida. Amelinha não se cansava de repetir que o bandido tinha colocado o revólver no meu rosto e repetia a narrativa para cada nova pessoa que encontrava, até nos despedirmos, às 21:30 h.

Mais tarde, já na festa, o assunto retornou e Maria das Graças deu mais um detalhe do ocorrido: *quando ele estava de costas para mim, com a arma apontada para baixo, eu quase que pego a arma dele. Estava bem fácil, se eu fosse um homem forte, pegava.* Sorri do jeito de Maria das Graças, do contraste entre o seu jeito franzino e a força do seu discurso, e salientei que era muito corajosa. Ela se empolgou e continuou: *o quê? Comigo não tem essa não! Eu já corri um cabra à vara do Sport num carnaval!*³³ Não entendi o que queria dizer e ela me contou a história em detalhes: *num carnaval, eu e minhas colegas, não sabe, também domésticas, que trabalhavam nas casas próximas a que eu trabalhava, saímos para brincar o carnaval. Aí um cabra veio nos incomodar e eu não tive dúvidas, peguei a bandeira do Sport que tinha nas mãos e grudei na cabeça dele, que saiu correndo. A vara quebrou, mas tudo bem, era baratinha e depois eu comprei outra!* Logo nos despedimos e nos separamos; elas reiniciariam o trajeto inverso de volta para casa.

Fiquei angustiada em saber que elas estavam correndo o mesmo risco novamente. E, ao chegar em casa, desandei no choro que sufocara o resto do dia. Um choro de alívio por ter chegado em segurança, um choro de temor por saber que elas estavam ainda em risco, risco que não me parecia ter prazo de término, e por não saber se conseguiria voltar lá. Uma idéia fixa me tomava: eu tinha escolha e elas não. Eu poderia escolher não mais pegar o ônibus, não mais ir à vila, não mais ficar em Recife e elas não. Mas essa saída, agora, me parecia sem sentido. De que adiantaria encerrar a pesquisa e ir embora? Um estranho sentimento de compromisso e obrigação me faz ficar. Mais tarde liguei para Amelinha, para saber como tinham chegado. Disse-me ter chegado bem e que eu procurasse esquecer o que acontecera: *a vida continua, o pior é o cobrador e o motorista, que estão sujeitos àquilo todos os dias. Eu vou tentar dormir também e espero esquecer também.* Deilhe razão, a vida continuava, a delas e a minha. Despedi-me com um único pensamento: de onde tiraria coragem para pegar aquele ônibus novamente? (DC, 17.05.05)

Após esse episódio, permaneci em campo, cumprindo o cronograma que havia estabelecido. Neste “batismo de fogo”, como me refiro ao episódio jocosamente, agora que está distante temporal e geograficamente, há algumas questões a destacar. Todas nós estávamos vulneravelmente expostas ao risco nesta situação e todas estávamos com medo. Lidamos de maneiras distintas com a sensibilidade que aflorava e, nesse processo, a sensibilidade entrou como um importante desestabilizador das relações entre nós, tornando-nos desiguais para além de diferentes; eu era o pólo com menos recursos para lidar com aquela situação. O inusitado da situação para mim me deixara sem ação. Elas, mais

³³ Sport Club do Recife é um dos maiores times de futebol local.

acostumadas com situações semelhantes, vivenciadas de outras maneiras e também por pessoas das suas redes, as faziam mais diligentes e, talvez, menos temerosas.

A alteridade foi mais uma vez colocada à prova e explicitada. A preocupação de Amelinha comigo, e não com sua filha ou sua amiga, parece trazer duas dimensões importantes. Por um lado é reveladora do prestígio que tenho junto a elas. A minha condição de pesquisadora do sul, interessada nas suas trajetórias, conferia-lhes um certo prestígio. Em situações muito especiais, como no evento da disputa eleitoral pela presidência do Conselho de Moradores da Vila em que fui utilizada como *objeto político de campanha* (DC 26.03.05), ou ainda no evento de inauguração do Conselho da Mulher em que estava todo o movimento feminista reunido, Amelinha em conversa com uma ativista feminista de uma ONG local disse-lhe que me adotaria, para que eu não fosse embora de Recife (DC 16.06.05), a minha presença constante junto a elas era utilizada como uma distinção³⁴. Esses elementos, associados ao extremo cuidado que tinham comigo, apontam para uma posição vantajosa e de poder que eu ocupava na relação com elas.

Por outro lado, explicita a minha vulnerabilidade que evoca uma disparidade na nossa relação, na medida em que ela se sentia responsável por assegurar o meu bem-estar e a minha segurança no seu universo. Os cuidados com que me cercaram, a atenção que Amelinha me dispensou, revelam o quanto a minha vulnerabilidade contingente era percebida ali como fragilidade. Assim, a proteção dispensada a mim e as reiteradas menções ao ter sido diretamente ameaçada com a arma, ao contrário do que acontecera com elas, evocava que a minha posição prestigiosa de pesquisadora, classe média, branca, do sul, mulher que poderia ser alvo de violência sexual, como muitos já tinham me alertado, com acesso a elementos que me conferiam um lugar desigual de poder, nessa situação estavam invertidos.

O jogo de contrastes entre as nossas alteridades demonstra aquilo que Geertz (2001) chama de “ironia antropológica”. Segundo Geertz,

A ironia repousa, é claro, numa percepção de como a realidade zomba das visões meramente humanas do real, reduzindo atitudes grandiosas e grandes esperanças ao ridículo. (...) No trabalho de campo, a manifestação de equívocos sérios sobre o que é a situação quase sempre começa do lado do informante, embora – infelizmente para a auto-estima do pesquisador – não termine aí. Os primeiros indícios – pedidos claros de ajuda material e serviços pessoais – são bem fáceis de se livrar, embora sempre constituam uma armadilha. (...) [M]uito mais difícil, porém, é lidar com outro conflito bem semelhante, entre a minha maneira típica de ver as coisas e o

³⁴ Os meandros da disputa eleitoral e os sentidos ali produzidos serão analisados no capítulo cinco.

modo como a maioria de meus informantes o faz. Mais difícil porque não diz respeito apenas ao conteúdo imediato da relação entre nós, mas a seu sentido mais amplo, as suas nuances simbólicas. (Geertz, 2001:37-38)

Ao usar a idéia de “ironia antropológica”, o autor refere-se ao estabelecimento da relação entre pesquisador/pesquisado marcado por uma desigualdade material e de como essa disparidade afeta o vínculo estabelecido e as interpretações distintas sobre ele. Tal idéia parece-me útil no caso analisado porque ajuda a esclarecer o forte impacto subjetivo seguido do radical não entendimento por parte da pesquisadora que redundou no sufocamento do choro e nas interpretações que dele derivaram, sobretudo na ilusão das possibilidades e impossibilidades de escolhas (minhas e delas) de permanecer ou não em risco. A consciência da minha transitoriedade contrastada com a sua perenidade nessa condição que me atravessava, embora revelasse a “ilusão de viver como o nativo” (Schwade, 1992), demonstrava também o quanto estava empenhada num olhar etnocêntrico e compadecido, enviesado pelas faltas.

O não entendimento radical que me tomara indicava um nóculo de sentido a ser desvendado. A minha hiperbolização dramática do ocorrido, traduzida na lividez, no ar atônito e na minha incompreensão, contrastava com o pragmatismo das minhas interlocutoras frente ao episódio e parecia dizer algo mais sobre a alteridade e essas mulheres com quem pesquisava. O riso, provocado pela lembrança da minha cor característica exacerbada pela lividez causada pelo susto do assalto, parecia querer dizer alguma coisa a mais. Havia algo a mais a compreender dessa explicitação da diferença entre nós, representada pelas nossas distintas formas de lidar com o medo. O investimento retórico no ocorrido evocava um desprendimento e uma certa bravura em lidar com essas situações, que contrastavam, senão com a minha covardia, pelo menos com a minha fragilidade ali naquele contexto. O enquadramento necessário à análise antropológica, de que nos fala Fonseca (1999), que contextualiza pesquisadores e pesquisados e situa os termos da sua interação, dispensado à sensibilidade do medo permitiu-me abrir os olhos, afinar a escuta para as convenções locais ao mesmo tempo em que me colocava em perspectiva naquele contexto.

Como bem lembrou Grossi (1992), no forte impacto que a experiência compartilhada do assalto me proporcionou, eu encontrava a mim mesma na mesma medida que encontrava as minhas interlocutoras. Assim, essa convergência de sensibilidades supostamente compartilhadas e tratadas de maneiras distintas apresentava-me uma nova

chave interpretativa. A forma de Amelinha a se referir ao episódio, a história de Maria das Graças apontando que se fosse em outras condições ela enfrentaria o assaltante e as sugestões de esquecer o ocorrido me mostravam sinais de um tipo particular de valentia.

Somente consegui retornar à Vila numa semana, após reiteradas tentativas sem sucesso. Alguns dias mais tarde, em meio a uma conversa com Amelinha sobre as histórias das perseguições políticas que sofria na vila, em função da disputa eleitoral pela presidência do Conselho de Moradores Local, ela me dizia: *Olhe minha filha, para enfrentar esse pessoal, a gente tem é de ter sangue no olho!* Fiz uma cara de interrogação e ela pacientemente me deu mais uma lição: *aqui a gente diz assim, ter sangue no olho, que quer dizer ser forte, ter coragem para enfrentar esse povo, essas almas sebosas...* (DC, 11.06.05).

Passei a relacionar essa atitude com as histórias que me contavam sobre o seu ativismo, a forma como se colocavam nos embates políticos na sua comunidade quando à frente da presidência do Conselho de Moradores. Ao final do episódio eu aprendera mais uma lição sobre aquele universo em que estava convivendo e um dado fundamental que ilumina alguns dos cruzamentos entre gênero e política para as mulheres com que pesquisava: aprendi de forma pungente que a contra face do medo é a coragem.

1.6. A necessidade da demonstração pública da coragem

Mas as lições não se encerraram aí. Ao longo dos dias que se sucederam ao ocorrido e que não conseguia pegar o ônibus para retornar à Vila, recebi muitas ligações das minhas amigas que lá moravam. Solidárias com a minha demonstração de medo, elas queriam saber como eu estava.

Manhã abafada e chuvosa de uma sexta-feira de outono tropical. Trabalhava nos meus diários de campo quando o telefone tocou, era Amelinha. Disse-me que queria ter ligado ontem para saber como eu estava (desde o assalto, há três dias atrás, ela tem procurado me ligar para saber como estou), mas o seu telefone estava sem sinal, por isso ligou hoje. Perguntou como eu estava, se estava mais calma, se já tinha esquecido do ocorrido. Disse-lhe que estava bem, mas que às vezes ainda me lembrava um pouquinho. Ela me disse que depois do assalto já saíra e já voltara de noite várias vezes: *o que eu posso fazer? Afinal a vida segue e eu tenho coisas para fazer.* Disse-lhe que estava certa. Ela prosseguiu: *Oxe, minha filha, eu ando com uma dor de barriga que só a peste. Eu não sei por quê... Vixe, não ando conseguindo comer nada! Acho que foi do susto que a gente*

tomou... Mas daqui a pouco já melhora. Perguntei o que o seu marido tinha dito sobre o ocorrido. Ela comentou que todos na sua casa ficaram muito preocupados, mas o contava era que nada de mais sério tinha acontecido e ninguém se ferira: *é a fé que a gente tem é que leva a gente!* Conversamos mais um pouco. Repassamos vários assuntos, desde a notícia do seqüestro de um oficial da aeronáutica que ouvira no rádio, elucubrações sobre *os sinais da falta de deus na vida das pessoas e da falta de fé* até a receita do bolo integral de banana que eu fizera e levava para ela. No final da conversa, ela me desejou um bom final de semana: *descanse bem, esqueça do que aconteceu e procure se distrair. Vá passear, minha filha! Não trabalhe tanto, não!* Ri do seu jeito maternal, agradei a sua atenção e disse-lhe que seguiria as suas sugestões, retribuindo o desejo de um bom final de semana (DC 20.05.05).

A revelação do mal-estar físico de Amelinha, associado ao ocorrido, fez com que mais uma dimensão do atributo da coragem se desvelasse. O não entendimento radical que sentira na ocasião do assalto ao ônibus, que passara a se esvaziar, com essa revelação transforma-se em compreensão. Comparando-se a minha evitação do choro na frente delas com os seus pragmatismos e a diligência associados a essa revelação dos impactos do ocorrido leva-me a pensar na dimensão da necessidade de demonstração pública da coragem. Os dados com que pude contar no momento do evento eram advindos das nossas performances públicas frente a essa situação. Os impactos subjetivos, num e noutro caso, foram vividos privadamente. Embora eu tenha contado com a confissão do seu mal-estar físico, fruto do medo sentido, ela não soube do meu choro escondido. A sua reação, assim, leva-me a pensar que os impactos existiram, mas se manifestaram de formas distintas.

Essa confissão de Amelinha remeteu-me a uma outra situação que observei no dia das eleições do Conselho de Moradores. Como presidente da gestão que se encerrava naquele pleito, Amelinha estava responsável pelo bom andamento das eleições e apoiava a chapa de Teresa, que seria a sucessora do seu trabalho no Conselho. A situação era de grande tensão, já que a chapa opositora estava associada com inimigos pessoais e políticos de Amelinha.

Manhã da eleição no Conselho. Dormira na casa de Amelinha e quando acordei, cedo da manhã, a casa já estava em polvorosa. Na cozinha Amelinha, que estava envolta numa toalha, recém-saída do banho, dava ordens à Luzia de como preparar o mungunzá para servir aos seus *companheiros de luta* que viriam ajudar nas eleições, enquanto arrumava a camiseta da candidata Teresa que Raquel vestia, justificando que era para *ficar mais charmosa, já que é tão larga*. Logo em seguida saiu da cozinha e foi se vestir, retornando logo depois. Da mesa em que tomávamos café

da manhã, pegou um cacho de uvas e comeu alguns grãos. Raquel, observando o jeito da mãe, comentou comigo: *olha praí desde que aconteceu a tragédia com o meu irmão ela não come mais, só fica assim*³⁵. Amelinha retrucou, explicando-me: *não é isso, é que toda vez que fico nervosa sinto dor de barriga, já fui não sei quantas vezes ao banheiro, por isso que não consigo comer*. Ato contínuo, tomou um remédio para o seu problema e saiu para o Conselho (DC 27.03.05).

Chama a atenção, nesse trecho escolhido das minhas anotações de campo, a regularidade do mal-estar físico de Amelinha, o qual – como mais tarde pude observar ao me juntar ao grupo no Conselho – contrastava com a sua atitude ativa e enérgica no controle dos votantes naquela eleição. Essa demonstração pública de força e de aguerrimento, repetida na situação do assalto, associa-se a uma práxis corrente no campo político feminista local. A observação das reuniões do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) e da interação entre as participantes eram, aos meus olhos, marcadas por um tom beligerante. Rapidamente aprendi que, naquele espaço, *mulher não chora e põe a arapiraca na mesa* (DC 02.11.05), como metáforas para a expressão da sua força e coragem³⁶.

São esses elementos reunidos que me levam a interpretar que *ter sangue no olho* – ou o seu sinônimo *pôr a arapiraca na mesa* - são atributos que revelam um imperativo do campo político feminista/de mulheres local. Trata-se, pois, de uma característica que dota de sentido o fazer político dessas mulheres e, mais ainda, de uma demanda do jogo político local. A coragem configura-se, assim, como um atributo de gênero e poder crucial para se compreender o campo político local em que as mulheres foco dessa análise estão inseridas.

Importa reiterar que pude ter acesso a esses elementos ao enfrentar a sensibilidade do medo que surgiu, se transformou e passou a me acompanhar, enquanto pesquisadora e não-nativa, ao longo do trabalho de campo. Apreendida sobre o pano de fundo das relações de gênero e poder combinado com os marcadores sociais de cor, classe e sexo, a sensibilidade do medo permitiu-me compreender dados fundamentais do campo de pesquisa e iluminar algumas nuances da distribuição desigual dos recursos de poder entre pesquisador/pesquisados, relativizando a posição da pesquisadora-antropóloga como o pólo poderoso na relação de pesquisa.

A partir dessas lições, toda vez que o feto esverdeado do medo, a la João Guiné – esse outro personagem sulista como eu, embora ficcional, se manifestava nas minhas

³⁵ A tragédia a que se refere Raquel foi o atropelamento sofrido pelo primogênito de Amelinha, Ronaldo, o qual será analisado no capítulo 5.

³⁶ *Pôr a arapiraca na mesa* é um expressão nativa referente à performance política e que traz um forte sentido de gênero. Os sentidos de poder e gênero negociados e expressados no espaço político do FMPE, tomado como representativo do campo feminista local, serão analisados no capítulo seguinte.

entranhas em meio às minhas incursões pela cidade, lembrava-me da coragem necessária à militância política e ao enfrentamento do cotidiano ensinada pelas minhas interlocutoras. Compreendia, assim, que embora compartilhássemos – pesquisadora e pesquisadas – das mesmas sensibilidades, elas eram significadas e vividas de maneiras distintas.

Vejamos, agora, como essas relações de poder e gênero se manifestam no campo político feminista local, a partir da análise do FMPE.

CAPÍTULO II

CAMPO POLÍTICO FEMINISTA DE RECIFE : PRÁXIS FEMINISTA E O CAPITAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Feminista eu acho já uma questão muito teórica, elas usam muito a teoria. Por exemplo o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) está tão longe, tão longe das mulheres populares. São advogadas, são jornalistas, médicas que têm um assunto teórico, sabe? Eu acho que é muito teórico, fazem muito relatório teórico. Mas tu não vês elas na prática. Tu não vês esses movimentos dentro das vilas. E tu também não vês nem elas abrirem muito espaço. Eu acho que são mulheres que lutam mais pelos direitos das mulheres feministas, independentemente dessa coisa de defender todas as mulheres. Para mim feminista é algo, sei lá, uma pessoa teórica. Só tem estudo do que é a mulher. Digamos, seria diferente do que é uma mulher mulherista, que são as questões reais da mulher. Então feminismo para mim, seria alguém de classe A ou B.
(Lia, Promotora Legal Popular gaúcha, apud Bonetti, 2000, p.144)

A posição da ativista dos direitos das mulheres gaúcha sintetiza alguns dos inúmeros velhos embates que constituem o campo político de mulheres/feminista: tensões de classe e de nível educacional³⁷. Em especial, revela uma disputa por uma posição de destaque no campo político. Em função disso, ele é digno de nota porque introduz um novo elemento para se refletir sobre aquelas velhas tensões, subsumido na categoria nativa *mulherista*. Ela denota uma relação de alteridade entre a feminista e uma de suas “outras”, que articula principalmente eixos de diferenciação de gênero e classe, demarcando uma especificação no campo político feminista através da busca de um lugar de destaque nele. Tal categoria nativa abre novas possibilidades de compreensão do ativismo político das mulheres de camadas urbanas de baixa renda.

Inspirada por esta experiência de ativismo político feminino popular gaúcho, eu busquei investigar as possibilidades da sua generalização para outros contextos do campo político feminista/de mulheres e foi assim que me deparei com a experiência pernambucana. Para se compreendê-la, faz-se crucial entender como se constitui o campo

³⁷ Utilizo o conceito de campo político tal como proposto por Bourdieu (1989), cuja característica é a de ser marcado por uma distribuição desigual dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social. O campo político é “um campo de forças e de lutas; (...) é o lugar onde se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher (...)”(p.164).

político feminista/de mulheres em que está inserida, com o qual dialoga e pelo as ativistas qual transitam. Lancei mão do olhar vocacionado para o microscópico da etnografia a fim de compreender os mecanismos internos de constituição desse contexto, as suas tramas políticas, tratando-o como um campo discursivo fortemente marcado por relações de poder e gênero (Alvarez, 1998) e por um sistema de distribuição de prestígio e privilégios (Ortner e Whitehead, 1981), cujo principal elemento constitutivo identificado é o capital de articulação política.

Neste capítulo pretendo analisar a configuração do campo político feminista em Recife, ressaltando os elementos compartilhados com o brasileiro, o seu lugar de destaque regional, bem como as nuances das cores locais. Tal campo é extremamente dinâmico, composto por diferentes agentes e disputas, o que desafia a todo momento a sua própria configuração, análise a ser aprofundada no próximo capítulo.

2.1. Recife, a Meca feminista do Nordeste

Considerar Recife como a Meca do feminismo nordestino não deixa de guardar uma certa ironia, dado o caráter secular que caracterizava uma forte tendência de luta feminista local (e também nacional) no momento em que cheguei ao campo de pesquisa. Refiro-me aqui à luta pela regularização do direito ao aborto legal no Brasil, cuja principal ênfase recaí sobre o argumento da laicização do Estado na tentativa de se contrapor aos argumentos religiosos Pró-Vida³⁸. Mas essa é a exata sensação que se tem quando se entra em contato com a efervescência e diversidade do campo feminista pernambucano. No entanto, mesmo com tais características é possível identificar os núcleos de força dentro do campo.

Já no processo de negociação da minha entrada aparecem os primeiros sinais das relações de poder que constituem o campo político e esboçam desde já o mapa da distribuição de prestígio local. A minha entrada foi grandemente favorecida pela chancela

³⁸ Meca é a principal cidade santa do islamismo, centro de peregrinação dos muçulmanos. Por derivação de sentido, nos usos correntes na língua portuguesa, Meca passou a ser sinônimo de um “centro das atividades ou ponto de convergência das atenções, interesses ou aspirações de um grupo de pessoas ligadas por algum elemento comum” (Dicionário Eletrônico Houaiss). Devo à antropóloga Soraya Fleischer o bem humorado insight sobre Recife como a Meca do feminismo no Brasil. No entanto, os meus dados me permitem falar da influência de Recife como Meca feminista na região nordeste. Assim, cautelosamente restrinjo a sua abrangência.

que recebi de uma ativista feminista conhecida localmente. Foi ela quem me ensinou sobre os códigos do campo, alertando-me para observá-los cuidadosamente, e que intermediou a minha introdução a ele. Segundo ela, eu deveria começar pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco, posto ser o espaço legítimo de entrada no campo feminista local. Ali deveria me apresentar como sua amiga pessoal, apresentar meu projeto de pesquisa e meus objetivos com transparência, além de contar sobre a minha trajetória de “ongueira” feminista reforçando o detalhe de que trabalhara com as mulheres *na ponta*, fato, segundo ela, muito valorizado, posto que me colocaria num outro lugar, demarcando que tenho um duplo pertencimento: academia e militância. Sugeri também que eu começasse pelo SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia, por ser a ONG mais antiga e influente do local, em termos de prestígio político e recursos. O curioso é que essa indicação surgiu recorrentemente nos mais diversos espaços pelos quais circulei. Era como se todos os caminhos me levassem a ele:

Conheci Samuel por intermédio de Eduardo, seu companheiro. Ambos fazem parte do campo das ONGs recifense. Quando o conheci, Samuel, com seu jeito agitado, foi logo me dando dicas para a pesquisa e alertando-me para *as estruturas de poder dentro das ONGs, em especial do SOS Corpo*. Disse-me que *estar na cúpula me facilitaria*. Indicou-me que falasse com Moema Pereira, ativista da ONG, que, segundo ele, *tem ampla circulação tanto na cúpula quanto na base e que seria um bom contato para mim*. Sugeri também Rita Portugal como outra da *cúpula do SOS*, que ela era *muito dura, um pouco arrogante, mas que se ela gostasse de mim, seria um doce e me abriria todas as portas*. Estranhei a sua franqueza, já que mal nos conhecíamos, e ele, rindo-se, disse-me: *eu não tenho papas na língua. Tudo que eu te disse, eu falo para ela também. Elas não gostam muito de mim, mas eu falo. Mesmo não gostando de mim, elas sempre me chamam para fazer trabalhos para elas, traduzir textos, elas me respeitam muito*. Contei-lhe que tinham me indicado Augusta Botelho. E ele: *xi, essa não, essa é da ralé. Te liga na cúpula, daí tu vais ter todas as portas abertas* (Diário de Campo, doravante, DC, 06.10.04).

A franqueza de Samuel em relação às relações de poder parece ter ressonância nas estratégias utilizadas na intermediação que a minha amiga ativista realizou para a minha inserção no campo. De um lado, ela colocou-me em contato com ativistas que são peças-chave do campo feminista local, como as coordenadoras do grupo Loucas de Pedra Lilás e algumas ativistas do SOS Corpo, que parecem ter um grande prestígio local. Por outro lado, escreveu à lista eletrônica restrita do FMPE, sobre a minha chegada e os meus objetivos de

pesquisa. Em ambos os casos, na sua apresentação, descreveu-me como sua *amiga, muito ética e comprometida*. Logo recebi um e-mail de uma ativista do SOS Corpo, respondendo-me que “*as reuniões do Fórum são abertas e acontecem praticamente todas as semanas. Não faltarão, portanto, oportunidades para você estar conosco e, desde já, saiba que será muito bem-vinda*”. Na primeira visita que fiz à ONG, no meu segundo dia em Recife, fui apresentada às integrantes da equipe que estavam presentes. Eva Guimarães, uma das ativistas que começou a sua carreira ativista no Grupo de Mulheres do Morro da Velha quando era moradora do bairro, ao me ser apresentada, disse-me de forma muito circunspecta: *eu acompanhei a sua vinda pela internet*, voltando-se logo para os seus afazeres (DC, 07.10.04).

Frente a essa movimentação via internet, a parcela do movimento que tem acesso ao mundo digital soube antecipadamente sobre a minha ida. O acesso diferencial ao mundo digital parece seguir a divisão nativa interna ao universo do FMPE: as *ONGs feministas*, com maior estrutura e recursos materiais e as *associações de mulheres de base*, sem acesso cotidiano ao mundo digital. Muito embora o foco de interesse imediato da minha pesquisa fossem os grupos formados por mulheres das camadas urbanas de baixa renda, justamente os que não tinham acesso imediato às informações do mundo digital, essa inserção foi de muita importância.

Lançar mão de recursos de indicação e de seguir redes de conhecidos para a inserção de pesquisadores nos seus campos de pesquisa parece ser uma prática comum. No entanto, a necessidade de afiançamento parece-me ser uma peculiaridade do universo de pesquisa no campo político, posto tratar-se de um espaço de alta competitividade e disputa, no qual a imagem pública é o grande bem político e que deve ser muito bem preservado. Para além disso, esse processo de negociação também denota os nódulos de força e prestígio dentro do campo. O reconhecimento da distinção de determinados grupos dentro do campo político está na base da relevância do movimento feminista de Recife para a região nordeste. Em diferentes momentos ao longo da pesquisa, em conversas com algumas representantes do movimento feminista nordestino sobre a efervescência associativa de Recife, essa relevância é imediatamente reconhecida³⁹.

³⁹ Estive em contato com representantes do movimento feminista Nordestino em especial no Fórum Social Nordestino, ocorrido de 24 a 28 de novembro de 2004, e no Seminário Regional da Articulação de Mulheres Brasileira (AMB), ocorrido de 09 a 12 de abril de 2005, tive a oportunidade de ter contato com ativistas de outros estados do nordeste. Fórum Social Nordestino (FSNE) foi uma versão regional e preparatória para o V Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em Porto Alegre, em janeiro de 2005. Acompanhei os dois eventos e

Uma feminista histórica paraibana, de renome nacional, ponderou sobre as razões dessa efervescência, salientando que Recife tivera *mais investimento das agências de cooperação internacional, porque também já tinha mais grupos do que em qualquer outro estado do nordeste. Em João Pessoa há grupos antigos, mas são poucos. Em Natal também há alguns importantes, mas nada se compara ao Recife* (DC, 09.12.04). Essa visão sobre a importância e centralidade do movimento feminista pernambucano foi reiterada por uma feminista potiguar. Reconheceu *que não havia nenhum outro lugar no nordeste com tantos grupos, com a organização e força vista em Pernambuco. Disse-me que em Natal há alguns grupos, mas não se compara à efervescência do Recife* (DC, 26.11.04).

Associado à existência de muitos grupos feministas antigos e ao grande investimento de agências de financiamento nos seus projetos de intervenção está um reconhecido acúmulo na reflexão feminista e uma forte produção na área. O que reforça o processo de constituição, analisado anteriormente, de Recife como a Meca política do Nordeste, foco de investimentos políticos e materiais. O reconhecimento da centralidade e importância de Recife para o feminismo da região pelos diferentes grupos do Nordeste corrobora a sua característica de cidade pólo também do feminismo.

Nesse sentido, lançar mão da imagem de Meca não é exagerada, sobretudo frente à atitude de reverência e de aprendizado em que se colocam as ativistas nordestinas, de forma geral, em relação às feministas pernambucanas. Para tornar mais explícita essa minha equação, recorro a uma situação que observei em campo durante o Seminário Regional da AMB, em que as participantes discutiram questões polêmicas da política feminista nordestina⁴⁰. O seminário, que se realizou em dois dias, teve como pautas centrais a discussão sobre *o fazer feminista no Nordeste, as dinâmicas de cada estado e os desafios do fazer feminista nessa região*. Para o segundo dia estava prevista uma discussão sobre *as Jornadas Brasileiras pelo Aborto Seguro, a avaliação da participação do movimento feminista no Fórum Social Nordestino e uma discussão sobre a AMB* (DC, 07.04.05).

pude perceber a expressividade da participação de militantes feministas pernambucanas em ambos. A título de informação, Recife foi escolhida para sediar a primeira edição do FSNE. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) foi fundada em 1995 após o processo da Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Beijing, e articula os fóruns de mulheres do Brasil. Organiza-se por regiões e possui uma secretaria executiva, a qual, no período da pesquisa, era ocupada por representantes do movimento feminista pernambucano (ver www.articulacaodemulheres.org.br).

⁴⁰ O Seminário Regional Nordeste da AMB foi o primeiro dos que ocorreriam em todo o país. O seminário foi seguido de um colóquio com Françoise Collin, teórica feminista francesa, que falaria sobre “Poder e política: esfera pública e esfera privada a partir do pensamento de Hannah Arendt”. Estes eventos inauguraram as comemorações pelos 30 anos ininterruptos de feminismo no Brasil e os 10 anos da AMB.

O primeiro dia foi marcado pela troca de experiências entre cada fórum de mulheres da região nordeste. A dinâmica de trabalho se deu da seguinte forma: cada fórum se reuniu e refletiu sobre a sua prática de acordo com um roteiro sugerido pela secretaria executiva da AMB. O roteiro continha as seguintes questões: *1. perfil político das militantes do fórum, a sua composição, tempo de existência, descrever o melhor que puder; 2. Como cada fórum equaciona movimento social e governo, como se dá a relação entre militância e estado; 3. Questão da relação capital – interior, se é de âmbito estadual ou municipal; 4. Sobre a institucionalidade dos fóruns, se é necessário uma estrutura mais formalizada ou não; 5. Como é o processo de relação dos fóruns com a AMB, as representações, os pertencimentos dos fóruns e as suas representações* (DC, 09.04.05).

No final do primeiro dia de trabalho, os grupos passaram a socializar o produto das suas discussões. No mapeamento da composição e experiência de cada fórum, já se percebe a consolidação do movimento feminista em Pernambuco. O fórum de Pernambuco é o mais antigo da região, com 17 anos de existência, o que tem maior número de grupos nos seus quadros e o que tem uma sistemática de trabalho mais permanente. Enquanto a maioria dos fóruns se reúne mensalmente, o de lá prevê no seu planejamento duas reuniões mensais. Além disso, é o único que tem recursos próprios (a cifra citada foi de *mais ou menos 60 mil reais*) oriundos de projetos financiados por agências de cooperação internacional. Frente ao relato da dificuldade de manutenção dos outros fóruns, essa revelação causou *frisson* no grupo. O que foi seguido por uma avalanche de pedidos de ajuda e de dicas ao grupo de Pernambuco para construção de projetos bem sucedidos como o seu, já que *não se faz política sem dinheiro* (DC, 09.04.05).

A presença da BEMFAM – Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil – em alguns fóruns de mulheres da região nordeste, trouxe à tona a polêmica feminista histórica sobre a ação dessa instituição no Brasil⁴¹. No posicionamento diferenciado frente a sua presença nos fóruns pode-se ter idéia de como Pernambuco, e em especial Recife, tornou-se a Meca do feminismo nordestino. Tal polêmica situa-se no âmbito dos debates e lutas

⁴¹ “A BEMFAM – Bem-Estar Familiar no Brasil – é uma organização não-governamental (ONG) de ação social, sem fins lucrativos, com registro de Utilidade Pública Federal. É a 15ª ONG da área de saúde no Brasil, a 37ª maior do país e a terceira do Estado do Rio de Janeiro, onde funciona sua Sede. Fundada em 1965, a BEMFAM tem *status* consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social da ONU e, desde 1967, é filiada à Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF), uma das maiores entidades voluntárias do mundo no trabalho com saúde reprodutiva e planejamento familiar” (In <http://www.bemfam.org.br>, acesso em 30/07/05).

feministas acerca da Saúde da Mulher que deram origem a muitas conquistas nesse âmbito, como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e a defesa dos Direitos Reprodutivos como elementos fundamentais na garantia da cidadania das mulheres. Cabe salientar que o campo da saúde feminina é um dos mais fortes no movimento feminista brasileiro em geral, e no nordestino em particular.

A BEMFAM, criada em meados da década de 60, esteve associada a práticas de esterilização em massa que atingiram particularmente a região Nordeste. Apoiada pela Federação Internacional do Planejamento Familiar, voltada ao financiamento de clínicas de controle da natalidade, estabeleceu convênios com Estados e municípios ao longo das décadas de 60, 70 e 80 e implantou programas comunitários de planejamento familiar, especialmente no Nordeste (Silva, 2000; Ávila e Corrêa, s/d). O problema da esterilização em massa, que tinha um forte recorte de classe e de raça, redundou em diversas ações, tais como a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o tema em Pernambuco e no Brasil no início da década de 90 e a posterior criação da Lei do Planejamento Familiar - Lei nº. 9.263 - 12/01/96 (Ávila e Corrêa, s/d e Jardim, 2005).

A seguinte discussão, travada entre diferentes atrizes do campo político feminista nordestino, revela um protagonismo histórico do movimento feminista pernambucano e a sua posição de destaque na região:

Uma das representantes do movimento feminista de Natal explicitou duas questões polêmicas que surgiram nas falas das representantes dos fóruns. A primeira delas diz respeito à participação do fórum nos governos. Lembrou que *no 8º encontro da AMB se tomou a decisão política e se decidiu pela não participação no governo. Segundo ela, essa decisão deve ser afirmada.* Pareceu-me muito preocupada com o quadro que se desenhava na Bahia, onde estava havendo um atrelamento entre fórum e governo, com a criação de uma superintendência municipal da mulher, à qual integram grande parte das ativistas do fórum de Salvador. A outra questão diz respeito à relação com a BEMFAM. Mencionou o *histórico pesado da BEMFAM para nós feministas e para todas as mulheres.* Foi incisiva em afirmar que essa participação deveria ser muito bem discutida, já que para ela, *enquanto feminista, é muito difícil aceitar a representação da BEMFAM no fórum. Por mais que a BEMFAM esteja mudando as suas práticas, não dá pra esquecer o que significou a BEMFAM no nordeste, para as mulheres.*

A representante do Ceará manifestou-se, revelando que a BEMFAM participava no fórum do Ceará. Chamou a atenção para a conjuntura do estado, onde há uma escassez de grupos feministas e a BEMFAM é quem tem mais trabalho com as mulheres no tema da violência.

Segundo ela, *é a única entidade que dá apoio ao fórum. Por isso é complicado não aceitar a BEMFAM.* Passou a fazer uma longa defesa, salientando que a BEMFAM tinha dado todo o apoio ao fórum, inclusive dispensando uma funcionária [que estava participando do seminário]. Além disso, *apóia com recursos materiais, dando dinheiro e espaço físico.* Salientou que *não há um movimento muito articulado no Ceará e que se não contarem com a BEMFAM, não terão ninguém mais.* Disse também que *as entidades do Ceará não têm acúmulo feminista para discutir essa questão e que seria importante que a AMB as subsidiasse.*

O grupo do Piauí, um dos mais silenciosos ao longo do seminário, absteve-se de comentários mais diretos sobre os temas em pauta e sugeriu que se retornasse para os fóruns, a fim de discutirem essas questões. Uma das representantes do Maranhão contou sobre como era a relação da BEMFAM com o fórum de mulheres local: *no Maranhão ela tem nos namorado, mas estamos com cuidado porque nós, mulheres no fórum, não temos claro o lugar da BEMFAM na história das mulheres. No Maranhão, a BEMFAM está com Zequinha Sarney, deu dinheiro para a saúde da mulher, por isso estão fazendo coisas e as organizações autônomas não. Mas é a função do estado, a nossa é de monitorar.*

A secretária executiva da AMB, Laís Albuquerque, passou a falar da BEMFAM e resgatou a sua história *de associação à política controlista norte-americana.* Disse que *enquanto SOS Corpo (instituição pernambucana da qual ela faz parte), não estamos onde está a BEMFAM. E para isso há dois argumentos. Primeiro: nós fomos o único país da América Latina que se recusou a usar o financiamento da USAID/BEMFAM para ir para Beijing. Quase que a gente não foi. Mas não usamos. O posicionamento da secretaria da AMB é o seguinte: o SOS Corpo não fica em espaços onde está a BEMFAM. Se entrar no comitê político (instância deliberativa da AMB, formada por representantes de diferentes regionais), a gente sai. Ela foi responsável pela esterilização em massa no Brasil e até hoje não se retratou publicamente, não fez a autocrítica. Então não podemos aceitar a presença da BEMFAM e, segundo, não é uma organização da sociedade civil, o fórum é um espaço de articulação do movimento social e a BEMFAM é uma organização para-estatal. Mas até hoje isso nunca foi para o comitê político, para ser deliberado. Por enquanto é uma questão de cada fórum, de deliberar. O dia em que for para o comitê, ele terá de se posicionar sobre isso. Por enquanto nada chegou.*

Logo em seguida, uma das representantes de Pernambuco se manifestou, salientando que *o fórum de Pernambuco nunca fez relação com a BEMFAM: Em 2003 eles fizeram contato com a gente, chamaram para conversar. Mas a gente questionou sobre qual a política adotada por eles, se tinha modificado e se eles iam fazer uma retratação. Como não era nada disso, a gente disse que não podia fazer parceria. E fomos firmes em não aceitar negociação.* Uma das representantes da Paraíba contou que *na Paraíba há uma feminista histórica trabalhando na BEMFAM que quis se*

filiar à Rede Nacional Feminista e foi recusada. A BEMFAM tem muita relação com o Estado. Hoje tem uma feminista na Rede de Mulheres da Paraíba que tem vínculo com a BEMFAM, mas está como autônoma. Outra representante paraibana ponderou que se trata de uma questão muito delicada. Devemos tomar uma decisão política e pensar no porquê de a BEMFAM querer entrar no movimento de mulheres hoje. Há muitas feministas que estão desempregadas e vão trabalhar na BEMFAM, mas há limitações. O que fazer? É importante resgatar a história para tomar uma posição política. Dentro das redes de mulheres, há mulheres do movimento popular que estão recebendo trabalho da BEMFAM.

Outra representante pernambucana contra-argumentou que o fórum é um espaço de articulação do movimento. A BEMFAM não é uma organização que faça movimento de mulheres. Para nós só entra organização de mulheres e feministas autônomas. A BEMFAM continua sendo um braço do governo, então é estranho estar nesse espaço, que é do movimento.

A representante cearense, funcionária da BEMFAM, se manifestou, fazendo uma auto-defesa: para mim é muito complicado, difícil. Não me vejo diferente hoje por estar trabalhando na BEMFAM. Não vejo diferença do trabalho da BEMFAM hoje e da AMB, do feminismo. A BEMFAM está mudando, ajuda a fazer controle social. Há que se dialogar, se abrir a possibilidade de diálogo, antes de sair, de se retirar, é importante dialogar. Dentro dos fóruns não há somente movimento social, há ONGs que ora estão no movimento e ora na execução. No Ceará não existem grupos de mulheres feministas. Se o fórum tiver de esperar pelo movimento, não vai existir a longo prazo. Existem entidades mistas, que têm mulheres que estão tentando colocar a questão de gênero e do feminismo. A gente sabe que têm grupos de mulheres na periferia, mas que não têm perspectiva feminista e nós estamos tentando levar o feminismo para elas. Já estamos fazendo contato com elas. A secretária executiva interveio novamente, tentando encaminhar a discussão. Ela orientou que se discutisse essa questão nos fóruns e que depois fosse levada ao comitê político para deliberação (DC, 10.04.05).

Como se pode perceber no caso BEMFAM, o campo de possibilidades e as margens de posicionamento mais radicais e de afirmação de princípios diferem enormemente de um contexto para outro dentro da região nordeste. Cientes de que *não se faz política sem dinheiro*, as representantes dos estados do Ceará, Piauí, Maranhão, que apresentaram uma fraca articulação histórica feminista, revelaram-se, na discussão, com pouca margem de autonomia para recusar os investimentos oferecidos pela entidade, colocando-se frente a um dilema político. Um pouco mais fortalecidas, as representantes do Rio Grande do Norte e Paraíba, embora rechaçassem a presença da BEMFAM entre o movimento feminista, abrem-se para uma discussão sobre os limites e possibilidades dessa relação, contrastando

com o posicionamento fortemente crítico das representantes pernambucanas. Tal posicionamento parece reforçar intencionalmente o caráter de Meca feminista de Recife, o que denota um trunfo a seu favor na disputa política.

Assim, para além de definir qual movimento é mais ou menos autônomo, mais ou menos articulado, o interesse dessa situação para os propósitos dessa análise está no embate das diferentes posições e na disputa pela definição da posição política predominante. A tensão revelada nessa situação aponta para os elementos envolvidos na constituição do que seria uma Meca do feminismo e dos meandros da sua constante contestação. No entanto, há uma posição predominante, advinda de uma distribuição desigual de acesso a recursos, sejam eles materiais ou simbólicos – como se percebe na diferente apropriação que as agentes têm da história do feminismo e da sua relação com a BEMFAM – vinculada ao movimento pernambucano. Esses fatores conferem a ele um lugar hierarquicamente destacado, localizando-o como fonte de aprendizado e de exemplo a ser seguido pelo movimento feminista nordestino.

Mesmo buscando-se nortear a AMB por *princípios democráticos tradicionais do feminismo como o respeito à autonomia política de cada fórum e à pluralidade das diferentes posições teóricas e políticas do feminismo e pelo método de estabelecimento de relações decisórias horizontais e participativas marcadas pela produção de consenso na ação e pelo debate cumulativo* (DC, 10.04.05), como ensina a secretária executiva, a reconhecida ascendência do movimento feminista pernambucano não é desprovida de valor; implica no estabelecimento de uma relação hierárquica e de poder dentro do campo feminista regional.

Ocupar esse lugar de prestígio está diretamente relacionado com o processo histórico de constituição do movimento feminista local, que resulta do acúmulo no protagonismo e da viabilização de investimentos. Vejamos, assim, a constituição do Fórum de Mulheres de Pernambuco para a compreensão da sua força atual.

2.2. Fórum de Mulheres de Pernambuco – a Meca do feminismo em Recife

O Fórum de Mulheres de Pernambuco foi fundado em 1988, após o IX Encontro Nacional Feminista de Garanhuns, a partir da iniciativa de Maria Helena Andrade, feminista histórica pernambucana e uma das fundadoras do SOS Corpo, e de Maria José,

militante do movimento popular, em reunir e articular os diferentes grupos que existiam no estado.

Essa origem do FMPE, a partir da reunião entre movimento feminista e movimento popular de mulheres, revela uma tentativa de coalizão entre distintos grupos de mulheres locais, tendência que até hoje se verifica nas ações feministas locais como se verá adiante. Mas para a melhor compreensão da existência do FMPE, faz-se necessário entender as raízes históricas do próprio movimento feminista pernambucano, que segue o mesmo itinerário do movimento feminista latino-americano e brasileiro.

Estudiosas do tema apontam para a especificidade da constituição dos movimentos feministas na América Latina a partir da década de 70, como marcados pelo compromisso com o processo de democratização. As suas práticas caracterizavam-se pela oposição política, pela postura antiestatista, pela autonomia defensiva e pela lógica de confrontação aos regimes políticos ditatoriais (Sarti, 2001, Craske, 1999 e Alvarez, 1998). Goldberg (1987), ao estudar o movimento feminista brasileiro da década de 70, sustenta que as especificidades do contexto político no país neste período fizeram com que o feminismo fosse gestado no seio do ideário da esquerda, a partir de um viés marxista, o que resulta no que chama de feminismo “bom para o Brasil”, o que representa uma parcela do movimento feminista brasileiro.

No processo de abertura democrática, com o retorno de militantes feministas exiladas, trazendo consigo a experiência e a influência de feminismos estrangeiros, em especial da Europa e dos Estados Unidos, os grupos se proliferaram (Corrêa, 2001 e Sarti, 2001). A questão em jogo no período é a da dupla militância e a tensão entre as lutas gerais, voltadas para redemocratização, e as lutas específicas, voltadas para as questões da opressão das mulheres (Pontes, 1986 e Gregori, 1993). Os grupos feministas que se formam nesse período dividem-se entre aqueles ligados a setores de partidos políticos ainda clandestinos e aqueles autônomos.

Em Recife se verifica essa mesma tendência. Em 1979 forma-se o grupo “Mulheres à Luta”, vinculado ao Partido Comunista do Brasil, dissolvendo-se em 1982 e dando origem ao grupo “União das Mulheres”. No mesmo ano forma-se a Federação das Mulheres de Pernambuco, ligada ao MR-8, seguindo a mesma tendência nacional de divisão do movimento feminista verificada no III Congresso da Mulher Paulista, em 1981 (Corrêa, 2001). Essa cisão existe até hoje no movimento feminista de Recife, posto que a atuação da Federação é percebida como tendo fins partidários e eleitorais (Oliveira, 2002).

Na tendência autônoma, em 1978 surge o grupo “Ação Mulher”, formado por mulheres profissionais liberais, acadêmicas e mulheres que voltavam do exílio. De forte inspiração no movimento feminista europeu, era um grupo de reflexão voltado às questões da sexualidade, do corpo e da saúde da mulher, dissolvendo-se em 1982. Dos seus quadros saíram feministas que fundaram três das primeiras Organizações Não Governamentais (ONGs) locais: a Casa da Mulher do Nordeste, nascida em 1980 e voltada para questões de organização política e geração de renda, o SOS Corpo – Grupo de Saúde da Mulher⁴², em 1981, voltado para as questões da saúde da mulher, e o Centro das Mulheres do Cabo, formado em 1984, voltado para questões de cidadania e política (Oliveira, 2002).

O cenário do campo político feminista de então era composto por uma diversidade de grupos, em especial daqueles oriundos do movimento popular de mulheres ligados às Pastorais da Igreja Católica e de Comunidades Eclesiais de Base. Esta pluralidade esteve presente no IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns em 1987. Nesse encontro, as questões que se impuseram como principais foram as discussões sobre as trabalhadoras rurais, as trabalhadoras domésticas, o racismo e a prostituição (Abath e Ireland, sd:04).

Dentro da história dos Encontros Nacionais Feministas, o encontro de Garanhuns parece ter sido muito marcante no que tange ao surgimento progressivo de muitas vozes dentro do campo feminista. Conforme se pode perceber na reflexão de Vera Soares:

O 9º Encontro Feminista (...) reflete o crescimento e a vida atual desse movimento. Estiveram lá aproximadamente mil mulheres, das quais 70% vindas de setores populares, urbanos e rurais, e mais ou menos 20% das chamadas “feministas históricas”. O relatório final, elaborado pela comissão organizadora, reflete a heterogeneidade desse movimento: “...Foram muitas horas de trabalho, olho no olho, fala, choro, riso, tensão, discordância, dilema, medos, prazeres, descobertas. Por tudo isso, não foi possível em todos os grupos registrar tudo. Em todos os lugares havia montões de diferenças, de origens, linguagem de classe, de profissão, de cor, de idade, de sentimentos, de horas de vôo no feminismo, de estilo de vida, de posição política... Daí que a síntese tampouco pretende representar a pluralidade do encontro, mas certamente ela reflete sinais desse universo (Soares, 1989).

Foi nesse encontro, também, que a questão racial, pautada pelas mulheres negras, se fez presente de forma mais contundente, denunciando a invisibilidade racial dentro das questões feministas no Brasil:

⁴² Surgido em 1981 com esse nome, ao longo da sua história mudou duas vezes de nome, o que demarca, por um lado, a ampliação do seu escopo de ação e, por outro, reflete as transformações do próprio campo de lutas feministas. Em 1991 passou a ser SOS Corpo – Gênero e Cidadania e, nos anos 2000, passou a se chamar SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia (cf. <http://www.soscorpo.org.br/>).

Importante registrar, também, que as mulheres negras no IX Encontro Nacional Feminista cobraram e pressionaram por conta da ausência de suas questões específicas que se repetira em outras edições do Encontro, mesmo tendo um número significativo de participação, após diversas reuniões que realizaram neste Encontro decidiram por realizar um Encontro Nacional de Mulheres Negras para avançar nessa luta (Histórico dos Encontros Nacionais Feministas).

Essa diversidade e o momento político por que o país passava – convocação da Assembléia Nacional Constituinte – fomentou a necessidade de articulação do movimento feminista/de mulheres, revelando-se o momento propício para a organização de um Fórum de Mulheres local. Assim, Maria Helena Andrade, do SOS Corpo, e Maria José, militante do movimento popular, iniciaram o processo de organização do FMPE. É interessante observar que na carta convocatória para a primeira reunião aparecem as preocupações que motivaram a articulação e refletem o momento histórico do movimento feminista brasileiro:

O que nos move a escrever é o desejo de conversar sobre inúmeras dificuldades e incertezas que o momento político nacional nos coloca. Esta conjuntura reforça alguns impasses cruciais ao movimento de mulheres, no que diz respeito a sua organização e aquisições. São exemplos: as dificuldades de garantir direitos na Constituinte; o retrocesso em relação ao PAISM que nós já considerávamos como uma aquisição garantida; a situação das Delegacias, e etc. Por outro lado a nossa ausência prolongada de articulação nos fragiliza ainda mais diante do momento político atual (Carta Convocatória, 03.06.88, apud Oliveira, 2002).

O conteúdo das preocupações arroladas na carta denota as principais bandeiras históricas de luta feminista no país: a questão da violência contra as mulheres e a questão da saúde das mulheres. Temas esses que ainda hoje são fontes de grande investimento do movimento feminista de forma geral e de Recife em especial, como detalharei mais adiante.

As primeiras reuniões de organização do FMPE foram realizadas na sede do SOS Corpo, logo em seguida passando a acontecer numa das sedes da Fundação Joaquim Nabuco, a fim de evitar a associação do Fórum àquela entidade.

A partir de várias reuniões, o FMPE se institui com os objetivos de:

Ser um espaço político para articulação de grupos de mulheres e mulheres que estejam interessadas na discussão e melhoria da condição da mulher. Para tanto constituir-se-á em local de: geração e socialização de informações; identificação e discussão de necessidades do movimento de mulheres; denúncias; encaminhamento de lutas comuns e de apoio a lutas específicas; militância e formação política da mulher; estímulo ao crescimento e fortalecimento de grupos de mulheres; promoção de eventos que levem à sociedade em geral as questões da mulher, tanto em sua especificidade, como nas suas relações sócio-político-econômicas com o Estado e a sociedade civil (Informe no.1 agosto/1988, apud Oliveira, 2002).

Funcionava, no seu início, num regime de reuniões mensais “em dias de domingo à tarde” (idem) através de “Assembléia Geral, Comissão Coordenadora e Plantões”. (Proposta de Funcionamento do FMPE, apud Oliveira, 2002). A assembléia geral era composta pelas participantes com a função de “definir todas as questões a serem tratadas no Fórum, não tendo, contudo, a competência de opinar e definir sobre os trabalhos dos grupos participantes, nem utilizar o critério de maioria para unificar posições. Suas decisões deverão ir a público com todas as diferenças lá existentes” (idem). Quanto à Comissão Coordenadora

deverá ser formada por membros eleitos na Assembléia Geral, devendo funcionar como coletivo, para ordenar, divulgar e encaminhar as questões tratadas na Assembléia Geral, instrumentando a articulação do Movimento de Mulheres em Pernambuco. Essa comissão deverá ser composta de doze pessoas, devendo ser renovados dois terços de seus membros de seis em seis meses. Cabe, também, à Comissão expedir convocação para as assembléias ordinárias e extraordinárias, organizar as pautas, elaborar as atas, divulgar as listas de presença e programar as atividades semestrais do Fórum. A comissão coordenadora reunir-se-á semanalmente (ibidem).

Já os Plantões “deverão ser a forma de contato cotidiano entre as participantes do Fórum, para a prestação de coleta de informações” (ibidem). O funcionamento dos plantões era através de rodízio mensal, de segundas a sextas, pelas membros da Comissão Coordenadora.

Como se pode perceber, o FMPE surge como uma tentativa de coalizão das diferentes forças existentes dentro do campo político local, sendo estrategicamente organizado, desde seu início, por uma representante histórica do movimento feminista e outra representante do movimento popular de mulheres com o objetivo de espriar e popularizar a questão das mulheres. No entanto, o que dá a base de sustentação é a parte do movimento feminista com recursos, sejam materiais sejam simbólicos, para a sua continuidade. De acordo com a sua forma de organização e funcionamento pode-se perceber o esforço em democratizar a sua gestão, pautando uma organização que seguisse os princípios de autonomia do movimento feminista que lhe deu origem.

Nos seus 17 anos de existência, sendo um dos mais antigos do país, o FMPE tem a sua posição reconhecida pelas outras forças do campo feminista local como *referência do ponto de vista de reunir grupos de mulheres* (DC, 03.11.04), conforme me explicou uma das assessoras da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife, constituindo-se como um importante espaço de confluência do feminismo. Ele assume o protagonismo em

diversas frentes de ação do movimento feminista local (conferências sobre os mais variados temas), tem assento nas diferentes instâncias de participação e controle social, tais como o Fórum Temático de Mulheres do Orçamento Participativo e Conselho Municipal da Mulher. Reconhece como parceiros locais de luta os diferentes conselhos (da saúde, da mulher, da mortalidade materna, de direitos humanos), os fóruns de comunicação de Pernambuco e o social nordestino, a Rede Feminista de Saúde, a Campanha do Laço Branco e a Articulação de Mulheres Brasileiras, da qual o fórum é fundador.

No entanto, mesmo se pretendendo estadual, *o fórum tem uma atuação metropolitana*, segundo aponta Odete, educadora do SOS Corpo, lembrando ainda que a logomarca do Fórum eram as pontes de Recife. Em vista da superação dos limites da sua abrangência, em 2003 houve a construção de um *projeto de interiorização* do fórum, com vistas à integração de mulheres de cidades do interior do estado e do meio rural. Segundo relatou Alessandra, que se define como *jovem feminista*, essa ação foi pensada em função de *uma queixa do movimento popular de que só havia mulheres classe média no fórum e também uma queixa do movimento de jovens*. A fim de trazer mais representações para o FMPE, algumas ações foram realizadas.

Nair Valença, uma das então coordenadoras da coordenação colegiada do FMPE, explicou como se deu o processo: *as ONGs que tinham relação com diferentes grupos fizeram articulação para trazê-los para o fórum. O Centro das Mulheres do Cabo [entidade da qual faz parte] trabalhou junto com os grupos de mulheres com quem tem relação na zona da mata, trazendo-as para o Fórum. Já o SOS Corpo, que tinha relação com grupos de mulheres do movimento popular, através do projeto de formação política de lideranças feministas, trouxe esses grupos para dentro do Fórum*. De acordo com Nair, essa ação teve êxito em *trazer as mulheres do interior, do sertão e da zona mata. Há entre elas um reconhecimento muito grande do Fórum de Mulheres. Mas há a dificuldade de recursos para a participação. E em vista disso, está se pensando num projeto maior para a interiorização*. Segundo Carmem, *faz parte da história do Fórum essa potencialização das lideranças; é uma estratégia do Fórum a de estimular mulheres com quem se trabalha para trazer para dentro. Ao trabalhar as mulheres, engajá-las politicamente e fortalecer o feminismo na própria militância* (DC, 09.04.05). Mesmo sendo um Fórum de mulheres, ele é interpretado como feminista e busca-se trazer as mulheres para o feminismo. Nessa ação pode-se identificar uma preeminência de uma posição no campo político local, que deita suas raízes na própria constituição do FMPE. Parece-me que, mesmo sendo um projeto

idealizado como coletivo, de todos os grupos de mulheres organizadas, há a recorrente presença de determinadas agentes do campo dentre as quais se destaca historicamente a presença do SOS Corpo, uma das entidades que se sobressai pela sua estrutura, recursos e consolidação no campo:

No intervalo do seminário, eu e Carmem, feminista independente e histórica da cena feminista local, ficamos conversando. Ela elogiou a estrutura física do SOS Corpo, sempre pronto a acolher os diferentes grupos do movimento social local. Aos seus olhos a estrutura física representa o caráter solidário do movimento feminista local. Contudo ponderou que tudo foi conquistado a duras penas, fruto da resistência das primeiras feministas, que tiveram de enfrentar muitos obstáculos. Dentre os nomes que citou, falou em Maria Helena Andrade, fundadora do SOS. Disse-me que no início foi muito duro, houve muita briga e os grupos quase terminaram, posto que sofriam muita pressão dos grupos de esquerda. Logo depois, com o processo de institucionalização dos grupos, houve uma forte crise, mas resistiram. A grande questão em jogo era a autonomia. O primeiro a se institucionalizar foi a Casa da Mulher do Nordeste, que por um período quase fechou. Depois foi o SOS, seguido pelo Centro das Mulheres do Cabo. Sendo esses os grupos mais antigos do movimento feminista local (DC, 10.04.05).

Como se pode perceber, o SOS Corpo parece ocupar posição privilegiada neste contexto, com poder de definição de pautas de ação e cuja voz parece ter maior peso. Uma das mais antigas ONGs locais, recebe financiamento de muitas agências de cooperação internacional. Detentora de uma sede confortável e ampla, com estrutura para realização de eventos, possui um acervo bibliográfico de referência na temática feminista e de gênero e oferece salas com infra-estrutura para movimentos sociais *sem-teto*. Sediava, no período da pesquisa, o FMPE, oferecendo espaço físico para as suas reuniões, a secretaria da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede LAC). Tem uma grande produção bibliográfica e audiovisual sobre os mais diversos temas de atuação feminista, o que é consoante à prática de estudar, produzir conhecimentos e argumentos para o debate feminista, propalada pelas suas representantes⁴³. Frente a essas características parece encarnar a militância

⁴³ No seu catálogo de produções, edição de 2002, encontra-se publicações nos mais diversos formatos sobre as seguintes temáticas: feminismo (com sub-divisão entre feminismo, movimento feminista e de mulheres), gênero (com subdivisões em gênero, gênero e desenvolvimento e gênero e trabalho), Saúde, Direitos Sexuais e Direitos reprodutivos (aborto, assistência à saúde da Mulher e PAISM, Contracepção, Corpo e sexualidade, Direitos reprodutivos e direitos sexuais, DST e AIDS). Reúne 76 títulos, o que dá um panorama das áreas de atuação e interesse da entidade.

profissionalizada, *com recursos*, e o sujeito feminista *intelectual, que fala em conceitos*, que se ouve recorrentemente no campo político feminista mais geral, como demonstra a epígrafe que abre esse capítulo.

O feminismo posto em prática pelo SOS Corpo fundamenta-se no ideário da igualdade. Defensor da *democracia radical*, ele busca promover a cidadania das mulheres. Fortemente influenciado por uma vertente do feminismo francês, entendido como *um feminismo mais à esquerda, marxista-dialético*, como explicou Laís Albuquerque, educadora do SOS (DC, 09.04.05). O SOS influencia e imprime fortemente a sua característica na organização do FMPE, o que lhe garante uma grande permeabilidade no movimento feminista e de mulheres. Nota-se, em especial, a relação de forte proximidade com os movimentos populares de mulheres, que se traduz, pragmaticamente, em diferentes ações, tais como o projeto de formação política de lideranças feministas (direcionado à mulheres adultas e jovens), o fundo de financiamento de projetos comunitários, o investimento na política de interiorização do FMPE e de popularização, ao incentivar a participação de grupos de mulheres dos movimentos populares junto a quem atua⁴⁴.

A consolidação do SOS Corpo contrasta, e ao mesmo tempo reflete, uma outra característica do FMPE, presente desde o seu início: a resistência à institucionalização. Segundo a discussão entre algumas de suas participantes que tive a oportunidade de acompanhar, esse é um tema polêmico, que divide opiniões e sobre o qual nunca se chega a um consenso. Segundo Nair, há diferentes posições: *A Casa da Mulher do Nordeste é a favor da institucionalização, mas outros grupos como Loucas de Pedra Lilás e o Uiala Mukaji- Sociedade de Mulheres Negras são contra. É um debate histórico, que nunca se soluciona e toma diferentes formas de acordo com o perfil da coordenação.* A atual coordenadora aponta dois níveis de questões que são problematizadas nessa discussão: *como manter o Fórum e outro nível é o político. Nunca se teve recursos para o funcionamento do Fórum, somente mais recentemente que conseguimos aprovar projetos. O primeiro foi um pela Fundação Ford, de nove mil reais e agora há um projeto, para a interiorização, de 50 mil reais.* Nair trouxe como exemplo a posição do Centro de Mulheres do Cabo: *faz tempo que não se faz essa discussão lá dentro, mas a posição do Centro é a de que as instituições que participam do Fórum devem bancá-lo e não ao contrário. Mas isso*

⁴⁴ Paradigma da militância bem-sucedida, o SOS serve de êmulo para pequenos grupos de mulheres do meio popular, que sonham em ter uma infra-estrutura igual, um semelhante prestígio político e, quiçá, fazer parte do seu quadro de funcionárias. Observei, ao longo da pesquisa de campo junto a grupos de mulheres do movimento popular, uma forte disputa pelo seu apoio, questão a que voltarei mais adiante.

esbarrava naqueles grupos que não têm estrutura nem para se auto-gerir, como vão bancar o Fórum? Odete, do SOS Corpo, exemplificou que a posição do SOS é a de priorizar o Fórum por ele ser feminista, por ser um dos espaços da disputa política em fazer o movimento. Mas o complicador é a falta de dinheiro. Se não tivesse a estrutura do SOS, como o Fórum iria funcionar? Há uma previsão, dentro do projeto do Fórum, do repasse de 2 mil reais por ano [para o SOS] para pagar o telefone. Mas nesse ano que passou, não foi repassado para poder bancar a ida das mulheres para Porto Alegre [para o FSM]. Como se faz política sem dinheiro? Essa é uma questão importante. Não se faz política sem dinheiro! O SOS não tem uma discussão e uma posição clara sobre a institucionalização, funciona muito por acordos. O SOS tem quatro projetos grandes que facilitavam a participação das mulheres populares no Fórum e daí é que vêm os recursos e a possibilidade do SOS de fortalecer o Fórum (DC, 09.04.05)⁴⁵.

Na polêmica da institucionalização, o que parece se buscar preservar aqui é a autonomia, princípio caro ao feminismo local, muito embora apresente um paradoxo frente à grande quantidade de ONGs existentes. A ênfase na autonomia encontra ecos também na afirmação do caráter de não comprometimento com o governo, muito embora a relação seja, na prática, de parceria com a instância municipal e de grande embate com a estadual. O FMPE foi muito ativo na negociação política para a formação da Coordenadoria da Mulher na atual gestão petista da cidade, culminando por destacar uma representante sua para atuar dentro da coordenadoria. No entanto, essa representação não se sustentou por muito tempo. O que está em jogo aqui é a manutenção do caráter de controle social do Fórum de Mulheres e os limites impostos pela relação com as gestões, de forma a não comprometer essa sua característica.

No seu atual formato, o FMPE é dirigido por uma coordenação colegiada eleita a cada dois anos, formada por três representações dentre as que fazem parte da sua articulação. Atualmente é composto por, em torno de, 60 representações, distribuídas entre 48 entidades e representações de feministas *independentes*⁴⁶. Dentre as participantes há uma diversidade enorme no que tange à inserção política de cada grupo e à temática de trabalho. Segundo Nair, *a composição política do Fórum é variada. É uma articulação*

⁴⁵ Normalmente as reuniões do FMPE ocorrem no auditório da sede da ONG. Como se pode perceber, há um grande empenho no investimento no FMPE por parte do SOS Corpo, que está na base do seu funcionamento desde a sua criação.

⁴⁶ Destas 48, 26 são sediadas em Recife, 13 na região metropolitana (Olinda, Paulista e Camaragibe) e 9 no interior do estado, em cidades como Serra Talhada, Ouricuri, Catende, Joaquim Nabuco, Vitória de Santo Antão, Cabo de Santo Agostinho e Palmares (FMPE, 2004).

política que reúne representações feministas, ONGs, universidade, meio rural, meio urbano, mulheres de partido e de lutas comunitárias (DC, 09.04.05). Os temas variam entre: “controle social, direitos sexuais, DST/AIDS, educação, enfrentamento da violência contra a mulher, juventude/adolescência, participação política, pesquisa, questão rural, raça/etnia, saúde, trabalho e renda” (FMPE, 2004), sendo que há algumas entidades participantes com mais de uma temática de trabalho. O Fórum pauta as suas ações em concordância com a *agenda feminista, para além do calendário feminista* de datas comemorativas do movimento.

A sistemática de funcionamento é no formato de reuniões quinzenais, uma temática e outra de encaminhamento, definidas no planejamento anual. Há uma certa maleabilidade nessa sistemática. Devido às demandas, as reuniões temáticas podem ser transferidas, os temas podem ser remanejados e as reuniões podem ser, por muitas vezes como pude observar, semanais. Nas reuniões temáticas são propostas discussões mais teóricas, para a formação dos quadros em questões consideradas importantes para a realidade do Fórum. Como por exemplo, as previstas para o calendário de 2005: feminismo e trabalho doméstico; feminismo e plano nacional de políticas públicas, feminismo e representação política do FMPE (na qual seria discutido o recorrente tema das relações de poder dentro do Fórum), feminismo e mulheres negras, feminismo e mães solteiras, feminismo e lesbianidade, debate sobre aborto, feminismo, democracia e relação com partidos políticos, feminismo e prostituição e, por último, avaliação e planejamento do ano seguinte.

Durante o período em que estive na cidade, pude acompanhar algumas dessas reuniões temáticas e muitas reuniões de encaminhamentos. Observando-se a interação entre a diversidade de sujeitos políticos dentro do Fórum se pode perceber que os temas eleitos para o ano de 2005 não são meramente casuais. Eles revelam as principais fontes de tensão ali atuantes, que são também identificadas pelas coordenadoras: *as principais tensões são entre lésbicas e o fórum, entre lésbicas e negras organizadas, entre mulheres do meio popular e mulheres de ONGs, grupos com e sem recursos, com e sem estrutura, entre as letradas, mulheres com estudo e sem estudo, entre as mulheres de partido e as mulheres sem partido, as institucionalizadas e as autônomas, ou independentes...* (DC, 09.04.05)

Boa parte dessas tensões vivenciadas no FMPE está relacionada com a inflexão política da década de 90: com a instituição de uma cultura e abertura de canais de participação da sociedade civil na co-gestão pública pós Constituição de 1988 e o chamado

processo de “onguização” dos movimentos sociais, fortemente vivenciado pelos movimentos feministas da América Latina em geral (Alvarez, 2000). Essa nova fase “ênfatisa sobremaneira a necessidade de capacitação técnica e política das lideranças” (Carvalho, 1998:17).

Para além dessas atividades internas e das disputas que emergem da diversidade que compõe o FMPE, há outros elementos que permitem identificar a preeminência de determinado conjunto de forças no campo político feminista local, como o investimento em determinadas bandeiras de lutas. Durante o período em que estive em Recife pude observar o investimento em duas questões principais: a violência contra as mulheres e o aborto legal e seguro⁴⁷. Estes dois temas permitem melhor compreender a configuração do campo político feminista pernambucano.

2.2.1. A violência contra as mulheres na Meca do feminismo nordestino

Antiga luta feminista, o combate à violência contra as mulheres é uma das bandeiras de luta de maior visibilidade e investimento no contexto de Recife. Essa bandeira constituiu-se como o signo político por excelência do movimento feminista no Brasil a partir da década de 80 (L. E. Soares, 1996). A sua visibilidade passou a tomar corpo em razão das várias mobilizações de grupos organizados contra a absolvição de assassinatos de mulheres por seus cônjuges no início da década de 80 (Barsted, 1995; Gregori, 1999 e 1993; Grossi, 1993; Heilborn, 1996; Heilborn e Sorj, 1999 e Pontes, 1986). Data daí o *slogan* “quem ama não mata”, signo da luta pelo combate à violência contra as mulheres que se disseminou pela sociedade brasileira, a ponto de ser utilizado como título de um seriado de televisão, realizado pela Rede Globo, que abordava o tema (Franchetto *et al*, 1984).

A repercussão da mobilização em torno do tema, como a criação de serviços de apoio às mulheres vítimas de violência por grupos feministas, como o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, os SOS-Mulher de São Paulo e Porto Alegre, criados no início da década de 80 (Gregori, 1993; Grossi, 1988; Pontes, 1986 e Montero e Sorj, 1984), resultou na criação das delegacias especializadas em atendimento à mulher, em 1985, em São Paulo (Corrêa, 2001). Trata-se de uma iniciativa brasileira pioneira que

⁴⁷ Cabe destacar que a discussão sobre a saúde das mulheres permeia os debates dos dois temas, de grande investimento local.

passou a ser adotada por outros países (Debert e Gregori, 2002). Dessas mesmas mobilizações surgiram os Conselhos Estaduais da Condição Feminina, os primeiros em São Paulo e Minas Gerais, em 1983, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985 (Corrêa, 2001 e Suárez e Bandeira, 2002). Em vista disso, a politização da violência contra as mulheres é um dos maiores patrimônios políticos do movimento feminista brasileiro, sendo que “o lugar estratégico da violência no feminismo brasileiro deve-se em grande medida ao fato de ele ter sido o tema, dentro da larga agenda do movimento, que permitiu ampliar a audiência do seu discurso para além das fronteiras militantes” (Heilborn e Sorj, 1999:210).

Em Recife não poderia ser diferente. O tema faz parte da agenda do feminismo local desde a década de 70. Seguindo o mesmo fluxo nacional, na década de 80 as mobilizações se deram em torno dos assassinatos de mulheres, da impunidade dos assassinos e do investimento em projetos de lei e revisão dos códigos civil e penal, tendo-se em vista a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Nesse período, Recife testemunhou o crescimento da oferta de serviços de atendimento jurídico a mulheres vítimas de violência e uma grande mobilização política para a implantação de delegacias especializadas. Já na década de 90, o movimento voltou-se “para o monitoramento dos casos de violência junto às delegacias e à imprensa; a atenção à violência sexual sofrida pelas mulheres que trabalham no turismo sexual; o tráfico de mulheres e prostituição infantil; a sensibilização de integrantes do poder judiciário no Recife e outros municípios” (FMPE, 1995:26).

Logo que cheguei no campo de pesquisa percebi a importância do tema localmente, sendo mencionado nos mais diferentes espaços pelos quais circulava. Definitivamente, combate à violência que acomete as mulheres estava na boca de todas. Como cheguei em outubro, mês que antecede um dos mais importantes do calendário feminista, pude acompanhar a organização de diferentes ações relativas ao 25 de novembro - dia internacional da não violência contra as mulheres. Seminários, audiências públicas, campanhas marcaram o tom feminista da luta contra a violência que acomete as mulheres na cidade⁴⁸.

A visibilidade desta bandeira teve o seu ponto forte na realização do Fórum Social Nordeste, realizado de 24 a 28 de novembro de 2004 em Recife. A forte articulação do

⁴⁸ No ano anterior, 2003, o Fórum de Mulheres de Pernambuco realizou uma Ação de Monitoramento da Violência em Pernambuco, em que se fiscalizou os serviços oferecidos pelo Estado e pelo Município para mulheres vítimas de violência.

movimento feminista, que esteve à frente da organização da passeata de abertura do evento, transferida do dia 24 para o dia 25, conseguiu pautar a violência contra as mulheres como tema central da manifestação, que reuniu todos os movimentos sociais do nordeste⁴⁹. A passeata foi concebida pelo grupo feminista pernambucano Loucas de Pedra Lilás e estava organizada por alas temáticas, conforme registrei:

A abertura foi feita pela ala das noivas, que representava a ilusão do amor romântico traduzido em noivas espancadas. Identifiquei Pilar Hernandez e todo o grupo de feministas atrizes que compõem o grupo Loucas de Pedra Lilás, seguidas por um séquito de noivas. Dentre elas consegui reconhecer Odete, Eva Guimarães e Tina, do SOS Corpo; Nair e Leci, da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo. A segunda ala era a da violência, onde mulheres carregavam pirulitos⁵⁰ e faixas com frases e estatísticas sobre a violência contra as mulheres. Nessa ala estavam muitas das mulheres dos grupos dos movimentos populares. Estavam ali Olívia Lima e todo o grupo da Associação Pró Mulher; Amelinha e Maria das Graças, do Conselho de Moradores da Vila. Logo que as avistei, me juntei a elas. De onde fiquei não consegui ter uma visão geral da passeata. Segundo relato de Letícia, da Associação Pró Mulher, as alas que se seguiam eram *a do aborto, a ala das lésbicas, a ala sobre AIDS e depois os outros movimentos sociais*.

A passeata foi circunscrita por grandes faixas com frases sobre aborto legal e violência contra as mulheres. Carregando as faixas estava boa parte das mulheres do SOS Corpo. Passamos pela Agamenon Magalhães [uma das principais avenidas da cidade] e dava para ver as cruzes cravadas no gramado⁵¹. O trajeto era grande e parou uma parte da avenida, trancando o trânsito. As pessoas no centro paravam para ver o que estava acontecendo. O clima era de festa.

Fui conversando com Amelinha que, encantada com aquilo tudo, foi repetindo para mim e para as pessoas à sua volta sobre a sensação de liberdade que este tipo de passeata lhe dava; sem precisar de uma organização única, dentro de uma certa ordem, mas cada um fazendo as suas manifestações. Ela e Maria das Graças estavam animadíssimas. Lá pelas tantas começaram a entoar o clássico de esquerda “Para não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré, e logo emplacaram um “Maria, Maria”. Inacreditavelmente é sempre o mesmo repertório. Chega a me soar

⁴⁹ As mobilizações locais em torno do tema da violência contra as mulheres recrudesceram após a minha saída de campo frente ao crescimento do número de homicídios de mulheres no estado de Pernambuco: “nos primeiros oito meses de 2006, segundo dados oficiais, foram 220 mortes. Os números reais devem elevar em pelo menos 20% estas estatísticas” (Biancarelli, 2006:25). Uma das frentes de ação levadas a cabo pelo FMPE são as vigílias mensais em frente ao Palácio da Justiça, que se iniciaram no início de 2006. A força dessa ação teve repercussão nacional e está registrada em Biancarelli (2006).

⁵⁰ Cartazes, em geral, de formato redondo amparado por uma haste de madeira.

⁵¹ Idéia de Pilar, do grupo Loucas de Pedra Lilás, as cruzes tinham inscrições com nomes de mulheres vitimadas e o grau de parentesco do vitimizador. Havia mais de 200 cruzes cravadas no gramado central da avenida, que foram confeccionadas por diferentes grupos que participam do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

engraçado. Não consigo entender por que “Maria Maria” faz tanto sucesso entre as feministas, já que me parece ser uma música de ultra-vitimização da mulher. Soa-me muito anacrônica. Amelinha e Maria das Graças se engajaram ativamente e emocionadamente na cantoria. Atrás de nós vinha o grupo da Coordenadoria da Mulher carregando faixas dos serviços e programas de atendimento a vítimas de violência da Prefeitura. A Coordenadoria parece ter investido bastante em peças de propaganda para a passeata: distribuíam fitinhas, panfletos, adesivos, porta-moedas e um imã de geladeira com o número de telefone (0800) do Centro de Referência Clarice Lispector.

As pessoas estavam na passeata como se estivessem num desfile de carnaval. Havia grupos muito criativos, como um grupo de mulheres que estava com caixinhas de papelão em formato de casas na cabeça, onde se lia: *mais creches, mais hospitais, mais casas*. Uma das coordenadoras do Fórum de Mulheres de Pernambuco, ao me avistar completamente integrada no meio da passeata, brincou comigo dizendo que eu tivera muita sorte de ter a oportunidade de participar do FSNE; perguntou se eu estava colhendo muitos dados e fazendo *muita observação participante*. Disse-lhe que sim, que estava tão legal que eu chegava a estar fazendo *participação observante*. Caminhamos até a Praça do Carmo, no centro da cidade, onde haveria um show de uma cantora local, a apresentação de um balé e o descerramento de um painel confeccionado por um grupo de grafiteiros do movimento hip hop da cidade, em homenagem ao FSNE (DC, 25.11.04).

Essa passeata encerra algumas questões importantes que merecem uma maior atenção. A primeira diz respeito à força do movimento feminista/de mulheres local, que conseguiu pautar o tema da violência contra as mulheres junto a outros movimentos sociais da região como central. O que foi percebido, não sem espanto, pelas próprias organizadoras do evento, como pude registrar na reunião de avaliação sobre FSNE feita pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco. Pilar Hernandez, do Loucas de Pedra Lilás, que encabeçou a organização da passeata, falou da sua surpresa em se deparar com *o respeito que os movimentos sociais de Pernambuco têm pelas mulheres organizadas*. Ela comentou: *Fui chamada para uma negociação sobre a passeata, de última hora, e já cheguei dizendo que a ala das noivas (que trabalhava plasticamente a questão da violência contra as mulheres) e do aborto não tinha negociação. E os caras dos movimentos, com o maior cuidado, disseram que não se tratava disto, que o movimento feminista ia todo na frente da passeata e que isto já estava acertado. Na realidade eles queriam mudar o trajeto da passeata e fazer uma fala final!* Todas as mulheres, entre satisfeitas e orgulhosas, riram da história de Pilar.

Rita Portugal, coordenadora de pesquisas do SOS Corpo, na sua avaliação salientou que nunca vira *em todo o tempo em Pernambuco uma manifestação tão grande do movimento de mulheres quanto aquela: apesar da cobertura da imprensa ter sido baixa, é de se celebrar que o viés que deu da passeata foi o da violência contra as mulheres, o que é um ganho para o movimento. Outro aspecto positivo foi o fato de o movimento de mulheres aproveitar o momento para tirar resultados e estreitar as suas relações com outros movimentos de mulheres.* Odete, educadora social do SOS Corpo, avaliou como um dos resultados do Fórum *a visibilidade de Pernambuco como um espaço geopolítico, como um estado que agrega e que tem movimento vivo, que participa. Fiquei satisfeita de ver mulheres do FMPE em vários espaços; o movimento de mulheres teve a direção política do FSNE e isto é de fundamental importância para visibilizar e demonstrar o poder do movimento. Na passeata nós falamos com outras formas, para provocar o novo* (DC, 12.01.05).

Outro aspecto que chama a atenção nessa passeata diz respeito às formas de ação política postas em prática a fim de dar notoriedade às demandas e bandeiras de luta, que parece ser uma especificidade marcante do campo feminista em Recife que se mantém até hoje. As ações compreendem a realização de vigílias, produção de cartazes, construção de campanhas, atos, todos de caráter público, a fim de chamar a atenção para os temas em pauta. Além disso, há uma relação muito estreita com a mídia, em forma de entrevistas e notas em rádios, canais de televisão e jornais de circulação estadual. Como as ações realizadas em fins da década de 80 voltadas para crimes de estupro descritas no relatório do FMPE:

(...) importante instrumento de denúncia foram as pichações, feitas na madrugada. Um fato marcante foi a ampla campanha para a condenação do comerciante recifense Ximenes, contra o qual surgiram cerca de 40 queixas de crime de estupro. Esta atividade mobilizou dezenas de grupos de mulheres, que realizaram manifestações e campanhas de boicote à loja do estuprador. A campanha foi muito bem trabalhada pela mídia (FMPE, 1995:25).

A essas formas de ação política se somam outras novas, inauguradas pela abertura de canais de participação política de co-gestão, como a participação em conselhos, o monitoramento de políticas e o controle social das ações do Estado. A combinação dessas diferentes ações e agentes (movimentos, grupos e ONGs), ao invés de sugerir a “morte” dos movimentos sociais e a sua substituição pelas ONGS, aponta para uma tendência à ação política de coalizões e para a constituição de redes movimentalistas (Doimo, 1995). Revela,

portanto, novas formas de ações políticas que se caracterizam pela articulação, pela negociação e contingência.

Outro fator a ser considerado nessas novas formas diz respeito à influência de agências de cooperação internacional: “a exigência de eficácia e eficiência, que caracteriza mais amplamente a atualidade como o tempo da ‘qualidade total’, coloca-se também para ONGs e movimentos sociais” (Carvalho, 1998:18)⁵². Essa lógica da eficiência associada à redução e mudança nos padrões de financiamentos para a América Latina, ao mesmo tempo em que acirram a competição pelos recursos (Teixeira, 2003), impõe a necessidade de projetos que tenham resultados concretos que possam ser avaliados. São fatores importantes a serem levados em conta, posto que contribuem para a mudança nas formas de ação política ao mesmo tempo em que influenciam na identificação de como o prestígio político se distribui no campo.

Outra questão suscitada pela mobilização em torno do tema da violência contra as mulheres que se refletiu na realização da passeata de abertura do FSNE diz respeito à permeabilidade do tema no campo político feminista de Pernambuco. Ao que parece, o tema da violência contra as mulheres está consolidado, não reconhecendo fronteiras, sobretudo as de classe. O que contrasta com a temática do aborto, também fonte de grande investimento durante o período da pesquisa. Tema polêmico, a adesão a ele é mais atravessada por resistências, sobretudo quando se trata de mulheres oriundas do *meio popular*, segundo classificação local. No entanto, há que se ponderar que não se trata de uma prerrogativa do movimento feminista nordestino. O tema da violência foi a primeira bandeira de aglutinação das mulheres em relação a questões específicas das mulheres e a sua disseminação é fruto do processo político do movimento feminista em geral (Heilborn e Sorj, 1999 e Gregori, 1999). Além disso, é um tema que favorece as coalizões e diminui as distâncias de pertencimento de classe entre as diferentes mulheres envolvidas no campo político feminista. Através dessa bandeira de luta as mulheres, que são tomadas genericamente, são tratadas como vítimas, o que cria indignação e impede um conflito maior de valores.

Em contrapartida, o tema do aborto foi sempre uma questão polêmica e subsumida nas questões da saúde da mulher. A sua aparição neste momento parece mais um

⁵² Segundo Teixeira (2003), tratam-se de “ONGs estrangeiras que financiam atividades de organizações no Brasil” (p.105) e que, segundo pesquisa realizada pela ABONG em 1993, financiavam 75,9% das suas ONGs filiadas.

aproveitamento do momento político em que se torna uma bandeira de luta política, passando a ser tomado como a bandeira que dota de sentido o adjetivo feminista. Vejamos.

2.2.2. O controverso tema do aborto na Meca do feminismo nordestino

No contexto de Pernambuco parece haver, progressivamente, uma vinculação do ser feminista ao ser a favor do direito de escolha da mulher em interromper a gravidez. Esta pista me foi lançada quando tive contato mais sistemático com o trabalho realizado pela Associação Pró-Mulher, de perfil mais próximo dos movimentos populares. Essa associação, desde o seu início em 1997, recebe apoio financeiro e técnico do SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia. Em vista disso, há o reconhecimento da então presidente da associação, Olívia Lima, da influência do SOS Corpo como o introdutor da perspectiva feminista na entidade. Segundo Olívia, a Associação Pró Mulher *está fundamentada nos princípios do feminismo, defendemos os direitos da mulher, a igualdade e a livre escolha pelo aborto*. No entanto, faz uma ressalva em relação a sua postura pessoal frente ao feminismo. Mesmo dizendo-se defensora dos princípios feministas, não os pratica, porque *nunca teve coragem de fazer um aborto*. Na ocasião, perguntei-lhe se a Associação tinha alguma relação com a igreja católica, com as pastorais ou com as comunidades eclesiais de base e, segundo ela, *a gente nunca se envolveu muito com a igreja porque a gente tem aquela história, que a gente trabalhava muito no fundamento do feminismo e aí eles não concordavam muito com a nossa história do aborto, dos direitos sexuais. A gente nunca teve parceria com a igreja* (DC, 30.12.04).

Frente a essa pista, passei a prestar mais atenção em como o tema era debatido e introduzido no campo feminista local. A vinculação progressiva, percebida ao longo da pesquisa, entre o ser feminista e ser a favor do direito de escolha ao aborto não é meramente casual. Em meio à investigação, a discussão sobre a legalização do aborto se impõe de maneira mais incisiva com a articulação do movimento feminista brasileiro nas Jornadas Brasileiras pelo Aborto Seguro, iniciada em 2004. Os temas do aborto legal e da contracepção são signos importantes da luta feminista sintetizada no *slogan* “o nosso corpo nos pertence”, que prioriza as questões da saúde e da sexualidade como fundamentais para a autonomia das mulheres. A crucialidade desses temas pode ser também identificada no estratégico nome do SOS Corpo, um dos grupos feministas mais antigos e importantes local

e nacionalmente⁵³. Esses temas foram, em grande medida, os mobilizadores da organização das mulheres em Pernambuco já na década de 70. No entanto, são, desde sempre, temas polêmicos e de difícil abordagem, como analisa Gregori (1993):

Esses temas eram considerados excessivamente polêmicos, dado o momento ainda embrionário da organização das mulheres. Supunha-se tático permanecer apenas no plano da exigência dos direitos mínimos e evitar ‘radicalizações’ que provocassem a desmobilização dos grupos (p.28).

Desse modo, a reivindicação em torno da saúde da mulher passou a ser “incorporada pelos grupos de mulheres que surgem no Brasil ao longo dos anos 80, resultando em uma tendência à especialização temática em torno da saúde” (Ávila e Corrêa, s/r). Nesse período, a qualidade de assistência à saúde tornou-se uma das bandeiras de grande investimento político feminista local e nacional, que se mobilizou para a criação e implantação do PAISM pelo Ministério da Saúde, em 1984, e para a efetivação do direito do aborto legal nos hospitais da rede pública, em casos de estupro e risco de vida da mãe, através da “pressão para elaboração de leis estaduais e municipais que efetivassem o atendimento das mulheres que se encaixavam nesses casos” (Ramirez-Gálvez, 1999:30).

O campo da saúde da mulher foi um dos que mais se desenvolveu ao longo das últimas décadas no país, e em especial em Pernambuco⁵⁴, trazendo ao debate público muitas questões polêmicas, como o tema da esterilização voluntária acima mencionado, e criando novos conceitos, como os de saúde reprodutiva, direitos reprodutivos e direitos sexuais. No entanto, ao longo desses anos “a questão do aborto aparece com fluxos e refluxos, movida por acontecimentos e correlação de força nas diferentes conjunturas” (FMPE, 1995)⁵⁵. No entanto, no momento em que cheguei em campo a conjuntura política se configurava de forma favorável para um investimento mais profundo na questão do aborto legal. E mais uma vez, o debate em torno da questão demonstra uma preeminência do acúmulo político do feminismo pernambucano, em especial pela ênfase do trabalho

⁵³ Qualifico como estratégia tendo-se em vista o surgimento de outros grupos feministas no país que adotaram o nome de SOS-Mulher, cuja ênfase se dava no combate à violência que acomete as mulheres. Comparando-se esse dois processos de nomeação, SOS Corpo de um lado e SOS-Mulher de outro, já percebe-se aí ênfases distintas que remetem à posições políticas distintas e investimentos em bandeiras feministas particulares.

⁵⁴ Há muitas organizações do campo feminista que trabalham com o tema da saúde das mulheres nas suas mais variadas especialidades. Fleischer (2007) pesquisou uma dessas frentes de mobilização política: a humanização do parto, através do treinamento de parteiras tradicionais realizado por duas ONGs locais.

⁵⁵ Sônia Corrêa (2004) faz um exame sobre desenvolvimento da questão do aborto no cenário mundial e tece relações entre os fluxos e refluxos como resultado de um processo movimento mundial, resgatando as conquistas do movimento feminista no Brasil e os entraves enfrentados.

político feminista do SOS Corpo, em relação ao nordestino, e também permite perceber a configuração de forças internas ao próprio movimento feminista local.

Foi no seminário da AMB, novamente ao se confrontar as diferentes posições dos feminismos da região nordeste, que se pôde perceber com maior clareza a especificidade do fazer feminista pernambucano, onde a defesa do aborto é contingentemente tida como O princípio feminista, porque associado ao feminismo praticado pelo SOS Corpo, que desde a sua origem investiu na temática da sexualidade e da saúde das mulheres como os temas englobantes de todas as questões feministas. Vejamos:

Como previsto na pauta, passaram a discutir sobre as Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro. A secretária adjunta da AMB, educadora do SOS Corpo, coordenou a discussão, iniciando com um breve relato sobre o que são as Jornadas, logo em seguida passando a fazer uma rodada da situação em cada estado da região nordeste. Segundo Augusta Botelho, a secretária adjunta, as Jornadas são uma articulação do movimento de mulheres no Brasil, que tinha se iniciado em 2004, com vistas a organizar a luta pela legalização do aborto. A partir da apresentação da proposta do Conselho Nacional dos Trabalhadores da Saúde de incluir a possibilidade de aborto em fetos anencefálos, houve um *recrudescimento das forças conservadoras na mídia*. Assim, o objetivo das Jornadas era o de *tirar o aborto do lugar oculto e colocar como debate na sociedade, em evidência*. Falou da comissão tripartite que seria instalada, composta pela *Articulação de Mulheres Brasileiras, Central Única dos Trabalhadores, Articulação Mercosul* [grupos que estão no Conselho Nacional Direitos da Mulher]. A comissão teria 60 dias para construir um projeto para apresentar à sociedade, e estava assessorada por um conjunto de advogados e juristas. Concomitantemente, as Jornadas fariam uma campanha de mídia. Ela falou da *necessidade de se reunir forças* e da previsão de audiências públicas e reuniões com parlamentares em cada estado do país. Contou, ainda, que o Instituto Patrícia Galvão [Ong feminista do sudeste]⁵⁶ estava construindo uma argumentação para apoiar a luta através de pesquisa sobre o tema, realizada em todo o Brasil. Além disso, a AMB fazia o envio de pequenos boletins de acompanhamento e a ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD-Br)⁵⁷ programou oficinas sobre o tema em nove estados do Brasil com distribuição de *kits* com material para a multiplicação da capacitação, com vídeos e panfletos

⁵⁶ <http://www.patriciagalvao.org.br/>

⁵⁷ Existente em outros países da América Latina e nos Estados Unidos, com trabalho articulado em rede, a CDD-Br “ (...) é uma organização não-governamental feminista de caráter ecumênico que busca justiça social e mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossa sociedade, respeitando a diversidade como necessária à realização da liberdade e da justiça. Desde a criação no Brasil, em 1993, CDD-Br promove os direitos das mulheres (especialmente sexuais e reprodutivos), e luta pela cidadania das mesmas e pela igualdade nas relações de gênero, tanto na sociedade como no interior das religiões, especialmente da católica” (<http://www.catolicasonline.org.br/institucional/quemsomos.asp>).

explicativos. A proposta era a de que as Jornadas fariam uma cartilha sobre o tema para subsidiar as discussões e unificar as ações. Após a sua exposição, as representantes dos estados passaram a relatar as ações realizadas por elas.

Uma das representantes de Pernambuco falou que o movimento local fez algumas ações, trazendo a secretária das Jornadas [feminista paraibana, representante de uma das ONGs feministas mais reconhecidas daquele estado] no dia 8 de março, para uma palestra. Contou ainda do projeto *Mídia Advocacy*, que *prepara as mulheres para a fala pública*, e no qual estavam *enfocando o tema do aborto legal e das ações para o 28 de setembro, com seminários locais e regionais*⁵⁸. A representante cearense relatou as várias ações planejadas que seriam discutidas na próxima reunião do fórum de mulheres de Fortaleza. Planejavam trabalhar no dia 28 de maio, dia de luta contra a mortalidade materna, com a discussão sobre aborto. Além disso, estavam articulando uma audiência pública com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado e com a Faculdade de Medicina. Falou sobre a importância de se trabalhar a *Norma Técnica*⁵⁹ nos estados e de propor seminários de sensibilização com médicos e com o conselho de medicina. A representante de Rio Grande do Norte falou do treinamento que o Fórum local recebeu do Instituto Patrícia Galvão para a realização de grupos focais para trabalhar o tema do aborto e reforçou o intuito de que todos os grupos deveriam se *articular para sensibilizarem a população*. A representante da Bahia contou das ações realizadas pós oficina da ONG CDD-Br, em que trabalharam o tema do aborto com os agentes dos serviços de saúde, dentre outras. A representante maranhense mencionou as dificuldades enfrentadas ao tratar do tema, salientando que necessitará de *reforços* para garantir o debate em São Luís: *há pessoas muito boas, mas totalmente contra. Outra é ecumênica e não pode ouvir falar em aborto que se arrepia toda, a bichinha...* A situação de Alagoas não é muito diferente. Segundo a representante alagoana havia uma reação muito forte no fórum de mulheres de Maceió contra o aborto e preocupava-se por não ter nenhuma ação prevista da ONG CDD-Br para Maceió. As sergipanas, que chegaram atrasadas ao seminário em função da Conferência pela Igualdade Racial que estava acontecendo no estado, disseram que *em Aracaju não se fala sobre aborto, mas todo mundo toma um chazinho quando a menstruação está atrasada...* No Piauí, segundo as suas representantes, *não se fala em aborto*.

Frente a este quadro, uma representante paraibana manifestou a sua preocupação em identificar que *há mulheres dentro da AMB que ainda não têm uma posição sobre o aborto*. Sendo

⁵⁸ De acordo com o calendário feminista, 28 de setembro é o Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe.

⁵⁹ Trata-se da “Norma Técnica do Ministério da Saúde sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, de 1998, que regulamenta o atendimento de vítimas de violência sexual em hospitais públicos, em que consta a previsão da realização do aborto legal nesses casos. Para maiores informações, ver em: <http://www.cfemea.org.br/pdf/normatecnicams.pdf>.

seguida pela secretária adjunta que, frente à diferença de posicionamentos dentro dos fóruns sobre a questão, foi incisiva ao afirmar que *a defesa do aborto é um princípio feminista e que se deve trabalhar a adesão das companheiras com mais veemência*. A secretária executiva veio em seu auxílio, lembrando ao grupo que *este é o momento de agir*. Sugeriu que se atentasse para os boletins e os argumentos que estavam sendo feitos: *tem de se estudar argumentação e se estar afiada! Tem de se criar estudos de argumentação. A idéia é a de criar um ambiente de discussão no Brasil. E isso foi uma conquista do feminismo. É verdade que tem muita gente contra, mas temos espaço e então é estudar argumentos e ir para do debate*. Outra representante de Pernambuco sugere que *a gente deve criar uma metodologia para a criação de argumentos políticos e para a adesão, realizar oficinas nos bairros com grupos populares. Junto com outros grupos, fazer articulações e garantir a adesão de mulheres de grupos populares* (DC, 10.04.05).

Como se pode perceber comparativamente nos quadros desenhados em cada estado da região nordeste, a discussão sobre o tema aborto parece ter mais consolidação no contexto pernambucano. Mesmo assim, interessa notar que há uma forte preocupação em angariar a adesão de mulheres dos movimentos populares, dentre as quais se encontra muita resistência em função de questões morais e religiosas. Durante o período da pesquisa, nos diferentes contextos por que passei, pude observar muitas discussões e posições sobre aborto. Nos grupos de mulheres das camadas de baixa renda, com que convivi mais diretamente, em situações mais diversas, percebia uma certa ambivalência que, por vezes, beirava à resistência ao tema.

Importa salientar que toda a argumentação em defesa do aborto passa, sobretudo, pela linguagem dos direitos e da cidadania. Temática que parece ter um apelo maior junto a esse público, vide a intimidade que tem na temática da violência contra a mulher. Percebe-se todo um esforço argumentativo em dissociar a discussão sobre o tema de argumentos religiosos, pró-vida. A ênfase recai sobre o caráter laico do Estado, que deve garantir o direito de escolha da mulher em interromper a gravidez ou não. Reproduz, dessa forma, a estratégia discursiva do movimento feminista brasileiro que “investe predominantemente nos argumentos de justiça social e, em menor medida, na afirmação dos direitos individuais que se expressam na soberania dos indivíduos sobre os seus próprios corpos, da qual o direito ao aborto é uma decorrência necessária” (Sorj, 2002:102).

Atentando-se mais detalhadamente às diferentes intervenções das militantes pernambucanas, em especial das secretárias executiva e adjunta da AMB, oriundas do SOS Corpo, podemos perceber alguns elementos que são importantes constituidores da sua

práxis política: produzir saberes, estudar para argumentar e enfrentar debates, e fazer (sobretudo saber fazer) articulações, angariar apoios e construir alianças políticas.

A ênfase na produção de conhecimentos aqui não é meramente casual, posto que tem um valor inestimável no campo feminista em questão. Há que se apropriar da história e do pensamento feminista para poder ir para o embate. Ter conhecimentos confere uma posição de prestígio no campo, seja para grupos que possuem um notório saber – aqueles que fazem parte do processo histórico de constituição do movimento feminista local e nacional, seja para militantes em específico. Nesse sentido, é curiosa a expressão de reverência que ouvi recorrentemente no campo. Em tom jocoso, algumas militantes se referiam entre si e chamavam-se de *grã-mestras*. Associado a isso está a habilidade em articular e construir alianças estratégicas. Todos esses elementos estão na base do que denomino capital de articulação política, um importante recurso que organiza internamente o campo político feminista local.

2.3. A arte de fazer alianças: práxis feminista e o capital de articulação política

Inspirada pela proposta analítica de Ortner e Whitehead (1981), eu busquei compreender a constituição do campo político feminista local como um campo marcado por estruturas de prestígio e privilégios no qual as agentes que nele atuam são posicionadas desigualmente. Essas autoras propõem um modelo para investigar o sexo e o gênero na estrutura das relações sociais, bem como as percepções culturalmente construídas dos atores sociais sobre eles. Esse modelo combina as dimensões sociais, históricas e culturais, a fim de compreender a constituição de estruturas de prestígio, dos sistemas de distinção e status dentro de uma sociedade. Tais estruturas são engendradas, portanto, por distintas relações de poder, que redundam num sistema de desigualdades, sendo o gênero uma dessas estruturas, segundo as autoras. Nesse sentido, o gênero, como produtor de sentidos socialmente significativos, deve ser entendido como provido de valores que podem estar implicados em processos de constituição de desigualdades e de relações de poder.

Levando-se em conta esse quadro analítico e associando-o à compreensão de que os movimentos feministas constituem-se como um “campo discursivo de atuação e ação” (Alvarez, 1998), composto por relações de poder e gênero, implica em desvendar os mecanismos que, contextualmente, distribuem os agentes no campo e os significados que os dotam de sentido. Como vimos acima, conforme afirmou a secretária executiva da AMB,

representante do SOS Corpo, a práxis feminista aqui se pauta por princípios democráticos tradicionais do feminismo, tais como a *autonomia, horizontalidade na participação e na construção do consenso na ação*. No entanto, esses princípios devem ser interpretados de acordo com um contexto muito específico, em que as diferentes agentes que estão em relação possuem posições simbólicas distintas, marcadas por valores que as distribuem desigualmente no campo. Essa equação confere prestígios e privilégios distintos e define quem tem o poder de falar e, mais ainda, de ser escutada. Sendo assim, a própria idéia da horizontalidade passa a ter uma outra conotação, escondendo em si relações desiguais de poder.

E é nesse contexto que a noção de articulação toma um sentido muito especial, crucial para a compreensão desse campo. Muito embora a prática da articulação seja corrente no campo político em geral, nesse contexto assume uma conotação específica, posto que engendra uma organização e distribuição desigual do poder político local. Permeia fortemente o processo político histórico do campo feminista recifense, como se pode perceber, desde a formação dos primeiros grupos feministas e do próprio FMPE como procurei mostrar.

A necessidade de construir coalizões e, em especial, ações voltadas para os grupos de mulheres do movimento popular, é marcante e pode ser mais claramente percebida no cuidado em buscar aliança estratégica com uma representante do movimento popular para convocar a reunião de organização e início do FMPE. Na ocasião, a escolha do dia para a realização das reuniões – “dias de domingo” – creio não ser meramente casual. Antes parece refletir um cuidado em facilitar a presença de mulheres oriundas de grupos com pouca infra-estrutura e recursos e que tinham apenas os finais de semana livres para a sua militância, ou seja, a militância não profissionalizada que não fazia parte dos quadros de ONGs emergentes. Aqui a prática da articulação, percebida na justaposição entre os marcadores de gênero e classe, desvenda um importante elemento da distribuição de prestígio local. Contudo, é na atenção aos meandros do processo de atribuição de significados em ação à articulação e na identificação das posições prestigiosas de determinados grupos, como o SOS Corpo, que se chega ao que denomino aqui de “capital de articulação política”.

A proposta teórica de Bourdieu (1989) sobre o espaço social e as posições relativas que os agentes nele ocupam é inspiradora para definir esse capital específico que dota de sentido o campo político feminista local. Segundo o autor, as posições dos agentes e as suas

inter-relações no espaço social são definidas por um tipo de “capital” que predomina no campo em questão:

O capital (...) representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos (p.134).

Esse poder que o capital representa faz parte de um processo histórico de ação, construção e acúmulo de um determinado tipo de bem. Este pode se apresentar na forma material ou simbólica, de acordo com o campo social em questão e o seu respectivo tipo de capital. Bourdieu identifica, ainda, a existência de diferentes tipos de capital: econômico, cultural, social, político e simbólico, “geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (p.135).

O que chamo de “capital de articulação política” do campo político feminista de Recife constitui-se por alguns elementos que parecem cruciais e altamente valorizados localmente, tais como a apropriação da história do feminismo, que pode ser ilustrado na discussão acerca do caso BEMFAM acima analisado. Essa apropriação tem alguns desdobramentos como o *ter conhecimento*, seja associado ao estudo de base intelectual, seja na constituição da experiência advinda do protagonismo histórico que algumas agentes têm nesse campo. A ênfase dada na criação de argumentos e nalgumas tensões vivenciadas no cotidiano do FMPE vistas acima (*entre lésbicas e negras organizadas, entre mulheres do meio popular e mulheres de ONGs, entre mulheres com estudo e sem estudo*) que foram identificadas por suas coordenadoras, parecem reforçar essa característica. Outro elemento de fundamental importância desse capital situa-se no acesso a redes de contato e a inserção junto a outros grupos, sejam eles locais, nacionais ou mesmo internacionais⁶⁰. São esses contatos que permitem também o acesso a recursos e colocam Recife como um local de grande investimento de agências de cooperação internacional e que consagram o feminismo local como referência regional; o aporte aos recursos demonstra a detenção do capital de articulação política, ao mesmo tempo que o reforça.

⁶⁰ Feministas históricas locais que fazem parte dos quadros do SOS Corpo, por exemplo, renomadas nacional e internacionalmente, têm circulação entre as agências de cooperação internacional, Conselhos nacionais e projetos feministas nacionais de diferentes naturezas.

O capital de articulação política assemelha-se ao “capital político” tal como descrito por Bourdieu (idem), que decorre do reconhecimento público para a sua reafirmação. Segundo ele:

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem (p.187-188).

Da mesma maneira, a obtenção do capital de articulação política pelas agentes do campo feminista local revela o reconhecimento público do seu lugar de distinção no campo, que pode ser sintetizado na brincadeira de se referenciar mutuamente como *grã-mestras*. Além disso, confere-lhes o privilégio de definição de pautas e bandeiras de luta, como se pode perceber na discussão em torno do caso BEMFAM, na defesa do aborto, considerado contextualmente como O princípio feminista, e o combate à violência contra as mulheres e de introduzir novas formas de ação política, como se vê na avaliação sobre a passeata do FSNE. Sendo assim, a noção de articulação, lado a lado da noção de coragem analisada no capítulo anterior, são elementos cruciais dessa práxis feminista que dota de sentido o campo local e possuem atributos de gênero, como passarei a analisar no próximo capítulo.

Temos de articular foi a expressão mais ouvida ao longo da minha pesquisa. Era interessante perceber como, nos mais diferentes eventos feministas, pequenos grupos se reuniam nos intervalos, ou até mesmo em meio às reuniões, para trocar idéias e pensar em ações conjuntas.⁶¹ A ênfase na articulação pode ser interpretada como um *costurar por fora*, como despretensiosamente explicitou uma militante maranhense, oriunda dos movimentos populares, na sua avaliação sobre o seminário da AMB de que acabara de participar: “ (...) disse que tinha ficado espantada com a capacidade de se formar consensos ali, elogiando a metodologia de trabalho, *sem precisar ficar articulando e costurando por fora, como se costumava fazer nas conferências, o que desgasta muita energia!* Todo mundo riu da sua, talvez ingênuo, explicitude” (DC, 10.04.05).

Muito embora a detenção do capital de articulação política por algumas agentes do campo confira-lhes um lugar de prestígio e distinção, revelando a forma de sua distribuição e a sua organização, que posicionam desigualmente as alteridades no campo, não as exime

⁶¹ Essas situações revelam a importância dos encontros feministas como momentos de reafirmação de alianças, estabelecimento de contatos para futuras ações, troca de apoios e sobretudo articulações. A prática da articulação é pervasiva ao campo político local de forma geral, como se pode perceber nas análises sobre o movimento feminino popular feitas por Mendes (2000) e Friedhoff, Andrade e Knauer (2001).

de conflitos e disputas. Como assevera Bourdieu (*ibidem*) “o campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (p.185).

Assim, levando-se em consideração que a atribuição de significados às práticas sociais em geral, e às políticas em particular, “ocorre em um contexto caracterizado por conflitos e relações de poder. Nesse sentido, a luta por significados e por quem tem o direito de atribuí-los não é apenas, em si mesma, uma luta política, mas é também inerente e constitutiva de toda a política” (Dagnino, 2000: 75), cabe agora explicitar como essa luta por sentidos se dá em ação.

Olhando-se mais detalhada e demoradamente para os significados em ação, produzidos por essa práxis feminista, marcada por essas características aqui analisadas, pode-se perceber como essa luta por sentidos reflete-se nas articulações – dotadas de distintos sentidos de acordo com as combinações contingentes entre variados eixos constituidores de alteridades que estão em relação, como classe, raça, orientação sexual, sexo – que estão em busca de re-equacionar a distribuição desigual de prestígio e privilégio e as relações de poder e gênero existentes dentro desse campo. Tais disputas podem ser identificadas na concorrência entre diferentes concepções de feminismo, que por sua vez, refletem uma correlação de forças entre alteridades em embate nesse contexto, e na ascendência de uma determinada concepção de feminismo, que é sempre alvo de questionamentos. O que abre espaço para existência do que Fraser (1993) chama de “contra-públicos subalternos” dentro do próprio campo. Essas disputas ficarão mais explícitas no capítulo seguinte, no qual analisarei, através da etnografia das reuniões do FMPE, esses significados em ação.

CAPÍTULO III

CONFRONTO DE ARAPIRACAS – SENTIDOS DE GÊNERO, ALTERIDADES E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO DE RECIFE

Alaíde contou-me de uma ocasião em que tivera de ir a uma reunião do Fórum a fim de reivindicar uma vaga para o Coletivo numa importante conferência que ocorreria. Por estar temerosa de enfrentar o grupo sozinha, a sua colega de trabalho Luana, mais acostumada com os códigos locais, incentivou-a que fosse à reunião e colocasse a *arapiraca na mesa*. Estranhei de imediato a palavra e ela, entre risos tímidos, me explicou: *arapiraca é o simbólico do pênis. É mais do que colocar o pau na mesa, é mais poderoso...* Gargalhamos juntas. Ainda rindo-se, agora despachadamente, Alaíde continuou a contar que elas e suas colegas costumavam brincar *com essa história de arapiraca, questionando se não dava para colocar o útero mesmo, ao invés da arapiraca, na mesa...* (DC, 02.11.04).

Procurei demonstrar, no capítulo anterior, como o campo político feminista de Recife, sintetizado no FMPE, constituiu-se historicamente e como atualmente se organiza numa estrutura de distribuição desigual de prestígio e privilégios, marcada pelo capital de articulação política. Cabe agora compreender como se dá esse campo em ação; ou seja, quais os sentidos de gênero que são produzidos pela práxis política local, como as alteridades que se constituem ali se posicionam e são posicionadas nele e como se dá a disputa política para a desestabilização dessa estrutura de prestígio e privilégios. Procurarei demonstrar que essas disputas, realizadas sob a égide da articulação, acabam por desafiar a própria configuração do campo feminista.

O excerto acima citado, retirado das minhas anotações de campo, traz pistas importantes sobre as relações de poder e os sentidos de gênero produzidos pela práxis política feminista no FMPE. Tais relações de poder e sentidos de gênero nos ajudam a transpor a crença no ideal político feminista da sororidade (*sisterhood*) (Fox-Genovese, 1992), que se baseia em concepções de solidariedade, de afeto, de ajuda-mútua de companheirismo que marcaria uma suposta prática política no feminino que, ao que parece, escamoteia relações de poder do próprio campo político feminista.

A análise desses elementos em ação levará a uma maior compreensão sobre como as noções de articulação e de coragem são centrais no campo político em questão. Além disso, através delas poder-se-á entender as múltiplas alteridades que nele se constituem, pela combinação circunstancial de marcadores sociais como sexo, classe, raça e orientação sexual. O encontro entre elas engendra desafios constantes à própria configuração do

campo. Tal reflexão importa ser realizada porque nos municiará de elementos para a apreensão de como as ativistas das camadas urbanas de baixa renda, que são parte ativa desse campo, se colocam nele, se apropriam dos seus códigos e como eles as influenciarão nas diferentes dimensões da sua vida.

3.1. *Com a arapiraca na mesa*: sentidos de gênero e práxis política

A primeira impressão que se tem quando se chega numa reunião do FMPE é a de que ali é um espaço plural, de exercício democrático intenso, no qual as diferenças encontram espaço para a sua manifestação e, portanto, pejado de conflitos. Nas primeiras reuniões de que participei, um primeiro estranhamento que tive foi o tom beligerante que marcava as discussões, sempre contando com a exposição de diferentes pontos de vista defendidos com muito afinco. Ficava espantada de ver o tempo que se levava nas rodadas de discussão acerca de pontos de pautas mais polêmicos. Sobretudo, porque as opiniões me soavam muito parecidas e repetitivas. Era como se não se pudesse abrir mão do espaço de fala e que a afirmação da posição de cada uma era de crucial importância para o jogo político que se estabelecia ali.

Numa conversa informal com Alaíde, mulher dos seus 45 anos, branca, psicóloga, divorciada, mãe de dois filhos adultos, que representava o Coletivo Mulher Vida, ONG formada em 1991 especializada no combate à violência doméstica, comentei sobre esse meu estranhamento acerca do tom agressivo e beligerante das reuniões:

Disse-lhe que não tinha muito talento para o jogo político, que me sentia intimidada de ter que ficar brigando o tempo todo. Brinquei com ela, afirmando que se tivesse de passar por situações como as que eu presenciara de forte e, aos meus olhos, agressivo embate, eu teria saído correndo e chorando. Alaíde, rindo-se muito do meu jeito, me sentenciou *não mermã! Nunca chore no Fórum de Mulheres que daí mesmo que elas vêm pra cima de tu com tudo! Nunca chore! Ali mulher não chora!* O meu comentário a fez lembrar de uma situação que ela própria vivenciara.

Contou-me que o Coletivo Mulher Vida esteve afastado do FMPE durante um tempo, porque a presidente tinha rompido com o movimento feminista de Recife e tinha se retirado daquele espaço de articulação política. Em função disso, a ONG tinha perdido o seu espaço e, segundo a minha interlocutora, *até retomá-lo foi muita disputa e eu levei muito na cabeça. Foi bem difícil... Mas fui insistindo, articulando e agora o Coletivo tem o seu espaço novamente. Mas tem que estar sempre na disputa para mantê-lo* (DC, 02.11.04).

Foi nesse contexto que me contou sobre como procedeu para a reconquista desse espaço perdido nas reuniões do FMPE, exemplificando com a situação que abre esse capítulo. As formulações de Alaíde sobre os códigos que regem o FMPE são exemplares para se refletir sobre os significados de gênero que dotam de sentido a práxis política sintetizada no FMPE e sobre questões importantes acerca do campo feminista de forma geral. Cabe ressaltar que a participação nessas conferências é alvo de grande disputa por conferir prestígio às instituições e reforçar o lugar de destaque delas no campo feminista. Voltarei a esse ponto mais adiante.

O tom aguerrido e a assertividade estranhadas pelo olhar estrangeiro da pesquisadora, somado à asserção “ali mulher não chora”, poderiam nos levar a interpretar que essas mulheres teriam se masculinizado. Acusação recorrente direcionada às mulheres que adentram o mundo político (Sartori, 1999), parece refletir a imagem de que esse não é um espaço legítimo para a presença das mulheres.

Estudos que privilegiam os fenômenos políticos, em especial aqueles voltados para a análise da política institucional, salientam que o campo político é marcadamente masculino (Avelar, 1989; Heredia, 1996; Palmeira, 1996 e Prá, 1992), seja pela maior presença de homens do que de mulheres, seja pelo fato de a política estar associada a uma atividade masculina. Em estudo comparativo sobre eleições em duas comunidades rurais, Heredia (1996) demonstra que a expressão “ser da política”, correntemente utilizada nos contextos estudados, é um atributo masculino, o que não significa que as mulheres não estejam envolvidas no processo da política. Segundo Heredia (1996) elas “comentam, falam informalmente, mas a elas não é socialmente reconhecida a legitimidade para opinar e decidir acerca do voto da família, o que é responsabilidade masculina.” (p.61). Em vista dessas concepções, Brito (1992) alerta para a necessidade de “repensar a definição do político como um domínio excessivamente masculino, indagando sobre as formas pelas quais a população feminina tem conseguido se expressar politicamente em determinados contextos históricos” (p.134).

Assim, esta relação entre mulher e política se relativiza se tomarmos o campo político como “um conjunto de significados simbólicos, visões de mundo, divisões que se explicitam em linguagens, crenças e rituais” (Barreira, 1998:132) e, a partir disto, questionarmos sobre os significados de gênero que dotam de sentido o mundo da política. A etnografia de Sartori (1999) no espaço sindical indica pistas sobre os significados de gênero que compõe o campo político. Ele demonstra que nesse contexto são atribuídos

significados associados a determinados atributos masculinos. Conforme afirmavam os seus informantes, para se exercer a atividade política era necessário “gritar mais alto”, “colocar o pênis na mesa”, “ser forte”, todos atributos culturalmente associados com um determinado modelo de masculinidade. Segundo descreve o autor, a forte pregnância destes sentidos de gênero era perceptível também através da sua extensão aos participantes daquele contexto o que se dramatizava nas acusações correntes às mulheres sindicalistas de se terem “masculinizado”.

Em pesquisa anterior (Bonetti, 2000) entre ativistas das camadas urbanas de baixa renda porto-alegrenses, de forma semelhante encontrei a associação do campo político a atributos masculinos. As ativistas pesquisadas, ao se referirem à sua prática política, utilizavam termos como “força”, “luta”, “briga”, “bater”, “dar pau”, os quais fazem parte de um repertório associado a elementos como agressividade, virilidade, que são atributos culturalmente significados como masculino (Bonetti, 2000). A especificidade desse caso é a de que, embora atribuam estes significados de gênero à atividade política, as ativistas pesquisadas entendiam o exercício da sua atividade como político e também não se percebiam como masculinizadas.

Sendo assim, “considerar a associação do campo político com o masculino é entendê-lo como um conjunto de significados construídos cultural e historicamente a partir de atributos ligados ao masculino” (Bonetti, 2000:164). Parece haver uma variedade de possibilidades de arranjos entre os atributos de gênero que são produzidos nesse campo, de acordo com cada contexto e com as relações que nele se estabelecem. Adotar essa perspectiva analítica contribui para complexificar a análise ao mesmo tempo em que desconstrói a crença da sororidade, que essencializa a prática política das mulheres.

No caso em análise, para além de uma interpretação simplista de que as mulheres teriam se masculinizado, podemos interpretar que “colocar a arapiraca na mesa” é um requisito para se adentrar no jogo político local e um atributo masculino relativo ao poder. Em detrimento das metáforas do tecer, que remetem à cooperação e à não competitividade, associadas a um repertório feminino da irmandade de gênero, muito em voga no pensamento feminista na década de 80, temos aqui o uso de metáforas masculinas para se falar do poder. Tais usos de metáforas masculinas em detrimento das femininas escancaram e, portanto, radicalizam os termos da disputa política, encarando frontalmente as relações desiguais de poder inerentes ao jogo político.

Pode-se também entender que a expressão utilizada por Alaíde informa sobre um modelo de feminilidade ali atualizado. Chorar frente ao conflito é uma saída que remete a um feminino frágil e dependente do qual parecem querer se afastar as mulheres que estão nesse jogo político. Para se estar ali, faz-se necessário ser valente e ter coragem para enfrentar as disputas, para articular e para angariar prestígio que será utilizado no estabelecimento de alianças.

Há, ainda, uma importante dimensão histórico-cultural que deve ser levada em conta nessa análise. Trata-se dos sentidos de gênero relativos à identidade regional nordestina que, ao que parece, é pervasiva ao contexto analisado. Num instigante estudo de gênero sobre a criação da região Nordeste e da sua identidade regional pela elite intelectual da região na década de 30, Albuquerque Junior (2003) depara-se com o atributo da coragem como o seu significante fundante. Na análise ele demonstra que a identidade nordestina é pensada e construída no masculino, ressaltando-se as características de virilidade, destemor, valentia e coragem: “(...) o homem nordestino é um homem, ou seja, é macho, é pensado no masculino, não há lugar para o feminino nesta figura. No nordeste, até as mulheres seriam masculinas, macho, sim senhor!” (Albuquerque Junior, 2003:165).

Nessa configuração discursiva não há espaço para o feminino. Aqui, a mulher nordestina é também masculina, tendo de incorporar as características da valentia e da coragem para superar as adversidades de um meio tão inóspito. Segundo assinala

a valentia, a coragem, o destemor, inclusive por parte das mulheres; a resistência pelas armas, se necessário, a todas as afrontas, partissem elas de vizinhos, opositores políticos, representantes do governo e até de membros da família, vai ser uma temática recorrente nas memórias escritas por nordestinos (Albuquerque Junior, 2003:195).

Assim, o modelo de feminilidade nordestino, que constitui o imaginário regional, é marcado pela força, pela valentia, pela coragem; todos atributos masculinos. Elemento recorrente na pesquisa, o atributo da coragem parece ser um importante traço que compõe o repertório simbólico do fazer político nesse campo, pervasivo às mais diferentes situações do contexto de pesquisa, conforme analisei anteriormente. Logo na chegada em campo, me chamou a atenção o *slogan* de campanha à vereança de Olívia Lima, presidente da Associação Pró Mulher: *Não basta ser mulher, tem que ter coragem*. É inevitável a associação: nesse contexto pejado de conflitos, não basta ser uma mulher, há de se ser uma mulher com *arapiraca*. Outra formulação, já mencionada anteriormente, é de Amelinha, ao

louvar a sua própria força e combatividade em não ter esmorecido frente às inúmeras adversidades que enfrentou nas suas gestões no Conselho de Moradores da Vila em que vive. Segundo ela, para se enfrentar as forças de oposição no campo político, tem que se *ter sangue no olho*⁶².

O atributo da coragem parece dotar de sentido uma determinada concepção de feminilidade, que de acordo com cada agente político em disputa na arena do FMPE tem nuances diferenciadas. Essas diferenças revelam marcas singulares do fazer político e remetem às relações de poder que se estabelecem ali dentro. Reclamação recorrente dentre as participantes do FMPE, nas mais diversificadas situações, tais relações revelam como o prestígio ali se distribui e apontam, também, para as distintas alteridades em disputa. No entanto, *colocar a arapiraca* na mesa nem sempre garante o sucesso na disputa política. Nem sempre há espaço para a sustentação da voz; no jogo relacional entre as alteridades, a *arapiraca* circula de acordo com a configuração de prestígio do campo político local.

3.2. As arapiracas em ação 1: O prestígio das *grã-mestras*

As reuniões do FMPE costumam acontecer na sede do SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia, normalmente no auditório, com capacidade para acolher em torno de 80 pessoas. Antes de cada reunião, o espaço é organizado de forma a possibilitar o debate *democrático* e *horizontal* entre as participantes, dispondo-se as cadeiras num grande círculo. Quando as cadeiras são ocupadas pelas participantes, pode-se perceber claramente a disposição de acordo com critérios de afinidade. O que forma, dentro da horizontalidade, diferentes sub-grupos. Ao lado do auditório há um pequeno refeitório, onde se pode tomar café e água, que também funciona como ponto de encontro de pequenos grupos e espaço de constituição de negociações e alianças contingentes ao longo das reuniões. É nesse cenário que se pode ter um melhor acesso ao jeito singular do fazer político e em que se dão as disputas.

O contexto específico de disputa evocado por Alaíde, a distribuição de vagas para participação em conferências, ilustra esse jeito particular de fazer política. Ao longo da

⁶² A experiência da Associação Pró-Mulher e do Conselho de Moradores da Vila, bem como a trajetória política das suas então presidentas Olívia Lima e Amelinha, respectivamente, serão aprofundadas no capítulo 4.

pesquisa, eu presenciei inúmeras disputas e árduos processos de discussão para a ocupação das vagas. Vejamos uma delas, conforme registrei nos meus cadernos de campo.

Helena Rodrigues, uma das coordenadoras do FMPE, introduziu a pauta sobre o seminário da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que aconteceria entre dias nove e doze de abril. Explicou que o FMPE teria dez vagas garantidas (sendo duas da sua representação, que no caso são ela própria e Nair Valença). Nair Valença pegou o *flipchart* e ambas passaram ao processo de discussão para a distribuição das vagas, começando pela pergunta sobre quem se candidatava às vagas. A primeira foi Carmem, feminista independente, seguida de Alaíde, da Coletivo Mulher Vida, Odete, Violeta e Suelen, do SOS Corpo, Adália, da Associação Pernambucana de Mães Solteiras, Alessandra, jovem feminista, Cinara, do Instituto Papai, e Dilma, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas. Eu me candidatei, dizendo que tinha interesse em participar. Helena Rodrigues não me deu ouvidos, Odete chamou a sua atenção para a importância da minha participação, como pesquisadora que estava acompanhando as reuniões do FMPE. A esta altura ninguém mais se escutava, tamanho era o zum-zum dentro da sala em função da discussão dos critérios para o preenchimento das vagas.

Nair Valença se aproximou de mim e veio perguntar o meu nome, já que se esquecera. Disse-me que iriam negociar com a secretária da AMB a possibilidade da minha participação. Voltou ao quadro e me colocou como observadora. Logo em seguida se acirrou a discussão pela disputa das vagas. Violeta, do SOS Corpo, lembrou *da ausência do grupo Loucas de Pedra Lilás, cujas ativistas sempre foram feministas que fortaleceram o FMPE e por isso seria interessante que fossem lembradas*. Helena Rodrigues disse *não ser democrático ficar pensando nos grupos ausentes porque tinha sido dito na reunião anterior que nesta seria discutida a participação no seminário e se tinha orientado que as instituições já trouxessem os nomes das pessoas candidatas à participação*. No meio da discussão, Dilma foi saindo de fininho da reunião, antes retirando o seu nome da lista das vagas. Natália, que se considera feminista autônoma recém-retornada ao FMPE após um longo período de afastamento, pediu um esclarecimento, perguntando *quais eram os critérios para a candidatura a uma vaga, se era de representação ou de participação*. Helena Rodrigues explicou-lhe que o critério adotado era o de *participação*. Sendo assim, Natália se candidatou, argumentando que *tinha vontade de participar do seminário, mas como estava retornando agora para o Fórum, não se sentia em condições de ser representante*.

Odete fez ponderações sobre as instituições que sempre estiveram no fortalecimento do FMPE e que seria importante garantir a presença. Natália contestou o argumento, dizendo que parecia que estavam trabalhando com dois critérios distintos. Odete interveio novamente, chamando a atenção para a lista de candidatas que já se montara no quadro, dizendo que se deveria cuidar para que não ficassem muitas representantes de uma mesma instituição, notando que estavam muitas do

SOS Corpo. Alertou que deveriam ter esse cuidado, *porque o fórum era formado por instituições e por pessoas, mulheres autônomas, e que deveria ser equilibrado*. Crê, da Associação de Mulheres Entendidas de Pernambuco (AME-PE), disse que seria importante que alguém da sua entidade participasse, mas como teriam uma atividade que se realizaria num dos dias do seminário, ela não poderia ir. Sugeriu, assim, que se deixasse uma vaga para a Articulação do Movimento Homossexual do Recife e área metropolitana (AMHOR), cuja representante, Noeli, estava ausente. Violeta insistia no nome do Arte Feminista. Kelly, do DIVAS - Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-sexual, tinha saído da sala nesse momento. Nair Valença foi até o refeitório, onde ela estava a conversar com outras mulheres, para saber do seu interesse a uma vaga. Kelly retornou rapidamente e salientou que seria bom que o Instituto participasse, mas não tinha nenhum nome para indicar, já que ela mesma não poderia. Após muita discussão, a primeira lista foi montada: Adália, Odete, Carmem, Alaíde, Alessandra, Cinara e reservou-se vagas para o grupo Loucas de Pedra Lilás, para a AMHOR e outra para o DIVAS.

Quando tudo parecia resolvido, Alaíde se manifestou, dizendo que havia gente descontente com os critérios. Carmem também se manifestou, salientando que *todo mundo já sabia que seria hoje a definição das vagas e por isso seria importante que todas estivessem presentes*. E todas as que estavam ali potencialmente seriam capazes de ir ao seminário. *Tem que consolidar quem está aqui hoje*. Natália questionou sobre o critério que tinham adotado, *se o da presença ou não e qual era o posicionamento do fórum a esse respeito?* Helena Rodrigues respondeu-lhe que não existia o critério de presença no FMPE, como ela estava colocando, não era dessa maneira que o fórum trabalhava. Odete interveio também e explicou: *é por situação de articulação política. Conforme a necessidade e cada situação, se a gente considera que determinada pessoa é mais adequada para a representação, a gente vai e liga. É o estilo de fazer política do fórum, desde esses dois anos que estou aqui, é assim que funciona. Não é uma instituição em si, o que vale é a articulação política. Os critérios é o de fazer acordos. Não sei se é certo ou errado, mas é assim que a gente trabalha*. Alessandra ajudou, dizendo que *as representações do fórum procuravam sempre ser plurais*.

Nair Valença estava ansiosa para dar um encaminhamento para a discussão. Estávamos todas cansadas e não se chegava a um acordo. Alaíde insistia em dizer que sentia que ainda não estavam satisfeitas com a definição das vagas. Odete argumentou: *se for falar eu vou me expor, mas na política é assim mesmo. Acho que as pessoas que devem ir ao seminário têm de ser aquelas que têm uma identidade com o fórum e com a AMB. A companheira Natália, por exemplo, ela não pode ir como representação do fórum porque ela está aqui há duas reuniões*. Natália saltou da cadeira e contra-argumentou, dizendo que a primeira coisa que ela tinha perguntado fora se o critério era o de representação: *e disseram que não e por isso eu me candidatei, porque também acho que não estou em condições de representar o fórum com a participação em duas reuniões!* Odete: *eu falo isso de forma tranqüila, nada pessoal, só estou questionando a história do tempo e fico com o receio de*

estar sendo injusta com as companheiras. Na real [o critério] é o de representação, mas a gente faz dessa forma. Alaíde interveio e disse ser importante que o fórum discutisse essas questões dos critérios, que ficasse definido de antemão, para que não houvesse problemas nas outras vezes.

Violeta propõe, então, uma nova forma de distribuição das vagas: *quem sabe a gente deixa quatro vagas para as que estão aqui e quatro vagas para a consulta das ausentes interessadas em participar do seminário?* Natália insistiu: *eu só estou insistindo porque é uma questão de princípios. Acho complicado enquanto Fórum de Mulheres, escolher e indicar essas duas instituições, estando elas ausentes. Há muitas outras, do movimento popular, do movimento sindical, que também não estão presentes aqui. Por que essas duas?* Helena Rodrigues, tentando encerrar a discussão, se manifestou: *eu lamento muito que não estejam aqui, mas não adianta. A gente não sabe porque essas pessoas não vieram e de repente a gente indica e elas nem poderão estar no seminário. Eu tenho de sair com os nomes daqui, agora. E Violeta, a tua proposta é horrível! Não, chega de idéias!* Discussão vai, discussão vem e decidiram por privilegiar as representações que estavam presentes. A lista final ficou assim constituída: Adália, Odete, Natália, Cinara, Carmem, Alaíde, Alessandra e Suelen. Nair Valença, entre aliviada e temerosa de que tudo começasse novamente, saltou e anunciou: *Trabalhos encerrados!* As mulheres que ainda restavam na reunião, que já avançara em muito o horário previsto para o término, começaram a arrumar as suas coisas e ir embora. Levantei e me aproximei de Helena Rodrigues, que falava com Alessandra, para resolver o meu caso, que não tinha entrado na disputa geral das vagas. Nair Valença se aproximou no mesmo momento e se antecipou, dizendo: *e tu ficas de observadora!* Helena Rodrigues disse-lhe: *calma, não é assim, primeiro eu preciso fazer uma consulta.* Tentei falar com ela, mas não me deu muita atenção. Pedi que me avisasse quando falasse com a secretária sobre a possibilidade da minha presença. Ela, com certo ar de enfado, disse-me que avisaria. Perguntou, novamente, qual era mesmo o meu nome, que nunca se lembrava. Disse-lhe pela enésima vez e aproveitei para dar os meus contatos, coisa que não tinha me pedido. Adália se aproximou de nós e disse à Helena Rodrigues que *tinha sido eleita.* Helena, sem esperar pelo término da estória, antecipou-se dizendo que o seu nome não tinha entrado em disputa, que já tinha sido garantido desde o início. Adália então se explicou, contando que tinha sido eleita como delegada na região em que mora como delegada para a Conferência pela Igualdade Racial que ocorreria nos próximos dias. Deixei-as conversando e me afastei do grupo, me juntando a outro que iria para o ponto de ônibus mais próximo (DC 07.04.05).

Vejam os dados sobre as principais ativistas e as entidades que representam, envolvidas nessa situação etnográfica⁶³:

⁶³ Como se perceberá, as informações sobre essas ativistas e das entidades que representam não são homogêneas, posto terem sido recolhidas de forma assistemática ao longo da pesquisa etnográfica através da observação participante e de conversas informais nas mais distintas situações. As informações sobre as

Ativistas

Helena Rodrigues era uma das três então coordenadoras do FMPE. Trata-se de uma mulher na faixa dos 40-45 anos, heterossexual, casada, sem filhos, fisioterapeuta. Nascida na Paraíba, ela veio criança para Recife. Casada com militante da CUT, foi sempre confundida como militante também. Vinda do movimento estudantil e do PT, nunca se envolvera com a política feminista tão diretamente, apenas tendo contato com o grupo de mulheres do PT, o qual considerava muito radical e para o qual *não tinha paciência*. Teve mais contato com o feminismo através da ONG Trupe Graúna, da qual é voluntária, e do FMPE, quando Laís Albuquerque a chamou para ajudar a montar o estatuto do Fórum.

Nair Valença também compunha a coordenação colegiada do FMPE. É uma mulher jovem, na faixa dos 30-35 anos, auto-definida como negra, muito embora tenha mais traços brancos, lésbica, comprometida, sem filhos, jornalista que estava finalizando o seu mestrado em Comunicação Social na UFPE. Iniciou o seu ativismo feminista em meados da década de 90 e trabalha no **Centro das Mulheres do Cabo**.

Entidades

ONG Trupe Graúna foi formada em 2001, por ativistas históricas, auto-definidas como arte-educadoras, oriundas de uma antiga ONG local, especializada em educação popular, especializou-se na promoção de direitos da juventude através da arte. Sediada numa cidade da região metropolitana de Recife, trabalha com temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, combate à violência doméstica e sexual, além de formação de jovens lideranças. Para o desenvolvimento dos seus projetos recebeu apoio de diferentes instituições, tais como BNDES, RITS, IBM e *Interamerican Foundation*.

O **Centro das Mulheres do Cabo** é uma das três ONGs feministas mais antigas de Recife, formada em 1984. Tem como temas de trabalho o desenvolvimento da economia regional, as questões de gênero e discriminação sexual, o acesso à justiça e promoção de direitos além do fortalecimento de grupos de mulheres dos movimentos populares e formação de lideranças. Sediada numa cidade da região metropolitana de Recife, atua em diferentes cidades da região da zona da mata sul pernambucana. Conta com uma faixa orçamentária de mais de R\$ 1.000.000,00 anuais com recursos advindos de agências internacionais de cooperação, empresas, fundações ou institutos empresariais brasileiros, comercialização de produtos e venda de serviços, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, além de contribuições associativas e doações.

Carmem dizia que representava *ela mesma no fórum*,

Está como *independente* no FMPE.

entidades derivam-se, também, dessas mesmas fontes, além de pesquisa em diferentes sítios da internet, tais como da ABONG e das próprias entidades, quando é o caso. Essa peculiaridade deve-se, em grande medida, à relação entre a intensa proliferação de sujeitos no campo pesquisado, o tempo de permanência em campo e o foco da pesquisa, a experiência ativista de mulheres das camadas urbanas de baixa renda. Portanto, dado o caráter etnográfico da pesquisa, não foi possível realizar entrevistas formais com todas as ativistas, bem como aprofundar a investigação nas inúmeras entidades que compõem o campo político feminista local. No entanto, na primeira fase da pesquisa, em que estava a mapear as entidades que constituem o campo, realizei visitas etnográficas a algumas das entidades. Dessas possuo informações mais homogêneas e consistentes.

definindo-se como uma *feminista independente*. É uma mulher branca, heterossexual, solteira, sem filhos, na faixa 40-45 anos. Socióloga, pela UFPE, fora representante do FMPE na Coordenadoria da Mulher durante a primeira gestão municipal petista em Recife. Filiada ao PT, fez parte do primeiro grupo que trabalhava com violência contra as mulheres em Recife, fundado em 83. O grupo durou apenas um ano e meio, desarticulando-se em seguida.

Alaide é uma mulher na faixa dos 40-45 anos, branca, heterossexual, separada do marido com quem viveu 18 anos e com o qual possui dois filhos (20 e 16 anos). É psicóloga e começou como educadora social da ONG **Coletivo Mulher Vida**, tornando-se coordenadora do programa voltado para mulheres em situação de violência doméstica. Passou a se definir como feminista ao longo da sua participação no FMPE.

Odete é maranhense, auto-define-se como negra, heterossexual, solteira, na faixa dos 35-40 anos. Vive há mais de 15 anos em Recife. Foi assessora do então vereador petista João Paulo, atual prefeito da cidade, e trabalha desde 2002 como educadora social no **SOS Corpo**. Tem grande experiência no trabalho com movimentos populares, sendo formada em Serviço Social e representante do FMPE no segmento mulheres do Orçamento Participativo de Recife.

Violeta é uma mulher jovem, aparentando estar na faixa dos 30-35 anos, branca e trabalha como educadora social no **SOS Corpo**. A sua frequência nas reuniões do FMPE era muito assistemática e com quem teve pouco contato.

Suelen é uma jovem mulher, branca, com traços indígenas, na faixa dos 25-30 anos, heterossexual, solteira, sem filhos, mestre em Antropologia pela UFPE. Trabalhava como estagiária num projeto sobre

O **Coletivo Mulher Vida** está sediado numa cidade da região metropolitana de Recife e foi formado em 1991 por militantes feministas. É especializada no combate à violência doméstica e sexual, tendo como seu público alvo mulheres, homens, crianças e adolescentes *em situação de risco*, oriundos da região metropolitana de Recife. Trabalha com uma faixa orçamentária de R\$ 600.000,00 anuais, com recursos advindos de agências internacionais de cooperação como o World Childhood Foundation, OXFAM, empresas, fundações ou institutos empresariais brasileiros e doações.

Representa o **SOS Corpo**, já descrito no capítulo anterior.

Idem

Idem

⁶⁴ Tais como: tais como Fundação MacArthur, Fundação Ford, Unesco – Programa DST/AIDS, Ashoka, Plan Internacional, OXFAM, FNUAP, DED, Save the Children e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e Ministério da Saúde, respectivamente.

violência contra as mulheres **SOS Corpo**.

Adália é uma mulher dos seus 45-50 anos, branca, heterossexual, solteira, mãe de uma filha. Possui pouca instrução, é oriunda do movimento popular e participa do Orçamento Participativo como delegada do bairro periférico de Recife em que vive. Participa assiduamente das reuniões e atividades promovidas pelo FMPE como representante da **Associação de Mães Solteiras de Pernambuco (APEMAS)**.

Alessandra se define como uma *jovem feminista*. Está na faixa de 15-20 anos, morena, solteira, heterossexual, sem filhos, estudante do ensino médio e moradora de um dos bairros mais pobres e violentos de Recife. Iniciou a sua trajetória no ativismo por um projeto da ONG Trupe Graúna, através da qual chegou ao FMPE, sendo a sua representante na coordenação colegiada.

Cinara é uma mulher jovem, na faixa dos 25-30 anos, branca, solteira, sem filhos, psicóloga e, na época da pesquisa, terminava seu mestrado em Psicologia pela UFPE. No FMPE representa o **Instituto Papai**, onde iniciou a sua trajetória militante, começando como estagiária de psicologia. Atualmente assessora um dos programas da entidade.

Dilma é uma mulher na faixa dos 60-65 anos, solteira, e faz parte da diretoria do **Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Região Metropolitana de Recife**.

A **APEMAS** foi formada em meados da década de 90, em função das dificuldades enfrentadas pelas mães solteiras quando procuravam a defensoria pública para a realização de processos de reconhecimento da paternidade. Teve, ao longo de sua trajetória, grande incentivo do SOS Corpo e, mais recentemente, do Instituto Papai.

No período da pesquisa mudou de ONG, ingressando em projetos oferecidos por outras do campo político local. Apresenta-se como atuante do campo dos direitos sexuais e reprodutivos e gênero, faz parte do fórum de juventude e estava formando um grupo de jovens feministas com o intuito de participação no FMPE.

O **Instituto Papai** é a única ONG participante do FMPE que trabalha com homens. Já chegou a fazer parte da coordenação colegiada, há duas gestões passadas, mas sempre através de uma representante mulher. Foi fundado em 1999, a partir do projeto que envolvia pesquisa, ensino e extensão, desenvolvido dentro da UFPE. A concepção do projeto que norteia a entidade tem como base os estudos de gênero, o feminismo e os estudos sobre masculinidades, enfatizando a paternidade adolescente. Definem-se como um feminismo acadêmico e apostam a sua ação política a partir da produção de conhecimento através da promoção de seminários, realização de pesquisas e publicações de livros. O seu público-alvo é homens jovens em situação de pobreza. A ONG conta com uma equipe formada por 26 pessoas, sendo 13 mulheres e 13 homens. Trabalha com uma faixa orçamentária de R\$ 300.000,00 anuais, contando com apoio de diferentes agências internacionais de cooperação e órgãos federais⁶⁴.

O **Sindicato** tem uma longa história de mobilização, levada por quatro empregadas domésticas que até hoje estão à sua frente. As mobilizações se iniciaram no começo da

Crê, como Cremilda gosta de ser chamada, é uma mulher na faixa etária dos 45-50 anos, branca, sem filhos, lésbica, ativista do movimento popular desde fins da década de 60, através do movimento estudantil e de grupos jovens da Igreja Católica, ligada à teologia da libertação. Foi fundadora do PT local, partido pelo qual se elegeu como a vereadora mais votada em 1989, e do qual se afastou. Iniciou a sua militância feminista quando conheceu o SOS Corpo e fez parte da fundação do FMPE. Foi também fundadora da Articulação do Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana (AMHOR) com a qual rompeu e recentemente criou a **Associação de Mulheres Entendidas de Pernambuco (AME-PE)**, da qual é coordenadora.

Noeli é uma mulher negra, solteira, lésbica, sem filhos, ativista do movimento popular e representa, no FMPE, a **Articulação do Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana (AMHOR)**.

Kelly define-se como negra, nordestina e lésbica. Está na faixa dos 30-35 anos, é comprometida, não tem filhos, é assistente social e estava cursando o seu mestrado na UFPE. Na época da pesquisa era bolsista do programa GRAAL da Fundação Carlos Chagas, desenvolvendo um projeto sobre tensões entre lésbicas e feministas. Fez parte do movimento estudantil e atualmente fundou o **DIVAS - Instituto em Defesa da diversidade afetivo-sexual**.

década de 60, incentivadas pela Igreja Católica da linha teologia da libertação. Essas mulheres participavam da Juventude Católica Operária (JOC) e já no final da década constituíam um pequeno grupo que promovia um trabalho de conscientização de outras mulheres na luta por folga quinzenal, salário fixo, inscrição no INSS e carteira de trabalho assinada. No final da década de 70 o grupo se transformou em Associação, tendo a sua primeira sede cedida pela Diocese de Recife. Sempre contando com o apoio do movimento feminista local, a associação participou de mobilizações importantes, como a pró-Constituinte. Em 1988 transformou-se em sindicato.

A **AME-PE**, surgida em 2003 da dissidência de Crê com a Articulação, é formada por mulheres lésbicas, heterossexuais e bissexuais oriundas do movimento popular. Tem como foco de discussão a lesbianidade, a promoção da visibilidade lésbica e da cidadania. Reúnem-se aos sábados, de 15 em 15 dias, na sede da entidade, situada no quintal da casa de Crê, numa cidade da região metropolitana de Recife. Para o desenvolvimento das suas ações, contam com o apoio do SOS Corpo e com recursos oriundos de um projeto aprovado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres que envolve capacitação política e saúde da mulher lésbica, com ações de prevenção de DST/AIDS.

A **AMHOR** envolve grupos gays e lésbicos da região metropolitana de Recife e existe há mais de 15 anos. Contaram, ao longo da sua existência, com o apoio da SOS Corpo, através do seu fundo de apoio a projetos comunitários, e com OXFAM/NOVIB.

O **DIVAS**, fundado em 2003, está voltado para a luta contra a *lesbofobia* e pela visibilidade lésbica.

Natália é uma mulher na faixa etária de 30-35 anos, morena, heterossexual, casada, sem filhos. É médica de formação, mas está fazendo um *projeto de reprofissionalização*, cursando a faculdade de Ciências Sociais, com o objetivo de realizar mestrado e doutorado na área de estudos de gênero. Trabalhou na Coordenadoria da Mulher durante a primeira gestão petista. Ex-militante do PT, está como autônoma no FMPE, ao qual retornou em meados de março/2005.

É autônoma no FMPE.

No intenso e cansativo processo de discussão sobre a distribuição das vagas pode-se perceber a recorrência da participação de algumas mulheres, mas há algumas para cujas performances ao longo da reunião eu gostaria de chamar a atenção: Helena Rodrigues, Nair Valença, Odete, Alaíde e Natália. As duas primeiras, como coordenadoras do FMPE, tinham o papel de conduzir o processo de discussão e distribuição de vagas a partir do princípio *do estabelecimento de relações decisórias horizontais e participativas marcadas pela produção de consenso na ação e pelo debate cumulativo* que pauta o feminismo local, conforme visto no capítulo anterior, seguido da tentativa de garantir a pluralidade de representações do FMPE. Como se pode perceber, não se trata de um método fácil e, mesmo tendo como ideal um padrão horizontal de participação, acaba por recair em decisões verticais que refletem uma distribuição desigual de prestígio que marca o campo.

Essa distribuição desigual de prestígio pode ser percebida, por exemplo, na dubiedade dos critérios adotados para a alocação das vagas, como se pode perceber na tentativa de garanti-las para grupos ausentes, como foi o caso do Grupo Loucas de Pedra Lilás, formado por ativistas históricas locais, e na postura combativa e insistente de Alaíde e Natália em questioná-los. Ela é mais claramente assumida quando, na disputa argumentativa, Odete expõe o modo de fazer política ali dentro, dizendo:

(...) é por situação de articulação política. Conforme a necessidade e cada situação, se a gente considera que determinada pessoa é mais adequada para a representação, a gente vai e liga. É o estilo de fazer política do fórum, desde esses dois anos que estou aqui, é assim que funciona. Não é uma instituição em si, o que vale é a articulação política. Os critérios é o de fazer acordos. Não sei se é certo ou errado, mas é assim que a gente trabalha (DC 07.04.05).

A questão de fundo aqui é a de explicitar a quem se refere esse genérico *a gente* no discurso de Odete. À primeira vista, *a gente* parece se referir ao coletivo democrático e participativo. No entanto, por mais que se assevere uma horizontalidade nas decisões, nas mãos de quem está o poder de tomá-las? Levando-se em conta essa distribuição diferencial de prestígio e a circulação de *arapiracas*, o *a gente* de Odete parece encontrar respaldo num feminismo que se pretende predominante ali dentro e que tem o maior capital de articulação, conforme visto no capítulo anterior.

Muito embora o *colocar a arapiraca na mesa* como um recurso do qual se lança mão em meio à disputa política seja algo recorrentemente utilizado nas reuniões do FMPE, como se pode perceber na descrição acima, nem sempre há espaço para a sustentação da voz e a garantia de alcançar o sucesso esperado. A discreta saída de Dilma da reunião parece indicar que a pluralidade de vozes (e presenças) que constituem a riqueza do campo discursivo feminista sintetizado no FMPE, aos poucos vai se tornando mais monofônica. Consegue-se identificar algumas vozes que são mais ouvidas. E, mais do que isto, vozes que são por muitas vezes requisitadas a se manifestarem. A postura de definição das pautas e tomadas de decisão por algumas mulheres nessa situação, associada à entidade que representam, aponta para como o poder de decisão e de definir as pautas está distribuído e explicita que o *a gente* de Odete pode ser traduzido na figura das *grã-mestras*. Numa outra conversa sobre o funcionamento do FMPE com Alaíde, ela esclarece a sua opinião sobre tal característica:

Alaíde identifica, no FMPE, a existência de *hierarquias de poder, em que somente determinadas figuras têm voz e força ali dentro e pautam as questões*. Disse-me haver uma *hegemonia de questões lésbicas* e de um *tipo de posição feminista marcada pela lesbianidade*. Segundo ela, *se as mulheres que monopolizam a fala deixassem espaço para outras ali dentro se manifestarem, veriam que há muitas que não concordam com o discurso feminista lésbico e que não se identificam como feministas*. Exemplificou com o caso *das mulheres de base*, as quais, segundo a sua opinião, *nunca têm espaço para falar porque se sentem intimidadas pela truculência das que dominam a cena*. Ponderou que o discurso lésbico-feminista domina porque *há muitas militantes lésbicas ali, muito articuladas e empoderadas* (DC 02.11.04).

Na reflexão de Alaíde, a distribuição diferencial da fala está associada com o que denomina de *hierarquias de poder* dentro do Fórum, ou seja, ao que identifico como a distribuição desigual de prestígio, associada ao capital de articulação política. O prestígio

advindo desse capital, otimizado pelas relações pessoais - na visão da informante, é o que dará o tom das relações políticas ali dentro. E as *grã-mestras* são as detentoras desse capital, seja pelo seu reverenciado acúmulo na militância feminista, seja por representarem entidades de destaque na história do feminismo local. Esse capital, como foi visto anteriormente, tem dentre as suas características a produção de conhecimento, o estudo. Uma outra situação de disputa por vagas contribui para tornar mais explícita essa característica:

Aproveitei o momento de bate-papo do intervalo do almoço para, em meio às conversas, perguntar à Iracema, ativista negra da Uila Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras e funcionária da Casa da Mulher do Nordeste, sobre qual era a *tensão entre lésbicas e negras* que ela havia mencionado noutra conversa e que eu não tinha percebido nas minhas observações no FMPE. Ela contou-me que essa tensão teve origem no *processo difícil e penoso* de definição de vagas para participação na Conferência Nacional da Mulher. Alaíde aproveitou para me lembrar que fora *por causa dessas brigas que o Coletivo Mulher Vida, entidade que representa no FMPE, ficou de fora da Conferência, já que as vagas foram divididas entre o grupinho que tem poder ali dentro*. Iracema continuou o seu relato sobre a *briga*. Segundo ela, foi feita uma lista de representações para se definir quem iria para a Conferência pelo FMPE. Crê e Noeli *conseguiram se bancar no grito* e ganharam uma vaga cada uma. Na lista constava o nome de Kelly, seguido do nome de Jacira, uma ativista negra representante da Uila Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras. Sobrara uma vaga e, pela lista, o nome a preenchê-la seria o de Kelly. Como *a representação de lésbicas já estava grande e de negras não*, Iracema *bancou a discussão* para que entrasse o nome de Jacira, ao invés de Kelly. A partir disso se instaurou a briga. Kelly acusou-a de *não honrar os acordos, já que a lista tinha sido feita e não estava certo rediscutir a questão àquela altura*. Iracema contou-me que se defendeu argumentando que não se tratava disso, mas que frente aos fatos de a representação lésbica já ter sido garantida por Crê e Noeli e de haver pouca representação negra, ela considerava *legítimo se rediscutir e tornar mais plural a representação* do FMPE na Conferência. Contou que foi uma briga muito grande e que Samanta, representante do SOS Corpo, presente naquela reunião, sustentou que *deveria ir para a Conferência quem tinha a capacidade de articulação*. Frente a esse argumento, Kelly afirmou como *tendo essa capacidade, já que estava fazendo mestrado*. Jacira, por sua vez, *se emocionou e perguntou* à Samanta se estava insinuando que ela era incapaz. No final dessa *briga imensa, acabou pesando o argumento da letrada* a favor de Kelly e o seu nome foi mantido. Segundo avaliou Iracema o que na realidade aconteceu foi uma articulação para a manutenção do nome de Kelly, que usou o artifício do letramento a seu favor naquele contexto para garantir sucesso na disputa pela vaga, o que, em outros contextos, negava (DC 11.04.05).

Nessa outra situação aparecem mais algumas ativistas:

Ativistas

Iracema é uma mulher na faixa 30-35 anos, negra, solteira, sem filhos, formada em Serviço Social e que na época da pesquisa terminava uma especialização na área. De fala mansa e dona de uma capacidade de observação e de crítica muito argutas, ponderava o quanto era difícil lidar com a questão racial, dizendo que nascera duas vezes, uma quando fora parida e a outra quando se assumiu como negra. Tem sempre uma postura muito combativa e questionadora das relações de poder dentro do FMPE. Fazia parte da coordenação da ONG Casa da Mulher do Nordeste e é sócia fundadora da Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras.

Samanta está na faixa dos 40-45 anos, solteira, lésbica, tem uma filha de 20 anos. É jornalista e possui um cargo de coordenação no SOS Corpo. Durante o período da pesquisa nunca a vi numa reunião do FMPE.

Jacira está na faixa dos 30-35 anos, negra, ativista do movimento negro e sócia da Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras. Durante o período da pesquisa, encontrei-a apenas numa reunião do FMPE cujo tema era Feminismo e Racismo.

Entidades

A **Casa da Mulher do Nordeste** é uma das três ONGs feministas mais antigas de Recife, fundada em 1980, oriunda do grupo “Ação Mulher”. Trabalha com os temas da agricultura, trabalho e renda, promoção de direitos e formação política, com ações voltadas para o empoderamento das mulheres, em especial dos movimentos populares urbanos e rurais. Conta com uma faixa orçamentária de até R\$ 600.000,00 anuais, com recursos oriundos de agências internacionais de cooperação, de órgãos governamentais federais e municipais, além de doações. **Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras**, recentemente fundada, partiu da iniciativa de feministas negras, militantes do Movimento Negro Unificado. Trata-se de uma entidade que objetiva o fortalecimento da identidade da mulher negra.

SOS Corpo foi descrito no capítulo anterior.

Ativista do **Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras**.

No relato de Iracema sobre essa outra disputa por vagas aparecem alguns elementos importantes que merecem destaque. Sobre o contexto político mais amplo, o conteúdo dessa contenda revela a importância política da Conferência Nacional de Mulheres. Trata-se de um dos eventos de grande visibilidade para o movimento feminista nacional, no qual

são decididas as políticas públicas voltadas para as mulheres a serem implementadas pelo governo federal. Participar dessa conferência, conseguir pautar determinadas questões e angariar apoios para as bandeiras de luta nessa instância significa aumentar o prestígio político dos agentes nela envolvidos. Outro elemento diz respeito aos pólos envolvidos na tensão, nominada pela minha interlocutora, entre lésbicas e negras. Dentro do FMPE, esses dois grupos eram os que se ressentiam de invisibilidade e menos poder, interpretando as suas bandeiras como periféricas naquele espaço.

Num outro plano mais microscópico, relativo às relações travadas dentro do campo local e aos termos do jogo político, cabe ressaltar a recorrência da expressão *bancar-se* utilizada por Iracema. Nesse contexto, seu sentido se assemelha ao da expressão *colocar a arapiraca na mesa* e a sua eficácia, nesse relato parcial da informante, é também mediado pelos elementos constituidores do capital de articulação política. Para Iracema, mesmo crendo legítima a sua demanda por uma maior pluralidade nas representações do FMPE na conferência e de tê-la *bancado*, o insucesso da sua empreitada deve-se à combinação entre a articulação feita por algumas ativistas ali dentro e o uso do critério do letramento, elemento muito valorizado localmente e constitutivo do capital de articulação política.

A constatação do primado da articulação como parte fundamental do jogo político local fará com que as diversas atrizes com menor força e aspirantes a predominantes nesse campo se embrenhem no aprendizado do seu exercício. Objetivam a construção de alianças que desafiem as configurações da distribuição de prestígio local e que façam frente à predominância das grã-mestras.

3.3. As arapiracas em ação 2: entre articulações e disputas

A arte da articulação é um aprendizado constante para as ativistas desse campo político. A atenção ao seu exercício revela-nos uma disputa pela expansão dos sentidos do *a gente* de Odete e um desafio à predominância das grã-mestras, como se vê na seguinte situação:

Durante o intervalo do almoço juntei-me à Iracema, Alaíde e Cinara, que conversavam entre uma garfada e outra. Falavam sobre as relações de poder dentro do FMPE e censuravam a postura caracterizada como *arrogante* de alguém ali dentro. Diziam que tal pessoa estava *aprendendo direitinho e imitando algumas figuras ali dentro*. Curiosa, intervim e perguntei de quem falavam.

Aláide, rindo-se da minha curiosidade, brincou comigo, mencionando o meu hábito de anotar tudo. Entrei na brincadeira e fiz menção de pegar meu caderno de notas. Todas riram e Cinara me disse que não o fizesse. Eu, continuando no registro da brincadeira, disse-lhes que mesmo que não anotasse literalmente, o fazia mentalmente, dada a minha excelente memória e que, em sendo assim, era melhor que não me revelassem. Novas risadas e finalmente elas revelaram de quem falavam: Alessandra, uma jovem feminista. Iracema ponderou que *a menina era vítima, que estava sendo influenciada por algumas mulheres ali que gostavam da disputa de poder*. Eu me intrometi, dizendo que discordava, que não a achava tão vítima assim. Arrependi-me imediatamente e me calei. Elas quiseram saber mais da minha opinião. Disse-lhes que não a considerava vítima, pelo contrário, que se ela se espelhava no jogo de poder, era porque gostava desse poder. Iracema reviu a sua posição, lembrando-se do tempo em que Alessandra fora coordenadora do FMPE e da postura que adotara no início, deixando a outra coordenadora, Simoninha Salomão, representante do Instituto Papai, completamente sozinha no *enfrentamento*. Passaram a comentar sobre o *processo* de Simoninha Salomão, que *sofrera muito porque simplesmente elas (as grã-mestras) tiravam a sustentação e ela ficava praticamente sozinha, se não fosse Pilar Hernandez a bancá-la*. Iracema disse-nos perceber uma mudança no FMPE nos últimos tempos, que *vem mudando a sua cara*. Mencionou algo a respeito das *configurações de força ali dentro*, ponderando que *tem que mudar mais, com a indicação de uma popular para a coordenação: Devemos bancar agora uma popular, mas temos de dar sustentação, senão não agüenta!* As três passaram a problematizar a indicação da *popular*. Cinara lembrou-se da fala de Nair Valença, que contara que Noeli, da AMHOR, *tinha sido indicada para a coordenação do FMPE e não tinha aceitado porque não se sentia em condições*. Iracema ponderou que *sem sustentação não tinha como mesmo, que deveria ser uma decisão política e dar apoio completo*. Elas se lembraram de Crê, que sempre dizia que nunca tinha sido indicada. Intrometi-me novamente, falando que essa sua atitude parecia-me fazer parte do jogo político, das estratégias para se ganhar espaços. Iracema me olhou com ar de reprovação e disse-me: *mas isso é muito perverso!* Calei-me. Elas comentaram, em tom elogioso, que Crê e Noeli eram *as únicas populares que tinham a sua voz escutada, que colocavam a boca e não queriam nem saber*. Afirmaram que *são escutadas porque são muito agressivas*. Aláide fala das articulações que há ali dentro: *a gente tem que se articular, porque elas só conseguem as coisas porque costuram por fora. É assim que temos que fazer também, nos unirmos*. Com a aproximação de uma outra feminista ao grupo, identificada como grã-mestra, o assunto morreu (DC 11.04.05).

Vejamos alguns dados das novas protagonistas que aparecerem nessa situação:

Ativistas

Simoninha Salomão é uma mulher na faixa dos 30-35 anos, branca, solteira, sem filhos, psicóloga de formação, mestre em lingüística e durante o período da pesquisa estava vivendo fora de Recife em função do seu doutorado em Ciências Humanas. É uma das fundadoras do Instituto Papai e teve contato com o feminismo a partir do Instituto. Foi coordenadora do FMPE como sua representante.

Pilar Hernandez está na faixa dos 50-55 anos, branca, artista, estrangeira, militante de esquerda, teve de sair do seu país de origem em função da ditadura militar. Está há mais de 30 anos no Brasil. Lésbica, mãe de um casal de filhos já adultos, trabalhou por muito tempo no SOS Corpo e atualmente é uma das principais coordenadoras do Grupo Loucas de Pedra Lilás, que formou com sua companheira, também estrangeira.

Nessa passagem pode-se perceber que no jogo da articulação e nas tentativas de alianças há a emergência de distintas alteridades, que se constituem contingencialmente, através de inúmeras combinações de marcadores sociais como: classe, sexo, idade, cor, orientação sexual. As alianças entre tais alteridades são variadas e, dependendo da situação, alguns desses marcadores são mais enfatizados, em detrimento de outros. O que pode mudar de acordo com as alianças possíveis, com os interesses em jogo e com a posição adotada por cada agente. Na sua forma geral, as disputas se dramatizam na constituição de um par de oposição, num nós x elas, cujo conteúdo pode ser variado. Assim, dependendo da situação e dos sentidos negociados pelas alteridades em relação, o conteúdo desse par oposicional vai se deslocando.

Nas intervenções de Alaíde e Iracema acima, podemos ter acesso a algumas dessas possibilidades. Nas suas formulações, o conteúdo do “elas” preenche-se com o marcador social da orientação sexual, as lésbicas, na oposição com o “nós” negras de Iracema ou nós heterossexuais de Alaíde, em distintas situações. A partir de uma acusação de maior favorecimento à bandeira lésbica e de um entendimento de serem essas as vozes mais ouvidas, essas agentes identificam um dos eixos de distribuição de poder dentro do FMPE. Frente a essa constatação, elas aliam-se e se contrapõem à distribuição de poder.

No entanto, as ativistas lésbicas que participam do FMPE não compartilham dessa mesma visão. Ressentem-se exatamente do que identificam como uma invisibilidade das

Entidades

Instituto Papai foi descrito acima.

Formado e, 1996, o **Grupo Loucas de Pedra Lilás** promove a luta pelos direitos das mulheres, com especial ênfase no campo da saúde e da violência através de esquetes teatrais. São ativas participantes do FMPE.

questões de interesse das lésbicas ali dentro. Kelly, coordenadora do DIVAS, é uma das porta-vozes da luta pela visibilidade lésbica dentro do FMPE. Na grande maioria das suas intervenções, ela manifesta uma crítica à forma como a questão é tratada socialmente; o que, na sua concepção, se reproduz dentro do FMPE. Numa das várias reuniões em que trataram do planejamento do FMPE para o ano de 2005, processo que não havia se encerrado até o fim da minha pesquisa, ela é explícita nesse sentido:

Kelly questionou a linha de ação do FMPE que previa lutas pela garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. A sua crítica tomou a seguinte forma: *se sabe que nessa categoria, Direitos Sexuais, cabe tudo e não cabe nada. Considero importante garantir uma fala pública do fórum contra a lesbofobia e homofobia, aos moldes da sua posição acerca do racismo. O fórum deveria se posicionar publicamente contra a invisibilidade das mulheres lésbicas* (DC 30.03.05).

Nota-se que na preocupação acerca da invisibilidade lésbica, Kelly apresenta uma acusação de favorecimento à bandeira negra no FMPE. Na posição de Kelly, o “elas lésbicas” com tom acusatório de Alaíde e Iracema vira um “nós lésbicas” com tom acusador da invisibilidade e discriminação. A sua crítica à invisibilidade lésbica e ao favorecimento da bandeira anti-racista está associada ao que denuncia como as relações de poder dentro do FMPE. Em diferentes momentos ela sugeriu a existência de uma equação segundo a qual o pólo de menor poder seria ocupado pelas lésbicas, tomadas genericamente. Kelly colocava-se, invariavelmente, de forma muito assertiva nas suas opiniões, denunciando a invisibilidade lésbica. No Colóquio Feminista que se seguiu ao Seminário da AMB em abril, Kelly foi uma das únicas participantes a se manifestar e questionar sobre as relações de poder dentro do feminismo:

A palestrante francesa, Françoise Collin⁶⁵, exigiu que se abrisse um espaço para a manifestação da platéia, sob a justificativa de que queria ter um retorno da platéia sobre a sua exposição. Fizeram o que não estava previsto no programa do Colóquio. Todas pareciam muito constrangidas e foi um silêncio geral. Lá pelas tantas, Kelly levantou-se e foi até o microfone, sendo elogiada por sua coragem. Apresentou-se como bolsista de uma renomada instituição brasileira, a partir da qual desenvolve um projeto sobre *tensões entre lésbicas e feministas*. Ela criticou a expressão *minorias* que a palestrante utilizara em sua fala, posto que do seu ponto de vista, *reforça a subalternidade*. Logo se manifestou novamente, perguntando sobre o poder. Disse que *o poder é*

⁶⁵ O pensamento dessa estudiosa tem grande influência na produção feminista do SOS Corpo.

tabu para o feminismo; dentro dele não se discutem como se estabelecem essas relações, como vêm se estabelecendo. Até que ponto não reeditam o poder do masculino? Somos sujeitos múltiplos, múltiplas identidades, como lidar com isso sem reeditar o poder da dominação masculina? As suas intervenções foram longamente elogiadas pelo grupo que assistia ao colóquio (DC 11.04.05).

Visão semelhante acerca da visibilidade lésbica e das relações de poder dentro do FMPE têm as ativistas da Associação de Mulheres Entendidas de Pernambuco (AME-PE), mas com algumas diferenças, que parecem ser muito importantes no campo feminista local. Na visita que fiz à AME, ao conversar com o grupo de ativistas presentes sobre a sua relação com o feminismo e com o FMPE, a crítica a uma dimensão de posição de classe adotada por algumas vozes mais altissonantes apareceu:

Crê, explicando-me sobre o funcionamento da AME, mencionou: *A gente faz ações políticas, junto ao movimento feminista, ao FMPE. Porque não é fácil, não. Levantar tese é muito fácil; mas quero ver levantar a bandeira lésbica. Para nós é muito difícil; o movimento feminista errou muito em querer que o movimento lésbico atuasse mais; mas para nós do movimento popular é mais difícil. Nós do movimento popular somos assumidas, e é mais difícil para nós; as outras não, o movimento feminista, as sociólogas, as...as mulheres importantes deveriam nos ajudar mais, estão entendendo?* Frente a minha negativa, continuou: *quando uma feminista conhecida se assume, para nós é bom, porque tem muita aí que não se assume na fachada mas faz linda*⁶⁶. Logo em seguida perguntei-lhe se consideravam-se uma associação do movimento popular, ao que Crê respondeu enfaticamente: *do movimento popular, da associação de moradores, de mulheres que estão na prostituição, que estão começando na prostituição, de bissexuais, transexuais, trans-gêneros, heterossexuais e pós-sexuais como eu. No FMPE tem coisas que não são ditas para todo o grupo, porque somos de base, do movimento popular. Tem coisa que fica só entre elas, as intelectuais, as doutoras. Coisas que não se fala na reunião, mas depois se fala em mesa de bar entre elas. Houve um tempo atrás que a gente discutiu muito sobre essas diferenças dentro do FMPE e eu disse que só porque eu era de base, eu nunca fui indicada para ser coordenação. Eu estou no FMPE há 15 anos e nunca fui indicada. Mas não se fala nisto, elas acham que a gente não sabe, mas a gente sabe. Nós sabemos muito da prática* (DC 06.11.04).

A associação da dimensão de pertencimento social introduz uma segmentação no “nós lésbicas” de Kelly, tomado genericamente e entendido como um dos grupos de menor poder do FMPE. Quando associado a outros marcadores que o modificam, como o de classe, o seu conteúdo se desloca mais uma vez e se transforma num duplo: vira um “nós

⁶⁶ *Fazer linda* é uma expressão local utilizada para se referir a mulheres que fazem sexo com mulheres.

lésbicas *populares*” em relação a um “elas lésbicas *intelectuais*”. Essa distinção se traduz numa intensa fonte de conflito entre essas mulheres, dentro do FMPE. Para as mulheres lésbicas oriundas do movimento popular, há um favorecimento das lésbicas intelectuais de classe média no FMPE. O marcador de classe, nesse contexto, se configura como um importante produtor de diferenças. Voltarei a esse ponto mais adiante.

Um outro ponto de deslocamento de sentido da oposição nós x elas relaciona-se com a identificação de uma característica misândrica predominante no feminismo local. Aqui se estabelece uma oposição entre um nós mulheres X eles homens:

Em visita ao Coletivo Mulher Vida, conversando com Luana e Alaíde sobre o trabalho da ONG e a sua relação com o FMPE, referi-me a ela como feminista. Luana, enfaticamente, corrigiu-me: *a gente não se diz feminista, a gente trabalha com gênero. Quando eu cheguei aqui, o Coletivo era feminista, socialista e muitos outros istas. Mas depois se brigou com todos os istas. Nós trabalhamos num processo maior, com direitos humanos, mulheres, homens e adolescentes. O movimento de mulheres e o movimento feminista em si tem enquadramentos que discordam.* Frente ao meu espanto, Alaíde, veio em seu auxílio e completou: *para se dizer feminista, tem que se assumir aportes do feminismo naquele momento, mas muda. Uma coisa da qual discordamos é que é barrada a participação dos homens. Nós, como nosso foco é a violência doméstica, não podemos excluir os homens. O fórum tem feministas, mas tem também movimentos de mulheres. Se outras não estiverem atentas, vira só feminista. E há de tudo ali dentro, desde movimentos de mulheres que lutam pelo empoderamento até aqueles que lutam contra o feminismo. Há espaços de lideranças de mulheres, por exemplo de partidos, que não participam do fórum. E não têm espaço, porque tudo é tido como feminista e não tem espaço para discordar; têm muitas relações de poder lá dentro do fórum (DC 18.10.04).*

Nessa contraposição ao feminismo predominante do FMPE, entendido como “contra os homens” emerge um outro conteúdo para o nós x elas: nós a favor dos homens e de gênero contra o elas feministas contra os homens. Essa diferenciação possibilita outras alianças, como por exemplo, com o Instituto pela Pluralidade Feminista, que enfrenta muitas dificuldades na sua participação no Fórum pelo fato de ter nos homens o seu foco de trabalho. A sua participação no FMPE só foi possível a partir de uma representante mulher. Os ativistas dessa entidade definem-se como feministas, mas *um feminismo acadêmico*, como ressalta Olavo Lugal, ativista-fundador do Instituto.

Segundo ele, *o Papai foi o primeiro núcleo feminista a trabalhar com homens*. Na sua avaliação, *mesmo com dificuldades, a discussão feminista na academia é outra, é mais conceitual e por isto é mais permissível de entrar um homem, por ser academia é mais fácil*. Implicitamente aqui parece haver a reprodução de uma outra oposição, já antiga aos movimentos sociais em geral, entre teoria e prática. A ênfase na origem acadêmica do Instituto e a sua filiação intelectual não é gratuita. Parece estar lidando com um dos códigos de distinção que compõe o campo político local e, utilizando-se dele, procura angariar um lugar de prestígio. Cabe ressaltar que a entidade fez parte da coordenação do FMPE durante um período, o que não minimizou as tensões enfrentadas dentro desse espaço, conforme registrei:

Olavo contou-me que em 2000, ano em que o Instituto Papai foi para o Encontro Nacional Feminista da Paraíba, com uma proposta de oficina sobre masculinidade, eles passaram a participar do FMPE. Como homens não poderiam participar do Encontro, as ativistas mulheres do Instituto tiveram de ministrar a oficina. Afirmou que *desistimos do embate, entendemos que o sujeito político é elas. Não estamos pleiteando o lugar do sujeito político do movimento social; já que este é o grande medo delas. Também porque sabemos que nós, enquanto homens, somos a exceção num contexto maior em que a hegemonia é outra*. Segundo ele, o FMPE é um fórum reconhecido como combativo e que não foi um espaço fácil para o Papai estar. Em virtude disso, a sua representante conseguiu muito pouco ali dentro: *ela não conseguiu colocar o problema dos homens ali, ficou uma discussão muito periférica. Nós nunca fomos chamados para uma reunião do fórum; de reunião oficial nós só fomos em duas: uma quando ela entrou como coordenação e outra quando saiu. A gente queria assumir a gestão e ser reconhecido por aquilo que fazemos e não só pela capacidade administrativa da gente*. Passou, assim, a fazer considerações sobre o feminismo: *as mulheres feministas têm um entendimento de que o feminismo é para ser aplicado às mulheres apenas; quando os homens aparecem, é como contraponto, como cristalizado, como o dominador, como o que subordina. É aquela história, dos estudos de mulheres e da passagem para os estudos de gênero, que acabam tomando como se fosse mulher. Boa parte das feministas, para as radicais, elas não conseguem fazer essa leitura de gênero ou das relações sociais de sexo, para pegar as francesas. O gênero propõe um exercício reflexivo e quando chegam num determinado ponto elas não conseguem passar da fixação na mulher. Eu tive muito atrito com o SOS Corpo, foi horrível (DC 10.12.04).*

Essa resistência à entrada dos homens no universo feminista parece estar associada àquilo que Corrêa e Vianna (2006) identificam como um “patrimônio” feminista do qual se resiste em abrir mão: a categoria essencialista mulher. Na reflexão das autoras, essa

tendência, forte no movimento feminista brasileiro, está por sua vez associada a uma visão peculiar sobre a dominação, que parece ser predominante também no contexto investigado. Segundo as autoras:

Na dinâmica da militância feminista ainda existe grande resistência no que se refere a abrir mão deste “patrimônio”, ou seja, do capital político construído ao redor da categoria de representação “a mulher”. (...) Predomina o apelo essencialista associado a uma certa leitura da dominação que tenho chamado de vitória “do quem ama não mata” sobre o “nosso corpo nos pertence”: a vitória da vitimização e do sofrimento (Corrêa e Vianna, 2006:03).

A visão do feminismo como sendo uma luta que somente diz respeito a mulheres e que exclui os homens, posto serem contra quem se luta, denunciada por Olavo, é corroborada pela posição de uma ativista feminista de renome no campo. Ela expõe, na sua argumentação, a justificativa pela opção misândrica. É interessante perceber que na sua formulação, um outro eixo de oposição de fundamental importância no campo aparece. O conteúdo do nós x elas desloca-se novamente, entre um “nós feministas negras” X “elas feministas brancas”. Vejamos:

Eva Basso, ativista histórica negra, uma das então coordenadoras do FMPE e responsável pela organização da discussão, introduziu o tema da reunião: *feminismo e mulheres negras*. Apresentou como o objetivo de tal discussão o de *tratar da questão racial, e encará-la como um guarda-chuva com articulação com muitos temas dentro do FMPE*. Logo apresentou a palestrante da noite, uma estudiosa do tema e militante da luta racial em Pernambuco. A palestrante apresentou um panorama da questão racial no Brasil, introduzindo novos conceitos que parecem ter feito sucesso no FMPE. Um dos pontos que chamou a atenção na sua *fala foi sobre a especificidade das lutas das mulheres negras dentro do movimento negro, que os homens não conseguiam enxergar e também dentro do movimento feminista, porque o feminismo não pautava as necessidades específicas das mulheres negras*. Algumas mulheres se manifestaram, asseverando que sentiam um segregacionismo dentre os movimentos, ao separar as lutas. Cíntia Dorneles, feminista branca do Grupo Saúde da Mulher e Aids, se manifestou em seguida, defendendo as especificidades das lutas dos diferentes movimentos, comparando o movimento negro ao movimento feminista. Disse que *o movimento feminista não aceita homens, porque tem que ter o seu espaço de privacidade. Assim é o movimento negro, que também quer ter o seu espaço de privacidade, para ter uma discussão entre eles. Isso não é segregação, não. Mas tem uma coisa que você disse que mexe muito comigo. Quando você diz que tem pautas do movimento feminista que não as inclui [as mulheres negras]; isso me incomoda bastante porque todas as questões do movimento feminista dizem respeito a todas*

as mulheres. É uma luta que tem de ser nossa e o desafio é esse: como vai ser o diálogo do sujeito mulher negra com esse sujeito universal do feminismo (DC 16.03.05).

Vejam mais algumas ativistas e as suas entidades:

Ativistas

Luana é uma mulher na faixa dos 30-35 anos, branca, heterossexual, casada, mãe de dois filhos pequenos, formada em Serviço Social e coordenadora de um dos programas do Coletivo Mulher Vida, onde trabalha desde meados da década de 90. Durante o período da pesquisa nunca participou das reuniões do FMPE.

Olavo Lugal é um homem na faixa de 35-40 anos, homossexual, sem filhos, psicólogo de formação, branco. Quando se apresenta, enfatiza a sua formação como pesquisador acadêmico da área de psicologia social e paternidade adolescente. Durante a pesquisa cursava seu doutorado na área de Sociologia pela UFPE. Segundo conta *não sabia o que era gênero nem ONG* até o início da sua trajetória com o Instituto Papai. Nesse sentido, a sua trajetória militante feminista confunde-se com a própria trajetória do Instituto, entidade que fundou com seu companheiro também psicólogo e mais dois colegas: uma psicóloga e um antropólogo.

Eva Basso é mulher na faixa dos 60-65 anos, negra, heterossexual, casada, mãe de dois filhos, profissional da área da saúde, sendo ligada ao sindicato da área, atualmente funcionária da ANVISA e também formada em Direito. É ligada ao PT, partido pelo qual já se candidatou a vereadora, não se elegendendo. Histórica ativista do movimento negro e feminista, recentemente fundou a **Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras** com outras ativistas da área. É uma ferrenha defensora dos direitos das trabalhadoras domésticas, o que justifica como um compromisso feminista e também por ser filha de doméstica. No período da pesquisa era uma das coordenadoras do FMPE.

Cíntia Dorneles é uma mulher branca, na faixa dos 40-45 anos, solteira, heterossexual, sem filhos, então coordenadora da ONG **Gestos, sororpositividade, comunicação e gênero**.

Entidades

Participa do **Coletivo Mulher Vida**, ONG acima descrita.

Instituto Papai foi descrito acima.

Sócia fundadora da **Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras**, já descrita anteriormente.

Gestos, sororpositividade, comunicação e gênero, ONG criada em 1993, voltada para o combate e prevenção à AIDS numa perspectiva feminista. Trabalha em parceria com agências de cooperação internacional (como a alemã Misereor, criada em 1958 e a suíça Terre des hommes, criada em 1960) e

com organizações governamentais como o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal do Recife.

O tema da igualdade racial foi uma presença constante ao longo do período da pesquisa. Um fator que deve ser levado em conta é a conjuntura política referente ao tema. O ano de 2005 foi declarado pelo governo federal o Ano Negro no Brasil, em comemoração aos 10 anos da Marcha Zumbi⁶⁷. Houve intensas mobilizações no país em torno da organização da Marcha Zumbi +10 e da realização da Conferência pela Igualdade Racial, nos diferentes níveis: municipal, estadual e nacional. Houve também o lançamento da campanha “Onde você guarda o seu racismo”, liderada pelo governo federal. Junto a essa conjuntura favorável para a discussão racial está a presença de vozes defensoras da igualdade racial no FMPE.

Apesar de ser um tema que foi adotado como um dos eixos principais da luta do FMPE, ele não parece gozar do mesmo grau de adesão e investimento que têm o tema da violência doméstica e do aborto legal e seguro, bandeiras de intenso investimento e mobilização ao longo do período da pesquisa, conforme analisado no capítulo dois. Ao se observar as discussões sobre o tema percebe-se que a questão racial parece ser um assunto cujo protagonismo deve ser das mulheres negras, com o apoio do restante. Por sua vez, as militantes negras se ressentem da falta de espaço para as questões raciais no FMPE, identificando-as como periféricas. Os embates gerados em função da Conferência Municipal pela Igualdade Racial são reveladores de diferentes visões sobre a representatividade do movimento de mulheres negras no FMPE:

Em meio à discussão do planejamento do FMPE, passam a discutir sobre a relação entre movimento negro e o fórum de mulheres, a sua representatividade. O pivô do debate foi a Conferência pela Igualdade Racial que aconteceria no próximo final de semana. As mulheres do Fórum se ressentiam da falta de informações e de acesso às informações sobre o que reivindicar na Conferência. Reclamações de toda ordem surgiram e apontavam para o fato de que as representantes do movimento negro sempre reivindicavam o apoio do FMPE, mas não traziam as informações necessárias para tanto. Catarina, do Grupo Loucas de Pedra Lilás, fez um discurso sobre a *necessidade de união das lutas*, asseverando que a *questão racial ficava periférica no*

⁶⁷ A Marcha Zumbi, realizada em 1995, foi uma manifestação nacional do movimento negro brasileiro em prol da visibilidade das questões raciais no país e pressão ao governo federal para coibir o racismo.

fórum. Helena Rodrigues se invocou e fez um discurso inflamado, chegando a ficar em pé para discursar. Disse que *essa crítica não poderia ser feita e que não admitiria, porque sempre se garantiu espaço para essas questões, o que faltava era um maior protagonismo das companheiras do movimento em trazer as informações sobre a conferência e de orientar a luta. Reclamou, ainda, que nem sequer haviam disponibilizado a lista de reivindicações e organizado a forma de participação nas conferências e que estavam desorganizadas* (DC 07.04.05).

Mesmo em se afirmar a garantia do espaço de discussão do tema dentro das ações do FMPE, ele é visto como uma questão cuja bandeira deva ser primeiramente levantada pelas negras e não por qualquer uma das feministas ali dentro. Segundo algumas informantes, o respeito ao protagonismo das próprias militantes negras é atribuído à dificuldade de relacionamento com o próprio movimento de mulheres negras, que teria tendências segregacionistas. No entanto, essa necessidade do protagonismo das feministas negras é contestada por uma das militantes, num dos embates que observei no FMPE:

O foco da discussão era a definição da representação do FMPE na Conferência pela Igualdade Racial. No debate sobre os critérios adotados para a escolha da representante, Natália sugeriu que fosse uma mulher negra escolhida dentre as inúmeras que compõem o FMPE. Eva Basso discordou. Para ela *a questão racial deve ser algo de todas as mulheres no Fórum, negras e brancas*, e arrematou: *temos de observar a força que nós mulheres negras fazemos no sentido de enegrecer o movimento feminista; da mesma forma, temos de feminilizar o movimento negro, que é muito machista. Então, devem ir mulheres feministas que defendam a igualdade racial, não necessariamente uma mulher negra*. Para ela o único critério a ser observado era o da presença assegurada ao longo de toda a Conferência. Já que achava muito desagradável aquelas pessoas que chegavam, ficavam alguns minutos e depois se retiravam. Para ela, o único critério a ser observado seria o da disponibilidade de ficar o tempo todo. Com base nele, as possibilidades se reduziram. Depois de longa negociação ficou decidido que uma jovem feminista, negra, seria a representante do FMPE na Conferência pela Igualdade Racial (DC 14.04.05).

Nas descrições etnográficas das reuniões do FMPE podemos perceber como se dá, em ação, a organização e distribuição de posições de prestígio político local e as disputas em torno dela. Essa práxis política, marcada pelo princípio da articulação, denota também os significados de gênero que a dotam de sentido e as negociações e sentidos de gênero em curso. Mas o que me parece mais instigante desse jogo de alianças e disputas relaciona-se com o embate entre as alteridades que se constituem ali e as suas implicações para a viabilidade da política ela mesma.

Em tempos de intensa crítica a categorias universalizantes, o feminismo, como uma ideologia política típica das sociedades ocidentais modernas, tem se debatido com o dilema e o desafio de como definir o seu projeto político, circunscrever o seu sujeito político e viabilizar a sua prática política (Young, 2003, Harding, 1993, Butler, 1998 e 2003)⁶⁸. No cerne desse dilema há ainda um outro, mais polêmico e de difícil abordagem, que solapa o ideal de relacionamento entre mulheres, o qual Fox-Genovese (1992) denomina de “irmandade de mulheres (sisterhood)”, já anteriormente citado. Esse ideal baseia-se numa “crença em diferentes concepções de justiça, política e moralidade, a partir de uma essência feminina que valoriza a vida, as relações pessoais, a moral, a reciprocidade e a comunidade” (Fox-Genovese, 1992:32). No seu lugar, está uma série de tensões, clivagens e paradoxos inerentes ao próprio movimento feminista, os quais podem ser já identificados em etnografias como as de Gregori (1993) e Pontes (1986). Nesse sentido, as alteridades envolvidas nesse jogo de articulações e alianças, num contexto marcado por relações de poder e distribuição desigual de prestígio político que buscam conter a disseminação da diferença, representam um desafio à estabilidade de um sujeito político unívoco do qual derivaria a ação política, revelando os seus meandros.

Muito embora haja um constante deslocamento dos conteúdos que preenchem a oposição nós x elas e inúmeras possibilidades de suas combinações, nesse jogo de articulações parece haver o recurso discursivo a uma noção de identidade que retira a sua legitimidade e autoridade da vivência. Ou seja, pode-se perceber aqui uma forma muito singular de lhes atribuir autoridade e legitimidade: o argumento irrefutável da experiência. O que poderia levar à evocação de uma identidade coletiva que se constitui e organiza em torno de interesses, tal qual a definição de sujeito político de Sader (1995).

Segundo Scott (1999), a noção de experiência tem um potencial desessencializador importante, posto que supostamente visa abarcar o agenciamento e a forma como sujeitos são constituídos. Mas quando passa a ser tomada como um argumento legitimador, como um fundamento ontológico identitário, passa a ser uma arma na disputa política ao se tornar incontestável. Nessa concepção, *só vai para o cotidiano [lutar] quem sente a opressão na pele (DC 07.04.05)*, conforme desabafou Kelly num dos inúmeros embates que travou dentro do

⁶⁸Harding (1993), ao criticar que o feminismo representa apenas um tipo de mulher: a branca, ocidental, burguesa e heterossexual, propõe que a teoria feminista acolha e trabalhe com a instabilidade das categorias analíticas. Ela defende que se trabalhe conscientemente com as categorias, sabendo que elas não são o retrato fiel da realidade, posto que a vida social está em constante transformação. Para ela, a teoria feminista deve ser marcada pela incoerência, inconsistência e instabilidade.

FMPE a fim de defender a sua bandeira política. No entanto, quando essa estratégia discursiva é justaposta às diferentes situações etnográficas de disputa e constituição de alianças entre a emergente proliferação de alteridades contingentes, a noção de experiência toma uma outra conotação, a de eventos discursivos, tal como propõe Scott (1999). Segundo a autora,

tratar a emergência de uma nova identidade como um evento discursivo não significa introduzir uma nova forma de determinismo lingüístico, ou destituir sujeitos de sua capacidade de agenciamento. Significa recusar a separação entre ‘experiência’ e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso. Sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam. E sujeitos têm agenciamento. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio, mas ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes são conferidas. (...) Sujeitos são constituídos discursivamente, a experiência é um evento lingüístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual (Scott, 1999:42).

Essa viragem discursiva possibilita, assim, perceber como as múltiplas alteridades se constituem e agem dentro do campo político feminista local, tais como *as mulheres populares*, *as lésbicas populares*, *as lésbicas classe média intelectuais*, *os homens feministas*, *as negras feministas*, etc. Ao se depararem com um sistema de distribuição de prestígio e privilégios, que pode ser sintetizado na figura das *grã-mestras*, lançam mão destes recursos discursivos para entrar no jogo. Visam, assim, angariar para si, e para as suas bandeiras, também o poder definição das pautas de lutas e reproduzem os esquemas das relações de poder e da distribuição de prestígios que dotam de sentido o jogo político nesse contexto.

Em relação ao foco dessa análise, interessa-me perceber como esse processo interage com as mulheres das camadas urbanas de baixa renda ativistas do FMPE. Parece-me que há um impacto diferencial, com reelaborações específicas, que têm reflexos na vida política cotidiana dessas mulheres. Vejamos, então, como essas mulheres se inserem em meio às articulações e às *arapiracas* e revelam a sua agência dentro do FMPE.

3.4. As arapiracas em ação 3: as *mulheres de base* e as suas outras

No Guia de Fontes do FMPE (2004), o pequeno livreto destinado a jornalistas que reúne informações sobre todos os grupos participantes do FMPE classificados por temas de trabalho, não é fácil identificar aquelas entidades que correspondem à classificação cotidiana utilizada recorrentemente para se referir a sua composição: *os grupos feministas e os das mulheres de base*. No entanto, ela é fortemente identificável na observação das reuniões e atividades do FMPE.

Essa classificação, que desde o princípio foi feita pela minha introdutora ao campo ao me apresentá-lo, repetiu-se ao longo da pesquisa, com pequenas variações de nomes. No meu primeiro contato com Odete, representante do SOS Corpo no FMPE, ela explicita essa divisão interna ao tecer ponderações sobre o seu formato e as modificações por que passou a fim de agregar as mulheres dos movimentos populares. Vejamos:

Segundo Odete o Fórum trabalha com a sociedade civil organizada, com grupos feministas ou não. Congrega atualmente mais de 60 entidades e houve um movimento de tentar reverter a sua composição. O movimento feminista, como você sabe, é historicamente mais de classe média, aqui em Pernambuco e em todo o Brasil, e um dos ganhos políticos do Fórum foi a participação de mulheres populares. Se conseguiu essa participação a partir de ações das ONGs feministas que trabalham com a dimensão mais política, formativa das lideranças populares. É uma formação para qualificar o acompanhamento de campanhas e discussões sobre aborto e violência contra as mulheres, para que as mulheres populares também tivessem domínio e argumentação, não só as feministas. Isto possibilitou um fortalecimento na composição do Fórum e foi um avanço político na qualificação da participação nele.

Perguntei como funcionava o FMPE, ela me respondeu que se reunia de 15 em 15 dias, numa das reuniões, *a discussão era mais temática, teórica e outra mais para encaminhamentos*. Disse-me que, *como a composição do Fórum era diferente, os grupos têm ritmos diferentes e este era um desafio para o seu funcionamento. O desafio das discussões mais teóricas era para que as mulheres mais populares se tornassem mais autônomas*. Contou-me que foi um *processo intenso de articulação política para trazer as mulheres populares para o Fórum: E isso é bem processual mesmo, a gente percebe que com o tempo algumas delas vão criando condições de pensar e de agilizar questões*. Muitas, *em função de morar longe, quando chega 21 horas, já querem ir embora, mesmo porque têm que lidar com a violência dos bairros populares. E daí muitas questões de deliberações e decisões ficam nos pequenos grupos, mais com a coordenação colegiada*.

Como Odete é também representante do Fórum Temático do Segmento de Mulheres do Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal, perguntei-lhe se os mesmos grupos de mulheres dos movimentos populares faziam parte dos dois fóruns. Ela me explicou que eram poucas as

participantes nas duas instâncias. Segundo ela, *no Fórum do OP a representação é mais ampla, mais política, participando mais ou menos 55 delegadas*. Perguntei-lhe se ela tinha algum grupo de mulheres populares que participasse dos dois Fóruns para me indicar a conhecer. Ela lembrou-se do Grupo de Mulheres do Conselho de Moradores da Vila, que fica no Ibura, zona sul da cidade. Recomendou-me que fizesse contatos com Amelinha e Maria das Graças, já que ambas estão nos dois fóruns. Orientou-me que procurasse a sua colega de trabalho, Augusta Botelho, porque conhecia melhor as mulheres dos grupos de base por estar ligada ao projeto de formação de lideranças do SOS e trabalhar direto com as mulheres (DC13.10.04).

A distinção local entre *ONGs feministas e mulheres de base*, balizadora de posições, imprime uma forte característica no campo de pesquisa. Como se pode perceber o recorte de classe, representado pelas *mulheres de base* tomadas de forma genérica, revela um dos mais produtivos embates entre alteridades e a dramatização das relações de poder dentro do FMPE. O antagonismo entre um *nós feministas X elas de base* reveste-se de inúmeros sentidos: o de ter ou não ter acesso a estudos (como apareceu na tensão entre as lésbicas populares e as lésbicas de classe média, anteriormente), ter ou não recursos para a militância, em ter ou não voz, cujas combinações demonstram a dinâmica desses pares antagônicos.

Na distribuição do espaço para a manifestação das *arapiracas*, das que têm a sua voz escutada, as *mulheres de base* são identificadas, pelas suas mais diferentes “outras”, como as mais silentes no campo. Por esse motivo, muitas se arvoram em ser suas porta-vozes. O silêncio é percebido (e ao que parece fonte de preocupação) pelas dirigentes do Fórum. No entanto, entendido de maneira limitada, sem levar em conta a dimensão simbólica da distribuição do poder de fala ali dentro, monopolizado por algumas mulheres. Nair Valença preocupava-se com a baixa participação das *mulheres de base*, identificando que há *muitas mulheres que ainda têm vergonha de se colocar no grande grupo, a gente percebe que muitas falam somente no pequeno grupo, mas quando têm de se posicionar no grande grupo, não conseguem. Nós temos que cuidar disso urgentemente aqui dentro* (DC 30.03.05). Em função disso, ações são propostas, como um projeto de *fortalecimento da fala pública das mulheres*. No entanto, a coordenadora parece se esquecer de que há a necessidade de se trabalhar também a escuta, a fim de se compreender as diferentes formas de manifestação e dos não-ditos, oriundos dessas *mulheres de base*, tomadas genericamente.

Quando cheguei em campo, recentemente havia sido colocada uma reivindicação das *mulheres de base* sobre o horário de início das reuniões, marcadas para as 18:30 h. Como dependem de transporte público para retornarem para as suas casas, por vezes muito distantes do local das reuniões, e frente à grande insegurança que acomete a cidade, solicitaram a antecipação do horário. Em outubro, o horário das reuniões passou a ser o de 17 h. No entanto, raramente – ao longo dos meses que acompanhei as reuniões do FMPE – as reuniões começaram no horário marcado e, conseqüentemente, adentravam a noite:

Como a reunião tinha avançado em muito o horário estabelecido, muitas mulheres começaram a se levantar e ir embora. Nair Valença distribuiu uma folha com o calendário das reuniões do Fórum para 2005 e avisou que as reuniões mudaram de quarta para quinta. Crê imediatamente se manifestou: *mudaram sem nos consultar, é?* Nair Valença respondeu, ponderando sobre a ausência de Helena Rodrigues, que é coordenadora e não pode estar nas reuniões em função do seu trabalho, já que é funcionária pública e não consegue ter flexibilidade para negociar a sua ausência. Como ela é uma das coordenadoras, julgaram pertinente que se trocasse a data para ela poder estar presente. Anete, da Associação Pernambucana de Cegos, frequentadora assídua das reuniões do FMPE e considerada como *de base*, disse que nas quintas-feiras não poderia estar presente já que é conselheira da Assistência Social e as reuniões eram exatamente no mesmo dia. Em meio a essa discussão, Eva Basso interveio e reiterou a necessidade de se observar o horário da reunião, já que havia *muitas companheiras do movimento popular que não podem ficar até tarde, porque moram longe e é perigoso, e não conseguem acompanhar as discussões até o final*. Celina, presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, se manifestou, pela primeira vez em todas as reuniões que acompanhei, dizendo que quando ela voltava para casa tinha de passar por uma região muito perigosa, de *descarte de assalto* e que num dia, quando retornava tarde da noite, teve de se deitar dentro do ônibus para escapar de um tiroteio. Assim, não pode ficar até muito tarde nas reuniões, porque *tem que tomar três conduções para chegar em casa* (DC 16.03.05).

Frente a essas manifestações, o silêncio não parece significar necessariamente passividade, como interpretou Nair Valença anteriormente. Para compreendê-lo recorro àquilo que James Scott (1990) chamou de “roteiro oculto” (*hidden transcript*), entendido como uma crítica ao poder feita não diretamente ao dominador (p.xii). Preocupado em compreender de forma mais eficaz a “conduta política fugidia dos grupos subordinados” (p.xii), o autor propõe tomar como dados de análise a interpretação de pequenos sinais da vida cotidiana (como rumores, fofocas, lendas, piadas, gestos, entre outros), enquanto diferentes formas de insubordinação, que para ele constituem a “infrapolítica dos sem

poder” (*infrapolitics of the powerless*) (p. xiii). Dessa forma, a contestação dos termos da subordinação não são feitas abertamente, antes é feita nas brechas, nos bastidores.

Assim, para se compreender as relações de poder entre alteridades marcadas pela variável de classe, é preciso muito mais do que atentar para a relação de classe em si. Há que se fazer distinções analíticas mais refinadas e focar os interstícios das relações de poder. Para ele, a “infrapolítica”, essas “formas elementares da vida política” (idem, p. 200), é o que sustenta a ação política mais visível, aquela sobre a qual nossa atenção foi geralmente focada. Trata-se de um conjunto de práticas silenciosas e escolhas táticas a partir da consciência, da compreensão dos códigos das relações de poder e da agência dos subordinados ou, melhor dizendo, daqueles que estão no pólo de menor poder⁶⁹.

A proposta analítica de Scott é interessante para se entender a agência das *mulheres de base* nesse ambiente marcado por uma distribuição desigual de prestígio. No entanto, há que se ter cuidado na análise para não se criar uma dicotomia fixa entre os dominadores e os dominados, arriscando-se a se recair numa contraposição entre dois pólos antagônicos e fixos, tendo-se de um lado os viciosos e de outro, os virtuosos, retirando-se a possibilidade de agência dos sujeitos em questão. Entendendo o poder como uma força que circula (conforme defendido no capítulo um), dependendo das relações estabelecidas, de acordo com as situações e os sentidos negociados, o pleito aqui é o de situar a agência das *mulheres de base* num contexto mais amplo em que há uma distribuição desigual de forças. Nesse sentido, há a tentativa de se perceber, nas práticas e nas inter-relações, como surgem os jogos de interesses e as resistências.

Tendo-se em vista tais ponderações, esse suposto silêncio – como a agência das *mulheres de base* é interpretada naquela situação - parece-me ser um indício de um “roteiro oculto”, que revelará um potencial e estratégico jogo de alianças, de identificações e de diferenciações com vistas a ganhos políticos, seja em prestígio ou em possibilidades de financiamentos para garantir a *sobrevivência* dos seus pequenos grupos e a de suas militantes. O tema da *sobrevivência* é recorrente no campo, que revela uma outra segmentação entre as militantes profissionais, oriundas de entidades com recursos que possibilitam a militância, e aquelas militantes oriundas de grupos que não possuem recursos. A *sobrevivência* entrará como um elemento importante no jogo de

⁶⁹ Uma instigante análise que parte da teoria dos roteiros ocultos de Scott é encontrada em Brites (2000), sobre os bastidores do serviço doméstico e a relação entre as empregadas e seus patrões.

estabelecimento de alianças, como se pode perceber na seguinte reivindicação de Noeli, representante da Articulação do Movimento Homossexual do Recife e Área Metropolitana:

Em meio à discussão, Noeli pediu a palavra e manifestou que considerava importante que o Fórum refletisse sobre uma forma de *ajudar as companheiras que estavam na sua representação no controle social e garantir a sua presença nas atividades com uma ajuda de custo, pelo menos para o transporte*. Citou o seu exemplo, dizendo que estava com dificuldades de acompanhar todas as atividades em função da falta de recursos. Ao ouvir a demanda de Noeli, Odete, do SOS Corpo, se manifestou, chamando a atenção para as *implicações políticas mais amplas* em relação ao seu pedido. Segundo ela, o pedido de ajuda de custo das mulheres oriundas dos movimentos populares é um desafio a ser enfrentado pelo Fórum. Entende que *a falta de recursos é um problema, mas que não dá para vincular a representação, a participação, com ajuda de custo, porque pode-se dizer que as mulheres só vão para as mobilizações se tiverem vale transporte* (DC 30.03.05).

Em função do Fundo de Ação Comunitária, projeto posto em prática pelo SOS Corpo, muitos grupos de mulheres dos movimentos populares recebem um pequeno financiamento através da aprovação de um projeto de intervenção social nas suas comunidades, que dá sustentação às suas atividades militantes. Além do capital financeiro advindo dessa relação, há também o acúmulo de um outro tipo de capital que confere distinção a esses pequenos grupos⁷⁰.

O suposto “roteiro oculto” posto em prática pelas mulheres de base no contexto do FMPE pode ser identificado em outras manifestações. Peguemos o caso observado na interação entre um grupo de *mulheres de base* participante do FMPE – o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana de Recife – e algumas ativistas oriundas das *ONGs feministas*. Acredito que essa relação é pejada de sentidos e, portanto, de grande interesse para se compreender os termos propostos por essa análise. A presença, já longeva, das *domésticas organizadas* no FMPE, e a sua relação com as ativistas feministas de classe média na militância e fora dela, dramatiza as relações de desigualdade social que vão além das relações no âmbito do Fórum.

Algumas feministas ali são ou foram suas patroas. Nesse sentido, uma das porta-vozes da *categoria*, como se auto-referem, Dulce, chama a atenção para esse fato: *nós do*

⁷⁰ Cabe fazer uma ressalva a essa altura. No campo político feminista local há várias ONGs mais estabelecidas que possuem projetos voltados para a organização e sustentação de pequenos grupos de mulheres dos movimentos populares. No entanto, o projeto do SOS Corpo foi aquele com o qual tive mais contato e do qual ouvi mais menções na etnografia junto aos grupos de *mulheres de base*.

Sindicato somos muito ajudadas pelo feminismo, pelo SOS Corpo e pelo Fórum de Mulheres. A gente é feminista porque o feminismo atua junto da gente. Temos solidariedade na luta, mas isso não quer dizer que não existam lutas de classes, porque a feminista também é patroa. E se ela é feminista, ela tem de respeitar a empregada doméstica (DC 28.04.05).

Dulce é uma figura pública muito respeitada no meio por ter iniciado o movimento de organização das empregadas domésticas em Recife, a partir da sua ligação com o movimento da Juventude Operária Católica, na década de 60. É uma mulher na faixa dos 60-65 anos, solteira, sem filhos, com ensino fundamental. Foi presidenta do sindicato por muitos anos e, atualmente, é a sua presidenta de honra. Tem a sua história de vida publicada. Trata-se de uma autobiografia escrita com a ajuda de uma cooperante alemã associada ao DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social).

Segundo Dulce, o maior desafio da luta das domésticas não é a garantia dos direitos trabalhistas, mas sim a luta pela valorização social da empregada doméstica. Essa dificuldade se potencializa, sobretudo, em meio a uma sociedade fortemente marcada pela herança sócio-cultural da Casa Grande & Senzala (Freyre, 1987). Há um discurso corrente no campo que associa trabalho doméstico e raça, como um forte produtor de desvalorização social das empregadas domésticas. No entanto, Dulce parece discordar dessa visão. Segundo ela *o que cala fundo na alma não é o fato de ser negra, mas o de ser doméstica!* Disse ter sido *muito humilhada como empregada doméstica. A escravidão acabou, mas as empregadas domésticas continuam na escravidão, para as feministas e as não feministas fazerem o seu movimento. Elas precisam de nós para fazerem o seu trabalho social (DC 03.11.04)*⁷¹.

Na interação entre esses dois grupos podemos perceber de forma mais aguda como as alteridades se manifestam, quais os elementos que lhes dotam de sentido e, além disso, como a resistência silenciosa a uma visão predominante é posta em prática a partir do estabelecimento também silencioso de diferentes alianças, em diferentes espaços. O tema do trabalho doméstico parece ser fonte de preocupação das ativistas do FMPE de forma geral. No mês em que se comemora o Dia da Trabalhadora Doméstica, o FMPE empenhou-se em apoiar a realização de atividades comemorativas. Na reunião do dia 07 de abril, esse foi um dos pontos da pauta de discussões.

⁷¹ Tal afirmação de Dulce remete ao que Brites (2000) menciona como uma desconfiança das lideranças dessa categoria em relação às organizações feministas (p. 44), o que torna o caso aqui em análise mais complexo.

Nair Valença abriu a reunião salientando que a intenção era a de o FMPE ajudar a organizar a proposta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas para as comemorações do dia 27 de abril. Contou que a coordenação do Fórum reunira-se com algumas entidades como a Casa da Mulher do Nordeste, o SOS Corpo e com o próprio Sindicato e identificaram a necessidade de pensarem conjuntamente as atividades para o Dia da Doméstica. Logo em seguida, passou a palavra para as representantes do Sindicato presentes na reunião para a apresentação das propostas que tinham trazido.

Dilma passou a relatar as atividades previstas, enquanto Nair anotava-as no quadro. Dilma falava muito baixinho, quase não dava para se ouvir. A primeira atividade pensada foi para domingo, dia 10.04, às 15 h, no Sindicato, uma reunião com as sindicalizadas para discutir sobre o modelo de contrato de trabalho. Nair perguntou se poderiam divulgar essa atividade para imprensa. Dilma aquiesceu. A outra atividade em que tinham pensado, a ser realizada também num domingo, mais precisamente no dia 24 de abril era *um evento mais animado, mais festa, mas ainda não temos nada, está em aberto. Nem local, nem formato. O espaço do Sindicato é muito ruim para fazer festas. No dia 26.04, terça-feira, às 14 h, haverá um debate sobre previdência social no Sindicato que abordará a relação das domésticas com o INSS, que já está confirmada.* Dilma comentou ainda que estavam pensando em fazer uma audiência pública na Assembléia Legislativa para a discussão sobre contrato de trabalho.

Helena Rodrigues, meio impaciente e sem escutar direito o que Dilma dissera, interveio e afirmou que, como o Sindicato era estadual, a audiência deveria ser feita na Assembléia. Dilma a corrigiu dizendo que *o Sindicato é metropolitano* e disse-lhe ainda que tinham pensado em fazer na Assembléia Legislativa mesmo e que, para tanto, estavam fazendo contato com a Assessoria da deputada federal petista Teresa Leitão. Nair aventou a possibilidade de convidar a presidente nacional do Sindicato, que é da Bahia, para a audiência pública. Complementou o calendário de atividades falando sobre a reunião temática do Fórum, dia 28, sobre trabalho doméstico. Segundo Nair, a idéia desta reunião era a de propor uma discussão feminista sobre o trabalho doméstico de forma geral, sobre a reprodução do trabalho doméstico. Em vista disso, pensavam em trazer uma feminista que entendesse desse assunto para falar. Helena Rodrigues interveio dizendo que se a proposta do Fórum era a de trazer para a discussão alguém do sindicato das domésticas e uma feminista que falasse do trabalho doméstico em geral, poderiam também chamar algum representante da CUT, para falar sobre a precariedade do trabalho. Já que era uma discussão que estava sendo feita na CUT, tendo-se em vista os funcionários públicos e que poderia ser estendida ao trabalho doméstico.

Natália pediu a palavra para fazer uma *problematização*. Palavra concedida, perguntou se o Sindicato das Domésticas ainda estava filiado à CUT, tecendo em seguida duras críticas à CUT.

Disse que era uma central importante, mas que estava atrelada ao governo e comprometida com a precarização do trabalho. Contudo, se o Sindicato ainda estava filiado, era de se pensar também a rentabilidade desse convite. Dilma continuou falando das outras atividades previstas. A reunião, a esta altura, já estava meio confusa, com interrupções a todo momento. Dilma disse que no dia 18 de abril estará em Brasília, como representante local de uma comissão nacional para discutir os direitos trabalhistas e que no dia 27 haverá, também em Brasília, a reunião de 25 trabalhadoras domésticas, de todo o Brasil, para comemorar o dia. Natália interveio novamente, propondo deslocar a mobilização do Fórum de Mulheres do dia 28 para o dia 26, já que as domésticas não estariam no dia 28 em Pernambuco, por estarem participando da atividade em Brasília no dia 27. Novamente Dilma não fora escutada. Natália argumentou que seria importante juntar a discussão feminista ao Sindicato, que era um momento importante, de interesse das feministas de levar para lá a discussão. Helena Rodrigues interrompeu-a, dizendo que não concordava. Natália reagiu. Nair interveio, pedindo à Helena que deixasse Natália terminar o seu raciocínio. Assim, Natália continuou dizendo que era uma proposta, e que as domésticas tinham de ver se gostavam ou não. Dilma disse que não se tratava de uma questão de gostar ou não e explicou que no dia 27 somente ela não estaria em Recife, que seriam 25 mulheres de TODO o Brasil. Nair tentou encerrar esse ponto da discussão, salientando que a reunião temática do Fórum tinha sido pensada a fim de sensibilizar outras entidades dali para o fortalecimento dessa luta e para o debate do tema do trabalho doméstico de forma geral, DENTRO do Fórum.

Logo passou a organizar a festa do dia 24. Ela e Helena passaram a pensar num local. Aventavam várias possibilidades e consultavam Dilma, que mal se manifestava. Pensaram em sedes de sindicatos que se localizam no centro da cidade. Nair sugeriu que fosse feito no SOS Corpo, dirigindo-se em seguida à Odete, representante da entidade ali, perguntando se era possível. Odete disse que poderia ver. Depois Nair perguntou à Dilma o que as domésticas achariam desse lugar. Dilma disse que não era um bom lugar porque era muito distante, que seria melhor no centro. Nair e Helena ficaram discutindo entre elas sobre o centro ser muito *esquisito* (eufemismo para perigoso) aos domingos. Decidiram pela sede do Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC), no centro da cidade. Sobre a atração, Nair sugeriu *voz e violão, tocando MPB*. Dilma falara em apresentação de dança e algo para depois dançarem. Nair não escutou e insistiu na *voz e violão*, acabando por deixar isso mesmo. Alaíde, sentada ao meu lado, observava tudo sem comentários. Comentou baixinho comigo: *elas gostam de pagode, essa história de MPB e voz e violão não vai dar certo...* Nair ainda propôs às entidades do Fórum que tivessem condições de fazer uma doação para a realização de um coquetel, que disponibilizassem o dinheiro para a assessora de imprensa do FMPE. Logo distribuiu as tarefas para algumas mulheres ali: contato com o MTC, contato com o artista da voz e violão, definição do coquetel e confecção dos convites para a festa, encerrando esse ponto de pauta (DC 07.04.05).

Ao final da reunião, Dilma parecia ter ficado contente com as deliberações, em especial com o fato de que as mulheres do Fórum se mobilizaram para a realização da comemoração. No dia marcado para a festa, rumei para o local, não sem antes saber quem, dentre as minhas informantes, iria.

Liguei para Iazinha para saber se ela e Lucimar iriam à festa das domésticas. Havia dias que não nos falávamos. Ela foi gentil comigo e contou-me que também estava trabalhando bastante em função do trabalho acumulado na casa de Maria Helena (Andrade), sua patroa. As suas folgas não seriam mais às terças, como de costume, porque a sua patroa queria que ela também trabalhasse nas terças. Perguntei-lhe se ia à festinha do Sindicato. Iazinha disse-me que não, mas que muitas dali da Vila iriam, como: as Leilas, Celina e Piedade. Pelo seu tom, pareceu-me que as tensões da eleição do Conselho de Moradores da Vila ainda não tinham passado. Disse-lhe que tinha encontrado Maria das Graças e que ela iria à festa. Iazinha me respondeu com um evasivo *é, ela adora uma festa...* Perguntei se ela sabia onde seria a festa. Respondeu negativamente e foi chamar Lucimar para ver se ela sabia. Perguntei por que ela também não iria a festinha. Disse-me que tinha de ir com Luciane, sua filha, numa atividade na igreja da UR5 e que não iria dar tempo. Pedi que ela me explicasse como chegar até o local, que ela conhecia bastante. Explicou-me que o lugar se chamava MTC, Movimento dos trabalhadores Católicos, mas que quando o conheceu era ainda Ação Católica Operária (ACO). Lamentei as suas ausências e agradei as suas explicações e desliguei, rumando, em seguida, para a festinha das domésticas. Seguindo as explicações de Lucimar, encontrei facilmente o prédio do MTC, uma casa antiga, do centro da cidade. Em frente ao prédio havia um grupo de jovens negros, meninos e meninas. Avistei uma escada que dava acesso a um andar acima e fui subindo. Encontrei alguns rostos conhecidos de outros eventos locais. Cumprimentei uma das domésticas da diretoria do Sindicato e perguntei se o pessoal da Vila já tinha chegado; ela me abriu um sorriso e perguntou se eu era do SOS Corpo. Disse-lhe que não e que conhecia o pessoal das reuniões do Fórum. Insisti na minha primeira pergunta que fora ignorada, ela respondeu que o pessoal da Vila já tinha chegado e indicou-me que subisse. Fui subindo. Era um salão de tamanho médio com cadeiras de plástico brancas dispostas todas à volta, ocupadas por muitas mulheres, mais velhas, sendo a maioria negra. Percebia-se que tiveram um cuidado especial com a aparência; inequivocamente vestiram-se para um dia de festa. O intenso calor dentro do salão tornava-o modorrento. A platéia, entre sonolenta e entediada, assistia a uma apresentação de um grupo de meninas, netas de algumas domésticas, que dançava coreografias de Brega⁷². Fui entrando e avistei Amelinha e Maria das Graças sentadas à esquerda. Ambas me

⁷² Brega é um estilo musical ao qual corresponde uma coreografia específica muito difundido no norte e nordeste do país.

acenaram e me chamaram para me juntar a elas. Logo avistei Celina, que estava parada no fundo do salão, próxima de uma mesa grande. A mesa, arrumada com uma toalha branca, acolhia o pequeno aparelho de som portátil que garantia a música, embora abafada e meio distorcida, para a apresentação das meninas. Ela me avistou e veio em minha direção. Estava bem vestida, com calça de seda preta e uma blusa de linha. Beijou-me sorridente e perguntou se eu era do SOS Corpo (pensei, meio desenxabida: ah, não, de novo!). Disse-lhe que não, lembrando-lhe que nos conhecíamos do FMPE e que eu estava em Recife em função da minha pesquisa. Ela faz *Ah...*, que me soou desanimado e, ato contínuo, me levou até uma pequena mesa, disposta na porta de entrada à direita, onde havia três listas de presença com títulos distintos e uma doméstica que as gerenciava, caso não estivesse cochilando sentada. Celina pediu que eu assinasse uma das listas, intitulada *visitantes*. As outras eram *companheiras domésticas empregadas* e *companheiras domésticas desempregadas*. Na lista que assinara, percebi a presença de Pâmela e Tamara, que haviam assinado, respectivamente, como vice-presidente e presidente do Conselho de Moradores da Vila, vencedoras da acirrada disputa contra a chapa de Amelinha. Logo as avistei sentadas ao fundo e as cumprimentei.

Numa olhada geral identifiquei algumas mulheres que já conhecia da Vila; umas domésticas, outras não. Rute, que estava sentada próxima da entrada, Lucinha, irmã de Amelinha e também moradora da Vila, e Adelaide. Maria das Graças tinha arrumado uma cadeira para eu me sentar junto delas, colocando-a na frente da sua, me deixando sentada na sua frente e meio fora do círculo. Aquilo me deixou constrangida e pedi que abrissem espaço para que eu entrasse na roda, sentando no círculo. Fiquei, portanto, entre das Graças e Amelinha. Ao seu lado estavam Eva Basso, coordenadora do FMPE e da Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras, e Moema Pereira, do SOS Corpo. Elas teciam comentários sobre a coreografia das meninas, num certo tom de condenação: *ao invés de dançarem um coco, estavam dançando aquelas músicas enlatadas horríveis*.

Logo em seguida a dança terminou e Celina anunciou que Dulce, a presidenta de honra do Sindicato, não havia comparecido porque estava na Bahia, num seminário sobre gênero. Alertou aos convidados que só estavam esperando o grupo de afoxé se aprontar para fazer a sua apresentação. Enquanto o grupo não aparecia, as meninas continuavam dançando. Quem cuidava do som era Milton, morador da Vila e inimigo do grupo de Amelinha. Perguntei à Maria das Graças se era ele mesmo, ao que confirmou e mostrou-me uma menina que era filha dele. A cisão da Vila ultrapassava os seus domínios, revelando-se naquele contexto, ou seria o contrário? A desconfiança de todas as mulheres do grupo de Amelinha, de que Celina teria votado e apoiado a chapa de Tamara na disputa pelo Conselho da Vila, parecia se confirmar. Tamara, agora, retribuía o apoio recebido, prestigiando a festinha organizada pelo Sindicato, e Pâmela fotografava o evento.

Perguntei a ela quem mais da Vila estava ali, ela foi listando: Lucinha, Adelaide, Vilma (que eu não conhecia), Rute e mais algumas que estavam por ali. Não mencionou Tamara nem Pâmela.

Logo chega o grupo de afoxé, que era formado por muitos jovens homens e mulheres negros, de um bairro da periferia de Recife. Um dos rapazes, que tocava um dos tambores, apresentou o grupo, explicando que o seu objetivo era o de dar visibilidade à cultura negra. Uma das moças que faz parte do grupo estava também participando da Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras, entidade através da qual entraram em contato com o Sindicato. O rapaz agradeceu o convite à Eva Basso, presidenta da entidade, começando em seguida a apresentação. Lá pelas tantas o grupo começou a se empolgar e algumas das mulheres foram para o fundo da sala dançar: Celina, Rute, Tamara, Eva Basso, Moema Pereira e Piedade. A proximidade de Eva Basso e Moema Pereira com as mulheres que compõem a nova direção do Conselho de Moradores da Vila é notada, não sem censura, por Amelinha, que parecia desconfortável com a situação. Quando eles estavam quase finalizando a apresentação, convidaram a todos para entrarem na roda de dança. Todas ficaram em pé, batendo palmas e dançando. Maria das Graças estava bem faceira dançando dentro da roda. Eu e Amelinha ficamos na borda observando a dança, enquanto Amelinha criticava as que estavam dançando. Terminado o show, as anfitriãs passaram a servir um coquetel: cachorro-quente, bolo e refrigerante. Todo mundo permaneceu sentado enquanto as anfitriãs passavam com bandejas servindo os comes e bebes (DC 24.04.05).

Nas palavras de Odete e Nair acima descritas, as *mulheres de base* aparecem como mulheres sem agência, sem voz, sem autonomia e sem capacidade reflexiva e propositiva. Segundo essas *feministas*, é no contato e convívio do FMPE que essas *mulheres de base* vão criando condições de autonomia e reflexividade. No entanto, a análise da organização da comemoração do dia da trabalhadora doméstica ajuda-nos a compreender, por um lado, o lugar que é destinado às *mulheres de base* no campo político feminista sintetizado no FMPE e, por outro, como elas se colocam nesse lugar e como o contestam, agindo nas brechas e nos bastidores das disputas locais e do confronto das *arapiracas*. Na análise da situação da festa de comemoração do dia da doméstica, as noções de autonomia e reflexividade crítica, tão caras às feministas e que contribuem para a homogeneização das *mulheres de base*, na agência dessas últimas passam a ser relativizadas.

Um primeiro elemento que chama a atenção é relativo às pessoas que estavam envolvidas na organização da festa e àquelas que efetivamente estavam presentes no dia. As *feministas* que sugeriram e decidiram o formato da festa não estavam presentes no dia da comemoração. Para além das organizadoras, nenhuma das participantes do FMPE que estavam presentes no dia da reunião, que foram convidadas para a festa, compareceram à

festa. Essa disparidade parece-me remeter a indícios das alianças encobertas possíveis de serem feitas pela porção das participantes do FMPE que estão à margem da distribuição desigual de poder e que, naquele contexto do campo político, tem pouquíssimo capital de articulação política em relação às suas interlocutoras.

Outro elemento importante relaciona-se com a repetição da mesma compreensão implícita acerca do lugar destinado às *mulheres de base* no FMPE. As *feministas* que tomaram para si a tarefa de organizar a festa, o fizeram a partir de um repertório de gostos e convenções alheios ao universo das donas da festa. A sugestão da *voz e violão* como a atração principal da festa revelou-se mais como uma sugestão canhestra e deslocada do repertório de escolhas das *mulheres de base*, mesmo tendo sido sugerida com a intenção genuína de animar a festa. Por mais estranho que fosse ao seu universo de gostos e escolhas, essa sugestão não foi contestada pelas representantes do Sindicato presentes na reunião. Pelo contrário, a sugestão foi decidida e aparentemente acatada. No entanto, qual não foi a minha surpresa ao encontrar, ao invés da *voz e violão*, brega e afoxé. Muito embora eu não tenha acompanhado os interstícios dessa mudança, e como se deu a sua negociação, a própria descrição da situação nos dá indícios dela. Ali aparece uma outra agente de grande importância no campo, Eva Basso, que não estava presente no dia da reunião do FMPE para a organização da festa, mas que surgiu como a responsável pela sugestão da principal atração: o grupo de afoxé. A conhecida proximidade e comprometimento que essa feminista tem com o movimento de domésticas, associado ao contraste entre o que foi planejado e o que foi efetivado e à não contestação imediata das donas da festa no exato momento da sua organização e depois a festa ter saído do seu jeito, apontam para aquilo que Scott chama de “roteiros ocultos” e nos dá pistas sobre a “infrapolítica”. Através desses elementos podemos supor as negociações silenciosas realizadas por trás dos bastidores e o modo de agência dessas *mulheres de base*, que no contexto do FMPE estão nas margens das disputas de poder, mas tem um *savoir-faire* de se embrenhar pelas suas brechas e participar, de uma outra forma - talvez como protagonistas secundárias desse contexto - das disputas ali dentro.

Mas como já havia chamado atenção anteriormente, é fundamental nuançar essa análise com elementos relativos às combinações peculiares entre contexto, situação e sentido para não fixar dois grupos antagônicos - as poderosas e as sem poder - , e não perder de vista como as relações de poder são dinâmicas e seus termos mutáveis. Nessas brechas, elas contestam a distribuição das relações de poder daquele espaço, bem como se

apropriam delas e as mimetizam, como parece ser o caso da expectativa das donas da festa em relação à presença de mulheres oriundas do SOS Corpo – ao confundir a pesquisadora com uma ativista da entidade – o que parecia significar prestígio para a comemoração, por mais que contestassem silenciosamente as definições sobre o formato da festa. Na própria descrição da situação aparecem outras segmentações e deslocamentos internos à alteridade *mulheres de base*, tomadas anteriormente como um bloco homogêneo, que podem ser percebidas nas alianças entre algumas domésticas – a presidenta Celina – e feministas ali presentes – Eva Basso e Moema Pereira – e o potencial apoio à nova gestão do Conselho de Moradores da Vila. Esses esquemas de disputas, cisões, busca de apoios e de acúmulo de capital de articulação política emergiam ali, tendo-se originado noutra espaço, no da disputa política comunitária.

A cisão do Grupo de Mulheres da Vila, que será analisada no capítulo cinco e que já revela seus contornos na festa das domésticas, muito embora tenha seus termos e roteiros particulares, parece mimetizar no espaço micro-político as disputas de poder e confrontos de *arapiracas* do campo político feminista mais amplo. Essa relação nos mostra o quanto os mais diferentes espaços do campo político mais amplo estão interligados e se alimentam reciprocamente. Sendo assim, os códigos que dotam de sentido o jogo político local bem como os sentidos de gênero que lhes são atribuídos são pervasivos a todas as dimensões do campo político local.

Neste capítulo procurei demonstrar como o sistema de prestígios e privilégios, o capital de articulação política e a distribuição desigual de poder se dão em ação, a partir da etnografia do FMPE. Além disso, nos significados em ação também se revelam as alteridades que se posicionam contingencialmente, disputam as definições do próprio campo e o dotam de sentidos de gênero. Nesse contexto de intensa proliferação de alteridades e pejado de relações de poder, interessa-nos de forma mais próxima a experiência das consideradas *mulheres de base*.

A relação estabelecida entre essas mulheres de base e as ongueiras feministas, ambas aqui tomadas propositalmente de forma genérica, pode ser compreendida a partir da chave interpretativa tomada de empréstimo de James Scott (1990) acerca das disputas infrapolíticas. Na etnografia do FMPE pudemos perceber as nuances existentes entre as ongueiras feministas e a forma como percebem as mulheres de base. A não escuta, a percepção homogeneizadora dessas últimas pelas faltas (de autonomia, de reflexividade crítica, de posicionamento público) são relativizadas já pela situação etnográfica da

organização da festa das domésticas e indicam pistas de “roteiros ocultos” e agência nas brechas das relações de poder.

A fim de aprofundar essas questões e compreender a heterogeneidade dessas mulheres de base e das suas práticas políticas, bem como as formas como se relacionam com o campo político feminista mais amplo e, reciprocamente, se modificam e interagem, cabe agora uma análise mais detida da multiplicidade desses ativismos femininos populares. Passarei, no próximo capítulo, a esta análise, buscando revelar a diversidade através da organização analítica em três diferentes modelos de prática política feminina popular, que se afastam da matriz explicativa da maternidade militante.

CAPÍTULO IV

PARA ALÉM DA MATERNIDADE MILITANTE: *MULHERES DE BASE* E OS ATIVISMOS

Lucimar: Eu não queria ser mãe.

Alinne (com tom de espanto): Não querias?

L: Eu não queria ser mãe. Mas quando você se envolve com um homem e o homem não quer compreender a contra-concepção... Aí você corre esse risco e é muito grande. Eu queria estudar. Nessas alturas eu estava terminando a quarta série e me iniciei na quinta série. A gravidez para mim, naquele período, era tudo de ruim. Podia atrapalhar os meus planos que era estudar, terminar meus estudos, o primeiro grau, o segundo grau, fazer um curso assim no meio popular... qualquer coisa no meio popular, de onde eu tirasse minha sobrevivência, entendeu?

A: Não...

L: Assim: eu queria trabalhar em coisa feito o SOS Corpo. Ou outra instituição parecida, em que eu tivesse um tempo para trabalhar, podia ser por hora, por exemplo... um período só, um horário, seis horas, oito horas, e os outros tempos era para eu estudar e participar de congresso, de encontro, conferência... do meio político. Tudo para eu crescer. Aí quando a minha menstruação parou, meus sonhos também pararam. Quando eu peguei o teste e deu positivo eu sai chorando de lá da clínica feito uma doida. Eu chorei tanto nesse dia! Noutro dia, eu cheguei no trabalho de cara inchada. Aí a filha da patroa disse assim: ‘Que foi que aconteceu? Você está tão diferente...’ Eu mostrei o resultado para ela. Ela disse: ‘Você não está feliz, não?’ Eu disse: ‘Não, essa gravidez não estava nos meus planos.’ Aí ela me disse: ‘se você quiser tirar...’ E eu disse: ‘Não! Eu sou contra o aborto.’ (DC, 28.05.05)

O excerto acima, retirado da entrevista feita com Lucimar, uma das participantes do Grupo de Mulheres da Vila, é exemplar para iluminar um dos principais pontos que esse capítulo quer tratar: a contestação da “maternidade militante” (conforme mencionado anteriormente) como matriz explicativa para o ativismo político de mulheres das camadas populares urbanas. Essa contestação passa, fundamentalmente, pela compreensão do campo político mais amplo em que essas ativistas se inserem e das relações que nele estabelecem (como procurei demonstrar nos capítulos anteriores) bem como pela identificação da diversidade encerrada na categoria nativa *mulheres de base*. Tomadas como um bloco homogêneo, como vimos no capítulo anterior, essas ativistas guardam muitas diferenças entre si, as quais indicam distintos sentidos atribuídos ao ativismo e, conseqüentemente, modelos alternativos de militância feminina popular que, no entanto, têm algo em comum: o afastamento do modelo da militância a partir da “politização da maternidade”.

A fim de analisar a possibilidade de uma nova forma de compreensão do ativismo feminino popular, nesse capítulo resgatarei brevemente a literatura especializada sobre o ativismo de mulheres das camadas de baixa renda, buscando caracterizar e contextualizar a matriz explicativa da “maternidade militante”, para em seguida demarcar os contornos de novas possibilidades interpretativas para essa prática política. Para tanto, e em seguida, trarei os dados etnográficos a fim de tomar, comparativamente, duas experiências de

ativismo feminino popular encontradas em Pernambuco. Assim, tomando o caso etnográfico das ativistas das camadas urbanas de baixa renda pesquisadas como recurso heurístico, pretendo estabelecer uma nova possibilidade compreensiva para a experiência política de mulheres populares no Brasil hoje.

4.1. As *mulheres de base* e a política na literatura

Em se tratando da relação entre mulheres das camadas urbanas de baixa renda e política, a predominância dos estudos concentra-se na temática dos movimentos sociais, em especial os “de caráter popular” (Pinto, 1998:110), palco privilegiado do ativismo dessa parcela da população. Esses estudos têm o seu auge na década de 80, a partir da irrupção de “novos personagens” na cena pública em fins da década de 70 no Brasil (Sader, 1995), bem como na América Latina de forma geral. No contexto de abertura democrática nos países latino-americanos e das mobilizações sociais dela advindas, as mulheres aparecem como as principais protagonistas (por exemplo: Brito, 1992; Blay, 1980; Singer, 1980; Filgueiras, 1984; Cardoso, 1983 e 1987; entre outros).

As análises caracterizam a participação política das mulheres como “demandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como demandatárias de direitos de igualdade entre os sexos (Gohn, 1997: 293-294)”. Há uma preocupação subjacente relativa ao caráter do engajamento das mulheres de baixa renda nestes movimentos, por vezes buscando encontrar o “grau de conscientização política alcançado pelas mulheres” (Brito, 1995:62), em comparação aos movimentos feministas, que podem ser caracterizados genericamente pela proposta de transformação das relações de desigualdade entre homens e mulheres, tendo como alvo principal a transformação da identidade social das mulheres (Grossi, 1988; Goldberg, 1989; Pontes, 1986 e Gregori, 1993).

Assim como as análises tradicionais acerca da experiência dos movimentos sociais, que buscam explicá-los a partir de determinações estruturais (Sader, 1995), sejam elas a coerção estatal, as conseqüências perversas do capitalismo e/ou como resposta a privações materiais, a explicação para o engajamento político das mulheres das camadas urbanas de baixa renda acabam reproduzindo essas mesmas limitações. Tais explicações não conseguem abarcar aquilo que singulariza a experiência política dos diferentes atores sociais envolvidos nas mobilizações que passaram a tomar forma no Brasil a partir da década de 70, como salienta Sader (idem). Como alternativa, o autor chama atenção para a

importância de se agregar às análises dos movimentos sociais a sua dimensão simbólica, o que ele chama de a “elaboração cultural das necessidades”: as mediações simbólicas da vivência objetiva feitas pelos sujeitos sociais. É com essa mesma disposição analítica que algumas análises sobre a experiência de participação política feminina surgiram e identificaram um modelo explicativo que associa a participação política à maternidade.

Essa relação deita suas raízes no estudo seminal de Elsa Chaney (1979) sobre mulheres que ocupavam cargos políticos ou administrativos no governo municipal e nacional no Peru e no Chile em fins de 1960. Preocupada em compreender se a maior presença de mulheres em cargos políticos importantes implicaria numa diferença na cultura política, a pesquisadora deparou-se com o fenômeno que denominou de “supermadre” (idem, p. 5). A “supermadre” descreve uma atitude de posicionamento das mulheres no campo político tomado como uma extensão do espaço doméstico; assim, o município ou a nação são considerados grandes lares a serem dirigidos como se fosse o seu próprio. Além disso, a noção encerra uma idéia de superioridade moral da mulher advinda do seu papel de mãe, intimamente relacionado com “ideais marianistas da maternidade” (Craske, 1999:13)⁷³. Legitimadas por esse papel, as mulheres adentrariam, justificadamente, no mundo ‘espúrio’, ‘corrupto’ e masculino da política, a fim de moralizá-lo.

Apesar do universo de pesquisa de Chaney ser formado por mulheres das camadas mais altas das sociedades em questão, o *insight* acerca da noção de “supermadre” atualizada nos contextos peruano e chileno foi inspirador para outros estudos sobre a relação entre mulheres de diferentes extratos sociais e política em diversos países da América Latina⁷⁴. Muito embora não faça uma relação explícita com a noção de supermadre de Chaney, o conceito de “maternidade militante” ou “politização da maternidade”, forjado por Sonia Alvarez (1988) para explicar a experiência de ativismo de “mulheres pobres e das classes trabalhadoras brasileiras” (p.324), guarda grandes semelhanças com o anterior.

Para Alvarez, a maternidade, tomada como uma “instituição social e não como um ‘instinto natural’” (Alvarez, 1988:324) foi um importante referencial mobilizatório para as mulheres das camadas urbanas de baixa renda durante o período da ditadura militar

⁷³ Os ideais marianistas associam-se à iconografia da Virgem Maria do catolicismo e pautam um modelo de feminilidade marcado pela maternidade abnegada, pela superioridade moral, decência e submissão femininas. A figura política populista de Eva Perón, na Argentina da década de 40, é tomada como um exemplo desses ideais marianistas da maternidade (Craske, 1999: 12-13).

⁷⁴ Craske (1999) e Rakowski (2003) trazem inúmeros exemplos de estudos realizados em diferentes países da América Latina que encontraram perfis semelhantes aos da “supermadre” entre ativistas de distintas origens sociais.

brasileira. Neste sentido, as mulheres militantes estenderiam à participação política os seus papéis de mães e esposas, reproduzindo-os no campo político, seja em função das temáticas reivindicadas que muitas vezes estavam associadas ao universo considerado feminino (como demandas por creches, por água, contra o aumento do custo de vida), seja em função do enfrentamento ao regime político em busca dos seus filhos e maridos desaparecidos.

A especificidade desse processo que envolve a “maternidade militante” está na sua contribuição para a visibilização e politização de questões antes tomadas como apolíticas. Além disso, algumas analistas sugerem que esse processo contribuiu também para a subversão dos ideais marianistas de superioridade moral da mulher, forte característica da “supermadre”, e para a desessencialização da categoria mulher (Craske, 1999:17), já que nesse âmbito a maternidade é tomada como uma instituição social. Embora tenha esses aspectos positivos, a politização da maternidade não é considerada emancipatória e transformadora das normas de gênero vigentes.

Essa matriz explicativa do ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, originada num contexto histórico-político específico, continua ainda a povoar as análises sobre a temática. Mesmo não havendo uma referência explícita à noção de “maternidade militante” tal qual concebida por Alvarez, muitas das suas premissas aparecem em diferentes análises. Pesquisas realizadas em Recife sobre o tema, alguns de cunho mais quantitativo realizado por duas ONGs locais (Silva, Amorim e Montenegro, 1988 e Knauer, Andrade e Friedhoff, 2001) e outros mais qualitativos (Couto, 1996 e 2002 e Mendes, 2000), realizados por estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, são semelhantes nos seus resultados: as atividades políticas assumidas pelas mulheres reforçam os seus papéis de mães e esposas (Couto, 1996: 79).

A explicação para o dado de que a participação das mulheres em associações de bairro e movimentos populares é maior em relação àquela dos homens, sendo que “em 75% das entidades, a participação destas é de mais de 50%” (Silva, Amorim e Montenegro, 1988:29) é em função das mulheres serem as responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos. Por esse motivo, elas engajam-se nas lutas por reivindicação de melhorias nos bairros porque estão associadas a questões que “estão sob responsabilidade da mulher como obtenção de água, escolas, creches” (idem, p. 30).

Num outro levantamento, realizado dez anos mais tarde entre participantes de organizações do movimento popular da cidade, as mulheres continuam a figurar como

protagonistas majoritárias, mas com algumas diferenças. Agora, elas são tidas como presidentes preferenciais das organizações; segundo a análise,

o relativo predomínio das mulheres na diretoria (presidência, secretaria, por exemplo) das entidades de bairro parece estar vinculado à trajetória de seu cotidiano e às esferas de seu domínio e trânsito: o privado ou doméstico-familiar, do qual o bairro e suas organizações locais parecem representar uma extensão das mesmas (Knauer, Andrade e Friedhoff, 2001:40).

Outro dado relevante nessa análise é que, associado a esse relativo predomínio das mulheres em cargos de destaque, há uma apropriação do modo caracterizado como masculino de fazer política:

o modo como algumas lideranças femininas se comportam, seja numa reunião de associação de moradores, seja num fórum ou numa disputa de eleição política, parece reproduzir o modo masculino de fazer política: usam das mesmas artimanhas, táticas, estratégias políticas para aprovar suas propostas e conseguir que sejam eleitas (...) (idem, p.37).

Percebe-se, nessa última análise, a combinação de duas matrizes explicativas importantes; aqui a “maternidade militante” associa-se ao ideal da “sororidade” feminista, conforme discutido anteriormente. Há, ao meu ver, nessas duas matrizes a reprodução de um modelo ideal de feminino estereotipado, associado a uma ética do cuidado e a uma ética da cooperação e solidariedade tidas como imanentes ao feminino⁷⁵. Essa mesma combinação aparece em outras análises, como a de Mendes (2000). A autora, na busca de compreender os sentidos produzidos na participação de mulheres das camadas urbanas de baixa renda no PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social –, em Recife, afirma que

ainda sobre a diferença de postura e atuação entre mulheres e homens nos espaços políticos do PREZEIS, pode-se dizer que por conceberem esses espaços enquanto ‘uma extensão do trabalho doméstico junto à família, o que implica num ethos diferente, em um nível de solidariedade e valores semelhantes’ (Manzini-Covre, 1997:108), elas tornam-se mais sensíveis às questões discutidas e, portanto, mais comprometidas enquanto agentes da luta cotidiana. Além da atividade comunitária ser concebida como extensão da casa, a convivência diária com um público que é seu conhecido, com o qual se identificam na irmandade da pobreza e miséria, as fazem mais unidas, soltas, solidárias, aprendendo a compartilhar os problemas que consideram iguais, família, o seu espelho [Sarti, 1996] (Mendes, 2000: 71-72).

⁷⁵ Joan Tronto (1997) faz uma crítica, a partir de uma perspectiva feminista, à ética do cuidado que tradicionalmente dota de sentido um modelo hegemônico de feminilidade ocidental. Ao criticar algumas análises feministas, ela alerta para o fato de que “elas não podem supor que qualquer atributo das mulheres seja automaticamente uma virtude digna de ser defendida como causa. A não ser que adotemos uma posição pró-feminina acrítica e digamos que, seja o que for que as mulheres façam, é ótimo só porque é feito por elas (...)” (p.187).

Muito embora na análise anterior haja uma crítica à adoção de uma postura política masculina e nessa segunda haja um elogio à sensibilidade e ao comprometimento femininos nas causas políticas comunitárias, ambas têm em comum o compartilhamento de pressupostos que embasam um ideal de irmandade entre mulheres, de um feminino colaborador e abnegado, os quais se opõem a um masculino competitivo e egoísta. Parece-me haver novamente, em ambos os casos, a combinação dos dois ideais de perfis políticos esperados para as mulheres: a “sororidade” e a “maternidade militante”.

No entanto, concentrando-se um pouco mais na pesquisa de Mendes (2000), mais especificamente nos dados qualitativos que apresenta, podemos identificar outros elementos que abrem novas possibilidades compreensivas para a experiência de ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda. O depoimento de uma ativista sobre o sentido da sua participação política parece ser exemplar do que pretendo demonstrar, como veremos.

Esse trabalho político de certa forma me valorizou, hoje eu tenho um trabalho no Estado, trabalho na Secretaria de Imprensa, no Departamento de Pesquisa, quer dizer, isso me trouxe também um suporte financeiro desse meu trabalho. Eu tenho um cargo de confiança no governo. (...) Eu posso trabalhar na época da campanha como eu trabalhei pra Jarbas, fiz campanha para Cadoca que é secretário de política, o outro representante já trabalha para outros candidatos, a outra Representante trabalha pra outros, cada um trabalha para seus candidatos” (Mendes, 2000:64).

É interessante perceber que há, nesse depoimento, um elemento que destoa da abnegação que caracteriza a definição da “maternidade militante”; antes há a indicação de que o campo político, dentre outras coisas, também possibilita um investimento numa carreira política pessoal. A autora interpreta esse depoimento como o estabelecimento de uma “relação de custo-benefício e de escolhas racionais, uma espécie de pacto social” (p. 63-64) sugerindo que há um cálculo nessa investida, tendendo a interpretações mais tradicionais sobre personalismo e clientelismo, mesmo sem chegar a afirmá-los.

Tal depoimento parece-me ser a indicação de que o campo político guarda uma complexidade de sentidos, dentre os quais o de que é também encarado como um novo campo de possibilidades que se abre para a realização de projetos pessoais. Essa possibilidade interpretativa permite reinscrever a experiência de ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda em outros termos, sem aprisioná-la no referencial da maternidade. Elemento esse que, contemporaneamente e tal como nos indica o posicionamento de Lucimar que abre esse capítulo, parece ganhar tons anacrônicos. Se a

maternidade deixa de ser o referencial mobilizatório primordial para o ativismo dessas mulheres, como compreender essa mobilização? Sobretudo quando a maternidade, como no caso de Lucimar, é explicitamente entendida como um obstáculo à participação política?

É num texto já antigo, que curiosamente data da década de 80, portanto contemporâneo da maioria dos textos que se baseiam na matriz da “maternidade militante”, que está a inspiração para se pensar de forma mais complexa essa experiência de ativismo. Caldeira (1987), ao procurar entender os diferentes modos de participação política das mulheres nos movimentos populares e os seus sentidos em termos da vida cotidiana, critica as análises que restringem a explicação dessa participação à reprodução da força de trabalho e à esfera doméstica, elementos associados ao universo da mulher. Segundo a autora,

o discurso que legitima a participação não pode ser confundido com o que é um dos mobilizadores da ação. Todas as mulheres alegam a sua situação de classe para reivindicar, mas esta é uma maneira de legitimar uma prática que tem outros significados. E que tem também outras formas de legitimação: uma delas é a apelação ao papel de mãe, ao papel tradicional da mulher (Caldeira, 1987:96).

Para ela, essas explicações promovem uma distorção, porque tomam a participação feminina mais conservadora do que é, e uma perda da ambigüidade que está no âmago da legitimação através do papel de mãe, que mesmo reforçando-o, representa uma tentativa de saída dessa esfera. A pesquisadora nos revela que o discurso da “maternidade militante” das suas informantes é uma estratégia discursiva de legitimação da sua participação, e que há outros sentidos atribuídos a ela:

De todos os significados que possa ter, a categoria ‘lutar pelo seu próprio bem’ é a que com maior frequência se menciona para referir-se à própria família e ao bairro em que se vive. É nesse sentido que se associa o papel tradicional de mãe à participação num movimento reivindicativo. Quando têm de justificar frente a alguém a sua saída de casa e a modificação da rotina doméstica para ir a reuniões, ou quando têm que se legitimar frente ao prefeito, ao administrador, aos órgãos de imprensa ou à opinião pública, é comum que as mulheres invoquem a sua condição de mães. (...) Nesse sentido se poderia dizer que o papel de mãe se está ampliando para o âmbito público. Lutar e participar são ações que começam a serem vistas como parte da tarefa que uma mãe responsável se vê obrigada a realizar (Caldeira, 1987: 87).

Em vista disso, a pesquisadora propõe dar uma nova complexidade às análises acerca desse fenômeno, buscando na relação entre discursos e práticas cotidianas das pesquisadas outras possibilidades interpretativas. Segundo a autora, as suas informantes não concebem sua atuação como política. Antes, ela está associada à possibilidade de outras

formas de sociabilidade e aprendizado frente à saída do isolamento da casa (Caldeira, 1987: 91). Para ela, a grande novidade dessa participação política está na modificação que introduz ao cotidiano, na “criação de um espaço semântico que separa sua atividade reivindicadora da política, assim, como a vivência de uma nova experiência como mulher” (p.102-103). Há a geração de uma nova identidade de gênero para essas mulheres, que concorre a uma “transformação cultural mais ampla, no sentido em que se redefinem práticas e sentidos atribuídos às mulheres, seus papéis sociais e maneiras de conceber as relações inter-pessoais” (p.115).

Um pouco mais de duas décadas depois, o texto de Caldeira parece ser ainda rentável para a análise que empreendo aqui. O certo tom previdente acerca das transformações culturais e das redefinições de práticas e sentidos atribuídos às mulheres parece fazer sentido atualmente. Parece haver outras possibilidades para escapar da gramática restrita da “maternidade militante” como única possibilidade compreensiva do ativismo feminino popular. Há, contemporaneamente, a produção de algo novo que leva em conta a intersecção entre classe e gênero e que se produz num diálogo importante com o feminismo, mas não se confunde com ele, e que desafia a categoria “maternidade militante”.

Em pesquisa anterior, no contexto gaúcho, essa novidade já esboçava seus contornos, o que denominei à altura – a partir de uma categoria nativa - de “mulherismo” (Bonetti, 2000). A pesquisa realizada em Pernambuco, a partir da sua contextualização num campo político específico de extrema consolidação do movimento de mulheres e feminista, possibilitou aprofundar a compreensão desse fenômeno. É na observação das suas cores locais que a afirmação de Lucimar, de que a maternidade atrapalhou a sua militância, passa a fazer sentido. Nesse contexto, o ativismo feminino popular é extremamente plural e exacerba a “novidade” que o caracteriza, revelando outros referenciais mobilizatórios para as mulheres das camadas urbanas de baixa renda.

Para a sua melhor compreensão, passarei a analisar mais aprofundadamente duas experiências distintas dessa heterogeneidade encontrada no contexto pernambucano, a fim de revelá-la e, sobretudo, de esmiuçar e estabelecer esse novo referencial mobilizatório para o ativismo das mulheres das camadas urbanas de baixa renda, comparando-as com um caso que tomo como referência. Vejamos.

4.2. O ativismo notável: o Grupo de Mulheres do Morro da Velha e Eva Guimarães

Estava há dez dias em Recife, encantada com a efervescência e inúmeras possibilidades promissoras que o campo me indicava, quando ouvi falar do Grupo de Mulheres do Morro da Velha, por sua notoriedade no campo do ativismo feminino popular na área da saúde da mulher. Recebi muitas indicações para conhecer o grupo e as suas ativistas. Foi através de Eva Guimarães, uma antiga militante do grupo que agora afastada trabalha como educadora no SOS Corpo, que tive contato com o grupo e com um pouco da sua história. Eva é integrante de uma família grande, que parece ser muito conhecida no Morro da Velha pelo seu envolvimento no Conselho de Moradores local. A sua irmã mais nova, Vanir, é ativista atuante do grupo de mulheres e sua representante no FMPE.

O grupo funciona desde meados da década de 80, *parceiro do SOS há muito tempo*, conforme assinalam. Desenvolve um projeto de DSTs/AIDS junto a mulheres do Morro da Velha, em parceria com o SOS, financiado pelo Ministério da Saúde. Está organizado dentro do Conselho de Moradores do Morro, *que tem uma forte tradição de luta popular. O conselho tem vários grupos; qualquer motivo é motivo para a gente se reunir, discutir e montar um grupo. Tem grupo de tudo: de mulheres, de educação, de crianças e jovens, das barreiras – porque é um morro e tem o problema das encostas. O Conselho de Moradores faz uma assembléia uma vez por semana com toda a população, e tem muitas mulheres na direção* (Eva, DC 15.10.04).

O Grupo de Mulheres, segundo relata Eva, teve um acompanhamento de Filó, fundadora e coordenadora do Grupo Loucas de Pedra Lilás que então era educadora do SOS, para a sua formação. Reuniam-se uma vez por semana, à noite, e faziam *reuniões de rua*. Como era difícil as mulheres saírem de casa para participar das reuniões, elas eram feitas no meio da rua, em frente às suas casas. Nessas reuniões tratavam de muitos temas, tais como *saúde e sexualidade, que são coisas que levam as mulheres às reuniões. Lá elas falavam dos seus maridos, dos filhos, das alegrias, das tristezas, era muito bom* (DC 15.10.04).

O seu objetivo era o de trabalhar com as mulheres e ao mesmo tempo *fortalecer a luta comunitária do bairro, por isso não quis se institucionalizar*. Para tanto, trabalham com Saúde da Mulher, DST/AIDS, prevenção do câncer de colo uterino e com Educação Sexual, este última realizada através de um *ponto volante de distribuição de preservativos dentro da comunidade*. Eva qualifica-o como *um projeto inovador*, descrevendo-o como *uma barraquinha, aos moldes das de fazer jogo do bicho que há muito pela cidade, que*

*fica a cada dia num ponto diferente do bairro, onde as mulheres que fazem parte do projeto entregam preservativos e conversam, desmistificando o seu uso. Avalia como um projeto interessante porque muitas pessoas não vão ao posto de saúde pegar preservativos. Segundo ela, essa idéia tinha sido tão inovadora que chegou a ser replicada numa cidade do sertão pernambucano (DC 15.10.04). Vanir, que se apresenta como sendo a terceira geração do projeto, contou-me que ao todo são oito mulheres nele envolvidas, que foi premiado e ganhou um filme sobre a experiência. Segundo ela, através do projeto *tentam disseminar o hábito do uso de preservativos, transformá-lo num hábito como o de usar a escova de dentes* (DC 04.11.04).*

Como reafirmam Eva e Vanir, o Grupo de Mulheres do Morro da Velha é um dos grupos femininos populares mais conhecidos. Costumávamos nos encontrar nas mais diversas atividades do campo político feminista local; num deles Vanir contou-me, com orgulho, que o seu grupo havia saído no Diário de Pernambuco (um dos maiores jornais locais), em função do projeto que realizam com as mulheres do bairro. As irmãs orgulham-se em mencionar a sua aparição em reportagens de jornal e televisão e de ser tido como referência.

Essa notoriedade faz com que a agenda das mulheres nele envolvidas seja muito cheia de compromissos, quase não tendo tempo disponível. Logo que conheci Vanir numa das reuniões do FMPE, ela foi arrolando as inúmeras atividades em que estava envolvida e a sua falta de tempo: de manhã trabalha no projeto com as mulheres, à tarde no projeto com crianças e à noite divide-se entre as tarefas dos projetos, as atividades do campo político feminista e a militância petista. Logo após a sua listagem, ela me questionou: *mas de quanto tempo tu precisas para falar comigo?* (DC 03.11.04). Após muita insistência, acabei visitando o Morro num dia em que o Conselho estava promovendo uma festa para as crianças envolvidas no seu projeto. Na ocasião, muita gente de fora estava na festa, em especial representantes dos financiadores internacionais dos projetos ali desenvolvidos⁷⁶.

A sensação que tive era a de que Vanir parecia desconfortável com a minha presença, sem saber muito bem como lidar comigo naquele contexto. Essa certa resistência e desconforto atribuo ao fato de o grupo ser muito requisitado e, em função disto, de ter desenvolvido um determinado tipo de discurso para essas ocasiões. A minha presença, e o

⁷⁶ Na festa, quando apresentada ao representante da missão anglicana, financiadora do projeto que desenvolve com as crianças do Morro, Vanir repetiu o mesmo discurso que anteriormente fizera para mim, listando as suas atividades.

tipo de presença que representava, creio soar-lhe inesperada e sem sentido ao fugir dos padrões que lhes são conhecidos. Muito embora pareçam acostumadas com o assédio de pesquisadores, da mídia e das agências de cooperação internacional, o que resulta numa forma mais pragmática de se relacionar com esses agentes, marcada por uma constante auto-promoção da imagem do Grupo de Mulheres do Morro da Velha, não parecia entender muito bem o que mais eu poderia querer conhecer e saber do projeto, além do que já tinha me contado. Foi somente assim que consegui conhecer o Morro da Velha e o Conselho, em meio a tantos visitantes maravilhados com os projetos sociais do Morro. Já o Grupo de Mulheres, conheci apenas através do filme e das histórias contadas por Eva e Vanir.

Para os propósitos dessa análise, interessa ainda resgatar um aspecto que me parece relevante na caracterização do Grupo de Mulheres do Morro da Velha, bem como elementos da trajetória militante de Eva Guimarães. Segundo ela, o Grupo de Mulheres do Morro da Velha *foi um dos primeiros grupos de mulheres populares que se disseram feministas, sendo muito atuante e parceiro do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Rede Feminista de Saúde. Ponderou, ainda, sobre a inserção política do feminismo em Pernambuco, que é muito grande. Lembrando-se do Encontro Feminista realizado em Porto Alegre de que participou, disse-me que lá bebeu dos diferentes feminismos e se deu conta de que há diferentes feminismos, um do sul e outro do nordeste, reforçando uma marca distintiva de regionalidade na práxis política feminista:*

o feminismo daqui é um feminismo da democracia, de respeitar o jeito da outra, de considerar as diferenças e de conviver com as diferenças. É claro que não é fácil de se fazer, de se estar sempre pensando nas diferenças. Por exemplo, em casa, quando eu brigo com a minha família, eu sou super autoritária e daí eu estou deixando de ser feminista e estou sendo mãe. É um exercício difícil, eu tenho a consciência de que estou sendo autoritária. Tenho que trabalhar isso, mas não é fácil. Na minha visão, o feminismo questiona as estruturas de poder, questiona as estruturas econômicas do país. Tem feminista que questiona o capitalismo brutal, mas tem muita que é consumista, que fortalece o capitalismo, e não dá para dizer que ela não é feminista, ela é. Tem também muitas mulheres que defendem os direitos das mulheres sem serem feministas, que ficam mais naquele discurso corporativo, nós as mulheres (DC 15.10.04).

Perguntei que tipo de feminista ela era. Foi logo me dizendo: *eu sempre digo que se tem uma coisa que eu não sou é teórica. A minha formação é com a prática. Tanto que fui estudar bem mais tarde. Ser feminista para mim é um modo de vida, é ter uma posição no mundo e de ter a obrigação de se comportar na sociedade como tal, estar atenta aos preconceitos, não discriminar, estar atenta a todas as diferenças.*

Eva Guimarães é uma mulher jovem, na faixa dos seus 40-45 anos, morena, formada em Pedagogia. Aparenta ser uma mulher de opiniões fortes e muito assertiva. Foi uma das fundadoras do Grupo Mulheres do Morro da Velha, como contou: *eu me metia em briga de marido e mulher. Eu dizia ‘mirmão tu não é pai dela pra bater nela assim!’ E mesmo que fosse, não poderia bater. ‘Olhe que eu dou parte de tu!’ O meu marido ficava puto comigo. ‘Eva tu me deixas tão vulnerável quanto!’ Mas eu nem tava, me metia mesmo.* Quando começou a trabalhar como educadora social no SOS Corpo, teve de sair do Grupo: *no início eu achava que dava pra fazer as duas coisas, porque o meu trabalho é a minha militância, mas quando eu entrei e comecei a trabalhar, vi que não dava; não dava conta de fazer as duas coisas, eram muitas demandas.* Agora, no SOS, presta assessoria ao Grupo. Fez parte, também do Grupo Loucas de Pedra Lilás, do qual está temporariamente afastada.

Casou-se muito cedo, teve logo duas filhas (que hoje têm 25 e 22 anos) e pondera que se tivesse deixado para ter mais tarde, acha que não teria filhos. A mais velha tem dois filhos, um de seis e uma de dois anos; casou-se cedo porque estava grávida. Eva comentou com pesar o ocorrido e disse nunca ter se conformado, porque trabalhava justamente com sexualidade, orientava as meninas e a sua filha engravidou. E mesmo com todo o apoio para abortar, quis ter o filho, casar e viver só para a casa. Incentiva a filha mais nova a sair do país, a estudar e ir fazer pós-graduação na Espanha. Conta muitas histórias, dentre as quais salienta a da sua separação. Disse que a certa altura ela achou que a vida estava muito pacata, *precisava ser feliz* e se separou do marido. Ela decidiu sair de casa, deixando-a para ele e montando uma nova para si: *hoje eu não moro mais no morro, moro num bairro mais classe média, perto do morro. Quando comecei a trabalhar no SOS e a ganhar mais que ele, foi muito difícil para ele.* Contou-me que o marido sofreu muito com a separação, já que estavam felizes e não entendia o porquê. Hoje ela e seu marido namoram, mas *não me sinto mais casada com ele. Um em cada casa.* Ela riu e arrematou: *eu sei que é muito difícil estar casado com uma feminista, com uma mulher como eu. Ainda mais lá no morro* (DC 15.10.04).

Creio que as histórias do Grupo de Mulheres do Morro da Velha e da trajetória política de Eva e Vanir Guimarães são interessantes já que, à primeira vista, parecem sintetizar e tornar real o ideal de militância feminina popular referido por Lucimar, no excerto que abre esse capítulo. Ao se referir à maternidade como uma interrupção dos seus sonhos de estudar, se tornar uma militante profissional e trabalhar numa instituição feito o

SOS Corpo, Lucimar parece descrever uma parte da trajetória de Eva Guimarães, que ao que parece realizou um sonho acalentado pelas ativistas das camadas urbanas de baixa renda. Tendo-se em vista essa posição de Lucimar, pode-se caracterizar a trajetória de Eva Guimarães como bem sucedida e notável, nesses termos.

O Grupo de Mulheres do Morro da Velha foi um dos primeiros grupos que conheci e a sua história causou-me um certo impacto, sobretudo pela sua inadequação ao modelo de “maternidade militante”. Alguns dados da biografia de Eva, em especial a sua relação com o movimento feminista, com o SOS Corpo, os impactos que tiveram na sua vida, o desenvolvimento de uma visão muito particular do feminismo – muito ligada a sua vivência – e a culminância com o fato de se tornar educadora do SOS sugerem alguns elementos para se pensar um novo modelo de ativismo feminino popular. Podemos dizer que Eva, vista pela perspectiva de Lucimar, é um exemplo de mulher do *meio popular* que “deu certo”: ascendeu através da militância, saiu do morro e foi morar num bairro classe média, pôde estudar, tem projetos para o futuro e angariou prestígio pessoal. Por sua vez, o seu grupo originário alcançou notoriedade e prestígio no campo político feminista local e parece permanecer forte, através da continuidade de seu desenvolvimento levado a cabo pelas outras militantes que continuam parte dele, como parece ser o caso de Vanir.

A experiência desse ativismo que caracterizei como notável revela, por um lado, a apropriação e a manipulação dos códigos que regem o campo político feminista local e, por outro, projetos de vida dessas ativistas que passam, sobretudo, pela militância política. Tomar os elementos dessas duas trajetórias (a de Eva e a do Grupo de Mulheres do Morro da Velha) como um guia comparativo parece ser frutífero para se construir um outro referencial analítico alternativo à matriz da politização da maternidade.

Pelo relato de Eva, sua militância e a formação do seu grupo datam de meados da década de 80, portanto, um momento de intenso desenvolvimento do feminismo em Recife. Podemos imaginar que, talvez naquele período inicial, a ativista mais jovem e com filhas pequenas, pôde ter compartilhado da lógica da legitimação política através da maternidade. Contudo, ela não mais aparece no seu discurso. Devemos considerar que a falta de um contato etnográfico mais aprofundado com ela, com Vanir e com o grupo de Mulheres do Morro da Velha não possibilitou acesso a distintas práticas e discursos, não podendo, assim, complexificar a análise com diferentes combinações entre contexto, situações e sentidos. No entanto, o relato de Eva traz elementos importantes para situar a especificidade do

movimento feminista e popular de mulheres em Pernambuco, as diferenças encontradas dentro do FMPE e a heterogeneidade das chamadas *mulheres de base*.

Há elementos revelados por essa experiência que gostaria de resgatar e comentar com mais vagar. O primeiro deles diz, mais claramente, respeito à **relação entre militância e ascensão social**. O campo político parece se configurar, e ser encarado, como um espaço que apresenta potencial para a realização de projetos pessoais e a transformação das condições de vida. Há, subliminarmente, a conjugação de gosto e *sobrevivência*, tema recorrente no campo de pesquisa. Ou seja, fazer aquilo de que se gosta e ainda ganhar dinheiro que garanta a sua sobrevivência, como bem elucida Lucimar acima.

O segundo diz respeito à **entrada nas redes políticas de articulação**, o que está relacionado com a recorrente presença de estabelecimento de relações políticas com o SOS Corpo. No contexto político local, marcado pelo que caracterizei como estruturas de prestígio e privilégios, a noção de articulação carrega um sentido particular que reproduz uma distribuição desigual do poder político local através da implementação de uma política de coalizões, conforme analisado no capítulo 2. A busca da incorporação dos grupos de mulheres dos movimentos populares no campo político feminista parece ser uma forte marca histórica local. Como compreende Couto (1996), “uma maior disponibilidade das mulheres para o engajamento em projetos e ações de agentes externos e, conseqüentemente, o fato de que nos estados do Brasil e na maioria dos países da América Latina, a maioria das mulheres não se organizou, mas foi organizada por outros” (Couto, 1996: 108)⁷⁷. Contudo, proponho algo um pouco diferente acerca dessa disponibilidade dos grupos de mulheres dos movimentos populares. Coerentemente com o primeiro elemento – a relação entre militância e ascensão social – a entrada nas redes de alianças possibilita um aumento do acesso a recursos, apoio político e chancela política que, por sua vez, redundarão na abertura de novas possibilidades de aliança.

O terceiro elemento que gostaria de destacar é relativo ao **investimento no coletivo e na solidez do grupo**. Muito embora encontremos entre as ativistas um discurso com grande ênfase no ego como veremos a seguir (**eu** fundei o grupo, **eu** não tinha medo dos maridos, **eu** fiz, etc), a ponto de a trajetória pessoal confundir-se com a trajetória do próprio grupo de mulheres do qual faz parte, a importância de se pertencer a um grupo é

⁷⁷ A autora arrola quatro principais agentes externos que historicamente atuaram na organização de grupos/clubes de mulheres das camadas de baixa renda: igreja católica, legião brasileira de assistência (LBA), o movimento de saúde e as prefeituras municipais (Viezzler, 1989 apud Couto 1996).

fundamental, posto que é dele que virá a base e o apoio para a inserção das militantes nos espaços de representação política e através do qual ficará conhecida. Assim, quanto mais sólido o grupo, mais possibilidades de inserções e, por sua vez, mais chances de estabelecer alianças. Essa característica pode ser percebida na relação entre o tempo de existência dos grupos e a sua maior ou menor exposição às relações de prestígio e privilégio e redes de articulação.

E, por último, um elemento que permite explicitar o caráter de gênero dessa matriz de ativismo, **a importância do atributo da coragem para a militância política**. Conforme analisado nos capítulos um e três, característica que dota de sentido o fazer político dessas mulheres e uma demanda do jogo político local, a coragem tem um importante lugar na práxis do campo político feminista pernambucano. Trata-se de um atributo de gênero e poder significado como masculino, mas que compõe um modelo de feminilidade local vigente, sendo utilizado recorrentemente na prática política de todas as mulheres. Narrativas de enfrentamento de situações adversas e o não esmorecimento frente a elas são os principais nódulos de sentido que fazem parte da gramática da coragem como atributo de gênero e poder constitutiva do campo político. No caso de Eva, esses nódulos de sentido podem ser identificados na sua narrativa acerca do seu destemor ao enfrentar os maridos violentos do bairro em que vivia – ou seja, em meter a colher em briga de marido e mulher onde a regra era não fazê-lo - e frente às ameaças recebidas. Ou ainda, já aqui numa derivação do escopo de abrangência dessa coragem, no seu enfrentamento das normas locais ao se separar, quando o suposto era permanecer casada, e o de sair do bairro, de perto da sua rede de consangüíneos, quando a expectativa era contrária.

Definidos estes quatro termos, passemos às duas experiências de ativismo feminino popular com as quais tive maior vínculo e proximidade etnográfica para complexificar a análise acerca desses elementos. Poder-se-á perceber que tais características não são lineares e coerentes, antes revelam as ambivalências e fluidez do vivido das biografias particulares.

4.3. *Não basta ser mulher, tem de ter coragem*: Olívia Lima e a Associação Pró-Mulher

Foi Lauro, filho mais velho de Olívia Lima, *a presidente* como ele costumava ironicamente se referir, quem me introduziu ao grupo de militantes da Associação Pró-Mulher. Levou-me para uma *oficina sobre educação popular a partir da metodologia de*

Paulo Freire, conforme me explicou Letícia, então vice-presidente da Associação, uma mulher de 35 anos, muito falante e acolhedora, solteira, sem filhos e irmã do atual marido de Olívia. Nessa primeira reunião, que durou o dia inteiro, conheci a maior parte dos integrantes da entidade. Do grupo de mulheres estavam presentes: Olívia, Letícia, Zoraide, Dona Bilú (mãe de Olívia), Almerinda e Nenéia; do grupo jovem, Lauro, Isabela (então namorada de Lauro), Ciça (filha de Zoraide), Cecília, Vinícius, Cléo e as irmãs Eleonora e Elisângela. A abertura e disponibilidade do grupo em me receber foram determinantes para a minha pesquisa. Assim, ao longo dos meses em que estive na cidade estabeleci vínculos mais aprofundados com diferentes integrantes do grupo, em especial com o grupo jovem, e pude partilhar de diferentes momentos da vida cotidiana de alguns deles. Além disso, acompanhei as atividades da Associação (reuniões, oficinas, etc.), as festividades e os espaços de sociabilidade lúdica de membros do grupo.

Ao longo da sua história, em função da sua conjuntura financeira, a Associação esteve sediada em diferentes lugares: junto da sede da Associação de Moradores do bairro em que a presidente morava quando a fundou, em locais alugados e até na própria casa da presidente. No período da pesquisa estava sediada num bairro residencial de classe média baixa de Paulista – cidade da região metropolitana de Recife -, próximo da residência da presidente. No início da pesquisa, ela estava instalada numa peça não muito grande, que parecia ter sido uma garagem de carros, ao lado de uma residência. O espaço exíguo era dividido por um balcão grande e comprido de alvenaria. Na parte dianteira havia uma escrivaninha de madeira com algumas cadeiras à volta e duas estantes de metal, com livros e panfletos. Na parte traseira havia um pequeno banheiro e algumas velhas cadeiras escolares com braço. Nas paredes havia alguns cartazes, um pequeno quadro verde, painéis com fotos de atividades promovidas pela Associação, como a encenação da Paixão de Cristo pelo grupo jovem – Letícia, ao mostrar-me as fotos fazia especial menção àquelas em que posavam com ativistas do SOS Corpo e do Grupo Loucas de Pedra Lilás - e um grande *banner* do então candidato a prefeito da cidade, que foi eleito.

Em março de 2005, a Associação mudou-se para uma sede maior e mais confortável, situada em frente à anterior. Trata-se de uma casa com duas peças amplas, uma cozinha e um banheiro. Numa das peças foi montada uma pequena sala de aula, com o quadro verde e as cadeiras escolares. Na sala principal foram dispostas algumas cadeiras e colocados alguns cartazes que tematizam o combate à violência doméstica, a prevenção de

DSTs/AIDS, a sexualidade, a paternidade responsável. O antigo *banner* do candidato a prefeito não mais participava da decoração do local. A antiga escrivaninha e as estantes de metal com os livros da biblioteca da entidade agora ocupavam um pequeno espaço entre a sala de aula e a sala principal, onde aconteciam as inúmeras reuniões do grupo, que era composto por 17 pessoas, sendo nove mulheres adultas e oito jovens - dois rapazes e seis moças. Todos são voluntários, ou seja, não recebem salário para atuar na entidade; mas há outros ganhos envolvidos, aos quais voltarei mais adiante.

A Associação está organizada em quatro diferentes programas, que tinham sido recentemente criados para melhor organizar o trabalho, através dos quais se desenvolvem cursos⁷⁸, participação em feiras, seminários, promoção de palestras, oficinas e rodas de diálogo⁷⁹. Ao longo da pesquisa, a Associação sustentava-se com o financiamento do SOS Corpo para a realização de um projeto de prevenção de DST/AIDS junto a mulheres. Este projeto insere-se noutro mais amplo, com outras pequenas associações e grupos de mulheres do movimento popular, chamado Pólo Preventivo⁸⁰. É com os R\$ 300,00 mensais do financiamento que a Associação Pró-Mulher pagava o aluguel da sede, promovia as suas atividades, bem como possibilitava a participação dos seus integrantes nas inúmeras atividades do campo político local⁸¹.

Olívia explicava-me: *a mãe da gente é o SOS, que através do fundo de ação comunitário financia pequenos projetos todos os anos* (para além do grande projeto do Pólo Preventivo do qual a Associação faz parte). *Neste ano financiou a participação no Fórum Social Nordestino* (DC 28.12.04). Em meados de junho, o financiamento foi cancelado e as

⁷⁸ Cursos como os de auxiliar de escritório, recepcionista, telefonista, manequim, serigrafia e reforço escolar com financiamento de diferentes entidades, tais como prefeitura local, SESI (Serviço Social da Indústria) e da ONG FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Dessa última instituição, a Associação recebeu um financiamento de quatro mil reais para a realização de um projeto de Complemento Escolar em 2002.

⁷⁹ O *Programa 100% Mulher* trabalha com a saúde da mulher, controle social de políticas públicas para mulheres e controle do sistema de saúde; o *Programa Juventude, Cultura e Cidadania* trabalha com os jovens através de oficinas e teatro; o *Programa Eternamente Jovens* é voltado a idosos mas que estava parado no momento da pesquisa, e ainda o *Programa Auto-Sustentável*, com produção de artesanato, de detergentes e unguentos que são vendidos em feiras que acontecem na cidade e em Recife (DC, 26.11.04). No entanto, a venda desses produtos não garante a sustentabilidade da entidade, foco de grande preocupação da presidente.

⁸⁰ Uma das atividades realizadas pelas mulheres da Associação, ligadas ao Pólo Preventivo de que participei, foi a panfletagem sobre Aborto em comemoração ao Dia da Mulher, uma solicitação feita pelo financiador, o SOS Corpo. As participantes do Pólo reuniram-se e resolveram fazer a panfletagem sobre aborto numa Terça Negra, no Pátio de São Pedro (importantes espaços da sociabilidade política dos jovens, dos quais falarei mais adiante), com a distribuição de um material fornecido pelo SOS - Triálogos Feministas sobre Aborto – e preservativos (DC15.03.05). No dia combinado para o evento, rumei ao Pátio e ajudei Letícia, Ciça e Isabela na panfletagem.

⁸¹ O financiamento cobria gastos com passagens de ônibus e alimentação das ativistas.

preocupações com o futuro da entidade aumentaram⁸². Até o encerramento da pesquisa a Associação Pró-Mulher estava se debatendo com as dificuldades financeiras e, enquanto apresentavam projetos de intervenção junto aos jovens para a prefeitura local, Olívia pagava as despesas da entidade com o seu próprio salário de assessora da Secretaria de Ação Social da gestão recém-eleita⁸³.

A relação com o SOS Corpo já era antiga, desde os primeiros anos da entidade, que foi oficialmente fundada em 1997. Segundo Olívia,

a gente tinha que pagar aluguel, luz, água e não tinha dinheiro. Aí foi quando eu fiquei sabendo que o SOS Corpo tinha uma verba para pequenos projetos. E aí eu comecei a escrever a idéia de um projeto com mulheres grávidas, para que elas confeccionassem os seus próprios enxovais, para se estimularem, levantarem a auto-estima. Muitas mulheres engravidavam e os seus maridos tinham deixado-as. Foi meu primeiro projeto aprovado. O SOS Corpo foi lá conhecer a instituição, uma das meninas foi lá e conversou comigo ‘por que você teve a intenção de fundar essa instituição, e tal...’ Aí pronto, elas começaram a me capacitar. Eu comecei a participar dos cursos, das capacitações. Depois todo o ano o SOS Corpo aprovava um projeto. Durante o ano são dois projetos que o SOS Corpo tem de Fundos de Ação Comunitária, de mil reais. Aí comecei a desenvolver (DC 30.12.04).

Além do apoio à Associação, o SOS Corpo foi também responsável pela guinada feminista da entidade. Foi através dele que Olívia teve contato com o FMPE, de cujas reuniões e atividades participava ativamente até janeiro de 2005. Quando ela e Letícia, as principais articuladoras da entidade, envolveram-se em cargos de confiança na recém-iniciada gestão do governo municipal de Paulista, passaram a ter pouco tempo para as atividades do campo político feminista e até mesmo para o desenvolvimento da Associação Pró-Mulher. Esse retraimento causou um certo impacto na própria Associação, com resultados negativos, como a perda de financiamento e o acirramento de conflitos internos, em especial junto ao grupo de jovens.

Foi através do SOS Corpo e do FMPE que Olívia Lima foi *entrando neste detalhe do feminismo*. Para ela

⁸² Curiosamente, no Fórum Social Nordeste (FSNE) a Associação promoveu uma oficina sobre elaboração de projetos e captação de recursos. No dia, quando cheguei na sala, assustei-me com a quantidade de pessoas presentes. Olívia, entre sorrisos, me cochichou: *Resolvemos fazer a oficina, pensamo-la para 30 pessoas e abriram para 100! Tivemos que improvisar. A gente é enxerida, mesmo, diga aí!* (DC 26.11.04). As oficineiras eram Olívia e Letícia. Zora e Nenéia estavam no apoio, distribuindo alguns materiais e providenciando outros.

⁸³ Na história da entidade, a relação com o Estado varia de acordo com a conjuntura política. Há diferentes momentos de proximidade e distanciamento com as diferentes gestões do governo local, que são ditadas pela proximidade ideológica das gestões.

feminismo era aquela mulher que não gostava de homem. Aí depois quando eu aprendi que não, que é a que defende o bem comum, defende a igualdade para todos, o direito das mulheres. A Associação vai estar defendendo essa bandeira. Aí depois eu comecei a ver a história do aborto. Eu, eu não digo que eu sou feminista, porque eu acho que feminista é aquela que defende e pratica, né. Mas quando vem a questão do aborto... eu nunca tive coragem, eu... nunca tive coragem de fazer um aborto, mas defendo o direito da mulher de decidir. O feminismo não está dizendo que você faça o aborto, que pratique o aborto, mas quer dizer que, como eu passei para o pessoal, que você tem direito, é o seu corpo, você é quem sabe se você quer ou não quer. Por isto que a gente diz que a gente está fundamentada dentro dos princípios feministas. A gente defende a igualdade de gênero, a gente defende que as mulheres não foram feitas para estar no fogão. Então sempre, nos meus discursos, eu sempre dizia que nós mulheres tínhamos que sair da cozinha, que essa história cultural que a mulher é a rainha do lar, ela não existe, estás entendendo (DC 30.12.04) ?

Segundo eu pude perceber através do convívio com o grupo, esses fundamentos feministas ainda não estavam assimilados de forma consensual e uniforme no grupo. Em especial, tem maior aceitação entre o grupo jovem, como se pode perceber na seguinte situação, retirada das minhas anotações de campo:

Dando prosseguimento à oficina sobre Educação Popular, na segunda parte, o grande grupo dividiu-se em outros menores. Num deles estávamos eu, Dona Bilú, Cléo, Ciça e Almerinda. O objetivo era o de construirmos um conceito de Educação Popular de acordo com nossas concepções. Na discussão, Cléo sugeriu que uma das características da Educação Popular era a de transformar as pessoas, que passariam *a ver as coisas de forma diferente*. Almerinda deu exemplo de temas que considerava polêmicos, como o aborto ou a homossexualidade. A partir disto, Cléo lembrou-se de uma história que passou a contar-nos: *Há alguns anos atrás estava fazendo um teatro na igreja sobre aborto. Eu representava um feto que foi abortado. Eu dizia 'mamãe, eu poderia estar aqui hoje, sorrindo, dizendo que te amava'.* Quando eu dizia o texto, uma menina, sentada bem na frente, chorava foi bem muito! *Na época eu não me dei conta do mal que fiz para ela, mas agora, que eu mudei o meu pensamento sobre o aborto, eu vi que deve ter sido muito traumatizante...* Dona Bilú interveio: *mas foi bom, assim ela não faz mais aborto, onde se viu!* Ciça saltou em seguida: *a senhora não sabe das condições dela! O namorado tinha deixado ela só, os pais não deram apoio... Não que eu ache certo que todo mundo faça aborto, mas acho que pode se escolher fazer se quiser.* Dona Bilú mudou de assunto contando sobre uma irmã sua que teve um filho solteira e que sofrera discriminação no bairro em que moravam: *foi muito triste, porque ninguém se aproximava dela, os pais não deixavam os filhos chegarem perto dela. Vê só, que ignorância (DC 30.10.04).*

Mas os fundamentos da entidade nem sempre foram esses. A história da entidade está intimamente ligada com a trajetória política pessoal de Olívia. No nosso primeiro encontro, contou-me que tivera a idéia de fundá-la *após a sua separação, quando estava sem perspectiva, achando que o mundo tinha acabado. Reuniu-se com um grupo e fundou a Associação, que é a sua vida* (DC 30.10.04). No decorrer da pesquisa e do aprofundamento dos nossos vínculos, Olívia contou-me uma outra versão da origem da entidade, o que caracterizou de **intenção política**:

Quando eu vim candidata eu não tinha um trabalho comunitário e muita gente não me conhecia. Eu só era uma professora, formada no magistério. A intenção da primeira campanha era que continuasse e viesse candidata novamente. Meu pai, meus irmãos, que eram do grupo da primeira campanha, disseram ‘você vai continuar e para continuar você tem que ter um trabalho comunitário. E aí vamos abrir uma instituição para que você possa desenvolver um trabalho na comunidade’. Então, a intenção foi justamente a intenção política, não foi a intenção de trabalhar a comunidade na verdade. Era para dar uma sustentabilidade na próxima campanha que a gente ia fazer, tá entendendo? Então tinha uma visão só política. Não tinha uma organização... de sociedade civil, essas coisas. Mas daí quando a gente começou a trabalhar, eu comecei a conviver com as mulheres, no dia a dia delas, as dificuldades, aí eu fui me enquadrando dentro do problema por que eu tinha passado na minha separação; via que as mulheres também estavam passando por aqueles mesmos problemas. Eu queria de todo jeito ajudar e não sabia como (DC 30.12.04).

Olívia Lima é uma mulher na faixa dos 40-45 anos. O seu característico ar desconfiado, que demora a ser dissipado, potencializa as marcas do tempo e de sol na sua pele branca. É muito assertiva e enérgica na sua forma de falar, o que soa como um tom impositivo. O que ela mesma reconhece: *eu sempre fui rebelde! Eu sempre fui a ovelha negra da família. Eu sempre fui a chefe da escola, sempre fui mandona... eu sempre fui assim. Já nasci com sangue de liderança* (DC 30.12.04). Professora, é graduada em Pedagogia e em 2005 iniciara um curso de pós-graduação na área de psico-pedagogia numa faculdade privada próxima da sua casa. Em 1996, lançou-se candidata a vereadora pelo PTdoB; nas eleições seguintes, pelo PSB. Nas últimas eleições municipais, lançou-se candidata novamente, agora pelo PV, cujo *slogan* de campanha era o instigante *Não basta ser mulher, tem que ter coragem*. Mesmo assim, não logrou sucesso em nenhuma dessas empreitadas. Essas reiteradas tentativas demarcam a sua determinação, característica que está presente na forma como dirige a Associação e é fonte de admiração das suas companheiras de militância. Zoraide, que se define como *educadora da Associação* e que

está com Olívia desde o início, na sua avaliação de final de ano fez questão de ressaltar essas suas características: chefona, se não fosse a sua garra, a sua coragem... depois do golpe que levou e continua aí (DC 28.12.04).

Cheia de idéias e iniciativas, está sempre pensando na promoção e desenvolvimento da entidade e dos seus membros: *Temos de aproveitar o momento do Fórum Social Nordestino para criar uma Rede Nordestina de Direitos, que vai ser encabeçada pela Associação Pró-Mulher. É importante a gente promover essas atividades para que a Associação apareça! É um espaço político que a gente tem de ocupar; a gente tem que dar início a esta rede de defesa dos direitos* (DC 30.10.04). Nas horas vagas, ela faz bijuterias, unguentos e detergentes para serem vendidos, além de promover oficinas para passar adiante o seu conhecimento.

É ela quem cuida da casa, contando com a ajuda de Miguel, seu segundo marido, funcionário dos Correios, que estava *em benefício*, recuperando-se de um sério acidente de motocicleta. É mãe de quatro filhos, Lauro (19), Luciano (18), Evandro (15), do primeiro casamento, e Marília (8 anos), do segundo. É a penúltima filha de uma família de cinco filhos, três homens e duas mulheres. Tem ainda uma meia-irmã, por parte de pai, que foi recentemente agregada à Associação. Mora numa casa no mesmo pátio fechado e comum à casa dos seus pais e a da família do seu irmão mais novo. Conta com a ajuda da sua família extensa tanto para os cuidados da casa e da filha menor, quanto para o desenvolvimento da Associação. A sua casa é ponto de referência para a entidade. Estava sempre cheia de gente e, nas reuniões da Associação que duravam o dia inteiro, acolhia todos os participantes para as refeições, preparadas por Olívia.

Dos seus quatro filhos, apenas Lauro seguiu os caminhos da mãe na militância política. Irreverente dentro das suas saias longas indianas desaprovadas pela família, *usadas sem cuecas* como gostava de frisar, Lauro é extremamente questionador, voltando sua verve crítica à presidente e ao movimento feminista. Seu alvo predileto é o que denuncia como o *sexismo do SOS: lá só tem mulher, se querem igualdade, tem que se trabalhar com o homem e com a mulher; não só com a mulher, como se o homem não valesse; assim não vai se ter mudança*. A retórica afiada não perdoa também o que entende ser um desvirtuamento dos movimentos sociais, diferentemente dos movimentos populares. Ele me explicou a diferença: *os movimentos sociais são profissionalizados, como o SOS, ganham muito para militar; já o movimento popular é pela militância, pura. Acho errado um*

educador ganhar 4.500 reais, como tem gente que ganha. É uma contradição (DC 25.10.04)!

Os outros filhos de Olívia não gostam da política, mas participavam do grupo de teatro organizado pela Associação, como conta a mãe: *todos os três participavam do teatro, mas quando a gente veio para a ação política, só Lauro veio. Os outros não. Luciano é diferente. Esse ano inventou de ir trabalhar porque acha que esse negócio de política não tem futuro, ele quer é dinheiro no bolso! Mas nesse ano eu vou colocar Luciano, para ver se ele consegue uma vaga no Curumim para fazer um curso lá no programa, para começar a desenvolver também (DC 30.12.04)⁸⁴.*

O senso de oportunidade política que está na origem da Associação Pró-Mulher fez com que os jovens também fossem incluídos como objeto de atenção da entidade. O trabalho com jovens, que surgiu meio casualmente, acabou se tornando um dos pontos fortes da Associação, abrindo inúmeras outras possibilidades de inserção política para a entidade e também para os seus jovens participantes, como contou Olívia:

Quando a gente abriu, pensamos em trabalhar só com as mulheres e aí as mães já vinham falando dos jovens e foi aí que a gente pensou: ‘vamos fazer um grupo de teatro’. Comecei a juntar, a chamar os jovens. Eles começaram a se interessar a criar o grupo Nova Geração. A gente participou do teatro e aí a gente começou a trazer os jovens para dentro da instituição, mas para o teatro. Ninguém nunca pensou em política. A gente tinha 50 participantes, entre crianças de 7, 8 anos e jovens até 20 anos, para fazer a Paixão de Cristo. Era gente que só. Então no ano retrasado, em 2002, teve o encontro do EPA, o Encontro Potiguar de Adolescentes. Aí o fórum disse: ‘só você trabalha com jovens, vamos levar os jovens, junto com o Instituto pela Pluralidade Feminista, que convidou dois jovens da Associação e um educador. Fui eu, Cecília e Lauro. Foi quando despertou o interesse deles de entrarem no movimento, de fazer políticas públicas, porque até então eles tinham ido mesmo para passear... Quando voltamos do encontro, os dois vieram com a cabeça totalmente mudada e passaram a organizar o grupo. A gente conseguiu fortalecer o grupo jovem. Hoje, eu acho que um dos orgulhos da Associação é o grupo jovem porque eles têm mostrado à gente que... Antigamente eu não pensava que o jovem tinha tanto interesse por políticas públicas e aí quando a gente vê que consegue mexer com os meninos, vê eles deixarem um feriado para ficarem discutindo, aí eu vejo que realmente, que todo o trabalho que a gente tem tido vale a pena. E aí foi quando a gente começou a trabalhar políticas públicas com jovens (DC 30.12.04).

⁸⁴ Curumim é uma ONG feminista formada em fins da década de 80 voltada para a promoção e defesa da saúde da mulher, em especial, através da humanização do parto. Mais recentemente formou um projeto para o trabalho com jovens a partir da capacitação feminista. Lauro iniciou a sua formação nesse projeto e atualmente desenvolve um trabalho remunerado nesse programa dentro da ONG.

O grupo jovem era de longe o grupo mais dinâmico dentro da Associação. Com eles estabeleci um vínculo maior, em especial com Lauro, Ciça e Isabela. Participava das suas reuniões, acompanhava-os em diferentes espaços. Recorrentemente ligavam para me passar a sua agenda político-festiva e me convidar para compartilhá-la. Sobretudo nas noites de terça-feira, em que se encontravam no *Pátio da Igreja São Pedro*, no centro de Recife, para onde convergiam militantes, intelectuais, artistas e boêmios em função da *Terça Negra*. Esse evento, organizado pela prefeitura de Recife em parceria com o Movimento Negro Unificado, acolhia diferentes manifestações da Cultura Negra, como apresentações de grupos de Maracatu, Afoxé, Manguebeat, Hip Hop, entre outros, e onde os jovens paqueravam, ficavam por dentro das atividades do movimento jovem e articulavam politicamente entre os diferentes grupos. Foi ali que soube da organização do Primeiro Encontro das Jovens Feministas, apoiado pelo SOS Corpo, que buscava reunir a nova safra de jovens militantes das diferentes entidades e dos grupos do movimento popular⁸⁵.

A organização política do grupo jovem da Associação Pró-Mulher, além de representar um ganho político para a própria associação, numa conjuntura propícia para o trabalho sócio-político com essa parcela da população, implicou numa ampliação de horizontes e novas perspectivas para os próprios jovens, individualmente. Logo que os conheci, estavam animadíssimos com a possibilidade de participarem do Fórum Social Nordeste e de viajarem para o Fórum Social Mundial que aconteceria em janeiro de 2005, em Porto Alegre⁸⁶.

Não raro Lauro contava-me, com orgulho, das propostas de trabalho que recebia de diferentes ONGs. No início de 2005, ele passou a desenvolver um trabalho remunerado na ONG feminista Curumim, da qual participou de um projeto de formação de lideranças feministas. A sua dedicação a esse trabalho significou um afastamento das atividades da Associação e, se por um lado amenizou os conflitos com sua mãe em função da sua anterior falta de trabalho, por outro recrudescer os conflitos e disputas entre os jovens da Associação. Esses ganhos advindos da militância foram, na maior parte das vezes, origem de tensões entre o grupo. Acusações de falta de compromisso coletivo, da não inclusão de

⁸⁵ Há inúmeras ONGs que possuem projetos específicos voltados para a juventude, com ênfase na promoção e defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

⁸⁶ Todos os jovens da Associação participaram da versão local do Fórum, ministrando oficinas e festejando entre os inúmeros jovens que vieram de toda a região Nordeste. Mas apenas Lauro, Ciça e Isabela conseguiram financiamento para participação no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, do qual retornaram um tanto decepcionados.

todos e de privilegiar alguns surgiam em meio às discussões. Presenciei inúmeras discussões entre eles para o preenchimento de vagas para participação em seminários, cursos e encontros⁸⁷. As tensões se acirram, em especial, quando há um certo retraimento nas atividades da Associação em função da dedicação de Olívia e Letícia à gestão municipal. O excerto, retirado das minhas anotações de campo, dá o tom da situação da Associação:

Estávamos eu, Isabela, Eleonora, Ciça, Valquíria e Alba, a nova secretária da Associação, meia irmã de Olívia. Logo chegou Olívia, meio esbaforida em função do seu atraso para a reunião, e, ao cumprimentar todo mundo, perguntou o que já tinha sido discutido e onde estavam as outras pessoas. Eleonora falou que as outras meninas não viriam. Olívia, irritada, passou a questionar a falta das pessoas e a reclamar dos muitos problemas na Associação. Queria saber por que as outras pessoas não tinham vindo, já que desde sábado anterior ela tinha esperado e entre elas tinham resolvido desmarcar, ninguém aparecer e nem sequer a tinham comunicado. Resolveu iniciar a reunião, pedindo que todas presentes expusessem as suas insatisfações.

Valquíria, do Programa 100 % Mulher, foi a primeira a falar, dizendo que era o momento de *lavar a roupa suja*. Olívia a corrigiu: *não se diz 'lavar a roupa suja'. Vamos fazer um MMA*. Perguntei o que significava e ela me explicou: *Meu Momento Atual*. Valquíria reclamou da atitude de Letícia consigo e que se sentia sempre *muito tapa-buraco*. *Tem coisa que eu não posso ir representando a Associação, mas quando ninguém mais pode, de última hora, vão me chamar. Mas agora eu vou estar indisponível!* Ninguém fala nada e Olívia pede para outra fazer o seu MMA. Isabela e Eleonora pediram para ficarem para o final. Alba é inquirida e diz que não tinha nada de muito sério, mas que ficava incomodada com os cursos que sempre estavam por começar e nunca começavam, que tinha sempre gente procurando e ela não sabia como orientar. A próxima foi Ciça, que reclamou da falta de comunicação, que algumas pessoas ficavam sabendo de algumas coisas e outras não e que Olívia se comunicava apenas com Isabela e não ligava para as outras. Chegada a vez de Eleonora, ela acabou por não falar nada, somente dizendo que sabia o porquê da insatisfação das outras meninas, que tinham se afastado, e que não viriam mais, mas que ela não falaria nada: *se você quer saber, fale com as meninas...* Não entendi muito a função do tal MMA, porque não houve nenhum encaminhamento. As coisas ficaram no ar e as insatisfações persistentes.

Olívia passou rapidamente para o segundo momento da reunião, o de *repass*. Ciça disse que não tinha nenhuma informação importante para repassar ao grupo, a única coisa de que tinha participado era da reunião de sistematização do curso de liderança que fizera no SOS Corpo e que cada dupla de participantes deveria fazer um artigo, o tema que lhe tocara foi feminismo e trabalho.

⁸⁷ Esse clima de disputa lembra em muito o clima das reuniões do FMPE de que participei, descritas e analisadas no capítulo três.

Olívia irritou-se e questionou como ela poderia não considerar aquilo importante: *É muito importante, sim! Esse é o problema da Associação, ninguém aqui sabe o que o outro está fazendo. Cada um deve fazer relatórios de cada participação e representação feita para ficar um registro aqui dentro!* Isabela passou a fazer os seus repasses. Falou da reunião do grupo de jovens feministas, que aconteceu no dia 3 de maio, no SOS, e da combinação de se encontrar novamente no SOS, no próximo dia 19.05 para a elaboração de um projeto sobre jovens feministas. Passou a informar as datas dos encontros mensais das jovens feministas e as temáticas de discussão previstas até o final do ano, tais como controle social, aborto, saúde e SUS, trabalho. Relatou ainda dos outros eventos de que participara, como o seminário sobre Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais, realizado na UFPE.

Logo passam a discutir sobre um encontro regional de adolescentes em cuja organização estão envolvidas. Eleonora, Lauro e Isabela estavam responsáveis pela representação da entidade junto ao grupo maior de organizadores. É nesse momento que a tensão finalmente vem à tona: na divisão de tarefas, Lauro e Eleonora ficaram de ir a uma reunião decisiva para a organização do evento e na última hora Lauro teve de viajar urgentemente em função do seu trabalho na outra ONG e deixou Eleonora sozinha. Eleonora passou a falar de conflitos que existiam em torno de Isabela, que, segundo o restante do grupo, tinha acesso privilegiado a informações e à Olívia e por isso acaba tendo mais oportunidades de participar das atividades, como as reuniões da Rede de Jovens Feministas. Isabela defendeu-se, argumentando que se tinha informações e participava de atividades, era porque tinha mais interesse e ia atrás das coisas.

Intrometendo-se na discussão que começava a se acirrar, Olívia desabafou: *o problema é que está todo mundo muito voltado para fora. Eu brigo por espaço, para que todo mundo tenha espaço, para que todo mundo cresça. Eu incentivo para que vocês estejam noutros espaços também, mas não está certo deixar a Associação descoberta, já que estão nesses espaços por causa da Associação. Nós temos que ter compromisso com a Associação. Ela está tendo uma visão lá fora e outra realidade aqui dentro. Mas esse problema não está acontecendo somente no grupo jovem, também no 100% mulher. Todo mundo anda com a agenda cheia e tentam achar uma vaga para Associação. Está na hora de parar para refletir sobre isso. Você tem de começar a priorizar a Associação (DC 13.05.05)!*

Chama a atenção nessa passagem uma ambigüidade que marca a trajetória e a atual conjuntura da entidade, que parece ser consonante com a lógica do campo político feminista mais amplo, no qual se insere, na busca de acumulação de um capital de articulação política e prestígio (conforme analisado no capítulo dois), que lhe proporcionará maiores possibilidades futuras. No entanto, o investimento de Olívia na entidade e nos jovens e o aproveitamento das oportunidades que vêm lhes sendo abertas, implica um risco

de esvaziamento da entidade. O que representa um dilema vivido pelos pequenos grupos de mulheres do movimento popular, sem uma maior solidez que garanta a sua permanência a despeito dos fluxos e refluxos dos seus participantes. E é nesse ponto que a realização do *MMA*, o que aparentemente me pareceu sem muito sentido, passa a ter um importante lugar de controle da ascensão individual pelo grupo. A centralização da entidade na figura da presidente, que é um projeto pessoal seu, revela um ponto frágil para o futuro da entidade. Se Olívia Lima conseguisse uma maior ascensão no campo político feminista e, a exemplo de Eva Guimarães, se afastasse da entidade, a Associação correria riscos de extinção, e com ela iriam ruir as bases do prestígio e do capital de articulação política da presidente.

Da experiência da Associação Pró-Mulher e das suas participantes pode-se depreender que a longevidade e solidez, conjuntamente ameaçadas, foram alcançadas através da sua introdução na complexa trama da rede de articulações, angariando um espaço de visibilidade no campo político que visa à obtenção de prestígio. Esse campo parece ser encarado como um espaço de oportunidades, tanto para as mulheres já inseridas nele como, em especial, para os jovens recém-iniciados, seja para conseguir novas inserções laborais que garantam uma sobrevivência confortável, seja para a ampliação do mercado afetivo-conjugal, em especial no caso do grupo jovem, como pude perceber ao acompanhá-los mais de perto nos diferentes espaços pelos quais circulavam. Voltarei a esse ponto mais adiante, quando analisarei a experiência de ativismo das mulheres do Grupo da Vila.

A perenidade do grupo e a sua exposição à gramática do campo político feminista, o fazem mais apropriado da retórica e dos valores difundidos do feminismo predominante. No entanto, se há uma identificação com o feminismo dos direitos, da igualdade e do combate à violência contra a mulher, há ainda uma resistência ao feminismo da liberdade sexual e do aborto. Essa ambivalência reflete-se também no atributo de gênero e poder que dota de sentido a prática política traduzido na coragem, que aqui está associado a uma característica que potencializa e diferencia o feminino: não basta ser mulher, tem de ter coragem. No entanto, a coragem necessária para a luta política é claudicante na identificação com o ser do feminismo: não se tem coragem para a prática do aborto, visto como requisito fundante do atributo feminista. O atributo da coragem é, nesse último caso, matizado pelo universo de crenças e valores dos agentes em questão.

Contrastemos, agora, essa experiência com outra, um tanto particular de um grupo de mulheres com uma trajetória política conjunta um pouco menor.

4.4. *Com coragem e fé em Deus*: O Grupo de Mulheres do Conselho de Moradores da Vila

O Grupo de Mulheres do Conselho de Moradores da Vila foi o último que conheci, nas reuniões do FMPE, e com o qual estabeleci vínculos mais aprofundados e duradouros. Foi-me extremamente recomendado pelas ativistas do SOS Corpo e pelas representantes da Coordenadoria Municipal da Mulher do Recife: *o esforço que essas mulheres fazem para estarem aqui, para participarem das reuniões é um dado importante para a tua pesquisa. A Dona Maria das Graças, por exemplo, chegou aqui às 18 horas; teve de sair de casa às 17 e está saindo daqui a essa hora (o relógio marcava 21h10); olha a hora que vai chegar em casa!* (Odete, educadora do SOS Corpo, DC 10.11.04).

Quando o conheci, o grupo estava constituído por 12 mulheres e estava à frente da presidência do Conselho de Moradores na sua segunda gestão. No nosso primeiro encontro, a conversa foi fortemente balizada pela narrativa em torno da disputa política local pela diretoria do Conselho de Moradores⁸⁸. Segundo me relataram, em função desta disputa, o primogênito de Amelinha sofrera *um atentado*, como costumavam se referir ao ocorrido, pela facção oposta. Amelinha parecia muito abalada com toda a história, sentindo-se responsável pelas mazelas sofridas pelo filho, porque segundo ela, *eles não podem fazer nada diretamente contra mim porque eu sou mulher e vingam-se nos meus filhos homens* (DC 16.11.04). Ao longo da pesquisa passaram por um processo eleitoral, realizado em fins de março de 2005, a despeito das pressões do grupo opositor que propusera uma chapa única. Segundo Iazinha, do grupo de Amelinha e candidata à Conselheira Fiscal, a oposição à chapa única deveu-se ao fato de quererem *fazer tudo na democracia: vamos fazer edital, inscrição de chapas, tudo o que a lei manda. Se perdermos, perdemos. Mas pelo menos tentamos* (DC 11.01.05). No entanto, o grupo de mulheres não logrou sucesso, perdendo a presidência do Conselho. Esse fator criou cisões no grupo e arrefeceu a participação de algumas. Apenas um pequeno núcleo continuou fazendo parte das atividades do campo político feminista e popular da cidade, tentando se reorganizar em novos termos.

O Conselho está sediado na Vila, que se situa às margens de uma movimentada rodovia, no complexo do Ibura, região da periferia sul de Recife, na fronteira com a cidade vizinha Jaboatão dos Guararapes. A sua condição fronteiriça traz muitos entraves para a realização de benfeitorias na Vila, como o calçamento. Ainda está em tramitação um litígio

⁸⁸ A Vila e o seu cotidiano, sob a perspectiva das disputas políticas locais e do Grupo de Mulheres da Vila, será objeto do próximo capítulo.

entre os dois municípios para ver a qual pertence a área. A Vila foi constituída através da demanda por habitações populares do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife, fundado em 1989. Trata-se de uma vila pequena, onde há basicamente duas ruas principais, sem calçamento, as quais as mulheres do Grupo caracterizavam como *a rua da esquerda* – que é a rua em que mora a maioria das mulheres do grupo, a rua A – e *a rua da direita* – onde moram os opositores, a rua B. Além dessas, há ainda a rua C, mais recente do que as outras principais, e mais duas pequenas ruelas transversais.

Logo que se chega na Vila avista-se a construção em alvenaria branca e rosa, com aberturas em lilás, que abriga a sede do Conselho na entrada da rua B. O salão do prédio, com um pequeno depósito anexado, é a sede originária. Nele aconteciam as atividades coletivas do Conselho: palestras, reuniões, assembléias, eleições e a celebração das missas católicas, no segundo sábado de cada mês. Como anuncia a placa de metal em homenagem ao falecido Pe. Humberto⁸⁹, afixada numa das paredes do grande salão, foi ele que incentivou a organização do conselho e a sua construção. Segundo Amelinha, *o padre tinha um dinheiro para construir uma igreja como era de desejo do povo daqui, mas ele achou melhor construir um salão. Dizia que uma igreja ia ser somente para os católicos. ‘Vamos construir um salão, que pode acolher toda a comunidade, católicos e não católicos.’ Ele era um santo homem* (DC 16.11.04). O restante do prédio, construído mais recentemente, abrigava, nas peças à direita, uma sala de aula e uma biblioteca. Na peça relativamente espaçosa à frente estava instalada uma cozinha e, à esquerda, dois pequenos banheiros. Todo o conjunto está disposto num formato de U, com um pequeno pátio interno. O segundo prédio foi erguido na primeira gestão do Grupo de Mulheres no Conselho da Vila com o financiamento do SOS Corpo, através do NOVIB, e da FASE, – como se pode ver na placa que Maria das Graças orgulhosamente lustrava enquanto dizia: *tudo com o nosso trabalho, com a Diretoria de Mulheres*⁹⁰.

A fundação do Conselho é bem anterior à gestão da Diretoria de Mulheres. Foi formado pelos próprios moradores, já no início da Vila, que se organizaram em função da falta de água, luz e transporte público. Criado em 1990, foi dirigido pelo mesmo grupo, formado por homens e mulheres, por quase uma década. Grupo que Iazinha chamou de

⁸⁹ Padre da Congregação Redentorista, que segundo Amelinha foi um dos maiores incentivadores da Comunidade Eclesial de Base da região, a qual é ligada.

⁹⁰ Novib é a sigla para Netherlands Organization for International Development Coope. Organização holandesa voltada para o combate à pobreza, financia projetos de desenvolvimento entre outras coisas (ver <http://www.oxfamnovib.nl>). É antiga investidora no nordeste brasileiro, em especial, junto ao SOS Corpo.

turma da bagunça, que não fez nada pela Vila e usava o Conselho para proveito próprio (DC 21.03.05). Frente à insatisfação com esse grupo e com a persistente falta de saneamento e calçamento, o Pe. Humberto incentivou-as a formarem um grupo e se candidatarem às eleições do Conselho. *Já que a mista não deu certo, a gente formou uma diretoria só de mulheres*, como argumentou Maria das Graças (DC 16.11.04).

Assim, nas eleições de 2000 formaram-se duas chapas e, como contou Amelinha, *a nossa ganhou de lavagem: fizemos 176 votos, quase o dobro da outra chapa! Mas foi muito difícil, muito preconceito. Diziam que as mulheres queriam mandar*. Iazinha, vindo ao seu auxílio, complementou: *mas nós queríamos a ajuda dos homens. Íamos trabalhar para os homens também, não só para as mulheres, e eles não entendiam...* (DC 16.11.04).

Ao longo das duas gestões, a Diretoria de Mulheres promoveu muitas atividades no Conselho, tais como festas de Carnaval e de São João, ambas festividades importantíssimas na cultura local. Realizou ações no campo da saúde, como o do exame para identificação da filariose⁹¹ e a instalação de um posto PSF (Programa Saúde da Família) com um agente comunitário de saúde que atende o bairro. Contudo, a ação mais importante, que me foi muitas vezes indicada, diz respeito à construção de 53 casas populares para abrigar famílias vítimas do deslizamento de barreiras na Vila. Voltarei a esse fato mais adiante. A Diretoria contou com a parceria e apoio de diferentes ONGs locais para a realização de cursos profissionalizantes, tais como as ONGs Etapas (Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social) e FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Centro Josué de Castro e ainda do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em prol das mulheres, mais especificamente e em especial sobre a temática da violência contra as mulheres, levou para a Vila as campanhas promovidas pelo FMPE e pela Coordenadoria da Mulher, bem como *palestras com as meninas do SOS Corpo, que sempre nos deu muito apoio* (DC 16.11.04).

Todas as atividades realizadas foram fartamente registradas em fotografias. Era somente começarmos a falar no Conselho, seu assunto predileto, que Amelinha baixava as várias caixas de sapato cheias de fotos e me mostrava as atividades e as suas visitantes ilustres. Havia fotos da palestra de Ivone Gebara, importante teóloga feminista; das festas de São João; das posses da *Diretoria de Mulheres*; da Conferência Nacional e Municipal da

⁹¹ Conhecida popularmente como elefantíase, é uma enfermidade transmitida pela picada de mosquitos e bastante comum na região de Recife e Olinda, com nível de prevalência de 15% (Albuquerque, 1993). Agradeço à Soraya Fleischer por esse dado.

Mulher de que participou; do curso de liderança que realizou, promovido pelo SOS. Segundo Amelinha, elas colocaram o Conselho de Moradores no campo político, representando-o nos inúmeros lugares e atividades por que passavam. Foi esse contato que aumentava o acesso a novas possibilidades, como ela me explicou: *na medida que a gente foi participando dos cursos, de encontros, de debates, a gente foi conhecendo as pessoas e daí a gente foi partindo para eles contribuírem com a gente, com o Conselho. A gente abriu as portas para o mundo, para as outras meninas participarem* (DC 31.05.05).

O Grupo de Mulheres contava com 12 participantes com diferentes trajetórias de ativismo político. Após a cisão permaneceram apenas sete. Muitas delas são oriundas de Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais da Igreja Católica, simpatizantes de partidos políticos, como PT e PCdoB, militantes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas (algumas, inclusive, foram suas fundadoras), delegadas do Orçamento Participativo, conselheiras municipais da Saúde. A maioria das mulheres do Grupo é solteira e, ou vive só, ou com algum parente consanguíneo (filho, irmã, irmão) e ainda trabalha para o sustento da casa. Amelinha, a única que nunca foi empregada doméstica e que é casada, ocupava o cargo de presidência do Conselho. Vejamos cada uma dessas sete que permaneceram no grupo, na sua especificidade.

Amelinha, que se entende ser *morena*, é nascida no ano de 1940, na zona rural de Jaboatão dos Guararapes, cidade que, segundo ela, era conhecida como *Moscouzinho*, *por ser um importante reduto do partido comunista* (DC 16.11.04). É a segunda filha de uma família católica de quatro mulheres e de pais trabalhadores rurais. Freqüentadora da Igreja, no ano de 1962 engajou-se na recém-formada Juventude Agrária Católica, a JAC, *para fazer um trabalho cristão político juntamente com os jovens no campo levando-os a dentro do método ver, julgar e agir* (DC 31.05.05). Completou o ensino fundamental em um internato de freiras na cidade do Recife, voltando a estudar e terminar o ensino médio através de curso supletivo quando já estava na JAC. Na Equipe Diocesana que reunia os diferentes grupos ligados à Juventude Católica (a Estudantil, a Independente, a Operária e a Universitária) conheceu muitos militantes ligados à Igreja, com os quais trabalhou em diferentes projetos, como a organização do Sindicato de Trabalhadores Rurais no interior do Ceará. De volta a Recife, trabalhou no recém-criado Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), com o padre do mesmo grupo. Foi ele que a indicou para a vaga na Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) em que

permaneceu até 1999, quando se aposentou. Ainda hoje é catequista e parte da Comissão Pastoral da Paróquia local.

Foi também através do mesmo grupo católico que conheceu o então recém-viúvo cearense Seu Jair, homem branco, na faixa dos 60 anos, simpático, sempre um ar bonachão, conservando uma certa timidez, com quem se casou em 1972. Ele foi trabalhador rural, operário da construção civil e atualmente funcionário da Previdência Social. Do casamento nasceram os quatro filhos: Ronaldo, Raquel, Roberval e Roberto, todos hoje adultos. Cansados de *viverem de aluguel*, souberam da construção da Vila através de Dulce, antiga companheira da Equipe Diocesana, participante do grupo da JOC e fundadora do Movimento das Trabalhadoras Domésticas de Recife. Inscreveram-se na Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco (COHAB) e vieram morar na Vila em 1990. Anos depois trouxeram a família da irmã mais velha de Amelinha, Lucinha, para viver na Vila.

A contínua insatisfação com as gestões do Conselho, as condições precárias da Vila, a sua aposentadoria e os incentivos do Seu Jair e do Pe. Humberto fizeram com que Amelinha se candidatasse à presidência do Conselho de Moradores: *olhe, mas eu só fico, se for uma chapa só de mulheres. Eu não vou me aliar a um cara que bate em mulher, como o Milton* (DC 31.05.05), contou que dissera ao padre e ao marido na ocasião. Formou a chapa *Luta e Compromisso*, vencendo a eleição. Assim, foi presidente do Conselho de Moradores da Vila por duas gestões consecutivas. Nessas gestões, através das demandas do Conselho, um novo espaço do campo político da cidade se abriu para ela, que passou a frequentar ONGs e diferentes espaços do Movimento Popular. Já logo no início da primeira gestão, em função do inverno chuvoso, enfrentou o deslizamento de barreiras na Vila, o que deixou 53 famílias desabrigadas. Foi com *fé em Deus, que me deu tanta coragem*, e com o apoio de ONGs como a ETAPAS e o SOS Corpo, que pressionou a Secretaria de Ação Social do município e conseguiu a construção de casas populares para essas 53 famílias. Amelinha mostrava, com orgulho, as fotos da inauguração em que aparece discursando ao lado do então recém-eleito prefeito petista João Paulo. Explicava-me que a Vila se chamou 8 de março porque *foi uma sugestão que a gente deu, como foi uma luta das mulheres que estavam à frente para lutar* (DC 31.05.05). Desde então passou a frequentar as reuniões do Orçamento Participativo (OP) e da Temática da Mulher, sendo eleita delegada de ambos e participando da formação do Conselho Municipal da Mulher, do qual era conselheira representando a sua região.

Foi levada para as reuniões do FMPE pelas domésticas da Vila, antigas frequentadoras, a partir de 1999:

O que mais me levou a participar dos Fóruns, das coisas para ter conhecimento, foi a questão do povo daqui, os homens, bater nas mulheres. Porque elas, as mulheres, ficavam caladas e quem falasse levava um tiro na boca. Aí eu disse: oxente, a gente pode ajudar essas mulheres. A gente tem que fazer um trabalho com as mulheres. Feminismo é você lutar por aquilo que você acredita, pelo bem das mulheres. É uma luta pelos direitos das mulheres. Porque muita gente se perguntava, você é feminista então você é lésbica, você é sapatão. E não é por aí. Muita gente diz que ser feminista é ser contra o homem. Não, eu acho que não é por aí também. A minha convicção é que esse feminismo é a luta pelos direitos das mulheres, é fazer com que as mulheres, um dia, tenham os mesmos direitos, os mesmos anseios, as mesmas vontades, os mesmos gostos. Isso não faz com que você deixe de ser mulher. Eu sou feminina, e ser feminina é ser sensível, ser carinhosa, ser simpática, vaidosa. Eu me considero feminista e feminina (DC 31.05.05).

A sua certeza acerca da identificação com o feminismo e com o combate à violência contra a mulher contrasta com a sua retórica acerca do tema aborto. Quando questionada sobre a sua posição, em sendo feminista e católica, argumentou:

Olhe a questão do aborto, eu sempre disse que é uma questão de consciência. Eu nunca vou dizer a uma pessoa que faça um aborto, eu não. Você é quem vai decidir né? A pessoa é quem deve saber se realmente ela quer fazer um aborto, então é problema dela fazer. Eu não condeno essas pessoas que vão fazer ou fizeram, porque às vezes é muito difícil. Pelo menos tem uma parte da Igreja que já está aceitando. Você tem que ver que às vezes, você não aborta, mas você mata de fome, de falta de carinho, de um apoio, a falta de um lar. Tudo isso são mortes e ninguém vê. Eu nunca vou dizer 'faça um aborto', não, isso vai depender de você. Agora se você também puder evitar... É muito melhor você evitar do que você fazer um aborto, mas se você engravidou, não tem condições de criar, não está aceitando esse filho, então é você quem vai decidir se ele vai nascer ou não. Eu estou aprendendo para orientar mais as pessoas, e de acordo com a minha consciência, daquilo que eu aprendi, eu tiro o que é bom para mim, e que eu possa transmitir para outras pessoas. Se não der para eu transmitir, eu não transmito pronto. Porque não adianta eu também dizer que sou a favor do aborto. Somente para dizer ao povo para fazer, para fulano ou beltrano achar que eu sou a favor? Não, eu não faço isso (DC 31.05.05).

Amelinha tem um neto, na faixa dos 5 anos de idade, filho de seu terceiro filho Roberval, de 29 anos, que viveu poucos anos com a mãe do menino. O primogênito Ronaldo, de 31 anos, o mais sisudo e ensimesmado dos seus três filhos, ainda se recuperava do atentado que sofrera e estava de namoro com uma vizinha. Raquel, de 30 anos, estudava numa escola para alunos especiais com dificuldades de aprendizagem e estava envolvida com Grupos de Jovens da Paróquia local. Roberto, o caçula de 20 anos, preparava-se para

ser padre. Nenhum deles estava mais diretamente envolvido com a política, muito embora apoiem a mãe nas suas atividades, sobretudo após os episódios de ameaças e violência que ela e sua família sofreram, os quais analisarei no capítulo seguinte.

Maria das Graças é a fiel escudeira de Amelinha. Estavam sempre juntas nas mais diversas atividades políticas. Negra, analfabeta funcional de idade indefinida, especulava-se que tinha entre 70 e 75 anos. Nascida na zona rural de Glória do Goitá, é uma das filhas mais novas de uma família de nove filhos. Filha de tacheiro de um engenho de açúcar e uma agricultora, ela fugiu de casa aos 10 anos de idade porque *apanhava muito da mãe* e foi para a cidade trabalhar em casa de família: *eu ia batendo nas casas e perguntando se precisavam de uma pessoa para ajudar. Naquele tempo a gente não ganhava dinheiro não; era comida, alguma roupa...* (DC 04.06.05). Veio para Recife aos 12 anos de idade, junto com uma família na casa de quem trabalhava e perdeu completamente o contato com a sua família consangüínea. Contou-me que em toda nova casa em que ia trabalhar, tinha a expectativa de que a colocassem na escola para realizar o seu maior sonho: *estudar e ser professora. Mas não consegui. Fiz MOBREAL, mas não aprendi direito. Eu sei ler um pouco, sei escrever um pouco, mas aí dá para mim. Eu fui aprendendo mais participando das coisas.* (DC 04.06.05). É *mãe solteira*, mas não pôde criar o seu filho, que faleceu aos três anos de idade, vítima de sarampo, porque *vivia em casa de patroa*. Nunca se casou e nem *viveu amigada com homem nenhum*. Muito católica, freqüentava a Igreja da Paróquia com Amelinha.

Ela começou a participar das primeiras reuniões para a formação da Associação das Domésticas a convite de Dulce, que conheceu porque trabalhavam em casas vizinhas: *a gente passou 15 anos, como associação, como movimento político, participando das coisas, exigindo as coisas, já deixando de agüentar luxo dos outros. Exigindo e entrando de cabeça erguida. Para ninguém pisar mais por cima da gente, sabe. A gente começou nesse trabalho político sem entender muito de política, mas agora já entendo mais. Continuamos a luta e quando foi em 88, a gente passou a Sindicato; o primeiro Sindicato da Área Metropolitana da Cidade do Recife.* Através do Sindicato conheceu muitas pessoas dos movimentos sociais locais trabalhando em muitas das suas casas, como a feminista e ativista do movimento negro Eva Basso.

A sua relação com o FMPE derivou da sua inserção no Sindicato das Domésticas e, posteriormente, do Conselho de Moradores da Vila. Contou que esteve presente na reunião de fundação do FMPE:

Na primeira reunião, elas nos chamaram para participar, porque a gente já era Associação. Dulce brigava que só porque elas chamavam a gente, como chamavam o meio popular para participar, mas não davam valor. Você via que aquele povo que estava ali era o mesmo em cuja casa a gente trabalhava. Não davam a vez para você; às vezes você nem falar, você não falava, porque não tinha condições, já que as mulheres eram tudinho intelectual. A gente ia para aprender mais, sabe. E aprendemos bastante, um bocado. Hoje em dia a gente lida com qualquer uma, de lado a lado. Pelo SOS a gente foi descobrindo o que era feminismo. Eu acho que feminismo é os direitos iguais, é você lutar pelos direitos iguais, pelos direitos de mulheres. É você ser uma feminista, sem deixar de ser feminina, porque a feminista é mulher. Você não vê um homem dizer que é feminista, se bem que tem alguns já dizendo que são. Porque já tem algum homem assumindo, ajudando a mulher dentro de casa. Hoje em dia eu já me considero feminista, porque eu luto por mim e pelos outros, pelo meu direito e pelo direito dos outros (DC 04.06.05).

Ela esteve desde o princípio nas mobilizações por moradia que redundaram na construção da Vila, onde vive desde a sua inauguração na companhia do seu gato de estimação. Agora, já aposentada, continua a participar do Sindicato, das reuniões do FMPE, das assembléias do OP, do qual foi delegada pela sua região e eleita conselheira da Temática da Mulher pela sua região por duas gestões consecutivas. Além disso, é sócia da Uila Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras, recentemente fundada por Eva Basso.

Assim como Maria das Graças, **Adelaide** é antiga participante do Sindicato das Domésticas, desde o tempo em que ainda era Associação. Soube da existência da Associação numa Festa de São João, em que foi a convite de uma colega também doméstica, que trabalhava próximo a ela. Ali, em meio a outras domésticas, foi convidada a conhecê-la. Desde então, *me engajei de corpo e alma na Associação (DC 09.07.05)*. Negra, com ar tristonho e sério, analfabeta funcional, Adelaide nasceu em 1944, na zona rural de Rio Formoso, interior de Pernambuco, num engenho em que seu pai trabalhava. Pertencente a uma família de oito filhos, seis mulheres e dois homens, foi expulsa de casa por seu pai aos 12 anos de idade, quando descobriu que *não era mais moça: só sei que eu arrumei um emprego e vim trabalhar numa casa aqui de Recife, que o cara era cabo eleitoral e ajudava ao pessoal do interior. Daí eu vim trabalhar na casa dele onde trabalhei por muito tempo. Já em 62, eu conheci um outro cara, que ele era da polícia, e engravidei. Aí foi o meu fim. O cara não assumiu e nessa casa eu não podia ficar grávida. Eu tive o filho, e não aceitaram que eu ficasse com o filho (DC 09.07.05)*.

Contou, com pesar, que deu o seu filho para os seus pais o criarem e que ele, aos 15 anos, envolveu-se com drogas e foi expulso de casa pelo avô. Mandou-o para o Rio de Janeiro para viver com uma das suas irmãs. Lá ele se envolveu no crime, foi preso e

assassinado aos 17 anos. Adelaide casou-se com um vigilante com quem viveu por cinco anos, não tendo mais filhos. Em meados da década de 80 foi trabalhar na ONG Centro Josué de Castro, como *Serviços Gerais*, ao longo de nove anos. Foi quando estava ali que começou a *batalhar por moradia, moradia digna*, que redundou na construção da Vila: *Quando a gente chegou aqui foi muito difícil. Tudo sem marido, sem companheiro. E o pessoal, porque já tinha outras pessoas aqui, dizia assim: ‘vamos ter cuidado que vem um bocado de mulher sem maridos; vamos ter cuidado com os nossos maridos que tem um bocado de mulher, 25 mulheres aqui, sem marido!’* (DC 09.07.05). Esteve presente também na formação do Conselho de Moradores da Vila:

Não tinha canto para gente se reunir para melhoria da vila, porque com o Conselho a gente podia brigar, ir nos órgãos públicos e brigar pelo calçamento, por melhoria, por luz. Aí o pessoal se reunia aqui em casa, fazia reunião, tinha missa aqui. Quando foi num fim de ano a gente foi na missa, tinha um padre, o Pe Humberto, que eu já conhecia de outros movimentos, eu fui falar com ele ‘a gente quer fazer um conselho, uma casa para gente se reunir’. Ele chegou e disse ‘então vamos fazer uma casa, um conselho em que se reúnam e se celebre a missa’. Aí ele deu um dinheiro e a gente fez o Conselho de Moradores. Formamos a diretoria e teve a eleição, se cadastrou na prefeitura e foi reconhecido. Por isso a gente conseguia as coisas, não foi assim espalhado. A gente conseguiu porque a gente estava junto (DC 09.07.05).

Nas gestões de Amelinha, participou da equipe de apoio à diretoria do Conselho. Na última eleição, foi candidata à Conselheira Fiscal da chapa perdedora. Vive só, com seus gatos e cachorros. Mantém um contato assistemático com a sua família consanguínea: *eu não me dou muito com as minhas irmãs porque elas têm o jeito delas e eu não gosto*. Adelaide tem muitos problemas de saúde e, para os momentos de crise, conta com a ajuda *das meninas, as companheiras da luta*. Participa de diferentes movimentos, mas não frequenta o FMPE. Quando a perguntei sobre feminismo, ela disparou:

Eu não sou contra, assim, mulher com mulher, homem com homem. Eu não sou contra. Mas também eu não aceito. Cada um que faça o que acha que deve fazer. Na minha cabeça o feminismo está relacionado com isso. E tem a igualdade, eu também não sei, você ficar com um cara e ficar trabalhando e ele não ajudar você? Não! Ter um companheiro somente para a cama? Eu acho que isso não é assim. A gente tem um companheiro para a cama e para compartilhar as coisas. E se eu fosse moça, jamais eu me casaria e teria companheiro. Eu podia ter namorado. Mas certos tipos de homem que eu vejo por aí, irresponsável, para mim não faz falta. Homem não me faz falta não... (DC 09.07.05).

Foi através do Sindicato das Domésticas que se inseriu no Movimento de Mulheres porque, segundo ela,

nesse movimento você conversa, você chora, você ri, você grita... aí quando você volta para casa, você volta aliviada. Nesses cantos, você sempre tem apoio. Mas a gente [Sindicato] sempre foi engajada no Movimento de Mulheres, a gente lutava assim pelas condições gerais das mulheres, das pessoas, pela questão da violência contra a mulher. No SOS Corpo sempre tinha seminário, congresso, movimento do sindicato, eu viajei, fui para São Paulo. Também participei do Movimento Sindical. Eu não sou filiada à CUT, mas eu participo dos movimentos, do Grito dos Excluídos. Faço parte do movimento de Igreja, o Encontro de Irmãos, em que a gente discute os problemas dos mais pobres, a situação das pessoas. Do Orçamento Participativo eu participei dois anos como delegada da região, a prioridade da gente aqui era o saneamento e o calçamento. Eu sou do Conselho de Saúde, da Policlínica e da Maternidade do Ibura. Essas reuniões são muito importantes (DC 09.07.05).

Maria Rita preferia ser chamada pelo apelido, **Iazinha**, dado pelo seu avô materno, trabalhador rural e sindicalista, com quem participava das reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, interior de Pernambuco, onde nasceu em 1964. Sempre muito falante, logo que nos conhecemos disse-me: *tu vais ver, Alinne, eu não tenho papas na língua* (DC16.11.04) e, de fato, não parecia ter mesmo. É, como se costuma dizer em Recife, *galega*: branca, de olhos verdes, cabelos lisos castanho-claro, de baixa estatura, é a mais jovem do grupo. Filha de uma família de seis filhos, três homens e duas mulheres já falecidas, foi criada pelos avós maternos, agricultores, como se fosse filha. Estudou até a quarta série e, aos 17 anos, conheceu uma médica no posto de saúde próximo do sítio em que vivia que a convidou para vir para Recife, trabalhar como acompanhante da sua mãe idosa.

Conheceu a Associação de Domésticas pelo rádio, num programa em que davam informes sobre o seu andamento. Conseguiu o seu contato através da rádio e começou a se relacionar com a Associação e as associadas: *comecei a participar da Associação, em todas as assembléias eu discutia, conversando e aprendendo. Eu dizia: 'Olha, gente, eu estou aqui para aprender, eu quero aprender, porque eu saí do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, é muito diferente, aqui é outra coisa. Eu quero saber tudo de doméstica'.* Primeiro me botaram para fazer cursos, eu fiz cursos de culinária para me profissionalizar mais (DC 11.06.05). Com a fundação do Sindicato, em 1988, fez parte da sua nova diretoria. Contou-me que no tempo do seu maior engajamento no Sindicato viajava muito para congressos, conhecendo outras cidades e pessoas: *Para mim foi uma maravilha, porque eu aprendi muito, tomei gosto. Sabe, você tomar gosto com uma coisa, você se empolgar, querer ver mesmo aquilo crescer.* No entanto, por divergências internas acabou se

afastando do Sindicato, ao qual continua associada: *fizeram tudo para me afastar e eu muito ingênua, confiava demais. Se fosse hoje não, hoje eu tenho outra visão política. Aí a briga ia ser só política, não ia misturar a vida pessoal. E misturaram e eu fiquei muito ofendida, sabe? Aí, eu saí de lá! Renunciei, já tentaram para eu que voltasse, mas eu disse que ainda não. Ainda vou tomar o poder do Sindicato* (DC 11.06.05). Iazinha é muito crítica à atual presidente do Sindicato, Celina, que, do seu ponto de vista, está na presidência para auto-promoção, esquecendo-se da *luta das domésticas*. Essa cisão no Sindicato repercute no cotidiano da Vila e, conseqüentemente, na disputa pelo Conselho.

Iazinha fez parte das lutas pela construção da Vila, sendo sua moradora desde o início. Participava da Associação de Moradores da UR-10⁹², ocupando o cargo de secretária geral na gestão de 92-94. Quando se formou o Conselho de Moradores, passou a participar somente quando da primeira gestão de Amelinha, fazendo parte da equipe de apoio e, na reeleição, como secretária. Na última eleição, candidatou-se a Conselheira Fiscal pela chapa *Continuação na Luta*, a perdedora.

Foi através da Associação, e dos movimentos sociais dos quais participava, que Iazinha conheceu as suas patroas. Trabalhou na casa de ativistas do SOS; numa delas trabalha até hoje, há mais de 17 anos. Foi quando já estava nessa casa que retomou os seus estudos, fazendo supletivo de primeiro grau. Iazinha considera vantajoso trabalhar com ativistas: *pela questão da mulher, quando eu preciso conversar com ela, ela me orienta, ela me dá uma força muito grande* (DC 11.06.05). Conheceu o pai, que trabalhava como motorista de ônibus, do seu filho a caminho do trabalho. A partir do nascimento do seu filho, Carlos Alberto (oito anos), engajou-se num outro movimento, a Associação de Mães Solteiras de Pernambuco (APEMAS), a qual conheceu por intermédio da sua patroa ativista do SOS Corpo: *por eu ser mãe solteira foi que eu me interessei a me engajar na luta das mães solteiras, porque o pai do meu filho não o reconheceu* (DC 210305).

Ao mesmo tempo, o nascimento do filho arrefeceu a sua participação em outras instâncias:

eu mesma preferi me afastar de umas coisas, só deu para participar aqui, mas lá fora eu dei um tempo. Deixa Carlos crescer mais. Eu só vou para lugares que meu filho possa ir, aí eu levo ele. Mas se não pode eu não vou, eu não participo. Eu sempre quis um filho. Eu tentei com o namorado por quem eu era apaixonada, mas ele não quis. Com aquele outro safado, nem pensar! Talvez se eu tivesse engravidado dele, eu não sou a favor do aborto, mas eu tiraria. Eu sempre quis um

⁹² UR é a sigla para Unidade Residencial em que se organiza o bairro do Ibura. Há mais de 12 UR no bairro. A Vila situa-se dentro da UR-10.

filho. Eu já sabia que tendo filho eu ia mudar minha militância, ia mudar muita coisa na minha vida. Eu saía todo final de semana. Eu passeava muito, ia muito para a praia. Participava de tudo que era encontro, viajava. Viajei muito quando estava no Sindicato (DC 11.06.05).

Vive só com o seu filho e conta com a ajuda de Lucimar, doméstica, companheira de lutas e de cuja filha é madrinha. Tem parentes consangüíneos na Vila com quem não tem muita ligação por estarem ligados ao outro grupo, com o qual Iazinha tem atritos. Tem irmãos que vivem em Recife, e a visitam de vez em quando. Seu filho é o seu xodó, investe muito na sua educação, a fim de realizar o seu sonho de ter estudado mais, matriculando-o numa escola particular, muito cara para os seus padrões: *só para a escola vão mais de 100 reais. Está bem que eu não ganhe um salário, eu ganho um pouquinho mais, mas mesmo assim para mim é difícil, não dá para juntar um dinheirinho para melhorar a casa (DC 21.03.05).*

No movimento de mulheres, ela se engajou durante um tempo, a partir do Sindicato. Mas a relação com o feminismo vem da convivência com a sua patroa:

até então a visão que eu tinha de feminista antes era assim, que nem gostar de homem a mulher gostava e ela não. Tem uma visão também que a feminista é aquela mulher durona, aquela policial. Eu não acho ela assim. Aí foi a descoberta dessa consciência que eu tenho os meus direitos, de lutar por eles. Eu sou feminina com minha consciência feminista, porque eu luto mesmo pelos meus direitos. Eu acho que é a gente ter essa força dentro da gente mesmo, essa vontade mesmo de querer lutar e ir até o final pelos direitos. É essa questão mesmo de você ter consciência dos seus direitos, para você não ter medo. Porque tem muitas mulheres que têm medo dos homens, porque os homens dizem que quando a mulher trabalha fora ela fica muito cheia de direitos, muito respondona, querendo ser mais do que o homem. Eu digo por experiência própria com o pai dele, ele disse que eu era muito politizada, porque ele era acostumado a ter mulheres que quando ele falava as mulheres ficavam com medo ou obedeciam. E ele dizia que eu era muito forte para ele. E eu me considero, porque no momento que você é sozinha, assume uma casa, um filho... eu me sinto assim (DC 11.06.05).

Apesar do seu afastamento, Iazinha pretende retomar a sua militância e organizar um grupo de mulheres e lutar pelos seus direitos, porque sozinha acha que não vai muito longe: *Eu sinto uma necessidade porque no meu dia a dia, nos ônibus, nas paradas de ônibus mesmo, eu escuto uma mulher ser contra outras mulheres. Às vezes quero entrar na conversa, mas ela vai dizer 'A senhora é o quê?' E eu estou solta, sabe? Eu queria, como diz Dona Amelinha, formar um grupo para ver se a gente pode fazer um trabalho com essas mulheres. A minha visão é essa, de passar essa consciência para as mulheres, dos direitos delas, do valor que a mulher tem na sociedade (DC 11.06.05).*

Lucimar conheceu Iazinha no movimento das domésticas, do qual participa desde a sua chegada em Recife. É uma mulher jovem, negra, baixa, gorda, simpática e acolhedora, embora tímida. Vaidosa, preocupa-se com o excesso de peso, procurando fazer uma alimentação saudável e caminhadas, paras as quais arrasta Luciene, sua filha nascida em 1991. Tem um cacoete no olho direito, que fica piscando sem parar, ao qual ela chama de *o meu tique-tique nervoso*. Nasceu em 1959 no interior de Alagoas, zona rural de Porto Calvo e veio para Recife aos 20 anos de idade após uma surra que levou do pai. É a terceira filha de uma família de 12 filhos. Veio para Recife em busca de trabalho e da realização do seu sonho, impedido pelo pai e pelas condições de penúria em que vivia a sua família: estudar.

Já na cidade, trabalhando como doméstica, foi levada à Associação por uma colega que trabalhava na mesma rua. Logo trouxe uma das suas irmãs para viver com ela, a qual também se juntou ao Movimento de Domésticas: *daí, desde 87 a gente já tinha se engajado no mundo político, em passeata dos trabalhadores, em greve. Aí eu comecei a participar de tudo. Parecia uma doença para participar de tudo, de reunião política, de reunião de advocacia, de reunião de saúde, tudo que era reunião eu estava dentro. Eu participava de tudo do movimento popular, de festas, eu namorava... Eu ia porque eu queria aprender. Eu ia para a reunião de saúde não entendia nada. A linguagem deles, eu não entendia nada. Para mim eles tavam falando outra língua. Mas eu estava interessada e ia aprender* (DC 28.05.05).

Como se pode perceber, o engajamento político de Lucimar está associado a muitos outros sentidos. O espaço da militância era, sobretudo, um espaço de aprendizagem, onde se conhecia novas pessoas, se paquerava, se divertia e se abria a novas possibilidades: *Movimento de mulheres, especificamente de mulheres, eu tinha conhecimento de algumas meninas do SOS que faziam um trabalho na Associação, davam palestras. Mas meus compromissos eram seminários, encontros de que eu participava. O primeiro foi em Olinda, depois teve em João Pessoa, outro em Campina Grande, depois em Salvador, em Campinas, São Paulo e eu fui. Já nessas alturas eu estava me mobilizando para fazer a nova Constituição, de 88. A mobilização começou em 87, aí teve uma viagem para Brasília, teve uma votação lá e eu fui. Foram os melhores anos de que eu participei das coisas, porque depois o bicho pegou* (DC 05.06.05).

Foi numa festa do movimento que conheceu o pai de sua filha, com quem viveu pouco tempo, separando-se quando a menina tinha cinco meses de idade. O nascimento da filha implicou uma mudança na sua vida. Os estudos iniciados foram interrompidos e a sua

participação no movimento popular encerrada. Conciliar trabalho, cuidado com a filha, estudos e engajamento foi-lhe impossível. Bem-humorada, Lucimar brincava: *quando eu me aposentar, o que falta muito tempo ainda, eu vou me levar no movimento de velhos. Quer dizer, idosos, mas a gente chama de velho mesmo, porque é a linguagem de interior* (DC 28.05.05).

Refere-se à *luta* como um período de grande aprendizado, revelando uma vontade de aprender: *elas me explicavam as coisas e eu já queria colocar tudo em prática* (DC 05.06.05). No Sindicato, ela e sua irmã participaram das mobilizações para a construção da Vila, cada uma conseguindo a sua casa. Atualmente a sua irmã vive em São Paulo e a renda do aluguel da sua casa é administrada por Lucimar.

Após desentendimentos com *o grupo do poder do Sindicato*, afastou-se dele. O que refletiu também no seu engajamento no Conselho de Moradores da Vila. Passou a participar mais ativamente na primeira gestão de Amelinha, em 2000. Estava desempregada, sua filha morando com a avó paterna, e assim *entregou-se de corpo e alma ao Conselho. Participava de tudo que aparecia, como as reuniões com SOS para o projeto da reforma do Conselho* (DC 05.06.05). Nessa última eleição, ela foi candidata a Secretária de Finanças da chapa *Continuação na Luta*. Ao perguntar-lhe sobre o feminismo, Lucimar respondeu:

feministas têm a liberdade de fazer tudo, por exemplo, de ser lésbica. E é uma parte dela contrariar a natureza. Essa mulher com quem eu trabalhei, que me incentivava a ir para o movimento, ela era lésbica, ela ia para casa com homem e com mulher. E esse negócio de aborto, ela fez aborto dos filhos que ela engravidava, abortou todos. Eu fui contra, pelo menos eu fiz de tudo para não ter outro filho, mas quando eu engravidei... se eu saio com um parceiro, não uso nenhum preservativo, não uso nada, estou procurando. Agora se eu usar todos os métodos e engravidar, eu ia ficar um pouco revoltada. Mas na minha cabeça [feminismo] é ter um companheiro, cada qual trabalhar, ter o seu dinheiro, a sua renda, não aceitar apanhar, não aceitar ele beber, ele dizer desaforo, te esculhambar, te botar para trás, dizer palavrões... essas coisas eu abomino, detesto. Por que rachar despesa todo mundo tem que rachar, porque o pobre tem que trabalhar, tem que rachar despesas. Eu me considero consciente do que eu quero (DC 05.06.05).

Em relação ao tema feminismo, **Teresa**, também doméstica, atualmente diarista, e a única evangélica do grupo, tem uma concepção particular, muito embora não se distancie muito de alguns elementos elencados por suas companheiras:

vê as feministas como elas andam, eu não aceito não. Para mim, ser feminista, eu vejo como eu sou, corajosa. Trinta anos de Pernambuco, sem ninguém da minha família. Minha família agora é Taís [a sua filha] e a consideração que eu tenho ao pessoal do Sindicato. Eu venci, eu podia hoje não ser nada. Eu me sinto sim uma feminista, se feminista for isso. Eu me vejo assim, trabalhando, com saúde, com

dignidade, enfrentando uma comunidade difícil que nem essa. Porque eu vejo nas feministas um outro lado. Elas falam de gênero, e eu nem sei o que é isso. Mas esse comportamento, essa história de mulher gostar de mulher, homem gostar de homem, nem é bíblico, nem é suave aos pensamentos de Deus. Eu não acho que a pessoa que faz isso seja feminista, não. Eu quero lá saber daquilo? Eu não sou contra, nem a favor. Isso pode ser até outra coisa que eu nem sei explicar, mas eu me vejo feminista, mas não uma feminista desse tipo. Agora sobre aborto eu vejo assim, se for o caso de um estupro, eu acho muito normal. É difícil criar o filho de um marginal sem ela querer, é muito cruel. Aí vai ser ruim para a mãe e para o filho, porque a mãe não vai ter condições de amar, vai desprezar o filho. Ai vão sofrer os dois. Agora se puder evitar, evite, porque é uma vida que mata né (DC 11.06.05).

Teresa é uma mulher branca, baixa, gorda, usa óculos e está sempre vestida de forma muito austera: saias compridas, blusas bem fechadas e com os cabelos presos num coque. É meio taciturna, muito observadora, de pouca fala e sorriso tímido. Nasceu em Puxinanã, zona rural de Campina Grande, Paraíba, no ano de 1952. Saiu de casa aos 17 anos para trabalhar como doméstica na capital. Integrante de uma família de sete filhos, cinco mulheres e dois homens, de pais trabalhadores rurais. É analfabeta funcional, muito embora seu sonho fosse o de estudar e se tornar advogada: *só estudei esse primeiro ano, primeira série. Eu era muito inteligente, eu só estudei esse pouquinho e com isso eu me viro até hoje.* Foi para Recife em 1974, junto com a família com quem trabalhava. Quando chegou na cidade trabalhou em diferentes casas, numa delas, família de usineiros, foi acusada injustamente de furto das jóias da patroa e passou um tempo presa para que confessasse o crime. Foi nesse momento que *entrou para o Evangelho: eu passei uma semana presa, apanhando, sem comer, sem dormir, sem ninguém saber de mim. Foi aí que eu tive a minha escolha e eu agradei muito a Deus! Eu sou corajosa, porque até naquela Roubo e Furtos eu briguei até com o delegado. Ah, você tinha que ver, ele batia mas eu dizia para procurar a bandida da minha patroa, porque eu não tinha roubado nada; ele só vinha bater em mim porque eu era doméstica (DC 11.06.05).* Foi quando conheceu e se aproximou do Sindicato, que naquela altura era ainda Associação, onde encontrou apoio e *abriu um processo contra a madame, que não deu em nada.*

No Sindicato chegou a ser vice-presidente, participando ativamente pela construção da Vila. Mudou-se para a Vila na sua inauguração, em 1989: *foi muito difícil, a gente tudo assim sozinha, então a gente foi muito mal vista, as senhoras que tinham os seus maridos ficaram com medo que a gente tomasse os maridos. Mas graças a Deus ninguém tomou o marido de ninguém e até hoje nunca tivemos nossas casas apedrejada. Porque*

apedrejavam e botavam apelido na gente (DC 11.06.05). Depois da instalação da Vila, passou a ter conflitos no Sindicato, do qual se afastou e não participou da implantação do Conselho, cuja liderança estava a cargo do grupo opositor. Aproximou-se somente quando da gestão de Amelinha. Foi vice-presidente na sua segunda gestão e na última eleição concorreu como presidente, perdendo. Foi delegada do Orçamento Participativo pela sua região e também delegada da Temática da Mulher, mas eu não gostei mais não. Eu gostei mesmo foi de participar como Conselho de Morador, essa questão de comunidade, porque é uma coisa aberta. Você conhece todo mundo, é o problema de calçamento, é o problema de esgoto, é o problema de barreira caindo. É um pouco desgastante, mas é gostoso (DC 11.06.05).

O tema da solteirice e da maternidade atravessando as suas trajetórias políticas é uma constante. Com Teresa não é diferente. Contou que foi noiva várias vezes, mas não logrou casar com ninguém. Queria se casar com alguém do movimento, porque *se o cabra não é do movimento, você casa e não vai mais para a reunião porque o homem fica brigando. E quando é do movimento também, os dois vão juntos, fica mais fácil. Só que lá no movimento não arranjei marido.* Já na Vila, na Igreja que freqüentava, conheceu o pai de Taís, nascida em 1994, que é

um bruxo, um boto cor-de-rosa; ele começou fazendo palhaçada comigo. Vivemos dois anos juntos, mais aí eu o mandei embora. Eu tinha que trabalhar pra sobreviver, porque ele ia para o trabalho, chegava lá abusava, desempregava e ainda ficava dando fim às minhas coisas. Eu não quero homem desse jeito não! Tentei segurar porque tinha ela. É bom ter um filho com pai, mas não deu e a gente se separou faz 9 anos, hoje somos mais amigo do que antes. Eu sou grata, porque ela é a minha companhia. A gente sozinha fica muito solitária. Dá uma solidão, família tudo longe e com ela não, acabou a solidão (DC 11.06.05).

A maternidade, e as responsabilidades em que implica, também significou um afastamento da liberdade que representava a vida militante. Segundo avaliou,

mas eu devia ter continuado no movimento popular, sabe? Porque depois só foi dismantelo. Porque veio menino, veio menino sem saúde. E eu poderia estar com a minha casa bem melhor, vivendo bem melhor. Aí veio filho, teve aquele processo de separagem e a gente não fica mais a mesma. A coisa não anda mais como era, é mais responsabilidade. Agora não tem mais liberdade. Aquela liberdade que eu tinha de fechar a minha porta, sair de manhã e voltar onze horas, meia-noite. Não é mais a mesma coisa, então era melhor ter ficado no movimento popular. Paquerando por lá! Perdi muita coisa, muita, muita, muita mesmo. A gente se sente enferrujada, parece que deu ferrugem, porque a gente encosta as armas. E movimento político quando entra no coração da gente não morre, mas não fica mais como era. Você agora não presta mais para ir para os cantos, para os

encontros porque tem que ter a responsabilidade e agora com esse problema de saúde, é que fica pior (DC 11.06.05).

Por fim, deve-se ainda comentar a trajetória de **Maria Cristina**, doméstica aposentada, a mais idosa do grupo e, de longe, a menos imbuída do ethos da militância. Trata-se de uma mulher branca, baixa, gorda, grisalha, de olhos verdes e com olhar terno. Nascida em 1932 na zona rural de Arco Verde, interior de Pernambuco, é a caçula de uma família de agricultores com 11 filhos, três mulheres e oito homens. Veio para Recife em 1962, fugindo da pobreza do campo, depois de perambular por diferentes cidades do interior pernambucano, levada pelo pai de seu único filho. Nunca frequentou a escola, aprendeu *a assinar o nome e ler uma besteirinha por conta (DC 05.07.05)*. O pai de seu filho tinha uma outra família e a mantinha numa outra casa: *aconteceu que ele combinou comigo e arrumou essa casa e me botou dentro e pronto e a gente ficou. Ficou assim: ele ia lá em casa de 15 em 15 dias e quase não me dava nada, passei uma situação que só Deus sabe! Então ai eu fiquei grávida e ele desaparecia, passava dois, três meses sem vir e sei que o menino nasceu e ele dizia que o menino não era filho dele. Os homens têm essa mania de viver com a mulher, quando ela engravida dele, ele diz que não é seu filho, oxente (DC 05.07.05).*

Quando o seu homem migrou para trabalhar na construção de Brasília, a abandonou à própria sorte. Passou por vários empregos: *aí eu pedi, pedi mesmo com muita fé a Deus que me mostrasse uns meios de eu terminar de criar o meu filho perto de mim*. Acabou na casa de um casal recém-casado que foi viver em Recife e levou-a junto como doméstica, onde trabalhou 40 anos até se aposentar. Ajudada pela família, terminou de criar o seu filho, dando-lhe estudo. Aos 18 anos ele migrou para São Paulo, onde vive até hoje com a sua mulher e duas filhas.

Foi através de Dulce que conheceu a Associação das Domésticas e começou a participar das reuniões, das festas e da mobilização pela casa própria. A sua inserção no Sindicato, ao qual até hoje é ligada, tem um forte caráter lúdico: *Eu já andei muito, já lutei muito, agora eu fico em casa. Mas mesmo assim no segundo domingo de cada mês, aqui, acolá, eu vou numa reunião do Sindicato ou quando tem uma festinha*. O seu maior sonho era ter o seu próprio canto: *foi através do Sindicato que eu consegui essa casa para mim. Foi uma rosa que se abriu! Era a coisa que eu mais queria na minha vida, mas eu vivo rezando, pedindo a Deus. Queria que Deus me desse os meios, mostrasse uns meios de eu conseguir uma casa (DC 05.07.05).*

A sua participação foi restrita ao Sindicato, através do qual teve a oportunidade de viajar, conhecer outras cidades em função dos congressos e encontros de domésticas. Na Vila fazia parte da equipe de apoio à Diretoria de Mulheres, *para ajudar Amelinha e sair um pouco de casa*. Foi com esse espírito que ajudou a compor a chapa *Continuação na Luta*, ficando como suplente do Conselho Fiscal. Em relação ao Movimento de Mulheres e feminista, Maria Cristina nunca participou: *Eu só fui uma vez para uma reunião do Fórum que foi muita gente, lá no Derby, naquele negócio que tem lá...*⁹³ *E sobre o feminismo, eu não sei o que é não. Eu sei que tem o feminismo, que tem o SOS que é só de mulheres. Ali é feminista mesmo, eu só sei que tem o SOS que é feminista, mas o significado eu não sei. O que eu queria conseguir era uma casa, e eu consegui. Era o sonho da minha vida; consegui me aposentar e ter o meu dinheirinho, que eu vou buscar todo mês, o que que eu quero mais? Quero saúde, paz na minha vida. Só eu me preocupo mais é com o meu filho, porque ele vive em São Paulo, lá pagando aluguel, não ganha bem, ganha muito mal* (DC 05.07.05).

Após a apresentação de alguns elementos das trajetórias do núcleo de mulheres do Grupo de Mulheres da Vila que permaneceu junto, vemos algumas regularidades nas suas experiências de envolvimento político que nos remetem a uma nova possibilidade de compreensão do ativismo político feminino popular hoje. Muito embora esse seja o grupo que mais poderia se aproximar do perfil que se adequaria à matriz da maternidade militante, por ter se reunido em torno do Conselho de Moradores, por demandas mais voltadas para a melhoria da Vila e por terem, algumas de forma mais direta que outras, uma trajetória que atravessa a politização via Igreja Católica com sua valorização particular à figura da mãe, algumas regularidades presentes nas narrativas dessas mulheres, que guardam diferenças importantes entre si, remetem a outras possibilidades interpretativas, que considero cruciais e novas.

Tomemos, em primeiro lugar, a sua origem rural comum e de famílias numerosas. Nas narrativas o lugar ocupado pela migração para a cidade grande é dotado do sentido de uma alternativa para escapar das condições de privação material em que viviam, das situações de violência familiar em que estavam inseridas e uma busca de novas oportunidades, em melhores condições. Junto a essa mudança aparece o estudo como um valor, um sonho a ser potencialmente realizado na cidade grande. Sonho, na maior parte

⁹³ Refere-se aqui à reunião que deu origem ao FMPE.

dos casos, frustrado e relegado à próxima geração, como no caso das que têm filhos ainda pequenos. Já na cidade, o contato com o mundo do trabalho – via através da qual poderiam realizar os anseios de mudança de vida – propiciou também o contato com o mundo da mobilização política, que lhes abriu novas possibilidades, novos aprendizados, novos contatos com outras realidades, através das viagens, e conseguir outros trabalhos mais satisfatórios, que conjuguem o gosto pelo afazer e a garantia de uma sobrevivência mais confortável e prazerosa. Assim, o campo político passa a ser compreendido também como uma outra alternativa para a mudança de vida.

A recorrência das questões da conjugalidade e da maternidade presentes nas suas narrativas, de diferentes maneiras, nos levam a uma nova compreensão da relação entre ativismo político e família. Chama atenção o fato de apenas uma delas ser casada, e me parece que não por acaso ser a única que conseguiu chegar à presidência do Conselho de Moradores. Esse dado, por um lado, remete a uma tensão entre convenções de gênero e práticas na vivência cotidiana do ativismo político em termos micro-sociológicos, que serão melhor analisadas e exploradas no capítulo seguinte.

Por outro lado, a evocação recorrente do tema da solteirice, da maternidade solteira e das conjugalidades malogradas na maior parte das biografias dessas mulheres, associada ao engajamento político, fornece dois eixos interpretativos. Ao contrário do que assevera a matriz explicativa da “maternidade militante”, a maternidade na vida da maioria dessas mulheres, antes de ser um incentivo à participação política, foi um impeditivo da militância, do seu desenvolvimento no ativismo e de desfrutar as distintas oportunidades que esse campo potencialmente lhes abria. Revela-nos também que o engajamento nos movimentos guarda, para elas, um sentido muito particular: a abertura de um mercado afetivo-conjugal potencialmente promissor. No entanto, as experiências conjugais revelaram homens que não se adequavam, que também atrapalhavam o seu desejo de ter uma vida mais confortável, como explicitou mais claramente Teresa. O que nos remete novamente àquela tensão acima mencionada. Esses elementos também implicam uma disponibilidade precária para a entrega à militância, que redundava num enfraquecimento do Grupo.

O fato do Grupo ter se reunido em torno do Conselho, com demandas mais direcionadas a questões relativas à comunidade, mas que agrega também uma *luta* acerca das mulheres, o expõe à instabilidade das conjunturas políticas da Vila e o coloca num lugar de neófito no campo político feminista local, o que remete à categoria de iniciante nas redes de articulação política e também o caracteriza como pouco sólido. A consciência da

importância do investimento na solidez do grupo, de ter o apoio e as bases necessárias para angariar espaço no campo político local e, somente assim, chegar ao poder pode ser identificada mais claramente na formulação de Iazinha.

Além disso, o fato de o Grupo de Mulheres não ter nascido originariamente em prol da luta das mulheres, o faz enfrentar outras adversidades, como por exemplo, a adequação às novas gramáticas políticas vigentes, como se pode perceber na ambivalência que marca as suas formulações e adesões ao feminismo predominante com o qual têm contato. É recorrente a associação de feminismo e homossexualidade ou ainda do direito ao aborto, como fica mais claramente definido na posição de Teresa sobre o que *não é suave aos pensamentos de Deus*. No entanto, parecem mais facilmente se aliar a um feminismo da igualdade, da luta por direitos iguais aos homens e às mulheres, como se pode perceber nas formulações de Amelinha e Lucimar. A recentidade do Grupo e da sua relação com essas novas gramáticas são reveladas pela apropriação claudicante do discurso feminista predominante, tendo-se em vista as diferentes concepções sobre os objetivos do movimento e da qualidade do ser feminista. Muito embora a retórica de Amelinha seja distinta, há uma maior proximidade, uma mais fácil aderência ao discurso do feminismo de direitos, da igualdade e contra a violência que acomete as mulheres, em detrimento do feminismo da liberdade sexual, da sexualidade e do aborto.

A trajetória de Amelinha parece sintetizar uma tensão na adequação às novas gramáticas políticas predominantes. A sua politização deu-se diretamente através de uma matriz mobilizatória de organização popular ligada à Igreja, numa conjuntura marcada pela ditadura. Quando reinicia a sua militância, já no final da década de 90, vem imbuída daquela formação política anterior e passa a entrar em contato com novas matrizes atualmente predominantes, como a do movimento feminista contemporâneo e a do movimento popular local que se reestrutura sob a égide petista. Essa transição parece revelar uma certa dificuldade de incorporação das novas gramáticas políticas agora vigentes.

A essa altura cabe ressaltar também a presença recorrente, variada e discreta de Dulce, a presidenta de honra do Sindicato das Domésticas e iniciadora do movimento na cidade, nos relatos biográficos das mulheres do Grupo da Vila. Tal presença parece reunir a influência política do Grupo de Mulheres da Vila, o que pode representar uma concorrência à figura política de Amelinha. A figura política de Dulce representa um elo de ligação entre diferentes movimentos, e portanto influência de diferentes matrizes políticas na experiência

dessas mulheres, tais como: da igreja católica, sindical, de moradia e feminista. Talvez esteja aí situada a tensão que redundou na cisão do Grupo de Mulheres da Vila.

E finalmente, um último comentário acerca do atributo de gênero e poder que dota de sentido esse ativismo. É recorrente nas suas narrativas referências às suas próprias força e coragem necessárias para o bom combate da vida cotidiana e da política, em especial, no contexto adverso da política comunitária, em função da forma como percebem a sua comunidade e se estabelecem as relações entre a vizinhança. O atributo da coragem, que se constitui na trajetória política ligada à militância por moradia e com forte influência do movimento político católico, na sua retórica, aparece relacionado a duas fontes. De um lado, ele vem da inspiração divina, já que é da *fé em Deus* que retiram as forças e a coragem para seguir adiante, o que revela a sua forte ligação com a politização via Igreja católica. De outro, está ligado às condições de sozinhas, solteiras e mães, as quais requerem uma força e uma coragem maiores para darem conta das múltiplas demandas da vida, em especial sem a ajuda dos consangüíneos, os quais têm um lugar muito periférico nas suas vidas.

Frente a tais experiências aqui expostas, o que podemos identificar como uma novidade na forma de compreender o ativismo político feminino popular atualmente? Vejamos.

4.5. Ativismo feminino popular, o que há de novo?

No seu estudo, Caldeira (1987) já chamava a atenção para a heterogeneidade de formas de participação política das mulheres das camadas paulistanas de baixa renda com quem pesquisou. A autora identificou quatro tipos de lideranças: 1. ligadas à Igreja Católica, que era a maioria. Eram organizadoras de grupos, de clubes de mães, de trabalhos pastorais e de reivindicações e ligadas a instâncias orgânicas da Igreja; 2. aquelas que caracterizou como “agentes externos”, que não viviam no bairro e estavam ligadas a partidos ou grupos feministas. Eram organizadoras de movimentos em prol da saúde, pela obtenção de creches; 3. as líderes de Sociedade Amigos do Bairro (SABs), que eram em menor número e presidiam as Associações de Moradores e 4. aquelas ligadas a partidos, que atuavam de duas formas: como cabos eleitorais exclusivas ou que realizam trabalhos de reivindicação por conta própria (Caldeira, 1987: 86-87).

Duas décadas depois, e em especial no contexto investigado, com uma forte preeminência do movimento feminista, com a pluralização de referenciais mobilizadores,

com o recrudescimento de ONGs e de investimentos de agências de cooperação internacional, com o arrefecimento do referencial mobilizatório da Igreja Católica, o quadro mudou um pouco.

O objetivo de trazer as experiências de mobilização e ativismo político distintas aqui analisadas buscou, principalmente, desvelar a heterogeneidade das *mulheres de base*, tidas como um bloco homogêneo no campo político feminista local, e identificar novos elementos para se compreender a experiência de ativismo feminino popular. Muito embora elas guardem diferenças importantes entre si, elas demonstram que, se na década de 80 a maioria das mulheres se mobilizavam em torno da Igreja Católica, no contexto histórico estudado a influência predominante dessas mobilizações se situa em torno do movimento feminista.

Se a matriz mobilizatória feminista não contribui completamente para pensar o ativismo feminino popular, já que muitas das principais informantes do movimento popular têm uma relação ambivalente com o ideário feminista, pelo menos ela significa um importante marco nos casos analisados, sobretudo por guardar em si um exemplo de militância profissionalizada bem-sucedida, cuja principal referência é o SOS Corpo. O que parece ser o ponto fundamental para a inflexão que se percebe contemporaneamente nos sentidos atribuídos ao ativismo político pelas mulheres das camadas urbanas de baixa renda pesquisadas é a associação entre gosto e sobrevivência que a militância profissionalizada parece representar. Ou seja, como afirmou Lucimar, no excerto que abre esse capítulo:

eu queria trabalhar em coisa feito o SOS Corpo. Ou outra instituição parecida, em que eu tivesse um tempo para trabalhar, podia ser por hora, por exemplo... um período só, um horário, seis horas, oito horas, e os outros tempos era para eu estudar e participar de congresso, de encontro, conferência... do meio político. Tudo para eu crescer (DC, 28.05.05).

A relação entre movimentos feministas e movimentos populares de mulheres é historicamente carregada de tensões. Contudo, após 35 anos de mobilização feminista ininterrupta no Brasil pode-se perceber alguns resultados dessa relação, que não implicam necessariamente em tensão. Comparando-se as diferentes concepções acerca do feminismo e do atributo ser feminista entre as protagonistas das experiências aqui etnografadas, podemos perceber que as concepções e o maior ou menor grau de adesão às principais bandeiras feministas locais (violência contra a mulher e aborto) variam proporcionalmente ao grau de notabilidade e consolidação dos grupos no campo político feminista local.

Ou seja, as idéias de Eva Guimarães e o prestígio do Grupo de Mulheres do Morro da Velha são as que mais se aproximam daquelas defendidas pelo feminismo recifense predominante. Já diferentes concepções das mulheres do Grupo de Mulheres da Vila (Amelinha, Maria das Graças, Lucimar, Iazinha, Adelaide, Maria Cristina e Teresa) e das ativistas da Associação Pró Mulheres, representadas por Olívia Lima, identificam-se com um feminismo da igualdade que propõe a defesa dos direitos femininos e o combate à violência contra as mulheres, elementos mais palatáveis ao universo dessas ativistas, do que o feminismo que propõe a liberdade sexual e a defesa do aborto. Há, como se pode perceber, uma maior permeabilidade do ideário do feminismo do “quem ama não mata”, do que do feminismo do “meu corpo me pertence”, para utilizar a distinção feita por Corrêa e Vianna (2006). Até aí, novidade nenhuma. A viragem parece estar no apelo que a militância profissionalizada, representada pelo feminismo predominante local, tem entre esses grupos de mulheres do movimento popular.

Ao meu ver, o grande nó de sentido que marca a inflexão da matriz mobilizatória do ativismo feminino popular está na conjugação entre **militância e expectativas de ascensão social**. No contexto político em que se situam essas experiências aqui analisadas, constituído por estruturas de prestígio e poder, a matriz da “maternidade militante” torna-se anacrônica para a compreensão desse ativismo. Quando não é apenas secundária, a maternidade torna-se um empecilho para o pleno desenvolvimento no ativismo e para a exploração de todas as suas potencialidades, como vimos, em especial, na experiência do Grupo de Mulheres da Vila. Além disso, há a necessidade de consolidação dos grupos para a entrada na complexa trama da rede de articulações de forma a garantir um espaço e a ascendência nessa estrutura de prestígios. E, numa chave interpretativa que busca os sentidos de gênero contidos nesse campo político, percebe-se uma atribuição de sentidos de gênero no masculino, como a coragem e a força, exaltados entre elas, que rechaçam os ideais de uma política feita no feminino, com valores como abnegação, altruísmo, cuidado, cooperação. Estão em jogo projetos pessoais de mudança de vida através da inserção no campo político, e para se estar nele há que se apropriar dos códigos e atributos vigentes, que, no caso, parecem estar sendo definidos pelo feminismo predominante.

Tomando-se comparativamente o argumento de Caldeira, que demonstra que entre as suas informantes a maternidade servia, discursivamente, como um argumento legitimador para a sua saída de casa e entrada na vida pública da política, aqui há algo distinto. Atualmente, percebe-se uma ampliação das possibilidades discursivas

legitimadoras para o ativismo feminino popular, o que coloca a maternidade num outro plano. Muito embora na prática a família, os filhos, a maternidade, a conjugalidade estejam presentes e a busca pela ascensão via política envolva essa dimensão da vida dessas mulheres, parece não carecer mais da sua legitimação. Ou seja, nos dois casos (no analisado por Caldeira e no por mim pesquisado) a família, na prática, continua presente e os filhos importantes, mas não centrais. Os dados etnográficos que trouxe revelam uma adequação a uma nova gramática política definida pelo feminismo predominante localmente.

Em se tratando de mudanças no sentido atribuído à maternidade como legitimação para a militância política, resta saber como a parentalidade, a conjugalidade e o parentesco se configuram e se adequam a tais mudanças. Para refletir sobre essas questões, no próximo capítulo analisarei mais aprofundadamente a experiência das disputas políticas na Vila, buscando estabelecer nexos entre o campo político feminista mais amplo, as suas estruturas de prestígio e privilégio e os seus sentidos de gênero e poder, e o campo da micro-política da vida cotidiana local, a repercussão nas convenções de gênero, de parentalidade, conjugalidade e parentesco.

CAPÍTULO V

DA POLITIZAÇÃO DA MATERNIDADE À POLITIZAÇÃO DO COTIDIANO: CONEXÕES, GÊNERO E TRAMAS DE PODER NA VILA

*Ele bebe ainda, mas agora não me bate mais. Porque se ele vem se alterando eu já vou logo ameaçando: ‘te cuida, hein, agora as mulheres não são mais comandadas, os homens é que são’. Outro dia a gente tava vendo televisão e deu aquela propaganda da lei das mulheres e daí eu disse para ele: ‘viste, agora é o **tempo da lei das mulheres**, agora o homem é que tem que se cuidar, quem manda é a lei das mulheres. Daí ele fica na dele. Qualquer coisa eu já digo, olha a lei das mulheres!’*
(Dona Vicentina, Porto Alegre, abril de 1999)

Pesquisando sobre o tema relações de gênero e política, me deparei casualmente com esta narrativa de Vicentina⁹⁴, uma dona de casa, sem qualquer experiência de ativismo político, negra, aparentando 40 anos, moradora de um bairro de classe baixa de Porto Alegre/RS. Mesmo não tendo nenhuma relação direta com o movimento feminista, Vicentina apropriou-se, nesse caso, de um discurso político disponível a fim de renegociar a sua relação conjugal. Mas não é somente por esse elemento que o fragmento nos interessa aqui. A formulação “tempo da lei das mulheres” chama a atenção pela importância a ela atribuída na sua narrativa.

Com o uso da expressão, arriscaria dizer, Vicentina expressa a existência de algo novo, o reconhecimento da criação de um “tempo próprio para o desempenho de atividades consideradas importantes pela sociedade” (Palmeira, 2002:173). Dito de outra forma, parece se tratar da inscrição de um dos mais importantes signos políticos da luta feminista no repertório cultural (Heilborn e Sorj, 1999; Gregori, 1993, 1999). Mas qual seria a relação entre a experiência cotidiana de uma mulher sem qualquer relação com o campo político feminista, de um bairro de baixa renda porto-alegrense, com a experiência política cotidiana de um grupo de ativistas das camadas de baixa renda de um bairro periférico recifense?

A própria expressão forjada no bairro periférico gaúcho, “tempo da lei das mulheres”, suscita a pensar nas relações entre o campo político feminista recifense e a vida cotidiana na Vila. Como se dá essa permeabilidade no contexto investigado? Uma primeira característica que chama a atenção na etnografia realizada junto ao Grupo de Mulheres da

⁹⁴ O nome é fictício.

Vila relaciona-se à inseparabilidade entre política e cotidiano. É interessante comparar essa situação com a expressão “tempo da política” de Moacir Palmeira (2002).

Para o autor, a expressão “tempo da política”, encontrada em muitas de suas pesquisas sobre movimentos sociais e mobilizações políticas, para além de corresponder a uma datação, remete a “uma certa maneira de a população recortar/representar a estrutura social. Trata-se menos de estabelecer um desenho qualquer de temporalidade e mais de descrever ou de postular um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento” (Palmeira, 2002:172). No entanto, no caso aqui analisado, a política parece ser pervasiva ao cotidiano das mulheres que fazem parte dessa investigação, o que poderia ser compreendido como uma “hiperpolitização” do cotidiano.

Nesse sentido, interessa ressaltar que, em pesquisa junto a mulheres participantes de um clube de mães noutro bairro periférico de Recife, Couto (1996) identifica o que define como “uma crescente e paulatina dependência da família a várias agências externas; o que vem dando às mulheres novas experiências, mesmo quando as suas ações se restringem ao espaço doméstico” (p. 105). Muito embora se tratem de relações distintas entre política e cotidiano, parece se configurar uma regularidade na aparição recorrente de diferentes instâncias do campo político no cotidiano da vida dos bairros periféricos de grandes cidades, como Porto Alegre e Recife.

Nesse capítulo utilizarei a etnografia do cotidiano do Grupo de Mulheres na Vila e da eleição do Conselho de Moradores como recurso heurístico para analisar os significados em ação do ativismo feminino popular posto em prática pelo Grupo de Mulheres da Vila, o qual se afasta da matriz explicativa da “maternidade militante”. As diversas facetas da sua práxis política, bem como a produção de significados em ação, no diálogo com o campo político feminista analisado nos capítulos anteriores, nos leva a compreender como a política se imiscui na vida cotidiana e revela sentidos de gênero, outras dinâmicas familiares e de parentesco, bem como outros significados de conjugalidade e parentalidade.

5.1. Uma vila no feminino

Para o desenvolvimento do argumento desse capítulo, faz-se necessária uma contextualização inicial acerca do surgimento da Vila. Ao longo do meu convívio com o Grupo de Mulheres da Vila ouvi, repetidas vezes, a história da sua origem contada pelas minhas interlocutoras. Muito embora as versões tenham pequenas diferenças entre si, há um

núcleo central que aparece em todas elas. Segundo contam, a Vila partiu da *necessidade da empregada doméstica sair do quarto da patroa, de ter a sua própria casa* (DC 16.11.04). A então Associação das Trabalhadoras Domésticas mobilizou-se para demandar à Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco (COHAB) habitações populares para as suas associadas. No processo de negociação com a gestão do governador Miguel Arraes, eleito em 1986, para cuja eleição se empenharam porque o consideravam um *governador popular*, a categoria das empregadas domésticas conseguiu garantir 25 casas do conjunto habitacional. O processo de negociação com o governo do Estado, bem como os termos em que tais negociações foram feitas, interessam ser analisados mais de perto, posto que revelam, desde a sua origem, um confronto com um **determinado modelo de família** ao qual estão associadas determinadas **convenções de gênero** no próprio processo político de constituição da Vila, elementos que se repetirão no processo de disputa eleitoral pelo Conselho de Moradores.

Collier, Rosaldo e Yanagisako (1992) lembram-nos de que o conceito de família se consolidou no pensamento social ocidental como uma instituição humana universal, lugar do afeto e da cooperação e que se constitui numa oposição simbólica ao mundo público, do trabalho, da política. Preocupadas em relativizar essa normatização da família, que definem como um “construto ideológico”, as autoras sugerem que para entendê-lo temos de mapear o sistema mais amplo de construtos do qual ela é somente uma parte. Levando-se em conta essa sugestão, questiona-se sobre o construto ideológico da família vigente no pensamento social brasileiro.

Tema clássico nas Ciências Sociais brasileiras, os estudos sobre família consolidaram o conceito de “‘família patriarcal’, [que] como tem sido utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala em família no Brasil” (Corrêa, 1994: 27). Tendo-se em vista esse conceito normativo sobre a família brasileira, a ênfase recaí sobre a idéia de família como um valor (Peixoto e Bozon, 2001), ou mais como um “modelo cultural do que como instituição a ser investigada” (Gregori, 2007: 02).

Contudo, desde a década de 80 os estudos sobre família no Brasil “têm apontado para o fato de que [ela] não deve ser pensada de maneira homogênea, mas como universo multifacetado e com múltiplos arranjos, e que, ao tratá-lo, convêm supor diferenciadores de classe social, de gênero e de idade” (Gregori, 2007: 03). A idéia subjacente desde então é a de que “menos do que uma forma de família – a brasileira – nós deciframos arranjos

familiares, com composições complexas e dinâmicas associadas ao fato de que não há uma adequação necessariamente coerente entre valores e práticas” (idem, p. 04).

Em se tratando de compreender um ativismo que contesta a matriz explicativa da maternidade militante, faz-se necessário compreender as convenções e as práticas à volta dos arranjos familiares do Grupo de Mulheres em questão. Assim, é com base na idéia de que há múltiplos arranjos familiares possíveis que passarei a compreender a tensão entre um modelo de família, presente desde a concepção do projeto de construção da Vila e que se estende no seu cotidiano, e os arranjos familiares que se constituem nas práticas das mulheres investigadas, os quais, por sua vez, correspondem a convenções de gênero particulares. Começamos pelo fragmento da narrativa de Lucimar sobre a luta das domésticas pela construção da Vila, que é elucidativa nesse sentido:

*Lucimar: A proposta de campanha de Arraes era casa para quem ganhasse de zero a três salários mínimos e a gente, que ganhava salário mínimo, estava dentro. Ele era o único que tinha a proposta em que realmente a gente encaixava. Aí, no primeiro ano de governo, a **proposta de cem casas para a família das domésticas, com filho, marido, não saiu**. No segundo ano a proposta pulou para cinquenta e não saíram as cinquenta, e a gente no pé do homem. Aí no terceiro ano pulou para 25 casas e daí a gente apertou para assinar o convênio logo. Aí saíram as 25 casas. **O critério era ser associada, de preferência alguns anos, e com família: filho, marido, pai, mãe...** Cada doméstica que tivesse filho, marido, pai, família que dependesse dela. Tinha algumas que não tinham filhos, como eu e a minha irmã que vive hoje em São Paulo, mas a gente era associada, pagava em dia a associação e estava na frente da luta... A gente foi e pegou no pé da secretaria do secretário de habitação. Teve uma reunião e a gente foi lá pro prédio da COHAB, um grupo grande de doméstica para conversar direto com o assessor de Miguel Arraes. Pense num chá de cadeira. A gente começou a gritar nos corredores ‘se não nos receber a gente não faz mais campanha!’ A gente começou a fazer confusão nos corredores e já estava terminando o mandato do homem, fazia três anos...*

Alinne – Mas vocês conseguiram mudar o critério para receber as casas, já que vocês não se encaixavam no critério, não tinham família nem filhos?

*Lucimar – Depois do convênio assinado com ele, que era o mais difícil, a gente foi tirar entre as domésticas, aquelas que estavam mais na luta. Porque as que tinham família, nessas alturas, já tinham comprado casa, tinha parente que tinha dado um pedacinho, outras que tinham partido pra invasão... Outras domésticas não queriam vir praqui, queriam ficar perto do trabalho e foram abrindo mão. **Tanto foi que a maioria que ficou não tinha filho, e as que tinham, já eram grandes ou tinha menino que era pequeno, mas morava com o pai... Foi tanto que ficaram cinco***

domésticas que não tinham filhos porque as meninas não quiseram vir para cá por ser muito longe e muito feio. Tanto que veio uma doméstica já aposentada e quis voltar a morar no emprego, porque a casa era muito feia, a rua não era calçada, não tinha água encanada, a fossa era aberta. Ela viu a situação e botou para chorar, ficou em depressão, não comia, não bebia, não dormia e voltou pro emprego. Depois ela se arrependeu muito. Hoje ela mora no interior, pagando aluguel de quartinho, porque a patroa não agüentou mais. Só sei que nessa política a gente cozinhou a cabeça da Secretaria dele e a gente conseguiu. Foram as meninas que estavam mais integradas no movimento, engajada mesmo e queriam moradia (DC 05.06.05).

Essa mobilização, que redundou numa conquista coletiva, é contada com uma riqueza de detalhes e orgulho, enfatizando o árduo processo de efetivação da construção e da garantia de posse das suas casas. Iazinha contou-me mais alguns detalhes:

*Depois da primeira invasão, a COHAB nos trouxe logo para morar aqui, para garantir as casas e evitar que invadissem. As casas não estavam prontas, mas tivemos que ocupá-las mesmo assim. Não tinha nada: sem energia, sem água, eu usava luz do candeeiro. O pessoal nos ameaçava de 12. A gente ficava com medo de sair para trabalhar e quando voltasse não ter mais casa. Foi uma baixaria, veio polícia, imprensa.... daí o presidente da associação da UR-10 nos deu uma ajuda. Chamou uma reunião na associação e fomos. O pivô de tudo passou a ser as domésticas. O pessoal da invasão que a polícia queria tirar se virou contra nós, ouvimos tudo quanto era desaforo: ‘**essas mulheres sozinhas, essas peniqueiras**⁹⁵!’ Nos ofenderam muito (DC 21.03.05).*

Elementos semelhantes também aparecem na história que me foi contada por Celina, doméstica aposentada e atual presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Região Metropolitana do Recife, cargo que ocupa há sete anos. Cansada da presidência do Sindicato, Celina não via a hora de se livrar dessa representação para se dedicar ao Uila Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras, da qual faz parte, e à sua paixão, que é a escola de samba de que participa. Celina é *mãe solteira* de um filho que já lhe deu três netos, cuja madrinha é Amelinha. Nunca quis se casar, na única tentativa, segundo ela, quando estava *perto do casamento ele veio com grosseira. Daí pensei bem e vi que ele ia maltratar o meu menino e não quis mais. Com o pai dele também não deu certo, ele queria controlar a minha vida, não quis registrar o menino, não ajudava, então resolvi botar ele para correr. Criei meu filho sozinha, sem precisar da ajuda de ninguém, e estou bem assim.* Vive só na Vila e fez parte da sua constituição, bem como apoiou as gestões da diretoria de Amelinha no Conselho, de quem é antiga amiga e companheira de lutas *desde o*

⁹⁵ O substantivo “peniqueira”, de acordo com o dicionário Houaiss, é um regionalismo típico do Nordeste brasileiro, de uso pejorativo, utilizado para designar a criada encarregada de quarto e, no caso das minhas interlocutoras, um sinônimo de empregada doméstica de forma geral.

tempo da Ação Católica, do movimento de Igreja. Na atual eleição, como veremos mais adiante, Celina afastou-se do Grupo de Mulheres da Vila em função da *nova cabeça de chapa*, Teresa, com quem tem divergências políticas em função do Sindicato, e apoiou a chapa adversária.

Sobre a constituição da Vila, Celina relatou: *quando começou o convênio com a COHAB, eu me encorajei e vim para cá, porque vinham 25 domésticas. **Se tivesse que vir sozinha, eu não viria, mas como vinham as colegas eu me encorajei.** As minhas irmãs me perguntavam o que eu ia fazer na Vila sozinha; diziam que eu não ia me adaptar. Mas eu dizia que ia vir, e se não me desse, entregava a casa e voltava. Mas acabei me dando bem e ficando.* Contou que não fora fácil frente aos problemas das invasões, da distância do seu local de trabalho e da dificuldade do transporte, sem contar a discriminação de que elas eram alvo na Vila: *tem preconceito até hoje. Tem um vizinho que é funcionário público que vive criando caso com a gente, fica nos chamando de peniqueira. **Tudo isso porque das 25 domésticas que vieram, apenas uma tinha companheiro.** Todas as outras tinham paquera na rua e não traziam para casa. Daí quando a gente veio para a Vila todas as **mulheres ficaram achando que a gente ia mexer com os homens delas ‘ah, esse bando de mulher sozinha’.** Foi um trabalho, mas a gente não desistiu. Se a gente fosse mole, a gente não tinha ficado, mas a gente ficou* (DC 23.03.05).

Num almoço feito na casa de Teresa, onde o Grupo de Mulheres reuniu-se, as lembranças sobre o início da Vila e da sua vida ali nortearam as conversas entre as comensais. A certa altura comentaram que *sempre foram de respeito*, que quando chegaram na Vila *sofreram muito preconceito e discriminação das mulheres da vila*, por acharem que elas, por serem ***mulheres sozinhas, iam roubar os seus homens.*** Orgulhavam-se em dizer que nunca se envolveram com *os maridos das vizinhas* (DC 11.06.05).

É interessante de se perceber que nas mais distintas narrativas há sempre uma referência ao fato de **serem mulheres sozinhas, sem família e/ou sem homem.** Parece-me haver aqui um importante nó de sentido para se compreender as convenções de gênero, de família e o mundo político no cotidiano da Vila. O modelo de família com o qual lidam, desde o projeto político governamental para a Vila, aponta para um modelo que reproduz o padrão de família nuclear assentado na tríade mãe-pai-filhos, mas que também tem abertura para a família extensa, incluindo os pais, por exemplo. Há, na base, o modelo de família que deriva de uma concepção de parentesco consanguíneo, convenção de parentesco nativa

ocidental como demonstram criticamente muitos estudos voltados para o tema (Collier e Yanagisako, 1992; Yanagisako e Delaney, 1995; Strathern, 1995; Carsten, 2000 e Franklin e McKinnon, 2001). No entanto, como se pode perceber nos seus relatos, os arranjos familiares mais comuns entre elas são o de *mães solteiras e de respeito*, como costumam remarcar, com um filho. Os homens, com exceção do caso de Amelinha, são passageiros em suas vidas. No entanto, quando permanecem parecem ter um lugar muito pouco expressivo como é o caso de Seu Jair.

Na tensão entre convenções culturais e arranjos práticos, experienciada por essas mulheres - percebidas através da perspectiva da militância política -, há muitos elementos para os quais gostaria de chamar a atenção. Os seus arranjos familiares, muito embora pareçam dissonantes com uma convenção de família e parentesco vigente, seguem um padrão de arranjo familiar encontrado entre a população pobre de Recife. Scott (1990) em pesquisa junto a população semelhante, porém sem qualquer trajetória de militância política, identifica a predominância do arranjo familiar matrifocal associado à responsabilidade feminina pelo sustento da casa e dos filhos.

O pesquisador, preocupado em analisar o ciclo do desenvolvimento doméstico entre essa população, buscou compreender a dissonância entre a asserção recorrentemente encontrada entre as mulheres de que “uma mulher sem marido não é nada” e o padrão de separação. Segundo o autor, ter um marido “reporta-se a uma estratégia que não passa, necessariamente, pela questão de ‘sobrevivência’ e aumento das fontes de renda” (p. 44). Não é, necessariamente, a capacidade de provedor que está em jogo, já que o desemprego e a falta de renda masculina é uma constante (Nascimento, 1999). Antes, a presença do marido está associada à melhoria da auto-avaliação do *status* da mulher, à sua reputação em ser uma mulher respeitável.

No entanto, se a escolha do marido não for bem feita, a reputação feminina não está garantida, “tanto em função dos ganhos baixos e inseguros, como pelas atividades recreativas e amorosas do marido” (Scott, 1990:44). Assim, segue o autor:

é evidente que, com a passagem do tempo, a presença de um marido que ao mesmo tempo é pobre, dá trabalho e é ‘desrespeitador da casa’ desfaz qualquer garantia de ‘reputação’ para a mulher. Tudo isto é, evidentemente, acompanhado por uma diminuição na satisfação sexual. Na medida em que se torna público o desrespeito, o casamento se modifica em algo que rebaixa a mulher e a separação se torna inevitável (p. 44).

Tal análise pode ser comparada às interpretações correntes sobre o universo moral das camadas urbanas de baixa renda, que enfatizam uma organização familiar baseada no “princípio da reciprocidade”, como o “elemento estruturante de sua moralidade a partir do qual explicam suas regras e seu lugar no mundo social” (Sarti, 1995:140). A ele se associa o princípio da complementariedade como a regra sociológica que funda o modelo de conjugalidade, segundo a qual o feminino e o masculino possuem diferentes atribuições e obrigações dentro da relação familiar.

Do marido, espera-se o bom desempenho do seu papel ao prover a família tanto material quanto simbolicamente - garantindo proteção e respeito social - enquanto que da esposa espera-se a fidelidade sexual - através da demonstração pública da evitação a outros homens -, o cuidado dos filhos e da casa (Sarti, 1989, 1996; Fonseca, 1987, 2000 e Zaluar, 1994). Assim, dentro do código de moralidade destes grupos

vergonha, respeito e juízo são as medidas de avaliação das pessoas - avaliação de seu comprometimento maior ou menor, de sua capacidade ou ensejo maior ou menor de cumprir com as regras de uma reciprocidade social que é muito ampla, mas que encontra na relação homem/mulher seu palco fundamental, crítico, dramático - eventualmente trágico (Duarte, 1987: 220, grifos do autor).

No entanto, o padrão de separação encontrado por Scott parece se relacionar ambivalentemente com essa convenção moral de organização familiar e conjugal, apontando para um campo de escolhas femininas que passa pela avaliação da adequação dos homens. Tomando-se o caso do Grupo de Mulheres, que têm em comum o fato de terem tido um relacionamento conjugal, mas que se entendem como *mães solteiras e de respeito*, a suposta inadequação dos seus arranjos familiares à convenção de parentesco, família e conjugalidade vigente aponta para uma ambivalência nos termos sugeridos por Peletz (2001).

Esse autor propõe estabilizar o uso da noção de ambivalência e as suas implicações na compreensão do parentesco, tal como é compreendido contemporaneamente. Segundo ele, os novos estudos têm dado considerável atenção analítica às ambivalências antes relegadas, posto que se preocupam com questões de poder, da socialidade, das práticas e agências, sob influência da crítica feminista e de teorias como a Teoria da Prática (Bourdieu e Ortner). Para ele, a ambivalência refere-se à coexistência simultânea de duas ou mais emoções ou atitudes contraditórias poderosas, relativas a pessoas ou coisas (Peletz, 2001: 414). As pesquisas focadas no cotidiano e nas práticas de agentes sociais apontam os

paradoxos e incoerências experienciados, reveladores das ambivalências que dão acesso às convenções, repertórios e às suas vivências.

No caso analisado, a adesão a convenções de gênero e parentesco e a prática dos seus arranjos familiares revelam as ambivalências que, sugiro, relacionam-se à dimensão da militância política nas suas biografias. A relação delas com tais convenções é ambivalente, na medida em que por um lado parecem compartilhar delas, e por outro as desafiam. Se por um lado, a condição de solteira pôde ser um elemento de estigma frente à vizinhança, como parecem querer sugerir os seus relatos, por outro, há também um certo tom de orgulho na ênfase a essa condição, que pode estar associado à garantia de uma melhor reputação, não se submetendo a qualquer homem sem qualidades. Contudo, sugiro que a condição recorrentemente assinalada de *mães solteiras de respeito*, associada à trajetória de conquistas políticas como a construção da Vila, a despeito do critério de distribuição das casas baseado numa convenção estrita de família e conjugalidade, nos leva a uma compreensão de como a política pode ser considerada uma dimensão passível de criar novos arranjos familiares, que desafiam os modelos de família e parentesco convencionais.

A história em comum de terem pleiteado habitação popular, a conquista da constituição da Vila onde vivem juntas há mais 16 anos e na qual famílias formadas pela mãe e um filho é a regra, parece ter criado um tipo de laço específico entre esse grupo de mulheres, que me parece ter força de parentesco aos moldes da noção de “conexão” proposta por Carsten (2000) em substituição ao conceito tradicional de parentesco que, segundo a antropóloga, ainda remete à oposição analítica entre o biológico e o social. A noção de “conexão” procura dar conta de outros elementos que criam laços profundos e duradouros entre as pessoas, associados à esfera dos parentes (Fonseca, 2003), que concorre com os laços consangüíneos.

A hipótese que tenho, frente à experiência etnográfica junto ao Grupo, é a de que a trajetória política em comum se constitui como o elemento que constrói o laço duradouro e profundo com força de parentesco do qual deriva a conexão. Esse modelo de relação, ao meu ver, tem conseqüências importantes para a compreensão da politização do cotidiano na Vila, para as convenções de gênero ali vigentes, que conjuntamente desafiam o modelo de parentesco euro-americano descrito por Strathern (1995), cujas bases se fundamentam na consangüinidade e impõe a necessidade simbólica de um pai e uma mãe. No entanto, tais elementos, que são dinâmicos, acabam sendo ameaçados e reconfigurados pelo processo de eleição do Conselho, que exacerba e explicita uma cisão entre o grupo, advindo do campo

político extra-comunitário. Para compreendê-los, antes vejamos alguns aspectos importantes do cotidiano da Vila, que parecem girar em torno do Conselho de Moradores.

5.2. O cotidiano e o Grupo de Mulheres na Vila

Diferentemente das muitas descrições etnográficas sobre a vida cotidiana em bairros periféricos (Caldeira, 1984; Zaluar, 1994, Fonseca, 1995a, 1995b e 2000) que revelam uma intensa sociabilidade pública com crianças brincando nas ruas, mulheres nos pátios em conversas com vizinhas, portas abertas, a vida cotidiana na Vila pareceu-me singular nas minhas primeiras incursões. Casas fechadas, ruas vazias pareciam ser a regra. Ao longo do tempo e do convívio naquele espaço através do Grupo de Mulheres da Vila, pude nuançar essa percepção inicial e perceber alguns padrões de organização e sociabilidade que podem ser entendidos na chave de uma “sociabilidade agonística” (Comerford, 2003) marcada por disputas e tensões, e que parecem seguir duas regras mais gerais, uma que se refere ao dia da semana e a outra relativa a uma especificidade do Grupo de Mulheres com que convivi mais intensamente. Vejamos.

Eram 10 horas da manhã de uma terça-feira, a Vila estava deserta. Avistei um casal de adolescentes conversando em frente ao prédio do Conselho fechado. Aproximei-me deles e perguntei-lhes onde morava Amelinha. A menina, com certo ar de desdém, respondeu-me que era na rua detrás, na A. O menino, em tom entre irônico e belicoso, completou: *a maior casa é a dela, pode ver. Uma de primeiro andar*. A menina riu-se. Sem entender muito seus tons, agradei-lhes e segui as indicações. Estranhei ao ver que, logo na entrada da rua A, havia uma casa grande, de primeiro andar, mas que não correspondia ao número da casa de Amelinha que trazia comigo.

Caminhei ao longo da rua; as casas da ruela de areia estavam, na sua maioria, fechadas. Muitas eram gradeadas, mas deixavam à mostra uma pequena varandinha – o que depois descobri chamarem de *terraço* – com cadeiras organizadas em torno de uma mesa. Chamavam a atenção os cartazes de propaganda política da eleição municipal, recém realizada, afixados nas fachadas das casas revelando o apoio ao recém eleito prefeito petista e a um outro vereador petista, chamado Mozart. Quase ao final da rua, avistei uma casa de alvenaria, cuja parte superior ainda estava em construção e que estava igualmente fechada. Parecia não haver ninguém ali. Em frente à casa um homem lavava um carro e me observava, dei-lhe bom dia e perguntei se ali era a casa de Amelinha. Ele aquiesceu, dizendo achar haver gente em casa. Estimulada pela notícia, passei a bater palmas e a chamar por Amelinha. Lá pelas tantas, um rapaz branco, muito magro e sisudo veio me atender.

Tratava-se de Ronaldo, o primogênito de Amelinha. Identifiquei-me e ele abriu a grade para que eu entrasse. Amelinha estava na cozinha, preparando o almoço. Conversamos um pouco e logo saímos para o Conselho.

No caminho de retorno, Amelinha me mostrava as casas em que moram as suas colegas de diretoria. Parava na frente das casas, batia palmas e chamava pelos seus nomes. Aos poucos, fui percebendo que nas casas fechadas e aparentemente vazias, havia gente. Amelinha explicava-me que era o dia de folga de algumas das domésticas, por isso estavam em casa. As mulheres foram se juntando a nós e fomos, juntas, para o Conselho, onde passamos o restante da manhã. No final da roda de conversa fui convidada a almoçar na casa de Amelinha. A Vila parecia igualmente vazia, com a exceção de algumas crianças indo ou voltando da escola. Ao final do dia, um pouco antes do entardecer, quando retornei para casa, a Vila parecia um pouco mais movimentada, agora com o trânsito de homens e mulheres retornando do trabalho e crianças correndo pela rua (DC 16.11.04).

Essa primeira impressão do cotidiano pacato da Vila nos dias de semana pouco se modificou ao longo da pesquisa. O movimento costumava aumentar nos finais de tarde e nos finais de semana, revelando alguns traços de um padrão de sociabilidade mais pública. Aí sim, costumava encontrar pequenos grupos de mulheres conversando nas frentes das casas, pessoas transitando pelas ruas, crianças brincando em volta das mulheres agrupadas. Podia-se perceber, através de algumas portas escancaradas, o interior das casas à mostra aos passantes curiosos como eu, e muita música em alto volume, na sua maioria de estilo *brega e calipso*. Estilo esse que *só homem mulherengo gosta, homem que tem duas ou três mulheres* (DC 15.05.05), segundo Seu Jair, marido de Amelinha, ao comentar, desgostoso, a invasão sonora feita pelo vizinho da frente.

Mesmo com essas mudanças na sociabilidade da Vila, percebe-se um padrão diferenciado entre as mulheres do Grupo e aqui o caráter agonístico se vê mais claramente. Seja durante a semana, em que muitas passam a maior parte do dia fora de casa em função dos seus empregos, seja nos finais de semana, as suas casas estão sempre fechadas e elas pouco estão nas ruas, conversando com as vizinhas. Parece haver entre o Grupo de Mulheres um cuidado em preservar uma certa privacidade e um certo distanciamento em relação às redes de sociabilidade da Vila, como se pode perceber mais claramente no excerto abaixo:

Ao entrar na rua A encontrei Maria Cristina, doméstica aposentada do Grupo de Mulheres, com um grupo de mulheres, três delas vizinhas da mesma rua e outra moradora da rua B, sentadas

na calçada em frente a sua casa conversando animadamente. O filho adolescente de uma delas andava de bicicleta na volta do grupo. Juntei-me a elas e logo o grupo é engrossado por mais duas meninas que se juntaram a nós, Taís, filha de Teresa, e outra moradora da rua B. O menino que andava de bicicleta a nossa volta tinha ido para casa, e da janela continuava a acompanhar as conversas. A sua mãe perguntou-lhe se ele já tinha aprontado o café. Ele saiu correndo, dizendo que tinha se esquecido da água no fogo. A sua mãe comentou conosco que ele era muito grudado nela. A vizinha da rua B sugeriu-lhe que *aproveitasse bem esse grude, porque depois que arrumavam namorada, eles não querem mais saber das mães; é sempre assim!*

A mãe do menino passou a falar que no início do namoro, todas as namoradas se *aproximam da família, conquistam e depois viram o diabo. Com a minha cunhada foi assim. Vocês conhecem mamãe. É uma boa criatura, não arenga com nada, para ela está sempre tudo bem. Quando o meu irmão se casou, ela mandou construir uma casa no seu pátio para a receber o casal e logo em seguida a minha cunhada se transformou, arengava por qualquer coisa, tratava mal mamãe. Eu perguntava para o meu irmão se ele não ia tomar uma atitude, e ele nada...* Uma outra a interrompeu e perguntou: *vixe, ele é dominado por ela?* Ao que respondeu: *Pense! E depois a gente que ficava de ruim. Mas depois que foram morar longe, melhorou, porque não se vê todo o dia. E ela é tão ruim que sabe que todo mundo adora o menino lá em casa e ela não deixa o menino ir lá. Vão fazer assim com o que vai nascer também, primeiro deixa a gente se apegar e depois não deixa mais a gente ver.* A terceira comentou: *é, mas é assim mesmo. É natural que a gente fique perto da família, da mãe. Lá em casa eu digo que chega a ser genético.* Eu me intrometi: *genético? Como assim?* E ela: *é, todo mundo se casou e não sai de perto da casa da mãe. Eu é que sou a mais afastada por causa do meu marido, mas todo mundo é grudado e com os meus filhos é a mesma coisa. Tão sempre na minha volta. Eu que digo para o meu filho, que já tá na hora de ele casar. Já está com 20 anos, trabalhando, está namorando, eu digo para ele que se case logo, e (rindo-se) que leve toda a roupinha para namorada lavar. Porque aquela criatura suja uma roupa que só, nunca vi. Eu estou louca que ele se case logo e me tire um pouco de trabalho!"* Passamos todas a rir e a brincar sobre as opiniões expostas.

O clima estava bem descontraído. Logo em seguida despontaram na esquina Luciane com sua madrinha Iazinha e Carlos Alberto. Quando eles se aproximaram do grupo, o assunto foi morrendo, e um certo silêncio desconfortável foi tomando o lugar da anterior descontração. Aos poucos o grupo se dispersou. Iazinha perguntou a uma das mulheres se a água tinha voltado. Ela disse-lhe que sim, comentando sobre o fato de a água estar muito suja. Iazinha comentou ainda que estava sem água para beber e que iria pegar um balde para buscar um pouco de água na torneira que havia ali na rua, para colocá-la no filtro. Voltou-se para mim e convidou-me para ir até a sua casa, que ia preparar um café com tapioca para nós. Aceitei o convite e me despedi do grupo.

Entramos e, mesmo com o calor intenso, deixou a porta e a janela fechadas. Parecia ciosa em preservar o interior da casa dos olhares de fora. Enquanto a ajudava a preparar a tapioca e o café, continuamos conversando sobre o seu dia, falando do filho, da falta diária de água, da pilha de roupas que tinha para lavar e passar, do seu desejo de comprar uma máquina de lavar roupas, dos seus planos de reforma da casa. Em seguida, Iazinha comentou sobre o fato de as vizinhas acharem-na *metida: só porque eu não fico sentada na frente fazendo fofoca com elas* (DC 31.03.05).

Muito embora Maria Cristina esteja conversando entre a roda de mulheres, gostaria de chamar a atenção para o arrefecimento da conversa descontraída com a chegada de Iazinha e a sua rápida pernambência no grupo, que se torna compreensível à luz do comentário que fez. Trocar comentários sobre a sua vida, sobre as suas redes de relações – como o caso contado por uma das mulheres acerca da tensão com a sua cunhada – parece ser, aos olhos de Iazinha, fofocar. Com essa atitude parece estar demarcando uma posição distinta, introduzindo uma diferenciação entre ela e as suas vizinhas. Parece querer resguardar a sua vida e a sua história das possibilidades de avaliações e comentários alheios.

Essa atitude parece não ser bem vista pelas suas vizinhas, que a retalias com o desconfortável silêncio. Dessa mesma maneira pode-se interpretar o tom entre irônico e belicoso dos meninos ao se referirem à casa de Amelinha e ao seu fechamento ao mundo exterior da Vila. Sugiro que tanto a passagem sobre a casa de Amelinha quanto a de Iazinha são indícios de um padrão recorrente entre o Grupo de Mulheres da Vila, que busca demarcar uma **distinção** relativa ao padrão de sociabilidade ali vigente. Com tal mecanismo de distinção, parecem se esforçar em não serem confundidas com as pessoas da Vila. Ele se associa a uma demarcação de prosperidade em relação à rede de vizinhança, a uma resposta em forma de ênfase numa superioridade moral frente à avaliação negativa e potencialmente perigosa do status conjugal de solteira da maioria das mulheres do Grupo e, sobretudo, a uma determinada posição política. No entanto, a tentativa de se resguardarem dos comentários e de terem uma vida mais privativa que as diferencia do universo feminino local não é vivida sem conseqüências.

5.2.1. Cisões: distinção e fofoca

A resposta que recebem ao seu esforço de diferenciação aparece em forma de fofocas das quais são alvo na Vila. Tema já muito tratado na literatura antropológica, desde a década de 60 com o clássico texto de Gluckman “Gossip and Scandal”⁹⁶, a fofoca tem sido analisada como um importante regulador das relações sociais entre os grupos investigados. Tematizando diferentes questões que envolvem os grupos, a fofoca pode ser compreendida como reveladora das relações de poder que os permeiam, como se pode perceber nas análises de Elias e Scotson (2000), de Comerford (2003), de Fonseca (2000) e de Fasano (2006), muito embora seja tratada analiticamente de forma distinta entre esses diferentes autores⁹⁷.

Como se pode perceber nas descrições sobre o cotidiano da Vila, feitas acima, nesse contexto a fofoca assume um papel semelhante. Ela revela as cisões locais, os mecanismos de distinção do Grupo de Mulheres em relação à comunidade em que vivem e engendram a própria disputa política, ponto ao qual voltarei mais adiante. A identificação de uma marca distintiva de prosperidade, que também se reflete no modo de vida dessas pessoas ao não se “misturarem”, recorrentemente apareceu como uma categoria acusatória nas fofocas que envolvem o Grupo de Mulheres.

A reforma da casa de Maria das Graças, que estava condenada pelos cupins, em realidade feita com recursos de um empréstimo que fizera na Caixa Econômica Federal, passou a ser comentada nas rodas da Vila como fruto do dinheiro arrecadado com as festas feitas no Conselho (DC 16.11.04). Nesse mesmo sentido são os comentários acerca da casa de Amelinha, que disseram ter sido construída porque ela estava no Conselho. Ou ainda a fofoca surgida em torno do seu novo aparelho de telefone celular, de que teria sido presente de um político, segundo contou-me Seu Jair, quando na realidade fora um presente seu por ocasião do aniversário da esposa (DC 21.03.05). Essas fofocas são interpretadas pelas mulheres do Grupo como uma *inveja do povo da Vila* em relação à sua retidão de caráter e às aquisições que elas têm, fruto do seu trabalho⁹⁸.

⁹⁶ Muito embora o próprio autor reconheça em seu texto a aparição do tema e o interesse por ele de outros autores anteriores, pode-se situar esse texto como um marco no tratamento antropológico da fofoca. Para uma análise aprofundada sobre o tema ver a instigante etnografia de Fasano (2006).

⁹⁷ Fasano (2006) demarca uma distinção entre o seu estudo e o de Fonseca em relação aos estudos antropológicos tradicionais sobre a fofoca. Segundo a autora, os estudos anteriores, ao enfatizarem a fofoca como um regulador social sugerem uma preeminência da comunidade frente a essa prática, que seria uma função ao seu serviço. Aliando-se à análise de Fonseca (2000), Fasano propõe uma perspectiva diferente acerca da fofoca: ela “é (constitutiva) da vida social” (p. 31) e não apenas uma função dela.

⁹⁸ A mesinha de centro do terraço de Amelinha tem sempre um vaso com um arranjo de Arruda e Espada de São Jorge, plantas associadas ao combate da inveja e olho gordo. A Arruda – que *é coisa de macumbeiro*, como me ensinara lazineira – parece-me ser um dos recursos dos quais a dona da casa lança mão para afastar a

A reiterada ênfase que fazem na retidão de caráter não me parece ser casual. Antes se encontra associada ao caráter acusatório que assume o seu *status* conjugal, de mulheres e mães solteiras, em determinadas situações desse contexto. Fonseca (2000), nas suas pesquisas etnográficas entre a população de baixa renda porto-alegrense, demonstra que as fofocas que constituem a trama social daquele universo têm como tema preferencial a honra e a moral sexual local. Nesse mesmo sentido, as portas fechadas das casas das mulheres do Grupo, a sua vida mais privada, parecem estar a serviço de uma tentativa de resguardo das regulações sociais acerca da sua solteirice.

Podemos perceber, assim como Elias e Scotson (2000), que “os mexericos de censura apelavam mais diretamente para o sentimento de retidão e virtude daqueles que os transmitiam. (...) O fato de mexericar com outros sobre tal assunto era prova da própria irrepressibilidade. Reforçava a comunhão dos virtuosos” (p.124). A relevância desse elemento faz todo o sentido quando nos deparamos com o seguinte comentário de Amelinha. Em certa ocasião, ao tematizar as dificuldades enfrentadas nas relações políticas locais, ela confidenciou-me que sofrera muitas críticas quando resolveu *juntar-se às domésticas, por serem domésticas e muitas mães solteiras: São pessoas que foram muito subjugadas a vida inteira e não conseguem se impor, por isto que falaram muito aqui, quando eu resolvi me juntar com elas. Mas eu não tenho disso, me dou bem com todas e são pessoas maravilhosas* (DC16.11.04)⁹⁹.

Além disso, as cisões na Vila e a demarcação de uma distinção do Grupo de Mulheres em relação à comunidade assumem uma forma mais contundente quando o assunto se trata de política. A própria forma como atribuem sentido à organização espacial da Vila, entre a rua em que vive a maioria delas e as outras ruas, explicita as tensões locais que reproduzem divisões políticas extra-locais, bem como demarca a concepção política do Grupo. Foi Amelinha quem me explicou essa organização espacial e política da Vila:

Aqui tem como se fossem dois partidos, direita e esquerda. Direita é o PMDB e o PFL e a esquerda é o PT. Nesta rua aqui [a rua B] mora a oposição, que é de direita, e na outra rua [a rua

inveja atribuída aos vizinhos, àqueles que passam pela frente da casa e lançam olhares maldosos e destrutivos à sua prosperidade.

⁹⁹ Interessa contrastar essa posição de Amelinha com uma acusação sua à candidata da chapa adversária, Tamara, em meio a uma conversa que tivemos, junto ao Grupo de Mulheres, as quais, não custa lembrar, são domésticas. Na ocasião, perguntei se Tamara trabalhava e se era ligada a algum partido. Amelinha, em tom de desprezo, disse: *ela é cozinheira, faz cafezinho, limpa, essas coisas, gorda do jeito que é e trabalhou durante anos com Miguel Arraes, como cozinheira, por isso é ligada a eles, ao PSB*. Um silêncio constrangedor seguiu-se a sua fala (DC 31.03.05).

A], a esquerda. Cada uma tem o seu partido e fica livre para escolher o que achar melhor. É claro que a gente dá nossas dicas sobre como votar bem, sem colocar nome de candidato no meio, mas só nas nossas casas, não no Conselho. Eu faço da minha casa um comitê. Aqui tem muito cabo eleitoral, que ganha para fazer campanha. A nossa posição política é diferente; a gente apóia candidato pobre, que tem uma história de luta; a gente exige que o candidato venha à comunidade, conheça a nossa realidade e que a comunidade conheça o candidato, para depois escolher. Eu apoiei o Dr. Mozart, do PT. Muita gente daqui o apoiou... Nesta eleição nós tivemos seis candidatos apoiados pela comunidade: dois do PT, um da Frente de Esquerda, que é o Arraes, e o resto da direita, do PFL (DC 16.11.04).

A divisão entre *direita, oposição e rua B*, de um lado, e *esquerda, situação e rua A*, de outro, reproduz as facções historicamente envolvidas na disputa eleitoral pelo Conselho de Moradores local e, segundo elas, formas distintas de se perceber a política, como se pode ver na conversa reproduzida abaixo:

Amelinha: Há muita fofoca na rua, e quando chega a reunião, ninguém aparece. Eu não gosto de fazer nada sozinha, tudo tem que ter a diretoria, tem que ser discutido na diretoria; é uma questão de fidelidade ao grupo. A gente ficou no isolamento na comunidade, mas porque a gente tem uma forma de fazer política, que é pública.

Iazinha: O que está incomodando tanto é porque houve mudanças; a reação negativa é porque houve mudanças... mas o pessoal não vem, não participa, prefere ficar falando na rua e não vem aqui colocar para o coletivo... eu só tenho o 1º grau, nem completo é, mas tem gente aqui que faz universidade e não tem nada na cabeça. Tenho primeiro grau incompleto, mas de política eu entendo, de trabalho de base. Eu posso estar afastada do cotidiano do sindicato e do conselho porque eu não tenho tempo, mas eu estou sempre lá fora conversando com as meninas no prédio em que trabalho, alertando para os direitos, mandado para o sindicato, divulgando.

Maria das Graças: Isso se chama trabalho de base, mesmo.

Iazinha: É, não adianta fazer só manifestação, tem que se juntar. Na primeira gestão a gente foi muito criticada, o pessoal dizia que a gente não ia fazer uma boa gestão porque Amelinha se juntou com as domésticas. Aqui tem muito preconceito com as domésticas... mas foram as famílias que quiseram a mudança. O problema é o uso da sede, a questão é toda essa, queriam usar a sede para fazer baladas, mas agora a gente mudou, quem quer usar tem de se responsabilizar. O outro presidente não estava nem aí, ia emprestando. Eles querem maracutaia, nós não aceitamos maracutaia; a UR 10 tem uma sede feita pelo governo, que agora está toda destruída. Eles não cuidaram. Queriam deixar essa como aquela.

Amelinha: Aqui não. A sede é aberta para a comunidade, é da comunidade, mas tem que passar pela diretoria, porque somos nós que temos a responsabilidade pela sede. Tem a questão da

bebida para os jovens, por exemplo, como nós vamos abrir a sede para favorecer festinha para os jovens beberem?

Iazinha: Teve uma festa de Halloween aqui em que rolou tudo: drogas, bebida e até polícia. E a gente não ficou sabendo de nada! E a responsabilidade é da gente... o Ibura está muito violento, é o primeiro lugar em violência. Estamos cercados, é uma questão até de prevenção e prevenção é não abrir espaço para juntar essa gente.

Amelinha: A gente faz reuniões aqui, chama todo mundo para expor os problemas, mas ninguém aparece. A comunidade é desinteressada, só quer receber; reclamavam porque a gente não arranjava cesta básica, não arranjava emprego. Mas está dentro do próprio estatuto, o Conselho não é para isso; é um movimento de reivindicação para que a comunidade viva a cidadania, descubra os seus direitos e como promovê-los; a gente queria fazer trabalho de educação para a cidadania com os jovens, mas eles só querem saber de dança. Quisemos fazer um trabalho de meio-ambinete, mas quando chega na responsabilidade ninguém quer assumir. É lento, para transformar é difícil (DC 16.11.04).

Chama a atenção nesse excerto o fato de que, para além de concepções políticas distintas em jogo, há também visões de mundo que regem modos de vida em tensão, como se pode perceber na associação que fazem entre bebida-festa-violência. Parece-me haver aqui uma dissonância entre modos de vida que se relacionam e a manutenção daqueles mecanismos de distinção que o Grupo de Mulheres procura reforçar em relação à comunidade em que vivem. Contudo as cisões não cessam aí; antes elas se manifestam em conflitos concretos protagonizados pelo Grupo de Mulheres. Resgatarei, em especial, dois deles, posto que trazem uma combinação peculiar entre relações políticas locais e extra-locais.

5.2.2. A luta é boa, mas corre sangue também: a dramatização das cisões

Situações-limite das cisões políticas na Vila, as ameaças dirigidas à presidente e à sua família e uma situação de conflito aberto, como é o caso do atropelamento do seu filho mais velho, fornecem o tom das relações sociais conflitivas dentro da Vila e o lugar de diferenciação no qual o Grupo de Mulheres procura se colocar, não sem retaliações. Como disse Iazinha: *É, Alinne, a luta é boa, mas corre sangue também. Tem muita briga na comunidade. Tudo porque a gente não se corrompe (DC 16.11.04).*

O caso da ameaça de morte que Amelinha recebeu demonstra não somente a dissonância da sua posição política ali dentro, como também a ingerência de elementos

políticos extra-locais na Vila e a busca dessas instâncias extra-locais para a sua resolução. Foi Amelinha quem relatou sobre o caso:

Em 2001, quando caíram as barreiras, o pessoal da prefeitura veio colocar as placas para que não se ocupasse mais aquela área, porque era de risco. As pessoas que mesmo assim construíam casas, eles vinham e derrubavam. Tinham um helicóptero para a fiscalização. Teve um homem daqui, que tem várias casas para aluguel e um boteco em que todos se reúnem e de onde sai muita fofoca, que teve uma das suas casas derrubadas. Disseram para ele que tinha sido eu que o denunciara e eu nem sabia que ele tinha construído a casa. Ele ficou brabo e tomou umas e foi lá em casa, queria me bater.

A sorte que eu não abri o portão; o Jair queria que eu abrisse o portão para dar no homem. Eu dizia que não ia abrir; dizia que Deus está do meu lado, tem a justiça para nos amparar, tem que seguir o que é certo; não vamos fazer justiça com as próprias mãos! Daí eu tive que chamar a polícia, mas esconderam o homem, ele entrou no meio da Vila e sumiu. Daí ele passou a me ameaçar, dizia que ia dar sangue na canela, que alguém ia amanhecer com a boca cheia de formiga. Mas eu fui e registrei queixa na Delegacia da Mulher. E o problema da Delegacia da Mulher é que quem pega o depoimento é homem e daí ele me disse que era coisa banal, que não precisava me preocupar, que eu esperasse que as coisas iam se resolver. Eu disse a ele que se fosse uma coisa banal eu não iria até lá! Oxe, o homem está querendo me matar e eu vou esperar? Eu fui logo dizendo a ele que eu era da Temática da Mulher do OP, do Fórum de Mulheres. Eu li o depoimento que ele escreveu e estava resumido, eu pedi que ele mudasse o depoimento e que enviasse logo para o homem a intimação.

Fui ao Fórum de Mulheres, mobilizar as companheiras e o pessoal dos Direitos Humanos da Prefeitura. Só sei que no dia eu estava com três advogados lá. Entrei sozinha na sala e ele achando que eu estava sozinha. Aos poucos foram chegando e eu estava com três advogados, além das companheiras do Fórum para me apoiar. Eu pedi que a CODECIR¹⁰⁰ fizesse uma carta dizendo que foram eles que derrubaram a casa, que tinham visto pelo helicóptero da fiscalização e que eu não tinha nada a ver com isto. A delegada leu a carta na frente dele e ele foi amarelado e ficando vermelho como um camarão. Daí eu aproveitei e disse tudo o que acontecia aqui, das perseguições que faziam à minha família por causa da disputa pelo Conselho. A patotinha se reunia na casa dele para fazer fofoca e ficavam colocando coisa na cabeça do homem. Ele disse que estava nervoso porque a mulher dele o tinha abandonado. A delegada perguntou se eu queria abrir processo contra ele, daí eu disse que não queria; disse que eu tinha assumido o Conselho para fazer o bem para a comunidade e que ia procurar os meus direitos (DC 16.11.04).

¹⁰⁰ Coordenadoria de Defesa Civil do Recife.

Os deslizamentos das barreiras e o soterramento de casas que foram irregularmente construídas nas áreas de risco em função das chuvas, logo no início da primeira gestão de Amelinha no Conselho, representaram um marco nas suas duas gestões. Como demonstrei no capítulo anterior, foi em função desse acontecimento que ela passou a se envolver mais intimamente com a política extra-local, conhecendo instâncias do poder municipal e o campo das ONGs. Contudo, foi desse mesmo evento que se originou esse caso de ameaça, que partiu da introdução de uma regra da política extra-local – no caso a prefeitura –, teve repercussão local e conseqüências sobre ela, que por sua vez acionou instâncias extra-locais para a resolução do conflito, como a Delegacia da Mulher e os parceiros da sua nova rede de articulações políticas – Prefeitura, Temática da Mulher do OP e o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Interessa remarcar o protagonismo dessas três instâncias do campo político extra-local e o grande apoio que recebeu para o enfrentamento desse caso.

A presença marcante desses agentes políticos nesse caso contrasta com a sua ausência no outro acontecimento de que ela e sua família foram vítimas. Trata-se do *atentado*, como se referem ao atropelamento, sofrido pelo seu primogênito Ronaldo, tema de grande impacto emocional para Amelinha e sua família, bem como uma constante lembrança nas mais distintas situações de conversas e encontros do Grupo de Mulheres.

Amelinha passou a contar sobre o atentado, com os olhos cheios d'água: *uma violência contra o meu filho, eu nem sei como consegui me reerguer de novo; foi neste ano (2004), no carnaval. O Ronaldo trabalhava num hotel em Boa Viagem e tinha comprado uma moto para ficar mais fácil de ele ir e vir. Nesta noite ele chegou e encontrou uns colegas em frente da sede do Conselho. Estava todo mundo pulando carnaval, tinha som e tudo; ele estacionou a moto e ficou ali olhando. O senhor da casa da frente, saiu da garagem com o fusca dele, deu ré e bateu na moto. Daí ele desceu do carro e foi perguntar para Ronaldo se tinha arranhado a moto. Ele, para não criar caso, disse que tinha arranhado mas que estava tudo bem. Na realidade ele não conseguiu dar a partida na moto, a moto não ligava. Daí o senhor foi e olhou o carro dele e voltou, dizendo que o carro dele tinha sido arranhado, e veio discutir com o menino. Daí Ronaldo disse que foi o homem que tinha dado a ré e batido na moto, que ele não tinha culpa. Mas como viu que não dava para discutir, Ronaldo resolveu vir embora para casa, empurrando a moto. Quando ele viu, o cara veio com o fusca para cima dele e o atropelou, jogou ele longe, arrastando a moto com o carro. A gente estava no terraço e viu aquilo. Iazinha estava lá em casa, foi ela que viu e deu um grito. Saímos correndo, porque o homem estava dando a ré para voltar e passar por cima dele... foi o quanto a gente puxou ele para dentro e o homem passou de ré. Teria esmagado a cabeça dele.*

Imagina o meu estado de ver o meu menino naquele jeito, lavado em sangue. Foi horrível para mim. Agora ele está aí, fazendo fisioterapia. Levamos ele no hospital e fomos dar queixa e ninguém quis ser testemunha, todo mundo tem medo do homem. E um vizinho meu, o seu Giba, ainda me disse que acidentes acontecem, que foi por acaso e que presidente é assim mesmo, visado. Imagina só, ainda ter que ouvir isso. Mas é que eles não podem fazer nada comigo porque sou mulher, então fazem com o meu filho. O homem logo se escondeu dentro da Vila, ajudaram ele a fugir da polícia, a se esconder. Eu fiquei muito mal, só agora estou me levantando de novo, ver meu filho daquele jeito...

Iazinha veio ao seu auxílio: foi horrível, quando eu vi o menino assim todo ensangüentado, atirado no chão, eu gritei; e foi subindo uma fúria na gente que eu logo saí gritando para linchar o homem; foi o quanto ele escapou, senão a gente lincharia mesmo. Mas isso foi orientado por mulher, tem mulher no meio, porque tem muita mulher que sabe dos seus direitos, sabe da Delegacia da Mulher hoje, então orientaram a fazer com o filho. Isso era para nós...

Maria das Graças, complementou: já estavam planejando alguma coisa para fazer, alguma coisa ia acontecer porque teve a questão com o outro menino dela...

Amelinha: É, antes disto, no domingo, teve um problema com o meu caçula, de 20 anos. Ele estava jogando futebol no campinho ali e brigou com um porque tinha entrado de mau jeito nele, eles se bateram e brigaram. O meu menino veio me dizer que tinha acontecido isso, que ele tinha batido e tinha apanhado também. Eu perguntei a ele se tinha ficado tudo resolvido, ele disse que sim. Então me tranqüilizei e disse para ele 'então entra e fica em casa' e ficou por isso. Quando foi de noite, eles estavam sentados ali na varanda de casa, veio a mãe do tal com um grupo de pixote para linchar o meu menino. Ela veio e deu um tapa na cara dele. Ele ficou tão humilhado, aquilo me fez tão mal, eu nunca bati no rosto de um filho meu e vem uma mulher sem moral, uma vergonha de mulher e faz isso no meu filho, me doeu na alma! Daí o Roberval pegou o braço dela e um pixote quis se meter e Roberval disse para ele ficar na dele, já que não tinha nada a ver com aquilo e nem deveria estar ali. Eu conversei com ela, perguntando porque ela tinha feito aquilo com o meu menino. Ela disse que era porque ele tinha batido no filho dela. Eu disse que o filho dela também batera no meu e eles tinham resolvido o problema entre eles, que não tinha porque ela vir até ali fazer aquilo.

Maria das Graças: É uma catimbozeira, macumbeira, safada, essa mãe do tal. Mas é porque ela está com raiva da gente, porque pagaram para ela fazer uma macumba para a gente perder a eleição e a gente ganhou¹⁰¹.

¹⁰¹ Segundo minhas interlocutoras, no final da rua A há um terreiro de *catimbó* de propriedade dessa mulher, que vive fazendo *batuque* e colocando *despachos*. Questionadas sobre a religião do terreiro, elas dispararam: *não sei direito, mas uma coisa é certa, coisa boa não é. É coisa ruim mesmo, magia para fazer mal para as pessoas. Não tem nada a ver com o afoxé, por exemplo, que é uma dança* (DC 11.06.05).

Amelinha: *Daí ela ficou desacreditada, porque a gente desafiou ela. Pagaram bode, pagaram catimbó e como não conseguiram nada, partiram para violência; isto tudo é a maldade das pessoas, mas isto só nos ajuda a fortalecer mais. O grupo queria que eu desistisse; pensaram 'é, agora ela fica fraca e desiste'. Mas eu já disse, estou determinada, só entrego quando terminar o meu tempo. Até as meninas do SOS me disseram como eu estava forte desse jeito, que se fosse com elas teriam ido embora da Vila. Muita gente daqui disse isto para mim, que pensou que eu fosse embora, mas eu não vou. Imagina se vou deixar a minha casa. Tive de enfrentar tudo sozinha. Eu carrego uma mágoa muito grande do Fórum de Mulheres e dessas ONGs aí, porque ninguém veio aqui me dar um apoio, nem um telefonema eu recebi para saber se precisava de ajuda, como se os errados fôssemos nós, os marginais, eu, meu marido, meus filhos. Mas eu disse no Fórum outro dia e Pilar Hernandez não gostou. Ela disse que a gente que estava na comunidade tinha que enfrentar os homens que batem nas mulheres. Daí eu disse que quem está na comunidade é a gente, a gente que está com a cara à mostra, no enfrentamento, e depois fica sem segurança. Elas ficam só em reuniões, mas a gente é quem está na base. Como a gente vai enfrentar um marido que diz que se alguém se meter vai dar um tiro no pé de quem entrar ali? Quero ver ela vir enfrentar e continuar vivendo aqui. Se o Fórum de Mulheres apoiar o novo grupo no conselho, eu me afasto de tudo.*

Iazinha: *e tudo isso por causa do pessoal que perdeu a eleição; o filho dele foi candidato e perdeu para nós. Pernambuco está muito violento, mas nós não entramos na diretoria do conselho para sofrer isso.*

Maria das Graças: *Graças a deus ele está na chave, foi preso (DC 16.11.04).*

Diferentemente do anterior, nesse caso a ausência do apoio da sua rede de articulação política contrasta fortemente com o seu protagonismo no caso anterior e é motivo de ressentimento e, sugiro, de um alerta para Amelinha. Nessa narrativa, parecem entrar em confronto duas lógicas distintas: de um lado, a do campo político feminista mais amplo do qual essas mulheres participam, como o combate à violência, e de outro, a sua difícil injeção com a lógica que rege as relações locais, na Vila. O ressentimento parece estar associado a uma expectativa frustrada de Amelinha na reciprocidade de apoio no combate à violência, como se pode perceber na associação que faz entre o atentado do seu filho e o desabafo indignado sobre a insegurança enfrentada no combate aos homens que batem nas mulheres da comunidade como prega o FMPE. A expectativa frustrada de reciprocidade serve também como alerta acerca da consolidação do seu lugar e do Grupo de

Mulheres da rede de articulação política que compõe o campo político feminista mais amplo.

Além disso, nesse caso podemos perceber mais alguns importantes elementos que estão em jogo no confronto entre as facções opostas na Vila e marcadores sociais que se imiscuem na demarcação da distinção entre os grupos. Outro elemento relevante, que apareceu recorrentemente ao longo da pesquisa, diz respeito à religião como um desses marcadores. Como se pode perceber na própria trajetória da maioria do Grupo de Mulheres, demonstrada no capítulo anterior, o catolicismo é parte importante das suas trajetórias pessoal e política, direta ou indiretamente. Muitas começaram seu engajamento através das Ações Católicas nas décadas de 60 e 70 e outras, indiretamente, começaram-no através do Sindicato das Domésticas, cuja origem está intrinsecamente ligada aos movimentos católicos. Nessa situação, a oposição entre catolicismo e religiões afro-brasileiras, como no caso o *catimbó*, termo utilizado com conotação pejorativa para se referirem indistintamente à umbanda e ao candomblé¹⁰², reproduz uma associação entre bem e mal, utilizada como recurso de distinção que as marca positivamente e procura construir uma imagem negativa da facção oposta.

Nessa mesma linha interpretativa, seguindo uma lógica de embate entre o bem e o mal, se constitui a explicação para a utilização de recursos exteriores às práticas políticas usuais para as ações da facção oposta, como se pode perceber na idéia de conspiração e vingança que o Grupo de Mulheres atribui à outra facção. Interessa ressaltar as convenções de gênero que operam aqui. Na sua explicação do ocorrido, parecem dar margem à interpretação de que, por serem mulheres, estariam resguardadas de sofrerem diretamente as agressões, seja pelo fato de as mulheres terem os seus direitos garantidos, como Iazinha sugere no acionamento da existência da Delegacia da Mulher – o que em muito se aproxima da lógica de Vicentina que abre esse capítulo –, seja por operarem com convenções de gênero estritas que atribuem determinadas expectativas para homens e mulheres.

O fato de fazer sentido para essas mulheres os filhos homens de Amelinha terem sido o alvo preferencial das agressões que teoricamente deveriam ser direcionadas a ela remete a noções de honra masculina, como o sentimento de humilhação frente ao tapa no

¹⁰² Muito embora se tratem de manifestações religiosas distintas, guardam em comum rituais com incorporação de espíritos, muito disseminadas no contexto pernambucano (Brumana, 2005), as minhas interlocutoras tomam-nas como sinônimos.

rosto sofrido pelo seu filho caçula¹⁰³. Tais noções de honra masculina convivem com o constante acionamento de um outro atributo de gênero, que marca indelevelmente a sua práxis política, contido na noção de coragem. Vejamos.

5.2.3. Da coragem necessária

No caso do atentado narrado, aparece uma ênfase na determinação, força e coragem de Amelinha em enfrentar a situação, mesmo sem contar com o apoio das suas redes de articulação política, o que empresta um tom mais heróico, embora ressentido, à narrativa. Como já demonstrei anteriormente, a coragem se revela um importante atributo de gênero que dota de sentido a práxis política no contexto investigado, sendo referida através de diferentes metáforas, como no *colocar a arapiraca na mesa* ou como *ter sangue no olho*, e entre as mais diferentes agentes do campo¹⁰⁴. No caso do Grupo de Mulheres da Vila, a coragem é recorrentemente enfatizada e valorizada, como se pode perceber abaixo.

Numa das conversas no terraço de Amelinha, sobre o tema predileto, a eleição do Conselho, Lucimar contou que falara com uma mulher da comunidade que lhe dissera que não estaria na comunidade no dia da eleição porque tinha ficado decepcionada com Amelinha, por ela *ter murchado*. Amelinha, indignada, começou a esbravejar e dizer que *se tivesse acontecido com qualquer um dali o que acontecera com ela, ninguém agüentaria*. Asseverando *ser muito corajosa em ter ficado na Vila*, que só ela sabia pelo que tinha passado e que mesmo assim não desistira do Conselho: *todo mundo me diz que fui corajosa de permanecer na comunidade, mas para onde eu ia, se a minha casa é aqui? E ainda tenho que escutar isso, que eu murchei*. Ainda exaltada continuou no seu discurso inflamado sobre a política na comunidade, salientando que elas estavam *começando a mudar a mentalidade política* dali, mas que faltava muito trabalho ainda porque *o povo dali tinha uma visão errada, de troca de favores, daquele que dá camiseta, que dá coisas*. Passou a mostrar um discurso que estava escrevendo para o dia da passagem da diretoria, se fosse o caso. Leu para todas, que escutaram atentamente. O discurso mencionava a *força de deus*, a *coragem delas no enfrentamento das dificuldades* e fazia um resgate das coisas que tinham feito. Todas concordaram

¹⁰³ Aqui me valho da análise de Fonseca (2000), por sua vez inspirada em Pitt-Rivers, da honra como “orgulho pessoal no sentido de esforço de enobrecer a própria imagem (...) e como um código social de interação, em que o prestígio pessoal é negociado como o bem simbólico fundamental da troca” (p. 15).

¹⁰⁴ Fonseca (2000), no contexto gaúcho, encontrou expressão semelhante, com o mesmo uso: “sangue quente”.

com o tom e Iazinha ponderou que talvez elas não tivessem espaço para falar, mas que se tivessem seria bom (DC 21.03.05).

A reação indignada de Amelinha frente à fofoca sobre a sua coragem ter sido posta em xeque é digna de nota porque parece revelar a importância conferida a esse atributo que toma como um patrimônio político pessoal demarcador do seu diferencial no campo. O tema da valentia e da coragem femininas tem sido objeto de análise etnográfica em diferentes estudos. Seja entre mulheres das camadas urbanas de baixa renda como um recurso para a manutenção das suas relações conjugais (Fonseca, 2000 e Paim, 1998), seja como postura adotada por mulheres garimpeiras em meio a garimpos (Grossi, 1999), a valentia parece se configurar como uma característica constitutiva de um modelo de feminilidade que se forma a partir da justaposição de marcadores sociais de gênero e classe, de acordo com um uso particular, mais próximo das camadas urbanas de baixa renda.

No entanto, enfocando um plano analítico que busca compreender as convenções de gênero vigentes no universo investigado, gostaria de sugerir que a noção de coragem chama a atenção por ter um caráter de gênero ambivalente, não sendo propriamente uma convenção do feminino, mas que na batalha propriamente política é um requisito fundamental para essas mulheres.

A coragem necessária para a participação no campo político foi também notada por outros pesquisadores no contexto pernambucano, muito embora tenha sido interpretada de uma maneira distinta da que eu proponho aqui. Mendes (2000), ao descrever a performance de lideranças femininas no enfrentamento de debates e discussões com lideranças masculinas em reuniões, apresenta as mulheres como valentes e destemidas no enfrentamento dos homens e sendo vistas por eles como “o cão de danada” (p. 27). De forma semelhante Friedhoff, Andrade e Knauer (2001), ao investigarem a massiva presença de mulheres nos espaços de participação popular em Recife, asseveram que

não é raro encontrar essas referências à dicotomia público/privado no discurso de homens e de mulheres dos segmentos populares, a exemplo das/dos entrevistados/as para efeitos dessa pesquisa. “Ser doméstica” passa a ser como que censurado e ridicularizado, principalmente, quando a ‘domesticidade’ vai associada ao medo aos espaços públicos. Contrariamente, o domínio destes por parte das mulheres, a coragem de enfrentá-los e neles movimentar-se parece ser um dos aspectos de que se orgulham as lideranças femininas, passando a ser essa coragem como um suporte de seu reconhecimento e aceitação pública local (bairro, associação, espaços municipais de participação), o que, segundo as entrevistas, parece influenciar na escolha das mulheres como representantes, delegadas (p.9).

Mesmo repetindo as análises que separam a vida social em duas esferas, a pública – dos homens – e a privada – das mulheres, esses dois estudos colocam a coragem como uma demonstração pública das mulheres em não terem assumido um espaço numa esfera dominada pelos homens e, por isso, essa qualidade passa a ser valorizada. Diferentemente dessas análises, o sentido que a coragem assume na análise que empreendo aqui aponta para uma importante porta de entrada para se compreender as convenções de gênero ali vigentes, que encontra no campo político um referencial crucial, mas que não se restringe a ele. Assume, portanto, um sentido mais amplo, como no caso de Teresa:

Passei-lhe a contar do assalto que presenciara na rua em que ela trabalha, próxima da minha casa. Disse-lhe, pesarosa, que tinha ficado muito triste em ver um menino de 11 anos empunhando uma arma, que não entendia como ele conseguia empunhá-la de tão franzino que era, e de ter visto uma arma tão perto de mim. Ela riu-se do meu jeito e passou a contar-me que ela mesma já tinha atirado e que tinha gostado muito. Eu, espantada com inusitado – nunca imaginaria que ela, por ser evangélica e plácida daquele jeito, poderia ter esse precedente – pedi-lhe mais detalhes. Ela, rindo-se muito, contou que antes de ter se tornado evangélica, tivera um namorado que era meio maluco e que lhe ensinara a atirar de 32 e de 38, que o primeiro tiro que deu foi para o chão, mas que depois mirou bem e atirou para frente. Divertia-se ao lembrar que andavam correndo de carro e atirando pela janela, e que de fato, a arma era mesmo pesada. Empolgada com a história, passou a contar do facão que comprara e que mantinha escondido no seu quarto para alguma eventualidade. Contou-me que no meio do ano passado ela passou por uma situação bem difícil na Vila. Tinha um cachorro, que foi envenenado pelas pessoas da vizinhança com carne envenenada: *Nesse dia, eu tinha dado somente ração para ele, porque estava tentando acostumá-lo a comer ração e senti que ele roía um osso. Quando eu saí para trabalhar fiquei com aquilo na cabeça. Quando voltei, vi que o varal de roupas estava no chão e o cachorro morto, durinho, caído no pátio. Aí resolvi me prevenir e comprei um facão, bem afiado, que guardo comigo, no meu quarto. Numa madrugada ouvi baterem na janela. Fiquei com medo, mas como sou sozinha, tinha de defender a casa. Aqui ninguém ia entrar e se entrasse ia perder uma mão. Peguei o meu facão, acendi a luz e fiquei na janela da porta da sala, esperando. Eu fui muito corajosa, porque a porta da minha casa é frágil e qualquer empurrão a porta vem abaixo, e o cabra nada de aparecer. Resolvi apagar a luz e voltar para o quarto. Foi quando bateram de novo na janela. Me levantei e não acendi a luz dessa vez, fiquei à espreita com o facão em punho. E nada. Não dormi mais e quando amanheceu o dia fui ver como estava o pátio e vi que tinham pulado o muro, porque tinha umas coisas caídas no chão e o portão da rua estava entreaberto. O facão é uma forma de me proteger, porque a Vila está muito violenta.*

Aqui o povo tem muita inveja da gente, porque nós somos mulheres sozinhas e vivemos a nossa vida, temos as nossas casas e as nossas coisas (DC 11.06.05).

Na narrativa de Teresa, a coragem, como um importante atributo de gênero, além de nos revelar sobre as cisões da Vila e as tensões em função delas vivenciadas, nos abre um caminho para a compreensão das convenções de gênero e de conjugalidade. No caso relatado, a coragem indica circunstâncias associadas ao *status* conjugal de Teresa, de ser mãe solteira, de ser mulher sozinha, que são ambivalentemente vividos e valorados por ela.

Como já se pode perceber, ao longo do meu convívio com o Grupo na Vila, o tema preferido das conversas era a eleição do Conselho, seja a sua preparação, as tensões do próprio processo, os embates e conflitos com a chapa adversária ou um eterno refletir sobre as causas da perda. Esse mecanismo de encontros e trocas de informações entre as mulheres do Grupo pode ser compreendido como a “sociabilidade agonística” descrita por Comerford (2003) ao pesquisar junto a agricultores ligados ao sindicalismo rural, cuja atividade política é referida a partir da metáfora “como uma família”. O autor analisa essas visitas como “eventos recorrentes que envolvem a narrativa das ações observadas, em termos de certos valores e categorias e de acordo com certos padrões tanto relativos à forma da fala como à forma do encontro” (p.31). Segundo ele, esses eventos “podem ou não ser interpretados como fofoca (...) dependendo das circunstâncias, da maneira de narrar, e sobretudo, de quem realiza a classificação” (idem), como no caso do Grupo de Mulheres em questão.

Do ponto de vista dessas mulheres, fofoca era o que os outros da Vila faziam a seu respeito. As informações que elas trocavam entre si, inclusive das fofocas alheias, não eram entendidas como tal. Como se pode perceber, esse tipo de ação faz parte da agência política em pequenas comunidades, como parece ser o caso investigado pelo autor e pelo caso em análise aqui. Em vista disso, o tema da “eleição para o Conselho”, foco dos eventos narrativos e das fofocas, parece sintetizar as próprias cisões e conflitos advindos da convivência cotidiana entre as alteridades na Vila. Vejamos, agora, a disputa política propriamente dita, que revela a justaposição de dois planos distintos de atuação política (municipal e local) na eleição da nova diretoria do Conselho de Moradores da Vila.

5.3. A disputa pelo Conselho de Moradores da Vila

A disputa eleitoral pela diretoria do Conselho de Moradores envolveu duas chapas: a Chapa 1, *Continuação na Luta*, formada pelas domésticas, Teresa, Adelaide, Iazinha, Lucimar, Maria Cristina, Piedade e mais dois rapazes e uma moça da comunidade; a chapa 2, *Renovação*, que segundo as minhas interlocutoras, *só tem maconheiro, bandido, cachaceiro*, é formada por *um pessoal quente, gente baixa, perigosa. Todos da rua B que querem tomar conta do Conselho para fazer baderna*. A cabeça da chapa, Tamara, é cunhada de Milton, candidato perdedor das eleições anteriores. Segundo o Grupo de Mulheres, o seu empenho na campanha da cunhada esconde interesses escusos como o de *montar um negócio e encher o bolso de dinheiro* (DC 21.03.05) a partir da cozinha industrial do Conselho.

As atividades de campanha do Grupo de Mulheres ganharam mais intensidade na semana anterior ao pleito, com a organização de um bingo e de uma palestra com a presença de uma ativista do SOS Corpo e de outra palestra com representantes da Coordenadoria Municipal da Mulher sobre combate à violência contra as mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Nessa atividade o Grupo, coordenado por Amelinha, preparou um lanche a ser oferecido às participantes no final do evento e sorteou dois presentes: uma camiseta e um jogo de lençóis de casal, comprados com os recursos do Conselho.

A platéia contava com a presença de mulheres da Vila, com as domésticas que estavam afastadas do Grupo como Celina e Rute, com algumas mulheres do Grupo como Adelaide, Maria das Graças, Maria Cristina, Lucimar e sua filha Luciane, Teresa, e Amelinha e sua família: Roberval, Roberto, Raquel e a sua irmã Lucinha. Além delas, estavam também presentes Dona Mila, liderança comunitária da UR 12 e da mesma paróquia a qual pertecem algumas mulheres do Grupo, as duas palestrantes da prefeitura e Anacélia, assessora parlamentar do vereador petista Mozart, apoiado por Amelinha na última eleição municipal. Após a explanação das representantes municipais, iniciaram-se as intervenções:

Amelinha abriu o debate e falou sobre a necessidade da luta contra a violência que acomete as mulheres na comunidade: *Nós temos que nos unir, parar com essas picuinhas de mulheres, que a gente sabe que existe aqui na comunidade. A gente sabe que tem muita inveja, intriga, tem muita mulher que não quer que as outras mulheres tenham posição, querem que fiquem lá embaixo, submissas. E nós temos que nos unir*. Celina interveio, lembrando-se de que há também o

componente familiar nessa questão: *tem muito casal, casado e que mora junto e em que a mulher resolve agüentar porque se deixar o marido, o povo fala, a família não aceita em casa de volta. E ainda a gente ouve muito as amigas aconselharem que é assim mesmo, e que acabam se acostumando.* Dona Mila pediu a palavra e passou a falar sobre como a independência das mulheres incomodava os homens na comunidade: *mulheres como Dona Amelinha, como eu e outras companheiras aqui, incomodam muitos os homens na comunidade, porque não baixamos a cabeça porque somos de luta.* Amelinha continuou: *e mesmo assim, a gente que está na luta. Quando eu me casei eu já era formada na política e tinha amigos e ele tinha ciúmes, mas eu disse que não era assim. E ele teve que mudar, a gente tem que se impor. E também era uma outra época, a gente teve preparação, a gente tinha amigos que saíam juntos e se respeitavam. Hoje não. Eu trabalhava fora quando me casei e continuei trabalhando e mesmo assim não deixei de fazer as minhas coisas. Quando eu saio de casa, deixo o almoço pronto e tudinho. Também tenho o meu dever, mas não sou escrava, mas deixo tudo pronto. Eles trabalham, batalham também e cada um faz o seu. A gente tem que se impor. Quando um homem vê que uma mulher é de respeito, ele respeita. Então a gente tem que se respeitar e se impor.* Lucimar pediu a palavra e começou a falar da sua história com os homens: *Conheci um cabra que queria controlar até o ar que eu respirava. Queria controlar o meu dinheiro, eu comprei camisinha e ele não queria que eu comprasse, não queria usar preservativo. Eu dizia que o dinheiro era meu e eu fazia com ele o que quisesse e que não deixaria de trabalhar. E daí não deu certo, botei ele pra correr. Daí eu conheci o pai dela (apontando para Luciane ao seu lado), queria que deixasse trabalho, vendesse a minha casa e fosse morar perto da mãe dele. A família dele queria que a gente casasse logo, mas eu não queira, queria primeiro morar junto pra ver se daria certo, se der certo deu, senão não. E tinha uma pressão. Daí ele já foi logo dizendo que eu ia ter de deixar de trabalhar e ficar só cuidando da casa. Você vai ser só minha esposa. Me dizia pra deixar o sindicato porque lá era uma máfia, eu dizia que prefiro mais sindicato do que os homens. Quando ela estava com 5 meses, ele bateu em mim pela primeira vez. Fui pedir ajuda para duas mulheres e só a segunda me ajudou. Depois disso nunca mais quis saber de homem na vida. Minha filha eu levo pros movimentos desde cedo, faço estudar para trabalhar e ser independente. E eu digo para ela que homem é só para aquela hora e olhe lá (a platéia riu). Eu vi a vida da minha mãe e não queria aquilo para mim, nem para minha filha, nem para meus netos.*

Logo em seguida a representante da prefeitura retomou a palavra e passou a falar da eleição para o Conselho, aconselhando às mulheres analisarem bem as propostas das duas chapas, a gestão e os componentes das chapas: *o que uma pessoa for em casa, ela vai ser no Conselho. Tem que se ver se as pessoas têm estrutura para isso. O conselho é importante para tudo na comunidade, para ir para cima ou para ir para baixo.* Amelinha, aproveitando a deixa, passou a falar que aquela era a última ação como diretoria do Conselho: *tenho esperança que o grupo que esteve comigo dê*

*continuidade ao trabalho. Mas se não for o caso, vamos continuar com dignidade, com coragem, a luta pela comunidade. A gente tem uma preparação, uma experiência que ninguém teve. Quando a gente assumiu, caíram as barreiras e a gente fez um trabalho que muita gente há tempos não teve punho para fazer. Continuamos firmes, enfrentando ignorância, agressão, violência, piada. Onde a gente ia, ia em nome da Vila, levamos a comunidade para todos os espaços de que a gente participava. E não vamos desanimar, porque desânimo é sinal de derrota. E nós vamos continuar com o nosso grupo de mulheres, independente do conselho. E que vai trabalhar também pela comunidade. Porque se a gente mora na comunidade, a gente quer que ela se transforme. Eu sofri muitas agressões, que atingiram a minha família, e pensaram que eu ia desistir, mas não sei de onde nem como, mas isso me deu mais coragem para enfrentar. Queriam que eu renunciasse e eu disse não, eu fiz valer a democracia, lutei para que a democracia fosse um nome de respeito. Eu não saio pela agressão de ninguém, não tenho medo de ninguém. Anacélia pediu a palavra e falou abertamente em apoio à chapa 1, dizendo não ter problema em assumir que a apoiava por acreditar ser a melhor, a mais bem preparada para levar adiante o trabalho do Conselho, incitando as mulheres a se unirem, a mostrarem que *ser mulher é ser forte e ser companheira. Vamos em frente companheiras e vamos para o lanche* (DC 23.03.05)!*

Nessa atividade pré-eleição, já podemos identificar elementos importantes sobre a práxis política local e as ingerências do campo político mais amplo. Além de consolidar uma marca da gestão do Grupo de Mulheres – a ênfase na promoção da mulher, o combate à violência e a busca de melhorias para a comunidade – o que revela de que maneiras o discurso feminista mais amplo permeia a vida local, o evento teve um caráter abertamente de campanha política voltado para a eleição do Conselho. A presença de pessoas de fora da Vila dá um tom muito particular à campanha. Esses agentes externos, mais especificamente a demonstração pública do seu apoio, bem como acusações a eles por vezes associadas, serão constantes no desenvolvimento da eleição e revelam os significados em ação do jogo político local.

5.3.1. Entre apoios e acusações: os meandros da disputa política local

Ao longo do processo da disputa eleitoral foi marcante a presença de agentes externos do campo político mais amplo intervindo no desenvolvimento do pleito na Vila. Tal presença, referida pelas minhas interlocutoras como *apoio*, parece ser reveladora da distribuição desigual de prestígio que organiza o campo político feminista mais amplo.

Demonstra, na sua aplicação micro-política local, a apropriação dos elementos que dotam de sentido a práxis política apreendida pela circulação no campo feminista. Parece ter o objetivo de reforçar o prestígio angariado pelo Grupo fora dali, entre instâncias chave do campo político. Contudo, essa apropriação passa por re-significações à luz das cores locais que podem ser identificadas nas acusações que permeiam a disputa política, as quais reproduzem os mesmos mecanismos de distinção do Grupo de mulheres anteriormente assinalados. Vejamos os meandros dessa disputa mais detalhadamente na etnografia.

A eleição aconteceria no domingo de Páscoa, e no sábado anterior o Grupo de Mulheres, orientado por Janice¹⁰⁵, assessora parlamentar do deputado estadual petista Sérgio Leite, organizou uma panfletagem com o material da Chapa 1 oferecido pelo gabinete do deputado¹⁰⁶. Cheguei no começo da tarde na casa de Amelinha, junto com Lucimar, a fim de acompanhar a atividade e encontramos-na na cozinha às voltas com os preparativos para o dia seguinte. Ela nos contou, orgulhosa, que tinha *se desenrolado* e conseguido recursos para oferecer alimentação para as pessoas que viriam *apoiá-la* com o gabinete da deputada estadual petista Tereza Leitão, uma forte aliada do movimento feminista pernambucano na Assembléia Legislativa.

Visivelmente ansiosa, Amelinha andava de um lado para outro na cozinha e foi logo nos distribuindo tarefas para ajudá-la, enquanto preparava um bolo e tecia comentários, como por exemplo, o carro de som que tinha pedido que chegasse às 17 horas para auxiliar na panfletagem e as camisetas da Chapa 1 que tinha conseguido com recursos de um outro vereador. Contava-nos que na parte traseira das camisetas o doador queria colocar o seu nome, para mostrar que estava apoiando, mas Amelinha impediu porque *ia dar confusão com a outra chapa, eles iam nos acusar de estarmos sendo partidárias e de misturarmos as coisas*. Lucimar comentou que por trás da chapa 2 estava um outro vereador, João Arraes, do PSB: *mas elas não assumem, com elas é sempre assim, tudo por baixo dos panos! Política para elas é toma lá, dá cá; só valorizavam isso, se ganharem alguma coisa* (DC 26.03.05).

Já nesse primeiro momento aparecem alguns nomes de agentes políticos externos cujo apoio, não apenas em forma simbólica, mas, sobretudo, na forma de recursos

¹⁰⁵ Ela desenvolve *trabalho político nas comunidades da periferia de Recife*, como me explicou, com o intuito de organizar mulheres e jovens. Contou-me que gosta do trabalho comunitário que fazia e que tem uma forma diferente de fazer política, que não gosta de entrar na comunidade e já ir dizendo que é assessora do deputado, mas que gosta de ir aos poucos, criando vínculos, ajudando a comunidade a se organizar, debatendo questões e depois do vínculo criado ela dizia que era assessora do deputado.

¹⁰⁶ O panfleto trazia uma síntese dos trabalhos realizados pelas gestões anteriores da diretoria presidida por Amelinha, uma lista das propostas para a nova gestão, bem como os nomes dos componentes da chapa.

financeiros para o desenvolvimento da campanha, é interpretado como uma prática positiva pelas minhas interlocutoras. Mais do que isso, na formulação de Amelinha tais apoios são atribuídos à sua diligência, dando a entender que se associa à sua garra, ao seu prestígio junto a esses agentes externos, como se pode perceber na expressão empregada por ela “desenrolar-se”.

Essa expressão, de uso corrente no contexto de pesquisa, está associada a uma habilidade em se sair bem sucedido de situações mais complexas e difíceis, que exigem a extrema perícia do sujeito que é *desenrolado*, comparável ao que Fonseca (2000) encontrou entre mulheres das camadas de baixa renda gaúcha com quem pesquisou: “mulher admirável é aquela que sabe se mexer” (p.130), como uma variação da idéia de valentia. No entanto, o mais curioso é que em se tratando do grupo opositor, as mesmas práticas são percebidas como escusas, servindo como indício derogatório e negativo do opositor. Essa ambivalência será uma constante na disputa entre as chapas:

Chegada a hora da panfletagem, o carro de som não apareceu. Reunido o Grupo de Mulheres, Janice orientou-as a como proceder na panfletagem e no dia seguinte. Adelaide, Maria Cristina, Maria das Graças, Amelinha e sua família seguiram para a celebração da missa que ocorreria, como de costume, no segundo sábado de cada mês, na sede do Conselho. Janice, eu, Lucimar, Luciane e Teresa saímos pela Vila para a panfletagem. Teresa e Lucimar pareciam muito intimidadas em abordar as pessoas e bater nas casas; Janice, comandando a investida, nos organizou em duplas (Teresa e eu e Janice e Lucimar) para agilizar o processo.

Teresa não queria parar nas casas de quem ela sabia que eram partidários da chapa 2 e tentava evitar algumas casas. Só se sentia confortável em parar nas casas de quem sabia serem simpáticos à sua chapa. A maior dificuldade enfrentada foi a de entrar na rua B, reduto da chapa 2 e onde vive Tamara, candidata à presidente. Paramos na casa de seu João, vizinha ao Conselho. Ele foi logo dizendo que não ia esconder o seu voto: *estou com a chapa 2, porque Dona Amelinha fez uma boa gestão, mas faz dois anos que ela parou, não fez mais nada e o Conselho vive fechado*. Teresa saiu em defesa, dizendo que tinham feito muitas coisas e que só não tinham conseguido fazer mais por causa de um plebiscito acerca do pertencimento daquela área, ao município de Recife ou ao de Jaboatão. Só depois deste plebiscito é que se poderiam fazer obras de calçamento e saneamento, demandas antigas dos moradores. Continuamos batendo nas casas, onde éramos recebidas de forma fria, mas cordial. Encontramos um grupo de mulheres sentadas em frente a uma casa. Teresa passou reto por elas, mas Janice fez questão de parar e conversar. Uma delas, mais jovem, disse-lhe: *Dona Amelinha usa o Conselho só para aquilo de que ela gosta. Só abre para as*

celebrações e os moradores não têm o direito de usar o Conselho. Janice perguntou se elas tinham ido à atividade do Dia da Mulher. A jovem disse que nem tinha ficado sabendo: *Dona Amelinha só divulga o que vai acontecer na rua A, ela não se interessa pela rua B.* Outra do grupo, mais velha, falou sobre a divergência entre as duas ruas: *A questão que está em jogo aqui é a de que a gente não gosta do pessoal da rua A e eles não gostam da gente. Aqui as coisas são divididas assim.* Teresa e Lucimar permaneceram absolutamente silenciosas e Janice argumentava, mostrava o panfleto e os projetos que a chapa 1 oferecia e questionava sobre os projetos da chapa 2. Sugeriria que somente a partir da avaliação de ambas as propostas que o voto deveria ser decidido.

Mais adiante passamos por uma pequena igreja evangélica, onde havia duas mulheres. Teresa aproximou-se das duas, chamando-as de *irmãs*, e entregou-lhes um panfleto. Janice comentava comigo sobre como elas estavam *murchas* no início e passaram a falar, que era só *um empurrãozinho*. Ao comentar, celebrava a sua missão ali, avaliando terem revertido votos e sensibilizado indecisos, o que me pareceu um flagrante exagero. Eu estava mais cética e mais observadora, quase não falava. Percebia que elas se instigavam a falar quando sentiam que o interlocutor falava mal da outra turma. Quando sentiam uma certa resistência, elas emudeciam.

Paramos na casa vizinha a de Tamara, em que estavam alguns homens, bebendo cachaça, comendo, fumando e ouvindo música em alto volume. Janice se aproximou e entregou um panfleto. Um deles passou a criticar Tamara: *como uma mulher separada, que não sabe cuidar nem dela, vai cuidar do Conselho? Isso é uma mulher sem moral. Só quer trazer homem praí.* Outro disse que não estaria ali para votar porque trabalhava, mas que tinha muitas críticas à diretoria do Conselho, que não tinha feito mais nada e a sede estava sempre fechada. Teresa falou novamente no tal plebiscito e no calçamento, que já tinha sido votado no OP e que só poderia sair caso se resolvesse a querela do pertencimento. O dono da casa dizia que tinha uma irmã que trabalhava na Rede Globo, que iria chamá-la para fazerem uma reportagem-denúncia sobre o estado da Vila, que só assim conseguiriam alguma coisa com a prefeitura. Seguimos mais adiante e paramos frente a um grupo de jovens que bebia no boteco ao final da rua B, cujo dono ameaçara Amelinha. Lucimar e Teresa seguiram adiante, mas Janice insistiu e falava em projetos para jovens, em democracia e escolha da melhor gestão para o Conselho. Eles ironizavam o que Janice dizia e, quando nos afastamos, jogaram o panfleto no chão e gargalharam.

Foi quando ouvimos um carro de som, cujo comando estava a cargo de Anísio, líder comunitário da Mostardinha, bairro da periferia de Recife, distante do Ibura, e assessor parlamentar do vereador João Arraes, do PSB, apoiador de Tamara. Um grupo seguia na frente do carro, distribuindo panfletos e falando com as pessoas. Anísio bradava: *O Conselho não pode ficar fechado, porque quando qualquer morador precisa de uma referência para um emprego, para fazer uma compra, o Conselho pode dar. Ele deve estar aberto todos os dias para que a gente use. Se você quer fazer uma festinha de aniversário, um casamento ou um batizado, você tem direito a usar*

o espaço do Conselho. A chapa 1, a da situação, ficou três anos e nunca bateu na sua porta, hoje resolveu ir até a sua casa. Não caía nessa, tem gente de fora da comunidade vindo pedir voto para vocês. Eles ficaram no nosso encalço; por onde passávamos, vinham atrás.

Paramos na casa de uma mulher que estava indignada com a atual gestão do Conselho. Queria um posto de saúde ali na Vila e distribuição de leite, para evitar de *subir a ladeira* cotidianamente a fim de buscar o leite para os seus filhos no PSF da UR-10. Teresa explicou-lhe que ali não poderia ter posto de saúde e nem distribuição de leite em função do tamanho da Vila. Mas que a gestão delas tinha conseguido um agente comunitário de saúde, e reforçava quando o qualificava como *concurgado*, que levava as demandas e marcava as consultas do pessoal da Vila no PSF. A mulher parecia irredutível e Janice passou a argumentar, para o meu espanto, que a atual diretoria fizera uma boa gestão, estivera preocupada em colocar o nome da Vila em todos os lugares de que participaram e o trabalho fora tão bom que a Vila tinha ficado conhecida em todo o Brasil, cuja prova era a minha presença ali: *essa companheira do Rio Grande do Sul veio de lá só pra conhecer a Vila e o trabalho que era feito*. Argumento que não pareceu fazer grande sentido para a mulher preocupada com o leite dos seus filhos. Depois que nos afastamos, Janice virou-se para mim rindo e disse: *te usamos como objeto político de campanha! Não te esqueças de colocar isso no seu relatório!* Pasmada, ri e disse-lhe que não me esqueceria (DC 26.03.05).

Nessa passagem aparecem alguns elementos para os quais gostaria de chamar a atenção. Novamente se fazem presentes os agentes externos como elementos utilizados explicitamente como *objetos políticos de campanha*, como no caso da própria pesquisadora. No entanto, tais elementos, que parecem ser signos de prestígio político no campo mais amplo, ali, naquela situação, não tiveram grande eficácia. Os códigos constitutivos do jogo político, numa e noutra instância, têm apelos distintos. Talvez empenhadas demais num universo de valores políticos exteriores, as mulheres do Grupo, em especial Amelinha, tenham investido demasiado nos seus marcadores de distinção e, em função disso, acabaram por se afastar demais da própria rede social da Vila.

No entanto, há um outro agente externo cujo apoio é alvo de grande disputa local entre os grupos de mulheres: o SOS Corpo. A posição prestigiosa da entidade no campo feminista pernambucano adentra as fronteiras da Vila e se constitui como um trunfo político para a disputa local. Cientes da sua importância, ambas as facções disputavam o seu apoio. Por vezes fui confundida, pela facção oposta, como integrante da ONG, sendo alvo de interesse e atenção. Nesse sentido, não é à toa a preocupação de Amelinha, acima

descrita, com o futuro da articulação política com o SOS e com a possibilidade de apoio à nova gestão de mulheres no Conselho.

Em relação ao jogo de acusações, para além daquelas que giram em torno das marcas de distinção destoantes do Grupo de Mulheres relativas ao uso do Conselho para missas católicas e a não realização de festas para a comunidade e das expectativas frustradas em relação a benfeitorias esperadas para a Vila, como se pode perceber na descrição etnográfica acima, há uma outra que se associa ao tema da conjugalidade e da agência sexual das mulheres envolvidas na disputa política.

A avaliação do comportamento sexual das mulheres locais atravessa a etnografia do cotidiano na Vila, sendo alvo de atenção e controle da rede social, e nos meandros da eleição passa também a ter uma conotação política. Como asseverou o vizinho de Tamara, indo ao encontro do que apresentou Scott (1990) como uma convenção entre as camadas empobrecidas de Recife, a ausência masculina recaiu negativamente sobre Tamara. A sua capacidade de ser uma boa presidente do Conselho foi colocada em xeque pelo fato de ser separada. Em vista disso, pode-se compreender melhor a ênfase que as mulheres do Grupo colocam na sua retidão de caráter e na vida mais reclusa que levam, buscando se livrarem da pecha de *mulheres sem moral* e, assim, diferenciarem-se do restante, já que a sua condição de solteiras, desde os primórdios da Vila, guarda uma conotação negativa.

Ao mesmo tempo em que desafiam as convenções locais, em não terem um parceiro, as mulheres do Grupo parecem ambivalentemente empenhadas nelas, quando buscam garantir a sua respeitabilidade, reconhecida pela rede local como demonstra Lucimar. Ela contou-me que quando o pai de Luciane viera morar com ela, ele fez amizade com um antigo morador da Vila, muito observador e que conhecia todo mundo ali: *ele disse a Arlindo quem eram as vagabundas e quem eram as mulheres sérias da Vila. E ele disse que Arlindo tinha feito uma boa escolha, porque eu era uma moça séria, não trazia homem para casa* (DC 11.06.05).

A reputação das mulheres envolvidas na disputa política foi um dos temas candentes da eleição, transformado em objeto de acusação política. Vejamos.

No dia da eleição, seguindo para o Conselho com Maria das Graças encontramos Teresa, acompanhada por um grupo que estava a ajudando a fazer um *porta a porta*: Félix, um jovem, assessor parlamentar do deputado federal petista Fernando Ferro e vice-presidente do Conselho de Moradores da Imbiribeira, Eufrásia, uma mulher nos seus quarenta anos, ex-presidente do Conselho

de Moradores do Monte Verde, e Rodrigo, morador da Vila e participante da Chapa 1. Após nos afastarmos do grupo, Maria das Graças comentou que Rodrigo era *um bom menino, mas era gay*. Filho de Lucrécia, doméstica, ex-mensalista, que *agora é diarista e se dedica aos homens*. Não entendi o comentário e Maria das Graças disse-me que ela *gostava de ganhar dinheiro com os homens, os caminhoneiros lá em cima, no posto*.

A votação era no grande salão do prédio do Conselho e contava como mesários: Evenise, liderança comunitária, presidente do Conselho de Moradores da Imbiribeira e assessora parlamentar do deputado federal petista Fernando Ferro, e Tubino, também liderança comunitária, presidente do Conselho de Moradores vila 27 de novembro e assessor parlamentar do vereador petista Mozart, *companheiros políticos* de Amelinha. A votação seguia tumultuada, com discussões sobre quem poderia ou não votar. Lucimar e Maria das Graças ficaram a maior parte da manhã entre o Conselho e a casa de Amelinha, levando boletins parciais sobre o desenvolvimento da eleição às outras mulheres do Grupo envolvidas com os preparativos para o almoço. Todas se empenham em falar mal dos *macumbeiros da chapa 2*. Ao retornarmos ao Conselho, nos deparamos com uma grande querela. Quando Lucrécia e o seu companheiro tinham ido votar, o pessoal da chapa 2 colocou o voto dele em separado, porque duvidavam do fato de ele morar na comunidade. Além disso, Anísio, mesário da chapa 2, queria colocar no envelope dela que ela era profissional do sexo. Evenise, saindo em defesa de Lucrécia, interveio: *De jeito nenhum, companheiro. Isso é discriminação e inconstitucional. Por que razão a profissão dela deve ser destacada e de que nos interessa a sua profissão? Eu não vou aceitar isso de jeito nenhum*. Amelinha ficou furiosa e virando-se para mim, disse: *você está vendo a discriminação a que ponto chega? Isso só porque nós somos mulheres. Há muita discriminação, porque somos um grupo de senhoras, mulheres e domésticas!* Todos passaram a debater o ocorrido. Roberval disse haver muitas profissionais do sexo ali, inclusive na chapa 2, acusando Tamara de *profissional do sexo enrustida*.

Continuaram a discutir a quantidade de profissionais do sexo que havia na Vila. Para arrefecer os ânimos, Amelinha ofereceu mungunzá que havia feito, pedindo à Lucimar que fosse buscá-lo em sua casa. Fui acompanhá-la. No caminho passamos pelo grupo em que estava a candidata da chapa 2, Tamara. Cumprimentei-a e Lucimar virou o rosto, num sinal ostensivo de desagrado. Depois, entre dentes, comentou comigo: *o negócio daquela ali é chamar homens para sua casa. Nisso ela é boa. Eles já estão com um engradado de cerveja para comemorar a vitória. Vão fazer uma festa*. Ri do seu jeito e perguntei se Tamara chamava muitos homens só para ela. Lucimar riu e, do seu jeito meio acanhado, aquiesceu. Continuei provocando-a: *Suruba, mesmo?* Ela riu da palavra que usei e disse-me que sim, já que Tamara gostava de chamar muitos homens e transar com eles: *aqui, minha filha, são as mulheres casadas que mais aprontam. As solteiras são todas comportadas. Quem mais apronta são as casadas e separadas. Precisa ver, tem cada história aqui. Tem muito gay que se faz de macho, mas que gosta de pegar homem*.

Quando chegamos na casa de Amelinha, Lucimar foi correndo contar a fofoca do momento, sobre a tentativa de discriminação de Lucrécia, acusada de *profissional do sexo*. Iazinha ficou enfurecida e passou a discursar sobre as inúmeras meninas que viviam ali na vila, *se vendiam no posto de cima para os caminhoneiros, ninguém dizia nada e todo mundo fazia que não via*. Ato contínuo, saiu para o Conselho e quando chegou foi logo questionando, aos berros, sobre a discriminação de Lucrécia, repetindo que havia muitas prostitutas ali e que ninguém reclamava. Nesse meio tempo Rodrigo, filho de Lucrécia, estava aos berros na entrada do Conselho, dizendo que ia processar as pessoas que tinham discriminado a sua mãe (DC 27.03.05).

A discriminação à Lucrécia foi associada por Amelinha como uma discriminação dirigida ao seu Grupo pelo fato de serem *senhoras, mulheres e domésticas*. O sentido da acusação dirigida a uma aliada foi conscientemente resvalado metonimicamente ao Grupo como um todo, na tentativa de retirar um proveito político da acusação. Mesmo considerando Lucrécia uma profissional do sexo, como me havia referido Maria das Graças anteriormente de forma repreensiva, a acusação passou a ter um outro sentido na situação da disputa política. Note-se que, em se tratando da rival política Tamara, a avaliação do seu comportamento sexual conta como um argumento que a desabona politicamente, como se pode perceber nos comentários do seu vizinho e no de Lucimar.

No contexto investigado, a política e as relações de poder atravessam e impregnam os mais distintos espaços da vida cotidiana. Diferentemente do grupo de mulheres analisado por Caldeira (1987), que não concebiam a sua atuação como política, aqui tudo passa a ter essa feição. A hiper-politização da vida cotidiana, que transforma a conjugalidade e a agência sexual em elementos da disputa política, nos leva a considerar outros elementos à luz dessa mesma gramática, que nos remetem à hipótese anteriormente mencionada acerca da política como o elemento que conecta essas mulheres, criando laços duradouros e profundos, com força de parentesco.

Para tanto, é crucial analisar as avaliações sobre a perda da eleição pelo Grupo de Mulheres e a cisão política no Sindicato das Domésticas que incindiou sobre a Vila. Tensão oculta ao longo dos meses de pesquisa, a cisão do grupo das domésticas que fundou a Vila era uma presença implícita na minha interação com o grupo. Havia uma regulação velada sobre os meus contatos com o grupo de Celina, a atual presidente do Sindicato, e outras domésticas que viviam na Vila, bem como nos contatos com o Sindicato. Dado subliminar, mas com forte presença, tendo sido explicitado na avaliação sobre a eleição, as disputas de

poder no âmbito do Sindicato marcam indelevelmente a micro-política local e nos aproximam da hipótese anteriormente apresentada entre política e conexão.

5.4. *Mulher sozinha e família pequena não ganham eleição?* Da conexão e da política

Ao perceber os rumos que a eleição estava tomando, Iazinha, desanimada, desabafou: *o nosso maior problema é que temos família pequena. Viu, quem mandou inventar de ter só um filho? Na minha casa, por exemplo, é só um voto! Eles têm família grande, em cada casa tem cinco, seis votos. A gente fica em desvantagem!* (DC 27.03.05)

Essa justificativa para a perda da eleição pelo Grupo de Mulheres da Vila foi recorrentemente utilizada nas inúmeras reflexões sobre o ocorrido e pode-se perceber nela a ressonância dos elementos em comum à biografia dessas mulheres que particularizam a sua relação com o ativismo político e que o afastam da matriz explicativa da “maternidade militante”. Além disso, esse desabafo parece sugerir que os arranjos familiares e conjugais dessas mulheres, dissonantes das convenções vigentes locais, tiveram uma forte ingerência nos resultados negativos da eleição. E é nesse mesmo sentido que vai a análise de Amelinha:

A gente enfrentar uma eleição do jeito que foi, eu acho que foi um grande passo que a gente deu. A gente está com o poder, não com um poder de mandar, mas a gente está com um poder de ser respeitada, de servir à comunidade. Eu acho que isso marcou a comunidade, mesmo esses 70 votos que a gente teve, foram votos realmente conscientes, porque se você for avaliar o número de pessoas, de familiares, dessa turma que está aí governando agora, é quase o número dos eleitores deles. E nós, qual é a família maior que temos? O número maior que tem? Sou eu. O restante é uma só pessoa. Então se a gente for avaliar esses 70 votos, a gente tirando Maria das Graças, Iazinha, Teresa, Lucimar e Adelaide... Porque nas outras, eu não confio. Até na dona Celina, eu não confio, porque do jeito que ela está fazendo, eu tenho impressão que ela não votou na gente. Então, você vê essas companheiras, elas são sozinhas e a gente teve 70 votos! Politicamente a gente não ganhou, mas a gente ganhou por outro lado, porque teve esses 70, que estão a nosso favor. O pessoal da outra chapa, Tamara, por exemplo, quantas pessoas tinham na casa dela? Quatro pessoas! Quatro pessoas dentro da casa dela, ainda mais o cunhado, o irmão do cunhado, a irmã, a mulher do cunhado, a sobrinha... quer dizer, é uma família!

Alinne – *Tu queres dizer que família grande ajuda a ganhar a eleição?*

Amelinha – Ajuda ganhar a eleição. Mas não é mesmo, me diga se eu estou errada? Já a Pamela tem ela, o marido, a mãe Piedade que eu também acredito que não votou na gente. Piedade estava para olhar, para bisbilhotar. Ela não votou na gente. Tem a sogra da menina... Cada um com cinco, seis, sete, oito. Quer dizer, a chapa tem onze e todas as onze têm famílias grandes. E nós com onze, dos onze... Maria Cristina sozinha, Iazinha sozinha, Teresa sozinha, Lucimar sozinha, Adelaide sozinha, entendeu? Se a gente for avaliar isso na ponta do lápis... (DC 310505).

Interessa ressaltar nessa análise de Amelinha a pregnância da dimensão política no cotidiano. Ela avalia o evento em termos do grau de poder que o Grupo tem localmente e insiste na hipótese da família pequena das outras componentes da chapa como o motivo principal da perda da chapa 1. Um outro comentário seu, associado ao estatuto da solteirice da maioria das componentes da sua chapa, vai além da justificativa do número exíguo de familiares. Ela põe em xeque o principal elemento que dota de sentido a práxis política local, a coragem:

Passamos pela frente da casa de Teresa e Amelinha, apontando para a sua direção, comentou: *Teresa ficava muito amedrontada de assumir o Conselho porque ela é sozinha, só ela e a filha, sem marido, e temia que fizessem alguma coisa contra elas.* Espantada com o seu comentário, provoqueei-lhe: *tu achas que ter marido é importante para se estar à frente do Conselho, dá alguma garantia? Ela me olhou, pensou e redargüiu: se bem que não adianta muita coisa, não viste o que aconteceu comigo? Eu com marido e filhos dentro de casa, quase mataram Ronaldo? Mas elas são muito sozinhas e ter marido sempre dá mais segurança, tem alguém que proteja...* (DC 31.03.05)

Retirando-se do cenário da disputa, Amelinha imputa a perda ao fato de que as suas companheiras de ativismo local não se adequam aos critérios de respeitabilidade e credibilidade por serem mulheres sós, sem parceiros e por terem famílias pequenas, sem o respaldo que uma família extensa traria nessa ocasião. No entanto, parece-me que há outras questões em jogo nos resultados dessa disputa política, para além do desafio às convenções de gênero, conjugalidade e família que parecem representar. Os significados em ação produzidos na intersecção entre a disputa política e a vida cotidiana na Vila revelam as formas pelas quais o campo político extra-local incide sobre a disputa local, reproduzindo as distribuições desiguais de prestígio e as disputas de poder que se verificam no nível macro-político. Para além disso, a etnografia sugere a existência de algo a mais nessa equação. É nesse contexto que a noção de conexão como parentesco, no sentido atribuído

por Carsten (2000), surge como uma opção interpretativa para se compreender o laço que une essas mulheres através do compartilhamento de uma trajetória política comum. Laço constituído historicamente, profundo, duradouro e ao mesmo tempo dinâmico, que é desafiado pelas ingerências das disputas políticas extra-locais e revelado pelo evento da eleição pelo Conselho.

As infundáveis fofocas que se seguiram após a perda da eleição, a constante avaliação dos motivos da perda, as recorrentes disputas por lugares nos espaços políticos e pelos apoios, o acirramento das cisões levam-me a apontar que a política se configura no elemento que constitui o laço profundo e duradouro com força de parentesco entre esse grupo de mulheres. Contudo, antes há que se fazer uma ressalva sobre o uso que faço da noção de conexão.

A proposta de Carsten (2000) de se utilizar o conceito de conexão (*relatedness*) em oposição ou ao lado de parentesco (*kinship*), de modo “a marcar uma abertura para idiomas nativos de se estar conectado”, implica num deslocamento dos aspectos formais, para os sentidos atribuídos ao que significa estar-se conectado. O que permite, segundo a autora, uma visão mais ampla e imaginativa do que deve ser incluído sob a rubrica do parentesco. Essa revisão do campo de estudos de parentesco é tributária da crítica de Schneider sobre o caráter naturalizado e de base biológica, tomados como universais, dos estudos de parentesco tradicionais, o que o autor atribui a “uma etnoepistemologia da cultura européia” (Schneider, 1984, 175 apud Franklin e Mckinnon, 2001:02).

Através da noção de conexão há uma mudança nas compreensões convencionais sobre o parentesco; uma mudança de enfoque para a agência, para as relações de poder e para a produção de significados em ação. O peso recai sobre a qualidade dinâmica da *relatedness*, nos processos contínuos de se tornar conectado a outras pessoas. Um bom exemplo desse novo enfoque sob a rubrica da *relatedness* pode ser identificado nos novos estudos de parentesco gays e lésbicos nos Estados Unidos. Nesses estudos, como exemplifica Carsten, os laços de sangue são descritos como temporários e incertos à luz das rupturas experienciadas por gays que se declararam homossexuais às suas famílias. Ao lado dessa incerteza, as “famílias escolhidas” (*chosen families*), representadas pelos amigos, são investidas de certeza, profundidade e permanência. Essas são, portanto, referidas no idioma do parentesco por aqueles cujas experiências de parentela biológica foi completamente disruptiva (Carsten, 2000:12).

Os novos estudos promovem “a complexificação da compreensão antropológica acerca da densidade simbólica das substâncias e códigos que vêm a significar parentesco e a sua relação na formação de parentesco e outros laços” (Franklin e Mckinnon 2001:10). Dessa forma, os novos estudos revelam uma variedade de temas e novos contextos de pesquisa, desde mapeamento genético, clínicas de infertilidade, novas tecnologias reprodutivas, a biosocialidade emergente de grupos de apoio a portadores de doenças genéticas, ciber-parentesco. Todos eles procuram apontar os “símbolos – além do sangue, do sêmen e do leite materno – que remetem à ‘substância compartilhada’ (*shared substance*) e que criam o tipo de relação profunda e duradoura normalmente associada à esfera dos parentes” (Fonseca, 2003: 09), como demonstra Fonseca numa análise sobre a nova produção no campo.

O curioso, nesses novos estudos, é que mesmo com a novidade, não parece haver uma possibilidade de parentesco sem a troca de alguma substância e questiono se a política poderia ser entendida como o elemento passível de criar o laço de solidariedade e duradouro com força de parentesco. Nesse sentido, a etnografia de Bamford (2004) entre os Kamea, da Papua Nova Guiné, é inspiradora para iluminar essa questão. Instigada pela onda desses novos estudos de parentesco, a autora reflete se o parentesco seria sempre um laço material e se existiria um meio de se pensar sobre essas relações sem que estejam assentadas em laços físicos e em trocas de substâncias materiais. Entre os Kamea, nos ensina Bamford, as conexões entre as pessoas não são dadas ao nascimento. Antes, elas são produzidas através do tempo como uma consequência do comer, viver e consumir juntos (Bramford, 2004: 301). Assim, através da sua etnografia sobre o grupo em questão, ela sugere que para se compreender “o que conecta e desconecta as pessoas no seu mundo, é necessário mudar de um ponto de vista substantivo para um ponto de vista relacional” (p.302).

Ancorada nessas perspectivas analíticas é que vislumbro a política como o elemento compartilhado que cria laços duradouros e profundos com força de parentesco entre as mulheres pesquisadas. Atentando-se para as suas biografias, descritas anteriormente, na sua maioria marcada pela disrupção dos laços de consangüinidade e pelo idioma de conexão que passa pela trajetória política comum cujo ápice é a constituição da Vila, é que sugiro a compreensão dos laços entre o Grupo de Mulheres como um modelo de conexão (*relatedness*) com as características definidas por Carsten (2000).

Nesse universo, o sentido de família, sintetizado na idéia de “aquelas com quem se pode contar” seja quando o dinheiro acaba, seja quando se está doente, seja no apoio mútuo quando da resistência da vizinhança às mulheres sós que viriam para a Vila, como muitas apontaram, se preenche nos laços estabelecidos com *as companheiras de luta*. Esse lugar ocupado pela política pode ser, ao meu ver, corroborado pelos significados em ação produzidos ao longo da disputa eleitoral pelo Conselho, bem como aos sentidos produzidos após o término da disputa, em que o que parece estar em xeque é a conexão ela mesma, desafiada pela disputa de poder. Aqui, a qualidade dinâmica da conexão (relatedness), os processos contínuos de se tornar conectado, aflora e nos remete para o fato de que os significados de parentesco estão imersos em hierarquias de poder, como nos lembram Yanagisako e Delaney (1995).

Nesse sentido que a reflexão feita pelos apoiadores externos da eleição, empenhados no pleito, sobre a perda da eleição pelo Grupo de Mulheres, nos ajuda a encontrar os nexos que subsidiam essa interpretação da política como o elemento-chave da conexão entre essas mulheres. Frente ao resultado da eleição, e já a caminho de casa, Evenise, Janice e Tubino ponderaram que

elas têm de fazer uma avaliação e ver o porquê da falta de apoio da presidente do Sindicato das Domésticas, que não ficou na Vila e não trabalhou para a eleição. A maioria da chapa é doméstica e não teve apoio do sindicato, que é uma força política importante! Ouvimos fofocas de que Celina não votou na chapa 1. Ela foi votar bem cedo e saiu. Isso é errado, ela deveria ter ficado o dia inteiro ajudando na militância. Eu, incautamente, disse-lhes que Celina tinha ido a um casamento. Evenise e Janice saltaram enfurecidas, dizendo-me que isso não era justificativa: militância é militância! Janice disse-me que não tivera feriado, que estava com a sua mãe doente e tinha deixado tudo porque tinha se comprometido com a militância. Evenise, com ar didático, me ensinou: hoje é domingo de Páscoa e para nós, aqui no nordeste, é muito importante nessa data estar com a família e todas nós deixamos as nossas famílias para estarmos ali, apoiando. Deve haver algum problema e elas devem discutir isso. Se bem que Celina é uma pessoa muito fraca, não tem militância nem representatividade política. Lúcia [a presidente de honra do Sindicato, quem o fundou] sim, que é combativa. Eu acho que elas devem avaliar bem isso e escantear Celina (DC 27.03.05).

Na avaliação dos bastidores da disputa política pelo Conselho, os companheiros políticos de Amelinha indicam que a eleição foi decidida em função de um contexto mais amplo, que envolve o Sindicato das Domésticas. A evocação dessa outra instância traz um

indício para se refletir sobre como a política se constitui em um elo entre as mulheres e como a disputa de poder se imiscuiu como um elemento potencialmente disruptivo das conexões entre elas. Vejamos a visão de Iazinha sobre esse problema:

Perguntei à Iazinha sobre as eleições do Sindicato das Domésticas. Disse-lhe que a ouvira comentar que queria concorrer à diretoria do Sindicato. Ela confirmou e passou a me explicar: *Trabalho num prédio onde tem 30 apartamentos e converso muito com as domésticas que trabalham ali. Vou fazer uma campanha para que elas se filiem e depois disso, vou colocar uma chapa. Celina não trabalha muito pelo Sindicato, ela está mais interessada no movimento negro e na escola de samba. Nós vamos colocar uma chapa para tirar Celina. Ela não votou na gente na eleição do Conselho; foi votar bem cedo e, quando saiu da votação, recomendou à vizinha que votasse na chapa 2. Ela está descontente com a chapa e com a gente. Celina e Dulce, a presidente de honra do sindicato, não gostam de Amelinha porque elas acham que desde que a gente se juntou a ela, nós abandonamos a luta no Sindicato (DC 01.05.05).*

Por mais que Iazinha critique a postura de Celina em relação ao Sindicato das domésticas e atribua a sua falta de apoio à sua proximidade com Amelinha, parece-me haver aqui um importante nó de sentido que liga os nexos entre a idéia “mulher sozinha e família pequena não ganham eleição”, a cisão no Sindicato das Domésticas - a disputa de poder extra-local – à disputa local.

Como podemos perceber, a biografia de Amelinha e Celina estão entrecruzadas pelo pertencimento, na juventude de ambas, a ações da igreja católica, que redundou na relação de compadrio entre Amelinha e o único filho de Celina. O que parece ser um atenuante à explicação de Iazinha acerca da sua proximidade com Amelinha. Há ainda um outro elemento. Iazinha, Lucimar e Teresa explicam o seu afastamento do Sindicato das Domésticas em função de dissidências internas relativas à forma de relacionamento do grupo dirigente com o poder. Essas cisões que tiveram lugar no campo político extra-local, mas que tem uma forte ingerência na Vila, em função da sua própria origem, como demanda do Sindicato por habitação popular, acabam por corroborar a hipótese de que o que está em questão é a natureza mesma da conexão que liga essas mulheres que tiveram trajetória política em comum. A disputa de poder entra em cena para desafiar os laços que as unem através do compartilhamento da luta política originária da Vila.

A demonstração pública do apoio de Celina, que ocupa um lugar de importância no campo político extra-local, pode ser interpretado como uma forma de afirmar um

descontentamento com a aliança das suas companheiras de luta, “aparentadas” pelos laços da política, com uma pessoa como Amelinha, que não compartilhou, nos mesmos termos e com a mesma garra, da luta pela construção da Vila, que não passou pelas mesmas avaliações morais por que passaram por serem *mulheres sozinhas e peniqueiras*. Nesse jogo do estar-se conectado, Amelinha representa o elemento disruptivo do elo que as conecta, sobretudo se levarmos em conta os signos de distinção que procura demarcar em relação à rede de sociabilidades da Vila.

E é somente quando percebemos essas nuances, subjacentes ao processo de disputa eleitoral pelo Conselho de moradores da Vila, metáfora das disputas de poder mais amplas e exemplar da tentativa de reprodução da mesma estrutura de distribuição desigual de prestígio do campo político feminista mais amplo pelo quais essas agentes circulam, que a noção de conexão pautada pela política torna-se mais evidente. Só aí podemos perceber que *mulher sozinha e família pequena não ganham eleição* quer antes e simplesmente dizer que sem os laços profundos, duradouros e permanentes da conexão não se vai muito longe. É, portanto, nesse palco micro-político, atravessado pelas disputas de poder, que se pode perceber como o cotidiano está sobejamente marcado pelos códigos que regem o campo político mais amplo, que a macro-política se manifesta e reproduz.

Assim, a abertura a novas possibilidades analíticas do ativismo feminino popular, que transcende à gramática restrita da matriz explicativa da “maternidade militante”, inserido num contexto político de grande efervescência feminista, possibilitou a compreensão desse outro fenômeno que integra de forma muito peculiar a política à vida cotidiana, reforçando a inseparabilidade entre as dimensões da experiência total de vida e apontando para a hiper-politização do cotidiano, como também demonstra a posição de Dona Vicentina que abre esse capítulo.

NOTAS CONCLUSIVAS

Toda a vez que o reino do humano me parece condenado ao peso, digo para mim mesmo que à maneira de Perseu eu deveria voar para outro espaço. Não se trata absolutamente de fuga para o sonho ou o irracional.

Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação, que preciso considerar o mundo sob uma outra ótica, uma outra lógica, outros meios de conhecimento e controle. As imagens de leveza que busco não devem, em contato com a realidade presente e futura, dissolver-se como sonhos...

(Calvino, 1990:19)

Dentre as suas seis propostas para o próximo milênio, Calvino sugere a leveza como um valor a seguir seguido na escrita literária. Mas o escritor empresta à leveza uma interpretação muito peculiar, associando-a com uma mudança de perspectiva, novas possibilidades criativas de se obter conhecimento. Para a Antropologia, a mudança de perspectiva já é parte inerente do seu projeto epistemológico. No entanto, não custa lembrar que além dessa mudança de perspectiva, há inúmeras outras. A presente tese investiu em pelo menos outras duas: a adoção de um ponto de vista antropológico feminista e uma outra sobre o próprio tema do ativismo feminino popular.

Quanto ao ativismo feminino popular, a tarefa que me impus ao longo desta tese foi a de compreender as suas diferentes facetas contemporâneas, explicitando o que me parece ser uma novidade frente às explicações tradicionais sobre esse fenômeno, que o associavam à politização da maternidade. Para tanto, empreendi uma etnografia no lugar que atualmente me parece ser altamente rico para compreender o ativismo feminino, nas suas diferentes manifestações, como a cidade de Recife frente à sua intensa efervescência política feminista. Para chegar à experiência das ativistas oriundas das camadas urbanas de baixa renda, fez-se necessário compreender como o próprio campo político feminista local se constitui, as suas estruturas de prestígio e privilégio, e se agencia, as suas tramas políticas e o seu capital de articulação política, e como essas mulheres nele se inserem e agem, num intrincado jogo entre reprodução de modelos e introdução de novidades. Em comum a todas essas diversidades de ativismo está a coragem, como o atributo que dota de sentido de gênero e de poder essa prática política.

Essa mirada sobre o campo política feminista local permitiu-me também perceber alguns elementos do campo feminista contemporâneo e a formação da matriz do pensamento feminista brasileiro. A ênfase bem-sucedida na bandeira de luta contra a violência que acomete as mulheres, verificada na sua pervasividade na sociedade de forma

geral, angariando uma adesão massiva e transcendendo as fronteiras de classe, corrobora a hipótese apontada por Corrêa e Vianna (2006) de que no Brasil venceu a matriz feminista do “quem ama não mata” em detrimento do feminismo do “nosso corpo nos pertence”.

Além disso, nesse empreendimento deparei-me com uma diversidade de grupos de mulheres da periferia urbana da cidade e com uma proliferação de produção de sentidos estendidos ao ativismo, que escapam à gramática restrita da matriz da maternidade militante. Saltam aos olhos o elemento em comum a essa multiplicidade que se traduz numa combinação particular entre gosto pelo ativismo e busca de garantia de sobrevivência, o que leva a uma relação entre militância e expectativas de ascensão social.

Além disso, a imersão no dia-a-dia dessas mulheres, ativistas populares, revela também como a política permeia o cotidiano, marcando indelevelmente as suas biografias e as suas relações sociais. No entanto, essa pregnância da política não é vivida sem conseqüências. A etnografia do cotidiano do Grupo de Mulheres da Vila revela-nos as ambivalências que se imiscuem em diferentes dimensões da vida dessas mulheres, num embate cotidiano entre convenções e práticas. Ainda dessa amplitude de sentidos que o ativismo político feminino popular passa a ter, deparamo-nos também com política operando como um elemento constituidor de laços duradouros e permanentes que as conecta entre si, com força de parentesco, advindos de uma trajetória política em comum. Laços, esses, expostos à dinâmica potencialmente disruptiva e transformadora da disputa política e das ingerências dos jogos de poder.

A riqueza da pesquisa etnográfica realizada nesse contexto transcende o exposto e analisado nessa tese, deixando em aberto caminhos para análises e investigações futuras definidas pela combinação entre os marcadores sociais de classe e gênero. Dentre eles destaco a relação entre esses grupos de mulheres da periferia com a política institucional e os novos espaços de participação popular por ela abertos, como o Fórum de Mulheres do Orçamento Participativo, ligados à gestão municipal. Há ainda uma outra questão surgida recorrentemente no campo de pesquisa que associa de forma muito próxima a política e a comida. Nos significados em ação que surgem da prática política, a comida aparece como um elemento revelador de prestígio, prosperidade e mantenedor de alianças e que tem um forte apelo de gênero.

No pano de fundo da etnografia realizada nessa tese, estiveram sempre presentes os temas do gênero e do poder. Em vista deles, gostaria de fazer menção à outra mudança de perspectiva aqui proposta: a adoção de um ponto de vista antropológico feminista. E aqui

surge a questão do posicionamento e a aparição do olhar da pesquisadora sobre a análise produzida. Grande parte do esforço dessa tese esteve também ligado à busca da contribuição do olhar antropológico dentro do campo da teoria feminista e o desafio, e riscos, de empreender uma análise antropológica adjetivada.

Soa particularmente estranho numa época de rompimento de fronteiras disciplinares querer delimitar as de uma disciplina num campo essencialmente interdisciplinar. Nesta intensa proliferação de referenciais e de combinações disciplinares, encontrei o estímulo para pensar qual seria a particularidade do olhar antropológico. A busca por uma maior clareza na definição, nas implicações, nas possibilidades e nos limites desta Antropologia adjetivada fundamenta-se numa avaliação de que me parece ser este um passo importante para consolidação de um olhar, de um lugar de fala e de uma tradição. E é nesse sentido que a proposta de Haraway (1995), de um “conhecimento localizado” e responsável, se encaixa.

Ao modo de Scott (1992), que ao analisar o campo da produção de conhecimento feminista na História argumenta que toda produção de conhecimento é política, há, ainda, a tentativa de transpor uma certa resistência semelhante àquela que talvez esteja nas origens da timidez de uma Antropologia Feminista brasileira. Em se transpondo tal resistência, desvela-se o feminismo fortemente presente na Antropologia brasileira, como se pode perceber na larga tradição de estudos antropológicos sobre o tema da violência contra a mulher (como os de Corrêa, 1983; Grossi, 1988; Gregori, 1993, entre outros.)

Em vista desta Antropologia, desse olhar situado, tendo a concordar com a distinção proposta por Moore (1988) entre Antropologia Feminista e Antropologia do Gênero. Sabemos que gênero e feminismo não são termos independentes, mas também que não têm uma relação necessária. Creio que a necessidade de afirmar o ‘feminista’ da antropologia é uma atitude, em si política, de positivar e desvelar o político na produção de conhecimento antropológico, além de emprestar um caráter especificamente crítico à prática.

Em muitos contextos, os usos da locução ‘de gênero’ no lugar do adjetivo ‘feminista’, revela-se uma importante estratégia a fim de tornar este último mais palatável. No entanto, acredito que apostar numa postura mais frontalmente política e re-afirmar o adjetivo ‘feminista’ da Antropologia que fazemos confere-lhe um comprometimento crítico “em desafiar e re-desafiar as suposições sobre os próprios lugares das pessoas no mundo (...) com seus complexos conflitos inter-gênero, inter-racial, inter-cultural e internacional num modo ética e politicamente sensível” (Mascia-Lees e Black, 2000:106, *apud* Ono, 2003: 04).

Mas não joguemos o bêbe fora junto com a água do banho. Por um lado, conferimos ao gênero a sua crucialidade dentro do campo. Gênero é uma categoria fundamental para a Antropologia Feminista tal como a entendemos aqui e eixo importante da noção de diferença com que trabalha, lado a lado do escrutínio das relações de poder inerentemente incrustadas na constituição do social e dos sistemas de desigualdades. Por outro lado, este comprometimento político não nos pode cegar para as especificidades locais, para os processos contextuais de negociação de sentidos; daí a importância da vigilância epistemológica em relação ao uso do método etnográfico para o questionamento e escrutínio dos conceitos tão caros à Antropologia. Feitas as devidas ponderações, assumamos, a partir de então, este adjetivo e este lugar dentro do campo da Antropologia e da Teoria Feminista, para que, parafraseando Gregori (1999: 235), a Antropologia mereça também ser chamada de Feminista sem reservas. Espero, assim, que essa tese venha a contribuir, por um lado, para a ampliação desse campo no Brasil e, por outro, na renovação dos estudos sobre os ativismos femininos em geral, e nos populares em especial, numa mudança de perspectiva, rumo à leveza sugerida por Calvino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABATH, Rachel e IRELAND, Timothy. “Os grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: Um estudo de caso”. Disponível em <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS819803.pdf>. Acesso em 02.08.2005.
- ALBUQUERQUE, Maria de Fátima. “Urbanização, favelas e endemias: A produção da filariose no Recife, Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública* 9(4), 1993, pp. 487-497.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife/São Paulo: FUNDAJ/Editora Massangana/Cortez Editora, 2006.
- _____. “Cabra da peste!”. *Revista Nossa História* 2(17), 2005, pp. 32-36.
- _____. *Nordestino, uma invenção do falo: Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.
- ALVAREZ, Sonia E. “A globalização dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio”. In ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. E. e ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – Novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, pp. 383-426.
- _____. “Feminismos latino-americanos”. *Revista Estudos Feministas* 6(2), 1998, pp. 265-284.
- _____. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 315-380.
- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. E. e ESCOBAR, A. “Introdução – O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos” In _____. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – Novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, pp. 15- 57.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “O sentido do Nordeste”. In *Observanordeste*, 2002. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001h.html>. Acesso em 22.02.2006.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?”. In *Observanordeste*, abril de 2002. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte001.html>. Acesso em 26.02.2006.
- ATKINSON, Jane Monning. “Anthropology – Review essay”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 8(2), 1982, pp. 236-258.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em 29.07.2006.

- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO RECIFE, 2005. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/>. Acesso em 29.07.2006.
- AVELAR, Lúcia. *O segundo eleitorado: Tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- ÁVILA, Maria Betânia. “Modernidade e cidadania reprodutiva”. *Revista Estudos Feministas* 1(2), 1993, pp. 382-393.
- ÁVILA, Maria Betânia e CORRÊA, Sonia. “O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: Revisitando percursos”. Disponível em <http://www.geocities.com/catolicas/articulos/dersex/omovim.htm>. Acesso em 12.08.2006.
- BAIERLE, Sérgio Gregório. “A explosão da experiência - emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre”. In ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. E. e ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – Novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, pp. 185-217.
- BAMFORD, Sandra. “Conceiving relatedness: Non-substantial relations among the Kamea of Papua New Guinea”. *Journal of Royal Anthropological Institute* 10, 2004, pp. 287-306.
- BARREIRA, Irllys. “Entre mulheres: Jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais”. In BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). *Candidatos e candidaturas – Enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 1998, pp. 131-166.
- BARSTED, Leila Linhares. “Reflexões sobre a trajetória do movimento feminista na luta contra a violência”. Paper apresentado no Seminário Internacional “Feminino e masculino: Igualdade e diferença na Justiça”. Porto Alegre, 5 a 7 de julho de 1995.
- BEHAR, Ruth. “Women writing culture: Another telling of the story of American anthropology”. *Critique of Anthropology* 13(4), 1993, pp. 307-325.
- BELL, D.; CAPLAN, P. e KARIM, W. J. *Gendered fields – Women, men & ethnography*. London: Routledge, 1993.
- BIANCARELLI, Aureliano. *Assassinatos de mulheres em Pernambuco – Violência e resistência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo*. São Paulo: Publisher Brasil/Instituto Patrícia Galvão, 2006.
- BLAY, Eva. “Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: Anistia, custo de vida e creches”. In FÉLIX, M. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira – Mulher hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, pp. 63-70.

- BONETTI, Alinne de Lima. “A ONG e a antropóloga: Da experiência etnográfica à experiência profissional”. *Revista Humanas*, Dossiê “Cidadania, democracia e políticas públicas”, 26/27, 2004/2005, pp. 159-178.
- _____. “Mulheres na política, política nas famílias: Uma etnografia sobre participação política, relações de gênero e família”. Projeto de pesquisa apresentado ao PPG/IFCH/UNICAMP, Doutorado em Ciências Sociais, Área de Concentração “Estudos de Gênero”, dezembro de 2002. Mimeo.
- _____. *Entre feministas e ‘mulheristas’: Uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia Social]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (Orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/Edunisc, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- _____. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: Bastidores do serviço doméstico*. Tese de Doutorado [Departamento de Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- BRITO, Maria Noemi Castilhos. “Mulheres na política: Como e porque”. *Horizontes Antropológicos*, Dossiê “Gênero”, 1(1), 1995, pp. 61-78.
- _____. “Mulher e política: Público x Privado?”. In TEIXEIRA, Sérgio e ORO, Ari (Orgs.). *Brasil & França – Ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, pp. 129-140.
- _____. “As mulheres e a democracia”. *Revista de Ciências Sociais* 1(2), 1987, pp. 287-304.
- BRUMANA, Fernando Giobelina. “A propósito de la jurema: Reflexiones sobre el campo religioso brasileño”. *Revista de Antropologia* 48(2), 2005, pp. 423-471. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034>. Acesso em 13.03.2007.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- _____. “Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”. *Cadernos Pagu*, Dossiê “Trajetórias do gênero, masculinidades”, 11, 1998, pp. 11-42.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

- _____. “Mujeres, cotidianidad y política”. In JELIN, E. (Org.). *Participación, ciudadanía e identidad: Las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos*. Ginebra: UNRISD, 1987, pp. 75-128.
- _____. *A política dos outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio – lições americanas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília/São Paulo, Paralelo 15/Edunesp, 1998.
- CARDOSO, Ruth. “As mulheres e a democracia”. *Revista de Ciências Sociais* 1(2), 1987, pp. 287-304.
- _____. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In CARDOSO, Ruth. (Org.). *A aventura antropológica – Teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1986, pp. 95-105.
- _____. “Movimentos sociais urbanos: Balanço crítico”. In SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 215-239.
- CARSTEN, Janet. “Introduction: Cultures of relatedness”. In CARSTEN, Janet (Org.). *Culture of relatedness – New approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 1-36.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. *A participação social no Brasil hoje*. São Paulo: Polis, 1998.
- CHANEY, Elsa M. *Supermadre – women in politics in Latin America*. Austin & London: The University of Texas Press, 1979.
- CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In _____. *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998, pp. 17-62.
- CLIFFORD, James e MARCUS, George. (Orgs.). *Writing culture – The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- COLLIER, Jane e YANAGISAKO, Sylvia. “Toward a unified analysis of gender and kinship”. In COLLIER, Jane e YANAGISAKO, Sylvia (Orgs.). *Gender and kinship: Essays toward a unified analysis*. California: Stanford University Press, 1992, pp. 14-52.
- COLLIER, Jane; ROSALDO, Michelle e YANAGISAKO, Sylvia. “Is there a family? New anthropological views”. In THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn (Orgs.). *Rethinking*

- the family – Some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992, pp. 31-48.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John. *Ethnography and the historical imagination*. Boulder: Westview Press, 1992.
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma família – Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2003.
- CORRÊA, Mariza. “O espartilho de minha avó – Linhagens femininas na Antropologia”. In _____. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp. 185-207.
- _____. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: Um exemplo pessoal”. *Cadernos Pagu* 16, 2001, pp.13-30.
- _____. “A natureza imaginária do gênero na história da antropologia”. *Cadernos Pagu* 5, 1995, pp.109-130.
- _____. “Repensando a família patriarcal brasileira – Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In CORRÊA, Mariza, *et al* (Orgs.). *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, pp. 13-38.
- _____. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.
- CORRÊA, Sônia. “Aborto na cena política global: Fios de história, desafios do momento”. Disponível em www.ipas.org.br/arquivos/10anos/correa2004.pdf. Acesso em 17.08.2006.
- CORRÊA, Sônia e VIANNA, Adriana. “Teoria e práxis em gênero e sexualidade: Trajetos, ganhos, perdas, limites ... pontos cegos”. Comunicação apresentada no VI Seminário Internacional “Fazendo Gênero”, Florianópolis, 2006.
- COUTO, Márcia Thereza. “O significado da ação política feminina nos anos 90: Uma análise do ‘grupo de mães do alto da favela’”. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/couto.doc>. Acesso em 28.07.2002.
- _____. *Eu nem me reconheço daquela que eu era – (Re)definindo espaços: Mulheres, ação política e relações de gênero*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996.
- CRASKE, Nikki. *Women & politics in Latin America*. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 1999.
- DAGNINO, Evelina. “Cultura, cidadania e democracia – A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana”. In ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. E. e ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – Novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, pp. 61-102.

- DA MATTA, Roberto. “O ofício de etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’”. In NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica – Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 23-35.
- DEBERT, Guita e GREGORI, Maria Filomena. “As delegacias especiais de polícia e o projeto gênero e cidadania”. In CORRÊA, Mariza (Org.). *Gênero e cidadania. Coleção Encontros*. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 2002, pp. 9-19.
- DIAS, Adriano Batista. “Em tempos de SUDENE: Ouvidos e olvidos”. *Observanordeste*, março de 2002. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte/004.html>. Acesso em 26.02.2006.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular – Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.
- DUARTE, Luis Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. (2ª edição)
- _____. “Pouca vergonha, muita vergonha: Sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas”. In LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). *Cultura & identidade operária – Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Editora da UFRJ, 1987, pp. 203-226.
- DUARTE, Renato. “A necessidade da SUDENE”. *Observanordeste*, 2002. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001g.html>. Acesso em 22.02.2006.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FASANO, Patricia. *De boca en boca – El chisme en la trama social de la pobreza*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2006.
- FILGUEIRAS, Cristina. “O cotidiano das lutas urbanas: Participação das mulheres na organização dos moradores do bairro Água Branca”. Artigo apresentado no 8º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1984.
- FLEISCHER, Soraya. *Parteiras, buchudas e aperreios: Uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará*. Tese de doutorado [Departamento de Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- FONSECA, Claudia. “De afinidades a coalizões: Uma reflexão sobre a ‘transpolinização’ entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia”. *Revista Ilha* 5(2), 2003, pp. 5-31.

- _____. *Família, fofoca e honra – Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- _____. “Quando cada caso não é um caso”. *Revista da Associação Nacional de Pesquisa em Educação* 10, 1999, pp. 58-78.
- _____. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995a.
- _____. “Amor e família: Vacas sagradas da nossa época”. RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara T. (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995b, pp. 69-89.
- _____. “Aliados e rivais na família: O conflito entre consangüíneos e afins em uma vila porto-alegrense”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 4(2), 1987, pp. 88-104.
- FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO. *Guia de Fontes do FMPE*. Recife: FMPE, 2004.
- _____. *Ação política das mulheres em Pernambuco rumo a Beijing 95 – Construindo o balanço das duas últimas décadas rumo a Beijing 95*. Recife: FMPE, 1995.
- FOUCAULT, Michel. “Soberania e disciplina”. In _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996 [1979], pp. 179-191.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. “Para além da irmandade”. *Revista Estudos Feministas* 0, 1992, pp. 31-56.
- FRANCHETTO, Bruna *et al.* “Apresentação”. In FRANCHETTO, Bruna *et al.* (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher 4*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, pp. 07-13.
- FRANKLIN, Sarah e MCKINNON, Susan. “Introduction”. In _____. (Orgs.). *Relative values: Reconfiguring kinship studies*. Durham/London: Duke University Press, 2001, pp. 1-25.
- FRASER, Nancy. “Rethinking the public sphere – A contribution to the critique of actually existing democracy”. In ROBBINS, Bruce (Org.). *The phantom sphere*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1993, pp. 1-32.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.
- _____. “Manifesto regionalista de 1926: Vinte e cinco anos depois”. Disponível em <http://prossiga.bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/manifesto.htm>. Acesso em 23.02.2006.
- FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE. “Quantos somos e quem somos no Nordeste?”. Anais do Seminário de Análise do Censo Demográfico 2000/IBGE. Fundação Gilberto Freyre: Recife, 2005. Disponível em <http://www.fgf.org.br>. Acesso em 22.02.2006.

- _____. Anais do Seminário Internacional “Novo Mundo nos Trópicos”. Recife, 21 a 24 de março de 2000. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000. Disponível em <http://www.fgf.org.br>. Acesso em 22.02.2006.
- GEERTZ, Clifford. “O pensamento como ato moral: Dimensões éticas do trabalho de campo”. In _____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, pp. 30-46.
- _____. “Do ponto de vista dos nativos: A natureza do entendimento antropológico”. In _____. *O saber local – Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, pp. 85-107.
- _____. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, pp.13-41.
- _____. “Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galos balinesa”. In _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, pp. 278-321.
- GLUCKMAN, Max. “Gossip and scandal”. *Current Anthropology* 4(3), 1963, pp. 307-316.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOLDBERG, Anette. “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O percurso intelectual de um ideário político”. *BIB* 28, 1989, pp. 42-70.
- _____. *Feminismo e autoritarismo: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Ciências Sociais]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- GORDON, Deborah. “Feminist ethnography as social action”. *Critique of Anthropology* 13(4), 1993, pp. 429-443.
- GREGORI, Maria Filomena. “Estudos de gênero no Brasil. (Comentário crítico)”. In MICELI, Sergio. (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Capes/Anpocs, 1999, pp. 223-235.
- _____. *Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.
- _____. “Famílias e etnicidade: Arranjos e interfaces”. Campinas, 2007. Mimeo.
- GROSSI, Bernadette. *O reino da impura sorte: Garimpeiras e garimpeiros em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia Social]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- GROSSI, Miriam. “Gênero, violência e sofrimento. Coletânea”. In *Antropologia em primeira mão*. Ilha de Santa Catarina: PPGAS/UFSC, 1998, pp. 1-22.

- _____. “Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil”. *Revista Estudos Feministas* 1(1), 1993, pp. 462-472.
- _____. “Na busca do ‘outro’ encontra-se a si mesmo”. In _____. (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992, pp. 7-18.
- _____. *Discours sur les femmes battues: Representations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Paris: Université Paris V “Rene Descartes”, 1988.
- HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu* 5, 1995, pp. 7-41.
- HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. *Revista Estudos Feministas* 1, 1993, pp. 7-32.
- HEILBORN, Maria Luiza. “Violência e mulher”. In VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1996, pp. 89-98.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In MICELI, Sergio (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia*. São Paulo: Editora Sumaré/Capes/Anpocs, 1999, pp. 183-223.
- HEREDIA, Beatriz. “Política, família, comunidade”. In GOLDMAN, Márcio e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 1996, pp. 57-71.
- HISTÓRICO DOS ENCONTROS NACIONAIS FEMINISTAS. “XIV Encontro Nacional Feminista – Seminário Preparatório, Porto Alegre”. Disponível em http://www.via-rs.com.br/pessoais/enf/historico_ENF.htm. Acesso em 02.08.2005.
- JARDIM, Renata Teixeira. “Esterilização feminina na ótica dos direitos reprodutivos, da ética e do controle de natalidade”. *Jus Navigandi* 9(793), 2005. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7212>. Acesso em 09.09.2006.
- KNAUER, Stefan; ANDRADE, Márcia e FRIEDHOFF, Heike. (Orgs.). *Participação das mulheres nos espaços de representação popular*. Recife: Centro Josué de Castro, 2001.
- LAMAS, Marta. “De la autoexclusión al radicalismo participativo – Escenas de un proceso feminista”. 1999, Mimeo.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997 [1967].

- _____. *Os argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922].
- MARCUS, George e FISCHER, Michael (Orgs.). *Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- MENDES, Mary Alves. *Mulheres no Prezeis: Conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Sociologia]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- MONTERO, Paula e SORJ, Bila. “SOS-Mulher e a luta contra a violência”. In FRANCHETTO, Bruna *et al* (Orgs.) *Perspectivas antropológicas da mulher 4*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, pp. 103-107.
- MOORE, Henrietta. “Whatever happened to women and men? Gender and other crises in anthropology”. In MOORE, Henrietta (Org.). *Anthropological theory today*. Cambridge, Polity Press, 2000 [1999], pp. 151-171.
- _____. (Org.). *The future of anthropological knowledge*. London/New York: Routledge, 1996.
- _____. *A passion for difference: Essays in anthropology and gender*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- _____. *Feminism and anthropology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. ‘*Ser homem ou nada*’: *Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1999.
- OLIVEIRA, Suzana Marques Dantas de. *O feminismo e suas diferenças: Um estudo sobre o Fórum de Mulheres de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Sociologia]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- ONO, Sarah. “Feminism without women: Experimentation and expansion in feminist anthropology”. In ONO, Sarah e COMITO, Jacqueline (Orgs.). *Who’s afraid of Margery Wolf: Tributes and perspectives on anthropology, feminism and writing ethnography – An anthology by students of Margery Wolf*. University of Iowa, Working Paper n. 277, January, 2003.
- ORTNER, Sherry B. *Making gender – The politics and erotics of culture*. Boston: Beacon Press, 1996.
- ORTNER, Sherry e WHITEHEAD, Harriet. *Sexual meanings – The cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

- PAIM, Heloísa Helena Salvatti. *Vivendo como amante de um homem casado: Entre a legitimidade e a ilegitimidade das uniões extraconjugais*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- PALMEIRA, Moacir. “Política e Tempo: Nota Exploratória”. In PEIRANO, Mariza. *O Dito e o Feito - Ensaios de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2002, pp. 171-178.
- PALMEIRA, Moacir. “Política, facções e voto”. In GOLDMAN, Márcio e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 1996, pp. 41-55.
- PANAGAKOS, Anastasia. “Book review”. Disponível em <http://sscl.berkeley.edu/~afaweb/reviews/index.html>. Acesso em 08.04.2004.
- PEIXOTO, Clarice e BOZON, Michel. “Apresentação”. *Intersecções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, Dossiê “Comportamentos Familiares”, 3(2), 2001, pp. 25-29.
- PELETZ, Michael. “Ambivalence in kinship since the 1940’s”. In FRANKLIN, Sarah e MCKINNON, Susan. (Orgs.). *Relative values: Reconfiguring kinship studies*. Durham/London: Duke University Press, 2001, pp. 413-444.
- PINTO, Céli. “Afiml, o que querem as mulheres na política? Candidatas à Câmara Municipal em Porto Alegre”. In BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir. (Orgs.) *Candidatos e candidaturas – Enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 1998, pp. 121-147.
- PONTES, Heloísa André. *Do palco aos bastidores: O SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- PRÁ, Jussara. *Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): A articulação de gênero no sul do Brasil e a questão institucional*. Tese de Doutorado [Departamento de Ciência Política]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.
- RAKOWSKI, Cathy. “Women as political actors: The move from maternalism to citizenship rights and power”. *Latin American Research Review* 38(2), 2003, pp. 180-194.
- RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha Célia. *Os impasses do corpo: Ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário*. Dissertação de mestrado [Departamento de Antropologia Social]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- ROSALDO, Michelle. “O uso e abuso da antropologia: Reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural”. *Horizontes antropológicos*, Dossiê “Gênero”, 1, 1995, pp. 11-36.

- RUAS, Tabajara. *O amor de Pedro por João*. São Paulo: Record, 1998.
- RUBIN, Gayle. “El tráfico de mujeres: Notas sobre la ‘economía política’ del sexo”. *Revista Nueva Antropología* VIII(30), 1986 [1975], pp. 95-145.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1995 (2ª edição).
- SARTI, Cynthia. “Feminismo e contexto: Lições do caso brasileiro”. *Cadernos Pagu* 16, 2001, pp. 31-48.
- _____. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editores Associados, 1996.
- _____. “O valor da família para os pobres”. In RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara. (Orgs.) *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1995, pp. 131-150.
- _____. “Reciprocidade e hierarquia: Relações de gênero na periferia de São Paulo”. *Cadernos de Pesquisa* 70, 1989, pp. 38–46.
- SARTORI, Ari. *Homens e as políticas de ‘empoderamento’ das mulheres. A emergência do ‘gênero’ entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia Social]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- SCHILD, Verônica. “Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas ‘novas democracias’”. In ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. E. e ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – Novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, pp. 149-184.
- SCHWADE, Elisete. “Poder do ‘sujeito’, poder do ‘objeto’. Relato de uma experiência de pesquisa em um assentamento de trabalhadores rurais”. In GROSSI, Miriam (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992, pp. 41-52.
- SCOTT, James. *Domination and the arts of resistance – Hidden transcripts*. New Haven/London: Yale University Press, 1990.
- SCOTT, Joan. “Experiência”. In SILVA, A. L; LAGO, M. C. S. e RAMOS, T. R. O. (Orgs.). *Falas de gênero – Teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, pp. 21-55.
- _____. “História das mulheres”. In BURKE, P. (Org.) *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 63-95.

- SCOTT, Russel Parry. “Saúde e pobreza no Recife: Poder, gênero e representações de doenças no bairro do Ibura”. (Relatório de pesquisa). Recife: Núcleo de Saúde Pública/Universidade Federal de Pernambuco, 1996.
- _____. “O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico”. *Cadernos de Pesquisa* 73, 1990, pp. 38-47.
- SILVA, Neide Maria; AMORIM, Marcia Maria da Silva e MONTENEGRO, Antonio Torres. *Movimento de bairro: Repetição invenção*. Recife: Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), 1988.
- SILVA, Susana Maria Veleda da. “Inovações nas políticas populacionais: O planejamento familiar no Brasil”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* 69(25), 2000. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-25.htm>. Acesso em 17.08.2006.
- SINGER, Paul. “O feminino e o feminismo”. In SINGER, P. e BRANT, V. (Orgs.). *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980, pp. 109-142.
- SOARES, Luís Eduardo. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.
- SOARES, Vera. “Maturidade ao poder”. *Teoria e Debate* 6, 1989. Fundação Perseu Abramo. Disponível em http://www.fpa.org.br/td/td06/td6_sociedade2.htm. Acesso em 02.08.2005.
- _____. “Muitas faces do feminismo no Brasil”. In BORBA, Ângela; FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau. (Orgs.). *Mulher e política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, pp.33-54.
- SORJ, Bila. “O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira”. In BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002, pp. 97-107.
- STRATHERN, Marilyn. “Necessidade de pais, necessidade de mães”. *Revista Estudos Feministas* 3(2), 1995, pp. 303-329.
- _____. *The gender of the gift – Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1990 [1988].
- _____. “An awkward relationship: The case of feminism and anthropology”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 12(2), 1987, pp. 276-292.
- SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes. “A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania”. In BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002, pp. 295-320.

- TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Identidades em construção: As organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Polis/Annablume/Fapesp, 2003.
- THAYER, Millie. “Feminismo transnacional: Re-lendo Joan Scott no Sertão”. *Revista Estudos Feministas* 9(1), 2001, pp. 103-130.
- _____. “Feminismos viajantes: Da mulher/corpo à cidadania de gênero”. *Cadernos Pagu* 12, 1999, pp. 203-249.
- TORNQUIST, Carmen Susana. “Vicissitudes da subjetividade: Auto-controle, auto-exorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais”. In BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (Orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/EDUNISC, 2007, pp. 41-72.
- TRONTO, Joan. “Mulheres e cuidado: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?”. In JAGGAR, Alison e BORDO, Susan (Orgs.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, pp. 186-203.
- VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In NUNES, Edson de Oliveira (Org.) *A aventura sociológica – Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 36-46.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O conceito de sociedade em antropologia”. _____. (Org.) *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, pp. 295-316.
- YANAGISAKO, Sylvia. “Mixed metaphors: Native and anthropological models of gender and kinship domains”. In COLLIER, Jane e YANAGISAKO, Sylvia (Orgs.). *Gender and kinship: Essays toward a unified analysis*. California: Stanford University, 1992, pp. 86-118.
- YANAGISAKO, Sylvia e DELANEY, Carol. “Introduction”. In _____. (Orgs.). *Naturalizing power – Essays in feminist cultural analysis*. New York/London: Routledge, 1995, pp. 1-24.
- YOUNG, Iris Marion. “O gênero como serialidade – Pensar as mulheres como um coletivo social”. *Ex aequo* 8, 2003, pp. 113-142.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta – As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 [1985].

FONTES ELETRÔNICAS

<http://www.abong.org.br>

<http://www.articulacaodemulheres.org.br>

<http://www.bemfam.org.br>

<http://www.catolicasonline.org.br>

http://www.fjp.mg.gov.br/produtos/cees/idh/atlas_idh.php. Acesso em 29.07.2006.

<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste>

<http://www.ibtsonline.org.br>

<http://www.recife.pe.gov.br/atlasdh/atlas.html>. Acesso em 08.06.2006.

<http://www.soscorpo.org.br>

<http://www.themis.org.br>